

Estratégia Terras de Trás-os-Montes 2030

ESTRATÉGIA

TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES 2030

CIM-TTM - TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES, COMUNIDADE INTERMUNICIPAL



Terras de Trás-os-Montes
CIM-TTM - Comunidade Intermunicipal

ESTRATÉGIA

TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES 2030

CIM-TTM - TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES, COMUNIDADE INTERMUNICIPAL



Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal



Ficha técnica

TÍTULO

Estratégia Terras de Trás-os-Montes 2030

EDIÇÃO

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

APOIO TÉCNICO

Sigma Team Consulting, SA

DATA DE EDIÇÃO

30 de outubro de 2023

Índice

Nota Introdutória	4
A. Enquadramento Geral: Diagnóstico e Estratégia	6
A.1. Evolução das Terras de Trás-os-Montes à luz dos Indicadores Sintéticos de Desenvolvimento	6
A.2. Um Desafio Central: Inverter a Regressão Demográfica	14
A.3. Matriz SWOT	20
A.4. Estratégia Terras de Trás-os-Montes 2030: Objetivo Geral	21
B. Domínios Temáticos	22
B.1. Conhecimento, Inovação e Competitividade	24
B.2. Turismo, Cultura e Património	41
B.3. Desenvolvimento Rural	61
B.4. Ambiente e Ecossistemas	74
B.5. Energia	90
B.6. Conetividades e Acessibilidades	100
B.7. Desenvolvimento Urbano	106
B.8. Educação e Formação	122
B.9. Saúde e Respostas Sociais	133
B.10. Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal	146
Entidades Consultadas	157
Documentos de Referência	15

Nota Introdutória

A Estratégia Terras de Trás-os-Montes 2030 constitui o referencial programático para o desenvolvimento do território no horizonte temporal do período de programação do Portugal 2030.

A elaboração da Estratégia Terras de Trás-os-Montes 2030 surge na sequência de um processo que teve o seu início com o exercício de revisitação da EIDT das Terras de Trás-os-Montes 2014-2020, trabalho que foi desenvolvido ao longo de 2020 e concluído em inícios de 2021, tendo o seu conteúdo sido posteriormente aprovado pelo Secretariado Executivo Intermunicipal e pelo Conselho Intermunicipal da CIM¹.

Subsequentemente, já no quadro do “Estudo para as Abordagens Territoriais na CIM Terras de Trás-os-Montes no quadro do PT2030”², procedeu-se à atualização do acima referido estudo de revisitação da EIDT das Terras de Trás-os-Montes, exercício concluído em finais de 2022, considerando-se nessa atualização, entre outros aspetos, a evolução recente do contexto Terras de Trás-os-Montes, a atualização da análise da experiência de implementação do PDCT e da aplicação dos FEEI no período 2014-2020 e, ainda, a atualização da referência ao contexto europeu, nacional e regional, tendo em conta os novos documentos programáticos que vieram, entretanto, a estar disponíveis, nomeadamente o novo Acordo de Parceria e os Programas do Portugal 2030.

É na sequência deste processo, desenvolvido em forte interação com os atores chave do desenvolvimento territorial, que a elaboração da Estratégia Terras de Trás-os-Montes 2030 assume um duplo cariz: A definição de objetivos estratégicos e a tradução dos mesmos em linhas de ação. Fica, assim, a CIM Terras de Trás-os-Montes munida não apenas de um referencial estratégico mas, também, da sistematização e identificação de um conjunto coerente de linhas de ação e dos instrumentos de apoio que poderão ser mobilizados para traduzir essas linhas de ação em investimentos, ao longo de todo o período de programação do PT2030.

Na parte A deste documento, retomamos de forma sintética o diagnóstico global e a formulação da estratégia para o desenvolvimento territorial das Terras de Trás-os-Montes, tal como já definidos na EIDT revista e atualizada.

Os pontos subsequentes, constantes da parte B, são dedicados aos diferentes domínios temáticos, de acordo com a seguinte sequência:

- Conhecimento, Inovação e Competitividade
- Turismo, Cultura e Património
- Desenvolvimento Rural
- Ambiente e Ecossistemas
- Energia
- Conetividades e Acessibilidades
- Desenvolvimento Urbano
- Educação e Formação

¹ “Estudo de Revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) das TTM 2014-2020 face ao Quadro de Programação 2021-2027”, elaborado pela SIGMA TEAM CONSULTING para a CIM das Terras de Trás-os-Montes, janeiro de 2021.

² Trabalho em curso, desenvolvido para a CIM Terras de Trás-os-Montes, com o apoio técnico da SIGMA TEAM CONSULTING.

- Saúde e Respostas Sociais
- Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal

O documento completa-se com a enumeração das entidades mais diretamente envolvidas no processo de auscultação e, finalmente, com a indicação da documentação consultada.

A. Enquadramento Geral: Diagnóstico e Estratégia

No seguimento do exercício de revisitação da EIDT Terras de Trás-os-Montes, retomamos aqui e atualizamos o diagnóstico da evolução recente do território, considerando as variáveis e indicadores nucleares para a avaliação do desempenho da sub-região.

Em termos gerais, este exercício começa por ser enquadrado por uma análise sucinta da evolução dos indicadores sintéticos relativos ao desenvolvimento económico e social do território em análise, situando-o no contexto da Região do Norte, de Portugal e, pontualmente, da União Europeia.

Destacamos ainda, pela sua centralidade, o desafio da inversão da regressão demográfica, o qual terá que estar sempre presente na formulação de objetivos específicos e de linhas de ação nos diferentes domínios temáticos.

Ainda, nesta parte A de enquadramento geral, retomamos a Matriz SWOT que sintetiza o diagnóstico realizado bem como a formulação estratégica sintética da EIDT Terras de Trás-os-Montes 2030.

A.1. Evolução das Terras de Trás-os-Montes à luz dos Indicadores Sintéticos de Desenvolvimento

Considerando os indicadores sintéticos usuais e disponíveis, a tabela 1.1 retrata o posicionamento das Terras de Trás-os-Montes face à média nacional e à Região Norte, no ano mais recente com informação disponível.

Tabela A.1.1: indicadores sintéticos de desenvolvimento (PT=100)

Unidade Territorial	PIB per capita 2021	Poder de Compra per capita 2019	Índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR)			
			ISDR Global 2021	ISDR Competitividade 2021	ISDR Coesão 2021	ISDR Qualidade Ambiental 2021
Região Norte	87,1	92,95	99,59	98,38	99,15	101,39
Terras de Trás-os-Montes	79,0	80,40	96,50	87,02	91,25	112,49

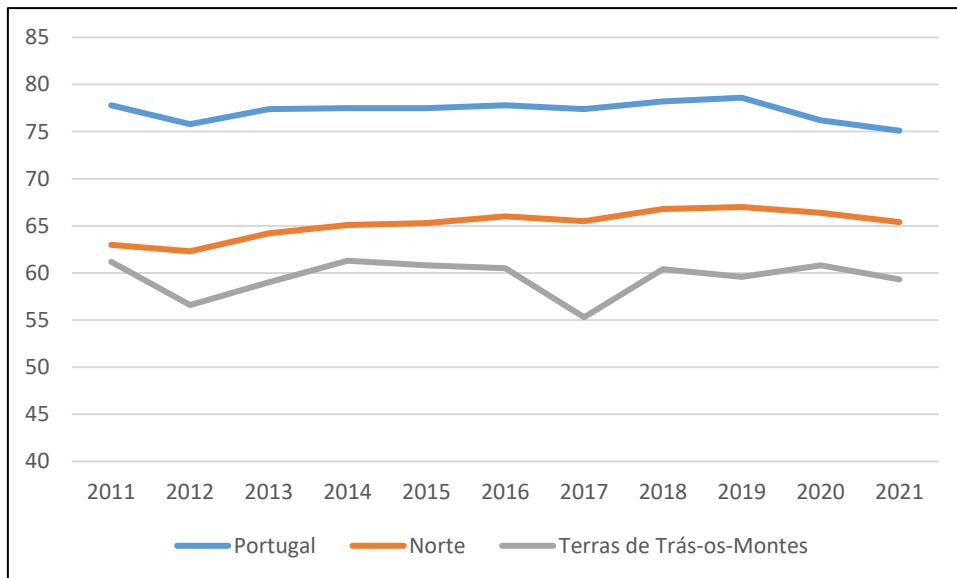
Fonte: INE

O posicionamento das Terras de Trás-os-Montes permanece abaixo da média para Portugal e para a Região Norte, com exceção do ISDR na componente Qualidade Ambiental.

Verifica-se um posicionamento relativo mais baixo nos indicadores mais diretamente associados à dimensão económica (PIB per capita, Poder de Compra per capita e ISDR competitividade), uma disparidade mais reduzida na dimensão Coesão do ISDR e um posicionamento relativo muito elevado na componente Qualidade Ambiental do ISDR (em que as Terras de Trás-os-Montes apresentam, em 2021, o nível mais elevado no conjunto das NUTS III em Portugal).

O comportamento do PIB per capita, aferido no período 2011 até ao último ano com informação disponível (2021), denota alguma irregularidade em termos de convergência / divergência com a Região Norte e com Portugal, sendo 2017 um ano atípico, pela negativa, e 2018-2020 um período de recuperação. Globalmente, face à média europeia, as Terras de Trás-os-Montes não convergem nem divergem, situando-se no patamar de 60% do PIB per capita médio europeu.

Gráfico A.1.1: Evolução recente do PIB per capita (PPC, eu28 = 100)



Fonte: INE, Contas Regionais

O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), publicado pelo INE desde 2011 e com desagregação ao nível NUTS III, constitui uma forma expedita de analisar a evolução da situação das Terras de Trás-os-Montes face aos padrões nacionais de evolução. O ISDR é elaborado com base numa matriz de 65 indicadores estatísticos e privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, uma vez que os referidos indicadores estão distribuídos por três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental.

Obtêm-se assim 4 indicadores compósitos (ISDR global, ISDR competitividade, ISDR coesão e ISDR qualidade ambiental) que são apresentados por referência ao contexto nacional (Portugal=100), sendo o valor nacional correspondente à média dos índices das NUTS III ponderados pela população residente.

Nas Figuras 1 a 4, reproduzimos os resultados do ISDR relativos aos anos 2013 e 2021, cobrindo assim a evolução das Terras de Trás-os-Montes no período de programação do PT2020. Globalmente, transparece uma evolução positiva da NUT III em análise.

Em termos do ISDR global, as Terras de Trás-os-Montes passam da 19ª para a 11ª posição no conjunto das 25 NUT III portuguesas, convergindo quer com a média nacional quer com a relativa à Região Norte.

É no ISDR – Índice de Competitividade que as Terras de Trás-os-Montes estão mais aquém quer da média nacional quer da relativa à Região Norte, passando da 19ª posição em 2013 para a 18ª posição em 2021, no conjunto das 25 NUT III.

O ISDR – Índice de Competitividade capta o potencial (em termos de recursos humanos e de infraestruturas físicas) de cada região em termos de competitividade, assim como o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, ainda, a eficácia na criação de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional.

Os resultados de 2021 revelam que as sub-regiões com um índice de competitividade mais elevado se concentram no litoral do Continente. O interior continental e as regiões autónomas apresentavam um índice de competitividade mais reduzido em comparação com o litoral continental.

Conforme nota o INE, entre as três componentes do desenvolvimento regional, o índice de competitividade nas NUTS III portuguesas apresentava a maior disparidade regional, aferido pelo coeficiente de variação.

O ISDR – Índice de Coesão procura refletir o acesso potencial da população a equipamentos e serviços coletivos básicos (saúde, educação, cultura), bem como perfis associados a uma maior inclusão social e a eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais.

Nesta dimensão, as Terras de Trás-os-Montes evidenciam um posicionamento baixo mas uma evolução moderadamente positiva, passando da posição 22ª para a posição 19ª entre 2013 e 2021. Nesta dimensão e no período considerado, verifica-se convergência face à Região Norte e a Portugal.

De notar que, no índice de coesão, os resultados refletem um retrato territorial mais equilibrado, isto é, com menores disparidades territoriais, que o observado para a competitividade.

O ISDR – Índice de Qualidade Ambiental procura refletir as pressões exercidas sobre o meio ambiente e território, mas também os respetivos efeitos sobre o estado ambiental (qualidade da água, do ar e utilização eficiente de energia) e as respostas em termos de comportamentos individuais e de implementação de políticas públicas.

Os resultados de 2021 refletem uma imagem territorial tendencialmente oposta à da competitividade, verificando-se uma concentração de sub-regiões com índices de qualidade ambiental mais elevados no interior continental e nas regiões autónomas.

As Terras de Trás-os-Montes (índice 112,49) eram, em 2021, a NUTS III com melhor desempenho no índice de qualidade ambiental, constatação da maior relevância para as orientações estratégicas do desenvolvimento da região.

Figura A.1.1: Evolução do ISDR (2021 vs 2013)

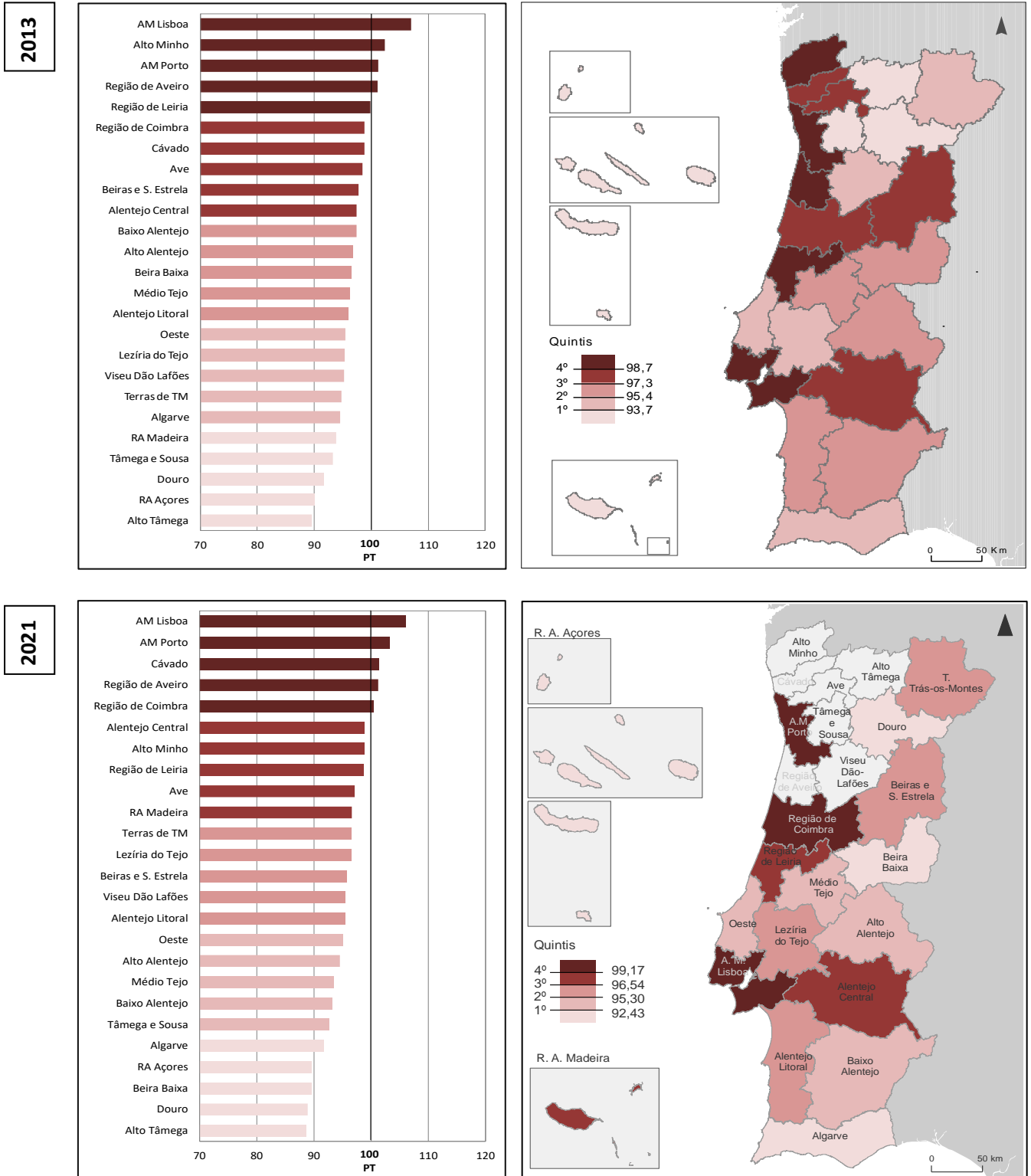


Figura A.1.2: Evolução do ISDR (2021 vs 2013) na componente Competitividade

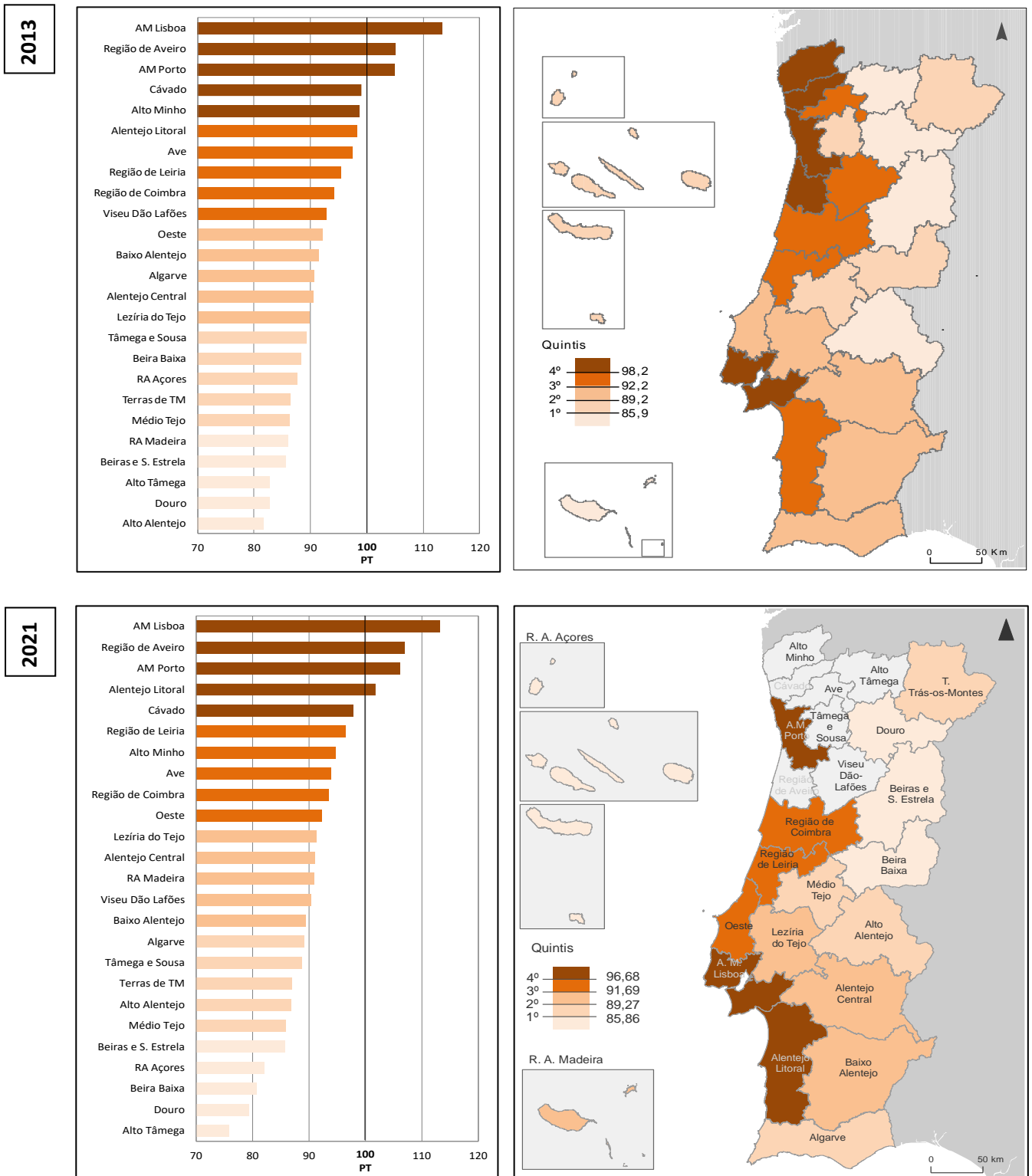


Figura A.1.3: Evolução do ISDR (2021 vs 2013) na componente Coesão

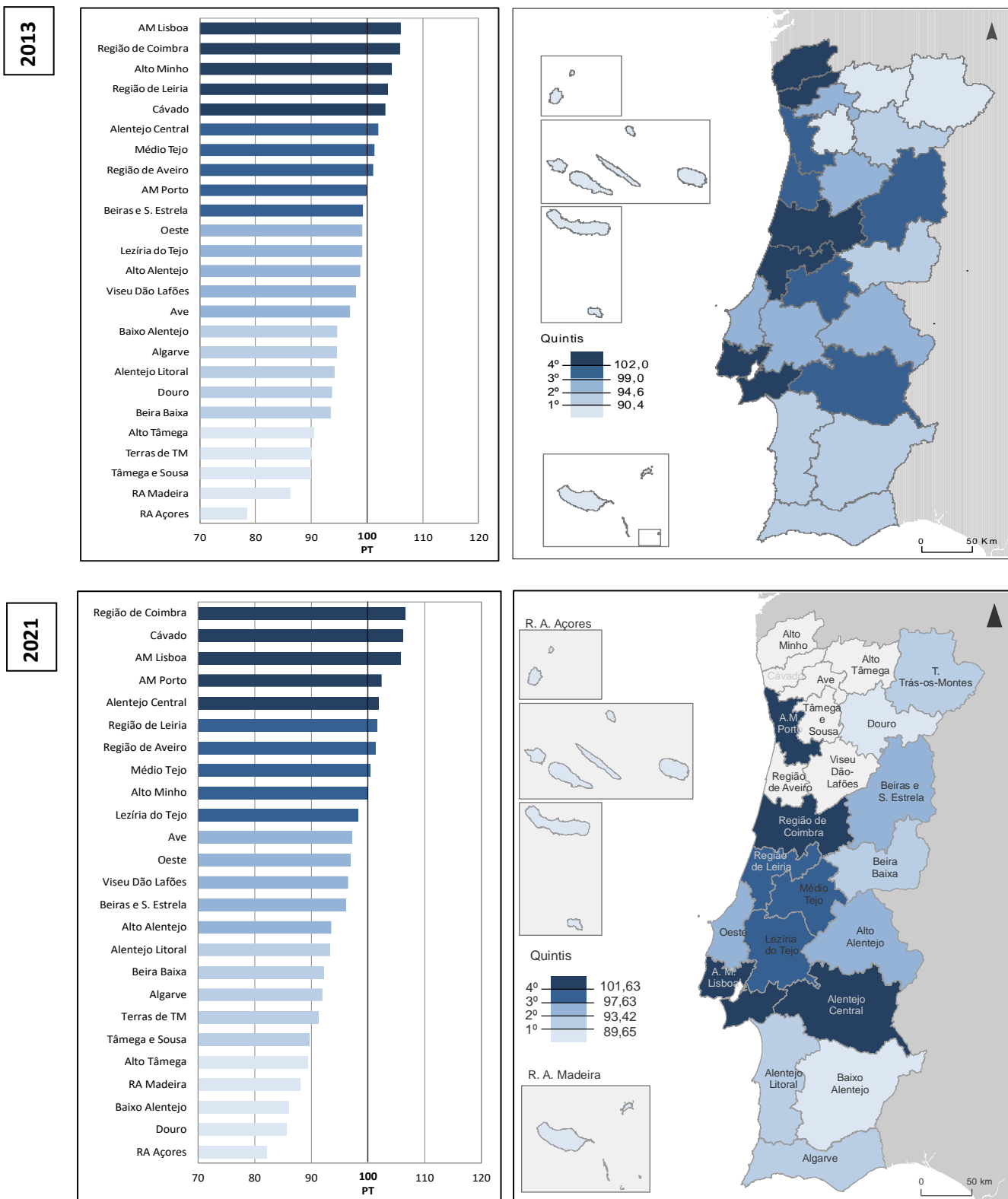
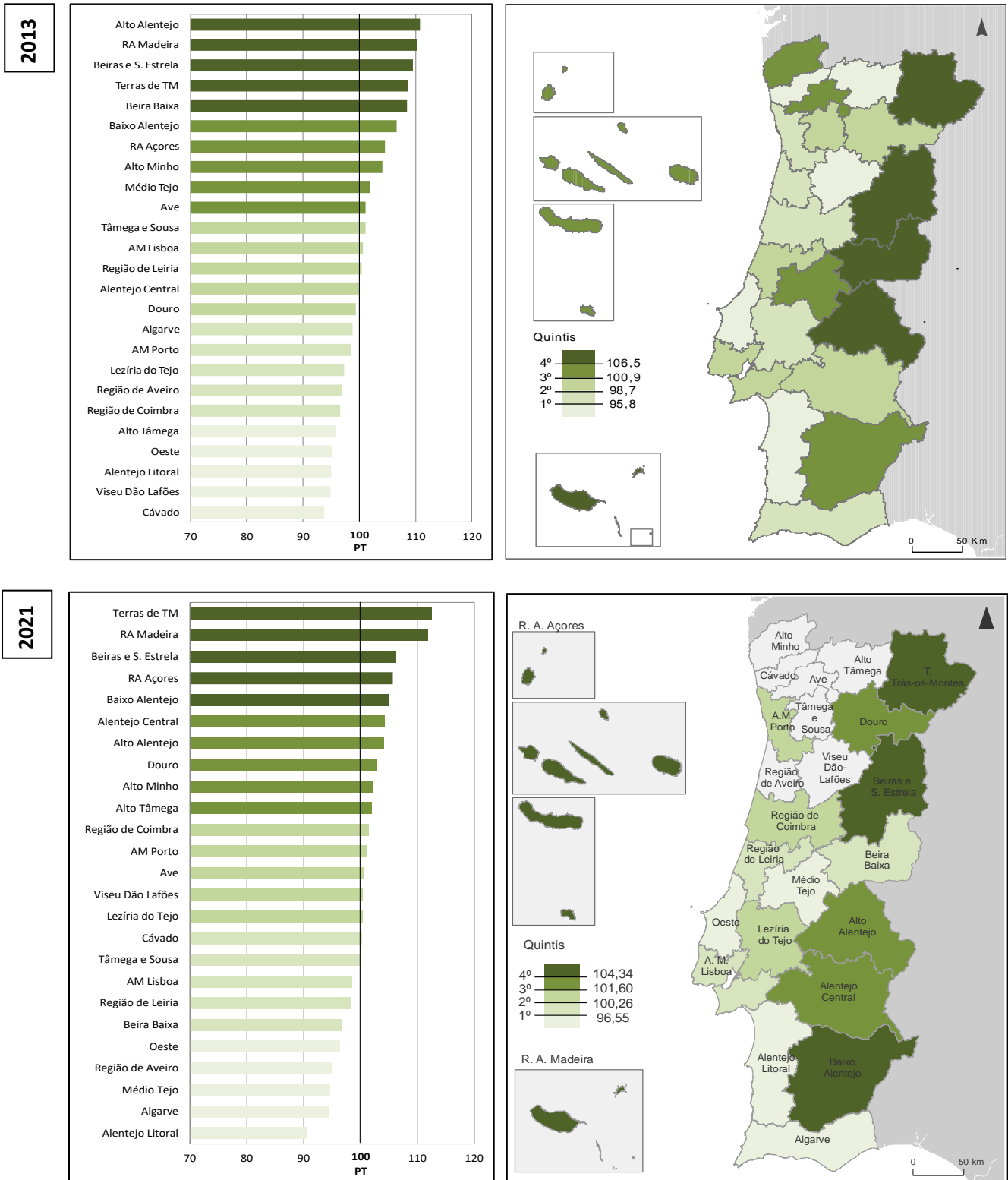


Figura A.1.4: Evolução do ISDR (2021 vs 2013) na componente Qualidade Ambiental



Ainda em termos de indicadores sintéticos, o Poder de Compra per capita, publicado pelo INE em cada dois anos, tem a vantagem de disponibilizar dados a nível dos concelhos.

Este indicador, à semelhança do PIB per capita, é, no entanto, relativamente redutor, uma vez que capta essencialmente o bem-estar material que decorre do poder aquisitivo de bens e serviços. Assim, é de esperar um padrão de comportamento em linha com o verificado para o PIB per capita.

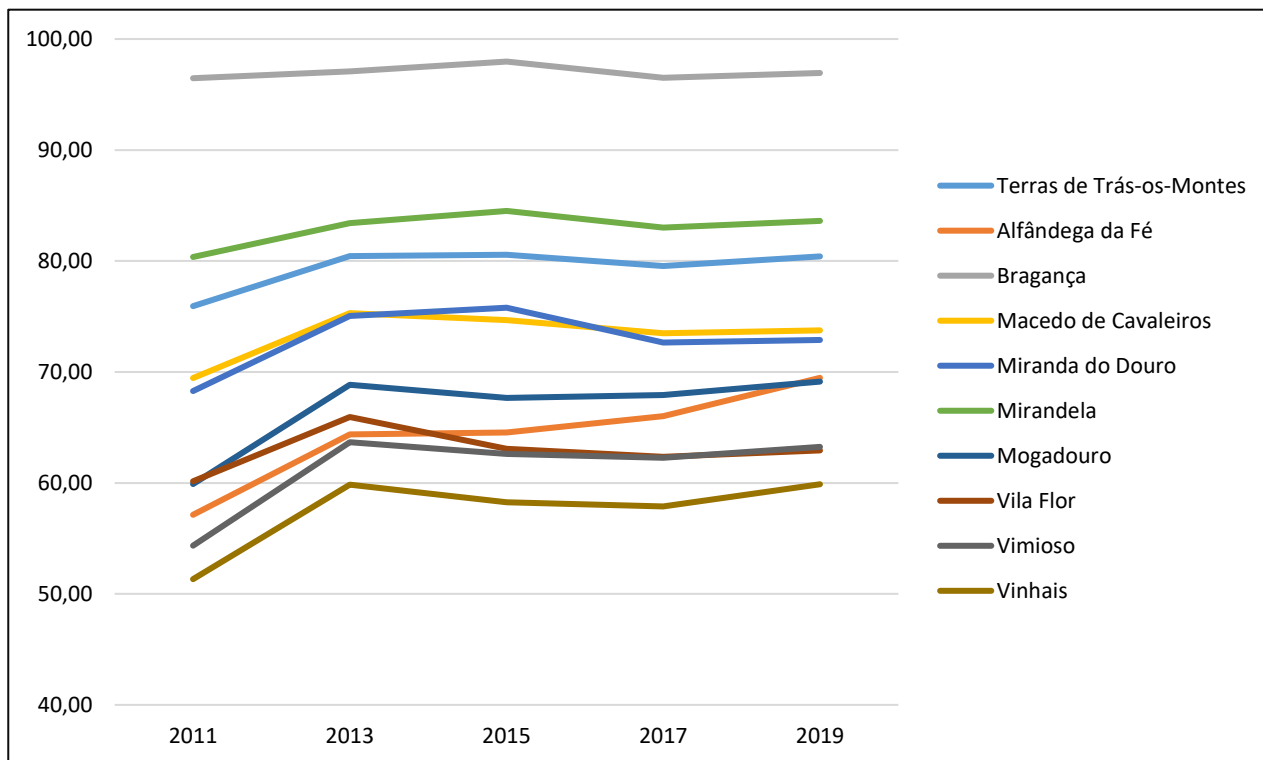
Com efeito, para as Terras de Trás-os-Montes como um todo, verifica-se, à luz deste indicador, um índice de 80,40 em 2019, claramente abaixo do verificado para a Região Norte (92,95), por referência à média nacional (PT = 100). Se recuarmos a 2011, verifica-se uma dinâmica global de convergência, no entanto estando concentrada no subperíodo 2011-2013. Já o subperíodo 2013-2017 revela uma estagnação do nível relativo face à média nacional, em torno do limiar 80.

As disparidades intrarregionais permanecem relevantes. Bragança é o concelho com maior poder de compra per capita, com um valor próximo da média nacional (96,95 em 2019). Mirandela é o 2º concelho com um poder de compra per capita mais elevado (83,60 em 2019).

Todos os restantes concelhos situam-se abaixo da média do poder de compra per capita para a NUT III, com destaque para Vinhais, Vila Flor e Vimioso (respetivamente e para 2019, 59,88, 62,92 e 63,26, com PT = 100).

Em termos dinâmicos, Alfândega da Fé destaca-se pela positiva, converge significativamente para a média nacional, passando de um índice 57,13, em 2011, para 69,47, em 2019.

Gráfico A.1.2: Evolução do Poder de Compra per capita, 2011-2019 (PT = 100)



Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelho

À luz da análise centrada no comportamento dos indicadores sintéticos de desenvolvimento, é possível desde já retirar primeiras conclusões com impacto para a EIDT das Terras de Trás-os-Montes:

- A região permanece confrontada com um desafio de convergência face à Região Norte e ao País, devendo-se considerar a necessidade de uma sólida discriminação positiva no quadro das políticas implementadas a nível nacional e regional, na linha do afirmado para o Interior / Territórios de Baixa Densidade.
- O posicionamento relativo, face ao quadro nacional, das Terras de Trás-os-Montes é mais baixo ao nível do rendimento gerador de bem-estar material e da dimensão da competitividade, pelo que as prioridades estratégicas para o território devem incidir centralmente no objetivo de reforçar a base económica e as atividades com potencial para estruturar cadeias de valor mais competitivas e geradoras de maior valor acrescentado.
- Em termos de coesão social, num quadro em que as políticas públicas nacionais tendem gerar menores disparidades do que o verificado na dimensão económica, importa prosseguir uma trajetória de convergência com a média nacional.
- As Terras de Trás-os-Montes distinguem-se pela excelência da dimensão ambiental. Assim, os objetivos em matéria de desenvolvimento devem ser compatíveis com uma dinâmica ambientalmente sustentável e, ao mesmo tempo, procurar valorizar este ativo (excelência ambiental e imagem associada).
- Em termos intrarregionais, ainda que considerando apenas a dimensão poder de compra per capita, permanecem disparidades relevantes entre os diferentes concelhos, o que deve ser levado em conta na estratégia de desenvolvimento.

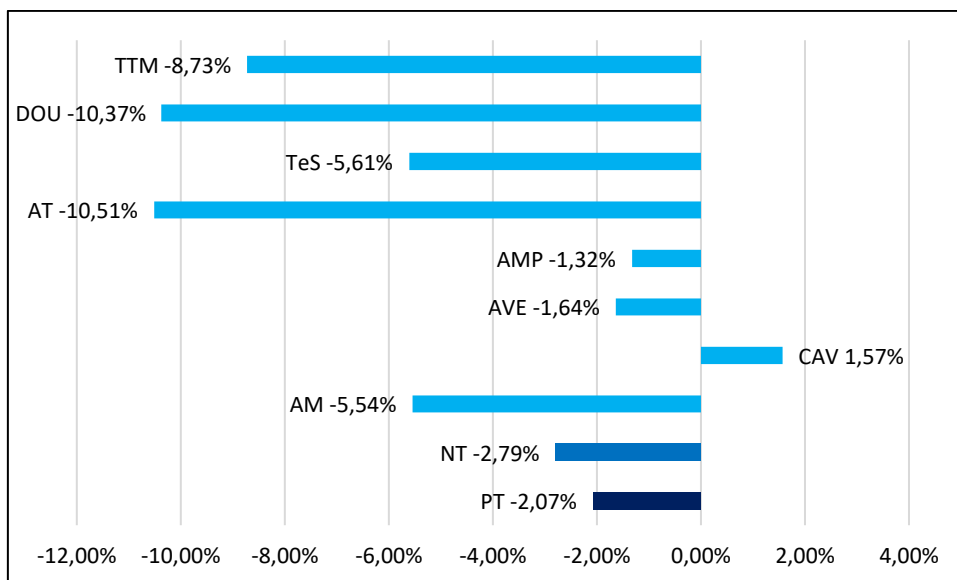
A.2. Um Desafio Central: Inverter a Regressão Demográfica

Do diagnóstico realizado destacamos aqui um desafio crucial para as Terras de Trás-os-Montes, dada a sua centralidade para todas as dimensões do desenvolvimento: A necessidade inadiável de se inverter a regressão demográfica.

Entre 2011 e 2021 (INE, dados dos Censos), as Terras de Trás-os-Montes viram a população residente diminuir em 8,73%. No contexto das 25 NUT III, trata-se da 6ª variação mais negativa, só ultrapassada pelas verificadas no Alto Alentejo, nas Beiras e Serra da Estrela, no Alto Tâmega, no Douro e na Beira Baixa.

Nesse período, quer o país quer a região Norte perdem população. Na região Norte, apenas o Cávado apresenta um aumento moderado da população residente, mas é nos territórios de mais baixa densidade que a regressão demográfica apresenta uma maior amplitude, gerando-se assim uma dinâmica de agravamento das assimetrias intraregionais e o risco de ausência de coesão intraregional.

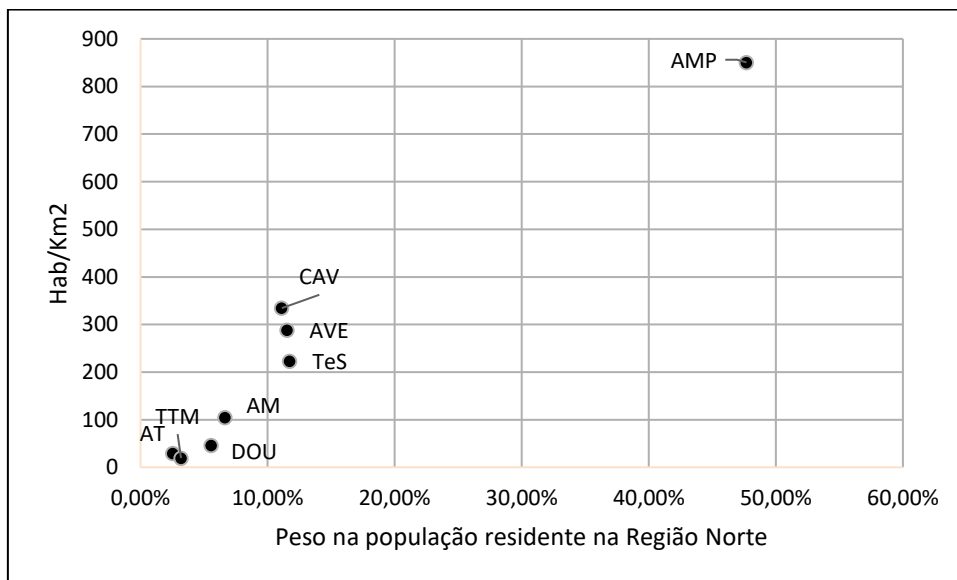
Gráfico A.2.1: Evolução da População Residente em Portugal, no Norte e nas NUT III do Norte (2011-2021)



AM – Alto Minho; AMP – Área Metropolitana do Porto; AT – Alto Tâmega; AVE – Ave; CAV – Cávado; DOU – Douro; NT – Norte; PT – Portugal; TeS – Tâmega e Sousa; TTM – Terras de Trás-os-Montes.

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

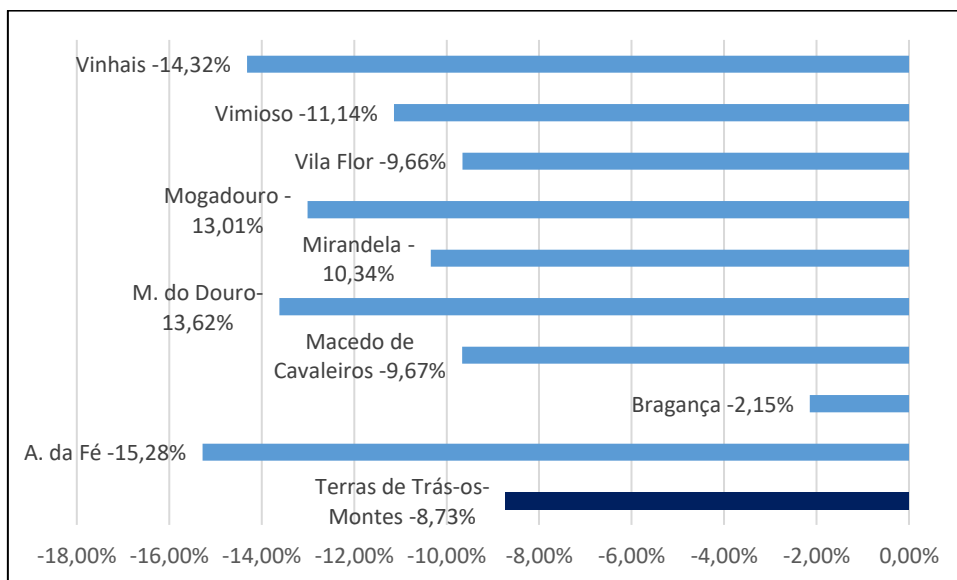
Gráfico A.2.2: Densidade Demográfica vs Peso na População Residente



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

A população residente em Terras de Trás-os-Montes perfazia 107.272 habitantes em 2021, o correspondente a apenas 3,19% da população residente na Região Norte. Como já referido, de 2011 para 2021 ocorreu uma redução de 8,73% na população residente. O decréscimo da população residente observa-se em todos os concelhos, sendo mais reduzido em Bragança e particularmente acentuado em Alfândega da Fé, Vinhais, Miranda do Douro e Mogadouro.

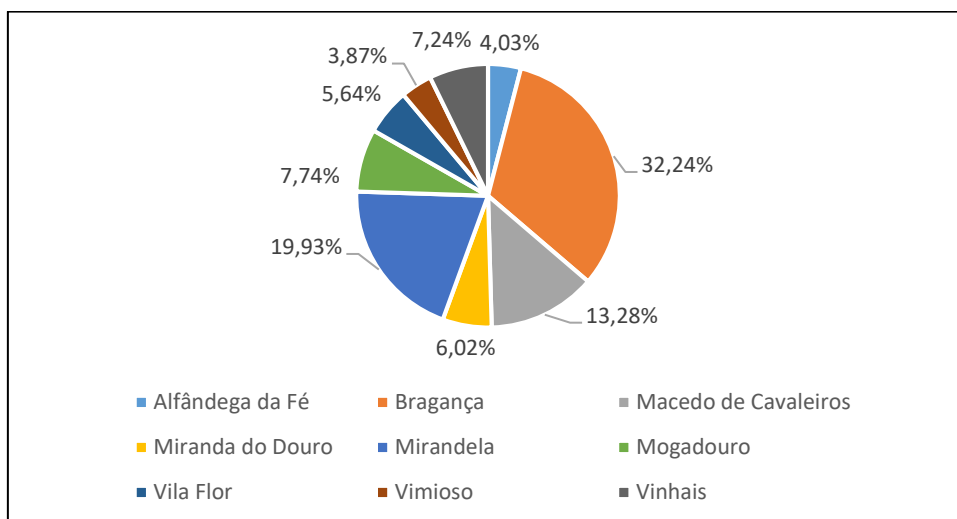
Gráfico A.2.3: Evolução da População Residente em Terras de Trás-os-Montes e nos seus concelhos (2011-2021)



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Na distribuição da população pelos concelhos, em 2021, Bragança respondia por 32% da população residente, seguindo-se Mirandela com 20% e, depois, Macedo de Cavaleiros, com 13%. Alfândega da Fé, Vimioso, Vila Flor e Miranda do Douro possuíam as menores parcelas de população residente.

Gráfico A.2.4: Distribuição da População Residente em Terras de Trás-os-Montes, por concelhos (2021)



Fonte: INE, Censo 2021

A contribuir para o declínio demográfico, o saldo natural em Terras de Trás-os-Montes, tal como na região Norte e em Portugal, foi sendo negativo ao longo do período 2011-2021, não existindo qualquer município a inverter este comportamento. Igualmente negativo terá sido o saldo migratório interno (com

as restantes partes do território de Portugal). Já o saldo migratório com o estrangeiro passa de negativo a positivo a partir de 2017, tal como ocorreu no país e na Região Norte (neste último caso, só a partir de 2018).

Tabela A.2.1: Saldo Natural em Portugal, Norte e Terras de Trás-os-Montes (2011-2021)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Portugal	-5 992	-17 771	-23 767	-22 476	-23 039	-23 447	-23 604	-26 031	-25 264	-38 866	-45 220
Norte	-53	-4 408	-6 310	-6 279	-6 293	-5 970	-6 749	-7 710	-7 686	-13 152	-12 288
Terras de Trás-os-Montes	-816	-994	-996	-899	-1 088	-984	-975	-995	-1 074	-1 318	-1 283
Alfândega da Fé	-58	-88	-57	-58	-66	-45	-54	-34	-52	-81	-84
Bragança	-116	-179	-203	-226	-242	-199	-184	-228	-241	-334	-266
Macedo de Cavaleiros	-139	-152	-137	-98	-160	-116	-107	-148	-149	-174	-142
Miranda do Douro	-83	-64	-106	-82	-78	-86	-106	-70	-89	-94	-117
Mirandela	-95	-141	-172	-113	-168	-187	-176	-191	-151	-221	-237
Mogadouro	-86	-118	-85	-93	-97	-96	-89	-92	-113	-118	-137
Vila Flor	-59	-68	-60	-66	-79	-52	-49	-70	-65	-56	-91
Vimioso	-73	-62	-50	-56	-96	-68	-92	-42	-89	-93	-69
Vinhais	-107	-122	-126	-107	-102	-135	-118	-120	-125	-147	-140

Fonte: Pordata

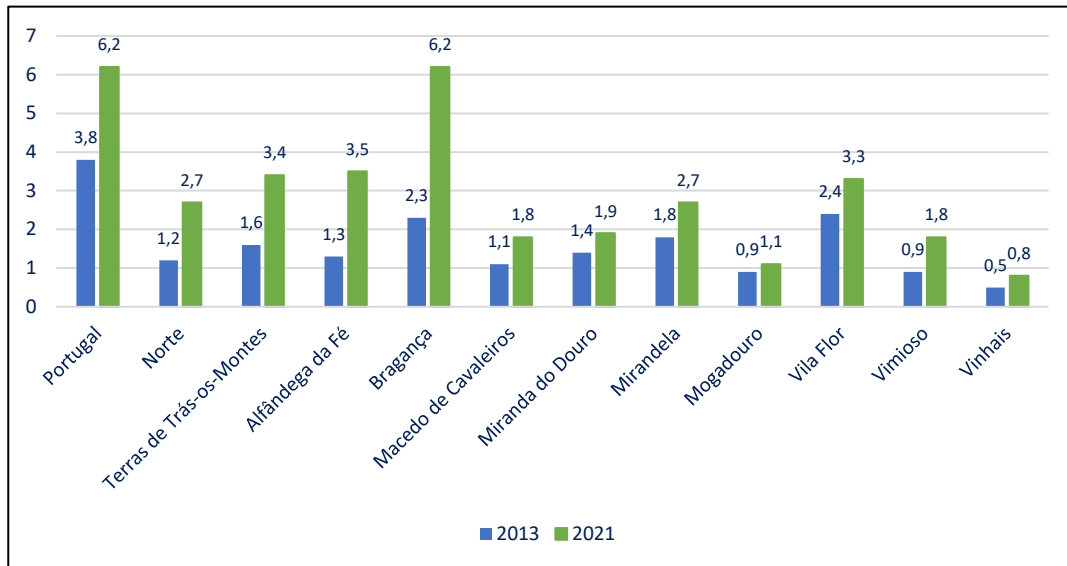
Tabela A.2.2: Saldo Migratório em Portugal, Norte e Terras de Trás-os-Montes (2011-2021)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Portugal	-24 331	-37 338	-36 221	-30 003	-10 453	-8 310	5 058	11 621	44 556	114 577	25 642
Norte	-6 308	-16 582	-15 729	-16 131	-11 714	-13 233	-1 621	4 088	10 441	31 624	6 360
Terras de Trás-os-Montes	-267	-604	-541	-500	-332	-366	113	308	676	1 675	480
Alfândega da Fé	-12	-25	-20	-20	-13	-13	8	18	34	-112	28
Bragança	-5	-111	-99	-114	-66	-68	86	146	262	1 434	176
Macedo de Cavaleiros	-21	-68	-59	-57	-33	-44	28	55	115	-37	87
Miranda do Douro	29	6	9	-8	3	-23	6	18	42	-211	32
Mirandela	-138	-204	-190	-146	-116	-91	-2	36	97	-56	69
Mogadouro	-44	-70	-64	-53	-40	-45	-12	0	24	91	18
Vila Flor	-18	-37	-33	-31	-20	-20	5	17	36	105	27
Vimioso	-18	-30	-26	-23	-14	-12	11	20	42	242	28
Vinhais	-40	-65	-59	-48	-33	-50	-17	-2	24	219	15

Fonte: Pordata

Analisando o rácio da população estrangeira na população residente, verifica-se uma dinâmica positiva mais forte em Terras de Trás-os-Montes do que na Região Norte, mas menos favorável que no cômputo do país. Nessa dinâmica positiva, destaca-se o comportamento de Bragança e de Alfândega da Fé entre 2013 e 2021. Em contraste, observou-se, por esta via, um movimento de menor atração por parte de Mogadouro e Vinhais. Em 2021, a atratividade, medida pelo indicador em análise, foi claramente maior em Bragança, seguindo-se Alfândega da Fé e Vila Flor. Pelo contrário, Vinhais, Mogadouro, Macedo de Cavaleiros, Vimioso e Miranda do Douro foram os menos atrativos.

Gráfico A.2.5: População Estrangeira em % da População Residente, em Portugal, Norte e Terras de Trás-os-Montes (2013-2021)

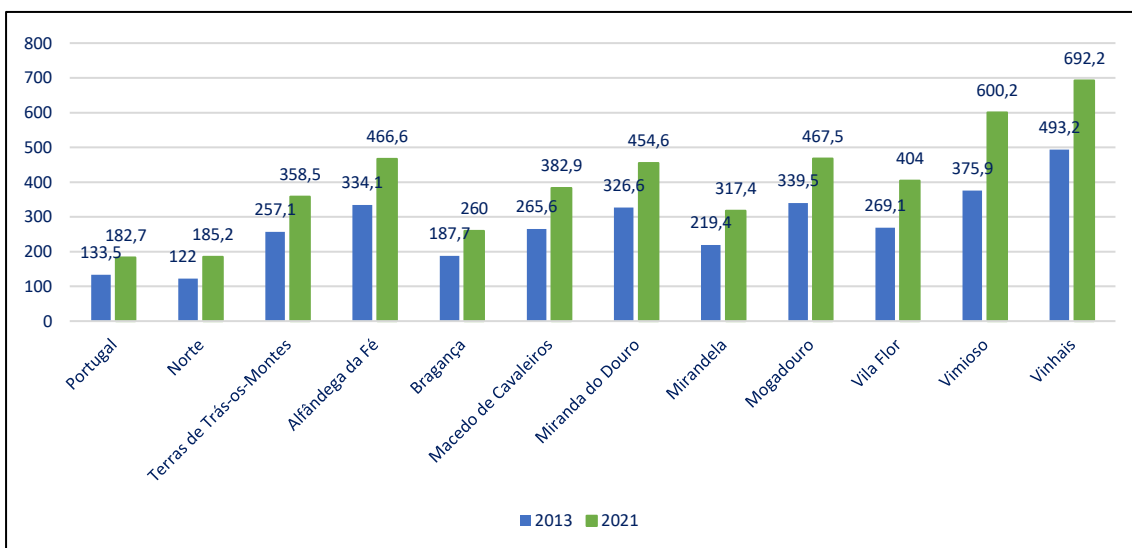


Fonte: Pordata

Como aspeto particularmente sensível, resultante do declínio demográfico e com ele se relacionando em termos de causalidade cumulativa, temos o envelhecimento da população. O índice de envelhecimento, que corresponde ao número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos, revela, manifestamente, estar-se perante uma região envelhecida. Tal é notório em todos os seus municípios, tendo-se agudizado de 2013 para 2021. O envelhecimento é especialmente notório em Vinhais e Vimioso, embora em todos os municípios esteja muito acima do verificado na Região Norte ou no país.

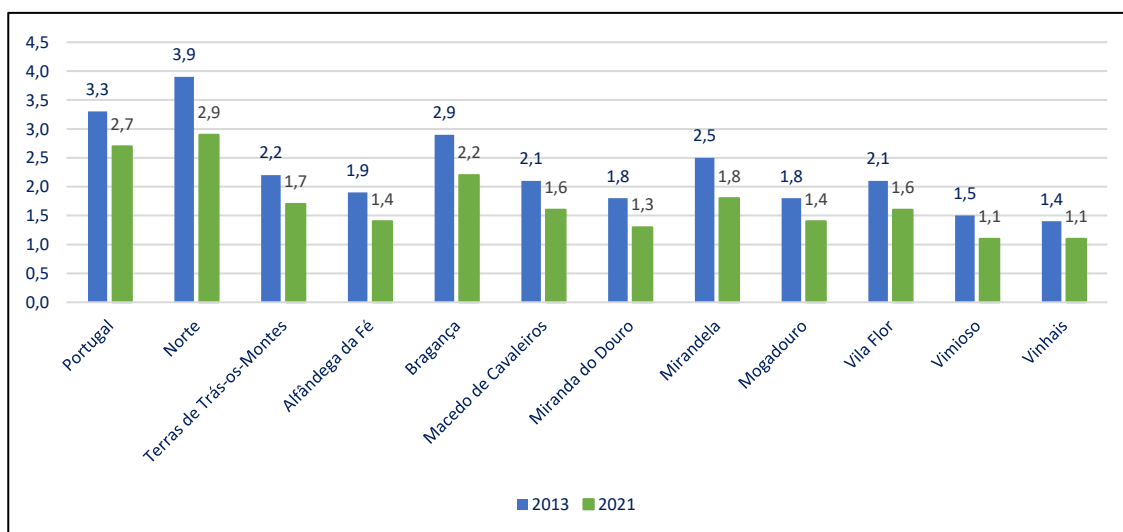
Sem surpresas, o índice de sustentabilidade pessoal, que corresponde ao rácio do número de pessoas em idade ativa face ao número de pessoas com 65 anos ou mais, é baixo e tem vindo a descer em quase todos os municípios.

Gráfico A.2.6: Índice de Envelhecimento em Portugal, Norte e Terras de Trás-os-Montes (2013-2021)



Fonte: Pordata

Gráfico A.2.7: Índice de Sustentabilidade Potencial em Portugal, Norte e Terras de Trás-os-Montes (2013-2021)



Fonte: Pordata

O declínio demográfico e o desafio da inversão da regressão demográfica são centrais para todas as dimensões da EIDT de Terras de Trás-os-Montes 2030, justificando o destaque que aqui foi dado:

- Na dimensão da economia e da competitividade, a capacidade para manter e atrair população em idade ativa e qualificada são um pré-requisito para a viabilidade das atividades empresariais, para a renovação geracional do tecido empresarial e para a mudança estrutural da economia.
- Na dimensão da educação e da formação, criam o desafio de associar a uma maior atratividade do território políticas educativas nos diferentes graus de ensino e políticas de formação que saibam enquadrar de forma estruturada os fluxos imigratórios, sem o que será quase impossível inverter o declínio demográfico.

- Em termos de respostas sociais o desafio é duplo, tendo-se que assegurar uma provisão de serviços que atraia população jovem e ativa e, ao mesmo tempo, responder às necessidades específicas da população idosa.
- Mais globalmente, o ambiente urbano (em vertentes como a regeneração urbana e a oferta de bens culturais), a redescoberta do potencial do espaço rural e, transversalmente, a total conectividade digital do território são vertentes fundamentais para a inversão da regressão demográfica.

A.3. Matriz SWOT

À luz do diagnóstico realizado aquando do exercício de revisitação da EIDT das Terras de Trás-os-Montes 2014-2020 e da primeira formulação da EIDT Terras de Trás-os-Montes 2030, reproduz-se a avaliação SWOT realizada.

Tabela A.3.1: Matriz SWOT da EIDT Terras de Trás-os-Montes 2030

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Excelência da dimensão ambiental como traço distintivo em termos de qualidade de vida mas também em termos de especialização de atividades económicas. • Boas acessibilidades externas, ainda que necessitando de investimentos complementares para plena inserção nos corredores rodoviários europeu e para o espaço ibérico. • Relevância da fileira da produção vegetal com destaque para a olivicultura, frutos de casca rija, fruticultura, horticultura e, ainda, vitivinicultura, com grande potencial na área do produto natural, científica e tecnologicamente certificado. • Relevância da fileira de produção animal, com destaque para ovinos e caprinos, produtos derivados e, ainda, bovinos, apicultura, aves do campo e caça. • Diversidade regional de produtos de qualidade, muitos deles com certificação de qualidade reconhecidos nacionalmente e outros com potencial de certificação. • Boa dinâmica ao nível da oferta e da procura de alojamento turístico. • Condições ambientais e autenticidade do património natural, paisagístico, histórico-cultural geram competitividade nos segmentos de turismo de natureza, turismo em espaço rural, turismo cultural e gastronomia e vinhos. • Forte potencial para a produção de energias renováveis, resultado das características geográficas da região. • Experiências prévias em colaborações transfronteiriças, conferindo à região a capacidade de colaboração em projetos integrados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Debilidades decorrentes da baixa densidade e do cariz relativamente periférico do território. • Disparidades intrarregionais relevantes. • Pequena dimensão do sistema de Ciência e Tecnologia, ainda que com uma evolução positiva. • Incipiente I&D empresarial. • Declínio demográfico e envelhecimento da população e consequentes dificuldades dos sistemas educativos e de formação em termos de massas críticas de alunos inscritos. • Acessibilidades intrarregionais deficientes, fora dos corredores da A4, do IC5 e do IP2. • Défices ao nível dos serviços avançados às empresas (tecnológicos e comerciais, nomeadamente), não potenciando a transferência de conhecimento que emerge nas estruturas de I&D da sub-região, designadamente em torno das produções animal e vegetal. • Reduzida competitividade das explorações agropecuárias, fruto da sua pequena dimensão. • Pouca expressão de ações coletivas ao nível tecnológico e comercial (nomeadamente gestão da marca e internacionalização) e ao nível da promoção do empreendedorismo. • Insuficiente promoção turística que permita captar parte dos fluxos concentrados na AMP, no Douro e, mesmo, em mercados emissores externos.

OPORTUNIDADES

- Potencial para criar um quadro de qualidade vida fora dos grandes centros urbanos, com boa cobertura de serviços de proximidade e excelência ambiental.
- Sistema de Ciência e Tecnologia, centrado no IPB mas com possível envolvimento da UTAD, tem potencial para aprofundar competências alinhadas com as prioridades estratégicas.
- Expandir e adaptar os sistemas de formação às prioridades estratégicas quer na formação superior e avançada quer no ensino técnico e profissional, favorecida no caso do ensino profissional pelo início de uma prática de concertação entre os municípios coordenada pela CIM focada na racionalização da oferta de cursos profissionais.
- Opções estratégicas da EIDT tem bom alinhamento com prioridades Europeias, Nacionais e Regionais, acrescentando a afirmação nacional de discriminar positivamente os territórios de baixa densidade.
- Afirmar Terras de Trás-os-Montes, a nível regional, como componente ativa do alargamento do espaço de competitividade da Região.
- Potencial para uma oferta de produtos agroindustriais diferenciados e com imagem de autenticidade, bem como para o desenvolvimento de uma agricultura de precisão ambientalmente sustentável.
- Potencial para estruturar a oferta turística em linha com preferências atuais dos turistas (natureza, ambiente, cultura).
- Potencial para alargar a produção de energia a partir de fontes renováveis, inclusive através de sistemas descentralizados de produção e armazenamento.
- Potencial para aplicar as novas tecnologias de transformação e valorização económica de resíduos das atividades de produção vegetal e animal.
- Previsível incremento da cooperação transfronteiriça.
- Forte proximidade à futura e próxima ligação por TGV entre Vigo e Madrid dependente da criação de melhores condições de acessibilidade a Sanabria.
- Experiência acumulada pelo IPB em termos de atração de alunos estrangeiros minimizando a dificuldade de atrair e fixar alunos nacionais.

AMEAÇAS

- Acentuação do envelhecimento da população, com impacto na pressão sobre os serviços de natureza social.
- Êxodo da população jovem para fora da região, com saldos migratórios negativos, gerando escassez de ativos para vários níveis de qualificação.
- Oscilação das políticas nacionais face aos territórios de baixa densidade, em termos de serviços de proximidade e de discriminação positiva.
- Dificuldade para atrair investimento externo à região, por falta de visibilidade e escassez de empresas parceiras.
- Insuficiente capacidade para influenciar os decisores de políticas setoriais, ao nível da agricultura e da agroindústria.
- Dificuldade em afirmar uma promoção turística mais diferenciada, com envolvimento da CIM e das CMs, ainda que em coordenação com as entidades regionais e nacionais.
- Falta de clarificação ou oscilação quanto ao papel das CIM na governação multinível, limitando a territorialização das intervenções e a sua capacitação técnica e institucional.
- Dificuldades de geração de projetos estruturantes para a sub-região tendentes a combater a atomização de iniciativas e recursos incapazes de atrair investimento exterior a TTM.

A.4. Estratégia Terras de Trás-os-Montes 2030: Objetivo Geral

A visão global para a EIDT Terras de Trás-os-Montes 2030 segue a seguinte formulação:

“As Terras de Trás-os-Montes afirmar-se-ão como um território de excelência ambiental e com um quadro de vida atrativo para novas gerações. Serão também um novo espaço de competitividade, com base em recursos e ativos crescentes ao nível do conhecimento, da tecnologia e das qualificações, e centrado em atividades das fileiras agroindustrias, do turismo e do ambiente”.

B. Domínios Temáticos

Tabela B.1: Quadro-resumo dos Domínios Temáticos e das Linhas de Ação da Estratégia Terras de Trás-os-Montes 2030

Domínio Temático	Linhas de Ação
1. Conhecimento, Inovação e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> 1.1. Consolidação e Expansão do Sistema de Ciência e Tecnologia e da Infraestrutura de Serviços Tecnológicos 1.2. I&D Empresarial 1.3. Promoção do Empreendedorismo Tecnológico e Qualificado 1.4. Apoio ao Investimento Empresarial 1.5. Infraestruturas de Acolhimento Empresarial 1.6. Rede Intermunicipal de Apoio ao Investimento e a Iniciativas Empreendedoras
2. Turismo, Cultura e Património	<ul style="list-style-type: none"> 2.1. Qualificação da Oferta Turística e Património Natural 2.2. Qualificação da Oferta Turística e Património Histórico-Cultural 2.3. Qualificação da Oferta Turística e Produtos Endógenos 2.4. Acolhimento e Comunicação Turística 2.5. Promoção Turística das Terras de Trás-os-Montes 2.6. Turismo Transfronteiriço 2.7. Valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos 2.8. Eventos culturais
3. Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none"> 3.1. Estruturas setoriais e eficiência coletiva 3.2. Infraestruturas de apoio à produção e à transformação 3.3. Empreendedorismo e inovação nas fileiras agroindustriais 3.4. Investimento produtivo de criação, expansão, modernização e qualificação empresariais 3.5. Serviços avançados de apoio à distribuição e à comercialização
4. Ambiente e Ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> 4.1. Adaptação às alterações climáticas, prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes 4.2. Gestão sustentável da água 4.3. Transição para uma economia e sociedade circular 4.4. Reforço da proteção da natureza e da biodiversidade e infraestruturas verdes
5. Energia	<ul style="list-style-type: none"> 5.1. Promover e acompanhar a produção de energia renovável (grandes infraestruturas e parques) 5.2. Promover a produção e utilização de energias renováveis através de sistemas desconcentrados 5.3. Promover a mobilidade elétrica 5.4. Eficiência energética
6. Conetividades e Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> 6.1. Cobertura digital do território, eliminando zonas brancas e cinzentas 6.2. Resolução de lacunas e estrangulamentos na rede rodoviária fundamental 6.3. Melhoria da rede rodoviária regional / intermunicipal 6.4. Projetar a inserção do território na rede ferroviária nacional e europeia

Domínio Temático	Linhas de Ação
	6.5. Aeroporto Regional de Bragança 6.6. Plataforma logística
7. Desenvolvimento Urbano	7.1. Reabilitação e qualificação do habitat urbano. 7.2. Habitação para todos. 7.3. Promoção da mobilidade sustentável e dos transportes coletivos 7.4. Cidades inteligentes.
8. Educação e Formação	8.1. Reforço da oferta de ensino superior e criação de condições para a fixação de alunos. 8.2. Melhorar a concertação, organização e racionalização da oferta de ensino e formação profissional. 8.3. Racionalização e modernização da rede de infraestruturas escolares. 8.4. Aprofundamento e replicação de boas práticas no combate ao abandono e insucesso escolar e na promoção do sucesso escolar.
9. Saúde e Respostas Sociais	LA 9.1. Reforço e qualificação da oferta de serviços de saúde LA 9.2. Promoção da coordenação e da inovação nas políticas sociais e de saúde LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais LA 9.4. Promoção da igualdade de género no trabalho e a conciliação entre a vida pessoal e profissional
10. Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal	10.1. Transformação digital da administração local 10.2. Competências e qualificações na administração local 10.3. Espaços e soluções de mobilidade para acesso aos serviços públicos digitais 10.4. Capacitação da CIM e das plataformas intermunicipais de fins específicos 10.5. Marketing Territorial 10.6. Cooperação Transfronteira

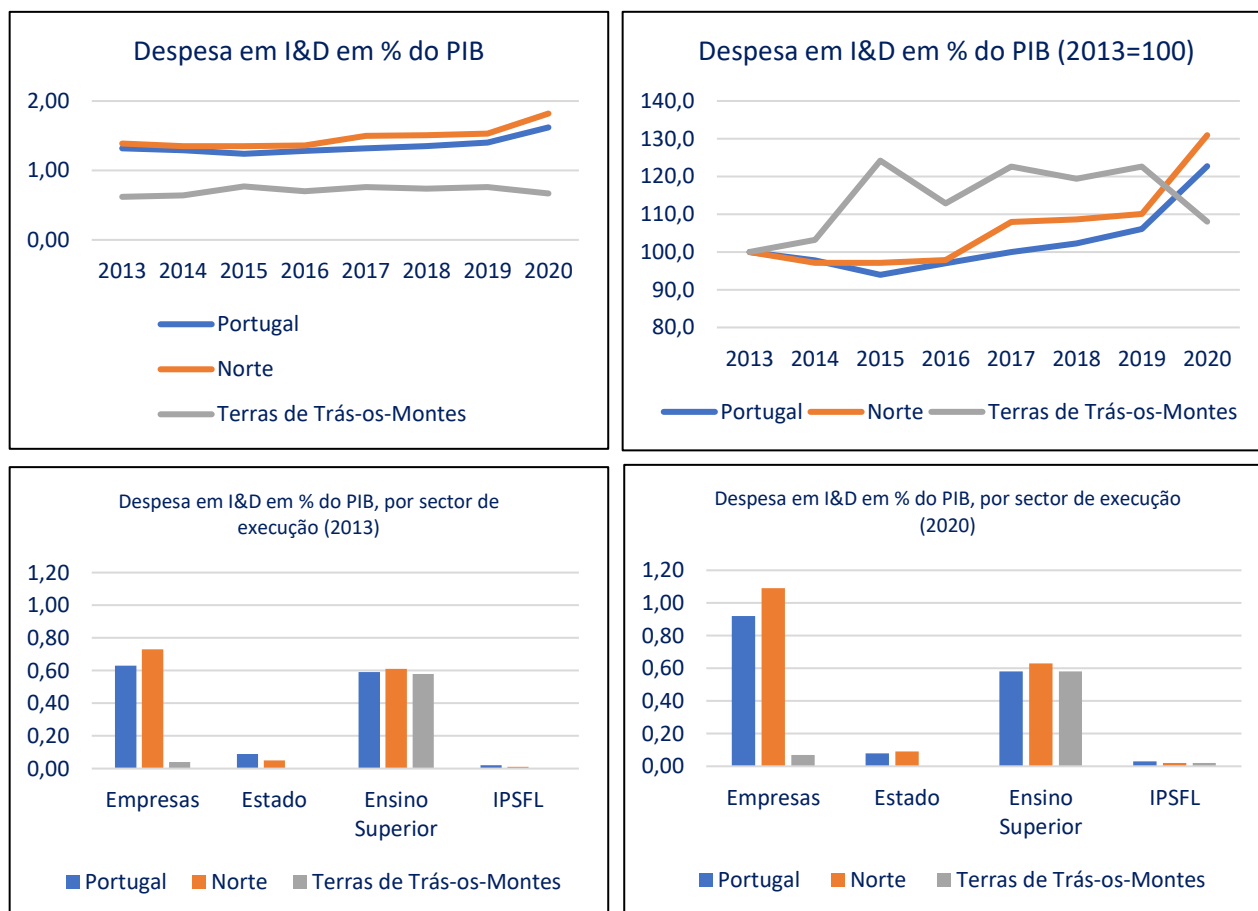
B.1. Conhecimento, Inovação e Competitividade

B.1.1. Diagnóstico

No período 2013 a 2020, as Terras de Trás-os-Montes observam uma evolução moderada e algo errática do indicador de esforço tecnológico (Despesa em I&D / PIB), com ritmos de crescimento acima dos verificados para a Região Norte e para Portugal, até 2015, mas com um forte decréscimo em 2020. O esforço em I&D permanece claramente inferior à média nacional (0,67% vs. 1,62%, em 2020) e está quase exclusivamente centrado no setor Ensino Superior (i.e. IPB).

Ainda assim, Terras de Trás-os-Montes apresentam um esforço em I&D dos mais elevados no conjunto dos territórios de baixa densidade ou mesmo acima dos verificados na Região Autónoma da Madeira (RAM) e do Algarve (ALG). Nesta comparação ao nível NUT III, ressalta a debilidade da I&D executada no setor Empresas, sendo que o rácio I&D Empresarial / PIB em Terras de Trás-os-Montes apresenta o segundo valor mais baixo no conjunto das NUT III.

Gráfico B.1.1: Indicadores de Investigação e Desenvolvimento



Fonte: INE e DGEEC

Como unidades de investigação do IPB com maior potencial de articulação com as prioridades da Estratégia, nomeadamente no agroalimentar e no ambiente, destacamos o CIMO – Centro de Investigação da Montanha (sobretudo na fileira da produção vegetal) e o CEDRI - Research Centre in Digitization and Intelligent Robotics. Para além do IPB, o acesso a serviços de I&D para a área da produção vegetal e, sobretudo, animal deve ter em conta as competências existentes na UTAD (ainda que sediada no Douro).

Um marco relevante foi a criação do Brigantia Ecopark. Localizado em Bragança, foi criado como sendo um parque de ciência e tecnologia implantado numa área de 3,3 ha, extensível até 6,6 ha, em ambiente urbano, para apoio a empresas consolidadas e a empresas incubadas de base tecnológica. Possui ainda espaços laboratoriais para apoio à investigação, desenvolvimento e inovação. O projeto Brigantia-EcoPark elegeu três áreas temáticas, Energia, Ambiente e Eco construção, sem prejuízo de outras que possam vir a ser determinantes para o seu desenvolvimento. Estão atualmente instaladas no Brigantia-EcoPark várias iniciativas e organizações igualmente ligadas às fileiras agroindustriais, nomeadamente, o Centro Nacional de Competências de Frutos Secos e o laboratório colaborativo MORE (este último associando o IPB, a UP/FEUP, o IPGuarda, o CNCFS, o ISQ e várias empresas).

Relativamente ao VAB das empresas em Terras de Trás-os-Montes, registou-se um acréscimo acumulado, entre 2013 e 2019 e a preços correntes, de 48,9%, em linha com o observado na Região Norte (48,0%) e acima do observado em Portugal (42,8%). Macedo de Cavaleiros e Bragança realçaram-se pela evolução muito favorável que exibiram neste indicador. Em 2019, Bragança respondia por 43,1% do VAB das empresas, seguindo-se em termos de maior representatividade Mirandela (17,5%) e Macedo de Cavaleiros (14,7%), refletindo uma forte concentração das atividades económicas no corredor da A4.

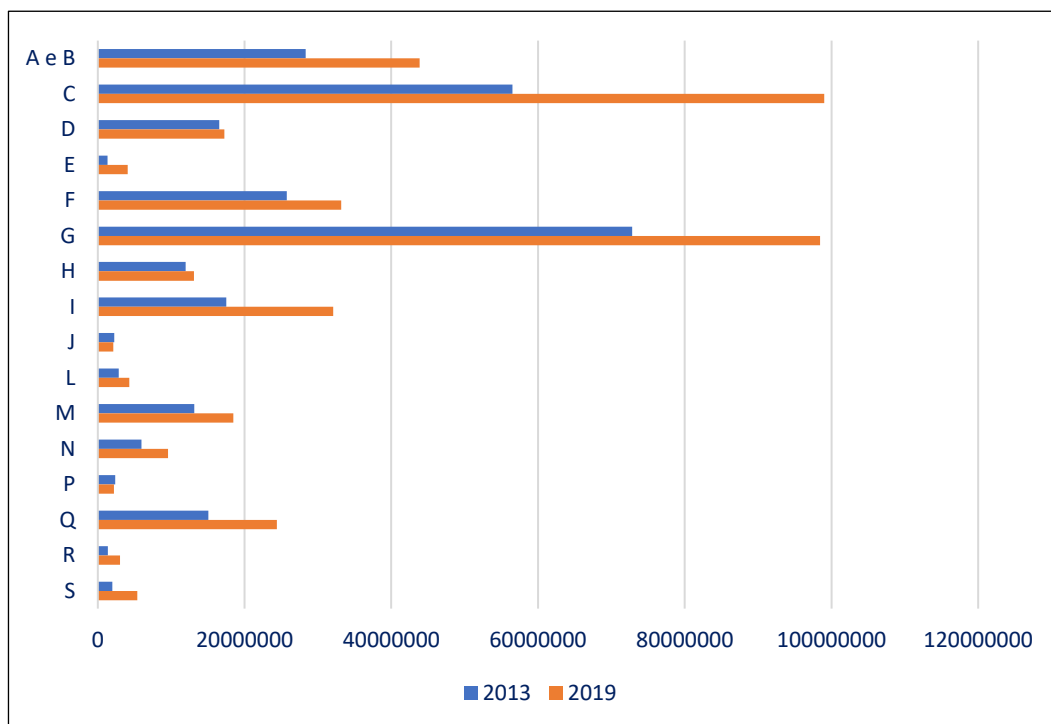
O setor empresarial em Terras de Trás-os-Montes necessita de reforçar a sua presença em atividades de bens transacionáveis, nomeadamente com base na expansão e inovação/modernização ao nível das fileiras agroindustriais. É de esperar igualmente um contributo futuro mais forte de toda a fileira do Turismo. No seu todo, a expansão da atividade dos setores de bens transacionáveis deverá combinar-se com uma maior expressão dos serviços de natureza económica (nomeadamente serviços tecnológicos, de logística, comerciais e de marketing).

Um dos grandes desafios futuros será o da transformação digital do setor empresarial e, nomeadamente, nas fileiras agroindustriais. A digitalização das empresas tem passado pela evolução dos suportes e das ferramentas digitais mas passará cada vez mais pela mudança do próprio modelo de negócio, abrangendo praticamente todas as áreas funcionais, incluindo as de produção, de logística, administrativos, comerciais ou de recursos humanos. Ao nível produtivo e nas fileiras agroindustriais, é de destacar o desafio da chamada agricultura de precisão, com um elevado potencial de utilização no território em análise.

Em termos de serviços e de infraestruturas de apoio ao setor empresarial refira-se a existência de uma rede alargada de zonas industriais, oferecendo solo industrial loteado e um conjunto de infraestruturas básicas.

Acompanhando os objetivos de modernização e inovação nas atividades empresariais e do forte incremento dos serviços avançados de apoio à competitividade, importará reter, para os próximos anos, o objetivo de um maior equilíbrio intrarregional no padrão de crescimento da atividade económica, reconhecendo-se mais uma vez as fileiras agroindustriais e do turismo como aquelas com maior potencial para incrementar a atividade económica nos concelhos com menor densidade de atividades económicas.

Gráfico B.1.2: Setor Empresarial em Terras de Trás-os-Montes - VAB (€) por Atividade (2013-2019)



Secção A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

Secção B - Indústrias Extrativas

Secção C - Indústrias Transformadoras

Secção D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

Secção E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição

Secção F - Construção

Secção G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

Secção H – Transportes e armazenagem

Secção I – Alojamento, restauração e similares

Secção J - Atividades de informação e de comunicação

Secção L - Atividades Imobiliárias

Secção M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

Secção N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio

Secção P - Educação

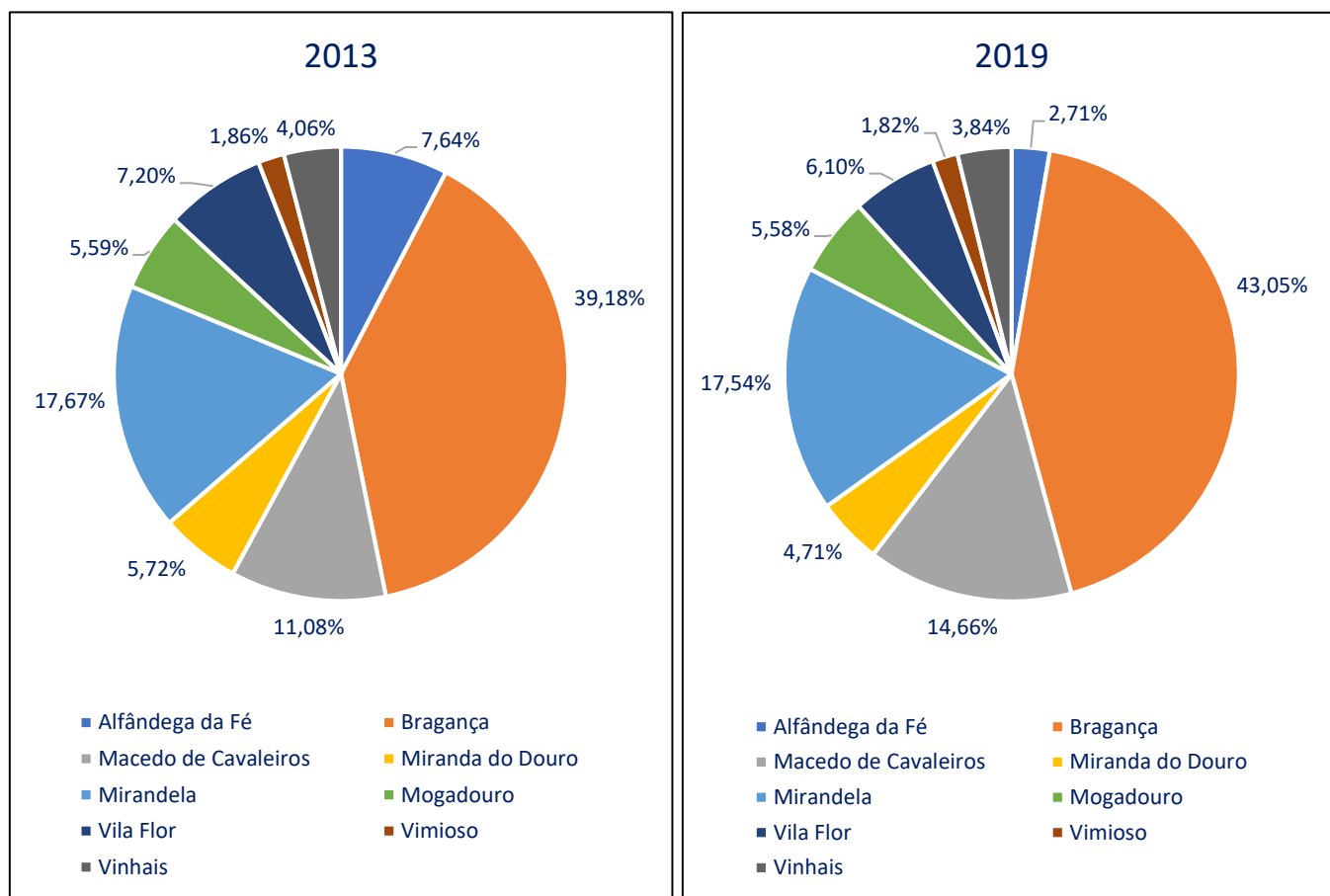
Secção Q – Atividades de saúde humana e apoio social

Secção R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

Secção S – Outras Atividades de serviços

Fonte: INE, SCIE

Gráfico B.1.3: Repartição por Município do VAB das Empresas em Terras de Trás-os-Montes (2013-2019)



Fonte: INE, SCIE

O Plano de Ação, no domínio temático Conhecimento, Inovação e Competitividade abrange, de forma coerente, ações ao nível do sistema de ciência e tecnologia, do empreendedorismo e do investimento empresarial, bem como as ações municipais e intermunicipais de apoio.

Em termos setoriais, consideram-se aqui incluídas todas as ações associadas a projetos de conhecimento, inovação e competitividade, incluindo, nomeadamente, aquelas que incidem no apoio ao investimento empresarial no domínio do Desenvolvimento Rural (no segmento das fileiras agroindustriais e em ações com enquadramento no FEDER) e no domínio do Turismo.

B.1.2. Linhas de Ação

São definidas as seguintes Linhas de Ação:

- LA 1.1. Consolidação e Expansão do Sistema de Ciência e Tecnologia e da Infraestrutura de Serviços Tecnológicos
- LA 1.2. I&D Empresarial
- LA 1.3. Promoção do Empreendedorismo Tecnológico e Qualificado

- LA 1.4. Apoio ao Investimento Empresarial
- LA 1.5. Infraestruturas de Acolhimento Empresarial
- LA 1.6. Rede Intermunicipal de Apoio ao Investimento e a Iniciativas Empreendedoras

LA 1.1. Consolidação e Expansão do Sistema de Ciência e Tecnologia e da Infraestrutura de Serviços Tecnológicos

- Prosseguir e expandir a atividade de I&D centrada no IPB e nos seus centros de investigação, com relevo para as áreas científicas e tecnológicas que mais diretamente se cruzam com as prioridades temáticas do Desenvolvimento Rural e do Ambiente. Como novos projetos relevantes, referem-se a criação de um centro de investigação e inovação a promover pelo IPB e pela ULS (Hospital de Bragança) na área da “Saúde Verde”, cruzando tecnologias da saúde, tecnologias digitais e biotecnologia e alimentação, e um centro de investigação e inovação na área do agroalimentar mobilizando parcerias com várias entidades do SCTN da Região Norte e transfronteiriças (Vigo, Valladolid e Salamanca).
- Ao nível dos serviços tecnológicos, consolidar uma plataforma de interface em torno do Brigantia Ecopark e equacionar uma segunda plataforma de interface a integrar no projeto de revitalização do Complexo Agroindustrial do Cachão. Finalizar a implementação, em Miranda do Douro, do Banco de Genética Animal, e equacionar uma outra infraestrutura tecnológica na área da genética vegetal.

LA 1.2. I&D Empresarial

- Incentivar a I&D empresarial e a articulação entre o sistema de Ciência e Tecnologia e as empresas, através de projetos de I&D colaborativos e da prestação de serviços tecnológicos e de centros tecnológicos que os ministrem. Para além das áreas do desenvolvimento rural, fileiras agroalimentares e ambiente, a articulação entre a I&D de matriz académica e a I&D+I empresarial poderá exprimir-se noutros domínios, com relevo para a saúde e biotecnologia, para a genética animal e vegetal e para as tecnologias digitais aplicadas à indústria.

LA 1.3. Promoção do Empreendedorismo Tecnológico e Qualificado

- Expandir a atividade do IPB e da capacidade do Brigantia Ecopark ao nível de programas de promoção do empreendedorismo tecnológico (incubação e aceleração). O Brigantia Ecopark necessitará de um investimento de expansão da capacidade para acolher atividades empresariais de I&D e start ups tecnológicas.
- No domínio do acolhimento de promotores de projetos com características de empreendedorismo qualificado e criativo, criação de novos espaços de acolhimento em cada um dos municípios, com módulos para acolher criadores de empresas em regime de co-working e empresas nos estádios iniciais.
- Implementação de programas de promoção do empreendedorismo (incubação e aceleração) em domínios temáticos prioritários para as Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente:
 - Promover a renovação geracional nas fileiras agroindustriais, através de programas de empreendedorismo rural.
 - Organização de programas de empreendedorismo orientado para a oferta de serviços turísticos diferenciados e respondendo a novas procuras.

LA 1.4. Apoio ao Investimento Empresarial

- Promover, facilitar e monitorizar o acesso das empresas aos Sistemas de Incentivos de âmbito nacional e regional.
- Incentivar a transformação digital das empresas, abarcando todas as áreas funcionais, incluindo as de produção, de logística, administrativa, comercial ou de recursos humanos. Ao nível produtivo e nas fileiras agroindustriais, é de destacar o desafio da chamada agricultura de precisão, com um elevado potencial de utilização no território em análise. Envolver as Associações Empresariais na dinamização da transformação digital nas empresas.
- Incentivar a descarbonização e a circularidade da economia, incentivando a produção de energia a partir de fontes renováveis, a eficiência energética nas empresas e a exploração de oportunidades de aproveitamento e reutilização de resíduos e produtos em fim de vida.
- Apoio a projetos de investimento empresarial de pequena dimensão, através de uma arquitetura simplificada de incentivos, geridos a nível intermunicipal e orientados prioritariamente para as prioridades temáticas da EIDT das Terras de Trás-os-Montes (Turismo, Desenvolvimento Rural e Ambiente).

LA 1.5. Infraestruturas de Acolhimento Empresarial

- Ao nível do acolhimento empresarial, prosseguir uma política de oferta de solo industrial, com a qualificação e gestão coordenada da rede de zonas industriais municipais, com a manutenção e aprofundamento da plataforma i9connect, com a melhoria dos acessos às áreas de acolhimento empresarial (“last mile”), e explorando as oportunidades de complementar a oferta de solo infraestruturado com serviços comuns de apoio à competitividade e ao empreendedorismo (internacionalização, qualificação, formação, informação, programas de incubação e aceleração), envolvendo as associações empresariais.

LA 1.6. Rede Intermunicipal de Apoio ao Investimento e a Iniciativas Empreendedoras

- Criação de novos espaços de acolhimento em cada um dos municípios, com módulos para acolher criadores de empresas em regime de co-working e empresas nos estádios iniciais.
- Criação de um serviço de atendimento aos investidores ao nível da CIM, com disponibilização de informação de apoio ao investimento, seja numa lógica de atração de novos investidores seja numa lógica de acompanhamento e *after care*, e articulação com os gabinetes de apoio aos investidores a nível municipal.
- Ponderar a criação de uma agência de investimento de âmbito intermunicipal, que pode funcionar no mesmo suporte institucional que coordena o marketing territorial (embora exigindo competências específicas), como elemento coordenador de ações coletivas e para atrair e acolher investidores externos (nacionais e estrangeiros).

B.1.3. Tipologias de Intervenção

Para as Linhas de Ação retidas, as Tipologias de Intervenção aplicáveis ou desejáveis são as seguintes:

- *Apoio à formação avançada*

- Engloba doutoramentos mas também formação avançada não conferente de grau. Não consideramos a formação profissional, técnica e superior, as quais são referidas noutra domínio.
- O Programa Demografia, Qualificações e Inclusão, no seu Objetivo Específico ESO4.6., inclui o apoio à Formação Avançada.
- *Apoio a unidades e projetos de C&T*
 - Engloba o apoio plurianual visando a capacitação das instituições e infraestruturas científicas, incluindo o reequipamento científico, bem como o apoio a programas e projetos de C&T. Inclui o apoio a Direitos de Propriedade Intelectual, por parte das instituições de C&T.
 - Refere-se a centralidade do Programa Regional do Norte, que, no seu Objetivo Específico RSO 1.1., apoia a criação de conhecimento científico e tecnológico, quer na vertente projeto quer na vertente infraestrutural. O mesmo programa, no Objetivo Específico ESO 4.4., apoia a inserção de recursos humanos altamente qualificados, nomeadamente em infraestruturas científicas e tecnológicas.
 - Adicionalmente, os consórcios aprovados no quadro do PRR, Componente 5 – Capitalização e inovação empresarial, poderão incluir componentes de C&T.
 - Refira-se ainda as oportunidades existentes no POCTEP, Objetivo Específico RSO 1.1., para o financiamento de projetos que, no caso das Terras de Trás-os-Montes, envolvam entidades localizadas nas áreas de cooperação Galiza / Norte de Portugal e Castela e Leão / Norte de Portugal.
 - O Instituto Politécnico de Bragança (IPB) integra o Iberian Food Lab, centro de investigação e inovação na área do agroalimentar, mobilizando parcerias com várias entidades do SCTN da Região Norte e Espanholas (Vigo, Valladolid e Salamanca). O memorandum entre parceiros está assinado. Foi submetida candidatura ao POCTEP, para ações preparatórias. O financiamento das instalações, a localizar em Bragança, poderá ter enquadramento no POCTEP.
 - O IPB tem igualmente em fase de conceção a criação de um centro de investigação e inovação, a promover em conjunto com a ULS do Nordeste e a localizar na proximidade da Unidade Hospitalar de Bragança, na área da “Saúde Verde”, cruzando tecnologias da saúde, tecnologias digitais e biotecnologia e alimentação. Em complementaridade, pretende expandir a Escola de Saúde, com formações em enfermagem, nutricionismo, técnicos de diagnóstico, etc.
 - Adicionalmente, o IPB está a projetar a ampliação da capacidade no campus atual, através da construção e equipamento de um edifício polivalente (Edifício Comunidade), para instalação de laboratórios e gabinetes para investigadores.
- *Apoio a organizações de interface e plataformas colaborativas, a projetos de I&D colaborativa e ações coletivas de transferência de tecnologia*
 - Engloba o apoio a organizações no interface das organizações de C&T com as empresas (organizações de interface de matriz mais académica, centros de inovação e tecnologia - CIT, plataformas colaborativas permanentes (CoLab), parques de ciência e tecnologia.
 - Engloba o apoio aos projetos desenvolvidos por estas entidades, nomeadamente, I&D colaborativa, projetos demonstradores, ações coletivas de transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos e fomento do mercado de serviços tecnológicos via

- apoio à aquisição de serviços tecnológicos junto de entidades pré-qualificadas, mercado de serviços tecnológicos.
- Os Programas com tipologias de ação suscetíveis de apoiar este tipo de organizações e projetos são os mesmos já referidos na tipologia anterior (PR Norte, RSO 1.1. e ESO 4.4.; PRR C5; POCTEP, RSO 1.1.).
 - Refira-se novamente a centralidade do Programa Regional do Norte, que, no seu Objetivo Específico RSO 1.1., apoia a transferência de conhecimento e tecnologia, quer na vertente de projeto quer na vertente infraestrutural. O mesmo programa, no Objetivo Específico ESO 4.4., apoia a inserção de recursos humanos altamente qualificados, nomeadamente em infraestruturas científicas e tecnológicas, citando os centros e interfaces tecnológicos, os centros de tecnologia e inovação, os laboratórios colaborativos, as infraestruturas de acolhimento e valorização económica de ciência e tecnologia.
 - Nestas tipologias, como projetos estruturantes para as Terras de Trás-os-Montes, destacamos:
 - A expansão do Brigantia EcoPark, nomeadamente aumentando o espaço para acolhimento de empresas e incubação.
 - A requalificação do Complexo Agroindustrial do Cachão, para a qual se prevê uma componente de instalação de serviços tecnológicos de apoio às fileiras agroindustriais, mobilizando entidades do SCTN.
 - Banco de Genética Animal, em Miranda do Douro. O Município de Miranda do Douro é proprietário do posto zootécnico de Malhadas, no qual já existem alguns meios laboratoriais, estando a ser construído um centro de recolha de sêmen de bovinos e de pequenos ruminantes, em espaço adjacente ao posto zootécnico. Pretende-se criar um centro de investigação e de formação, com a participação do IPB, visando a genética, preservação e melhoramento das raças autóctones (berço e solar da raça bovina mirandesa e raça ovina churra galega mirandesa) bem como ações de demonstração e apoio tecnológico aos produtores. Também está a ser ponderada uma componente na área da genética vegetal, associada às pastagens.
- *Incentivos financeiros à I&D Empresarial*
 - Engloba o apoio a projetos individuais bem como a projetos colaborativos liderados por empresas (I&D em consórcio, programas do tipo mobilizadores).
 - O Programa Inovação e Transição Digital e o Programa Regional do Norte, em ambos os casos no Objetivo Específico RSO 1.1., apoiam os projetos de I&D empresarial, sendo que se enquadram no PITD os projetos multi-regiões da convergência e os projetos individuais superiores a determinado montante de investimento, enquanto que os programas regionais apoiam os projetos mono-regionais e individuais com investimento abaixo do limiar fixado.
 - Adicionalmente, no PRR, Componente 5 - Capitalização e inovação empresarial, no quadro das Agendas/Alianças mobilizadoras para a inovação empresarial, os consórcios aprovados ou, eventualmente, a aprovar podem incluir atividades de I&D empresarial.
 - A este nível, o grande desafio para as Terras de Trás-os-Montes é o de aumentar o acesso aos incentivos ao investimento em I&D empresarial (e aos incentivos ao investimento empresarial em geral), o que passa pelo reforço da base empresarial inovadora e pela expansão do empreendedorismo tecnológico.

- *Incentivos fiscais à I&D Empresarial*
 - Instrumento complementar aos incentivos financeiros. O SIFIDE permite, de forma relativamente simplificada e para empresas com rentabilidade, obter um crédito fiscal com base nas despesas de I&D realizadas.
- *Apoio ao emprego científico e tecnológico nas empresas*
 - O Programa Regional do Norte, no seu Objetivo Específico ESO 4.4., prevê o apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados, nomeadamente por parte de empresas (micro, pequenas e médias). De notar, ainda, que no RSO 1.1., nas tipologias de apoio à I&D empresarial, se mantém o apoio à criação de núcleos de I&D.
- *Programas de empreendedorismo*
 - Inclui a organização de programas estruturados de empreendedorismo tecnológico e qualificado. O apoio a infraestruturas de acolhimento destes programas, incluindo o acolhimento de empresas em fase de pré-incubação, incubação ou aceleração já foi considerado anteriormente, uma vez que, em regra, incide sobre organizações de interface.
 - O Programa Regional do Norte, no seu Objetivo Específico RSO 1.1., no domínio da Transferência de conhecimento e tecnologia, refere, entre outras subtipologias, o apoio a ações coletivas de estímulo, de intercâmbio e de troca de experiência na área do empreendedorismo intensivo em conhecimento e tecnologia, e, no domínio do Investimento empresarial e valorização económica do conhecimento, refere entre outras subtipologias, o apoio a projetos empresariais de empreendedorismo tecnológico (criação de novas empresas e novos negócios, intensivos em conhecimento, tecnologia e criatividade) e projetos simplificados de investimento das empresas em I&D ou de empreendedorismo intensivo em conhecimento e tecnologia.
 - O mesmo Programa, no Objetivo Específico 5.1., Eixo 3 – Ativos Territoriais, refere o sistema de apoio ao empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo jovem, e à criação de emprego (OP4 FSE+).
 - Em Terras de Trás-os-Montes, a promoção do empreendedorismo tecnológico e qualificado deverá ser articulada com as grandes prioridades de especialização da EIDT, em domínios tais como as fileiras agroindustriais (biotecnologia, agricultura de precisão), ambiente (nomeadamente economia circular e bioeconomia) e turismo (serviços especializados), sem excluir outros domínios e, nomeadamente, considerando a transversalidade das tecnologias digitais.
 - Relembremos a prioridade para a expansão do Brigantia EcoPark, nomeadamente aumentando o espaço para acolhimento de empresas e incubação.
- *Instrumentos financeiros*
 - Associados ao apoio ao empreendedorismo, os instrumentos de capitalização são uma componente particularmente importante, sendo a sua oferta assegurada por intermediários financeiros (“venture capital”, englobando sociedades de capital de risco e entidades veículo de business angels), podendo estes intermediários serem financiados a montante pela Componente 5 do PRR (entre outras fontes de financiamento possíveis).
 - Importa que as entidades promotoras de programas de empreendedorismo (nomeadamente o IPB) estabeleçam conexões com os intermediários financeiros acima referidos, disponibilizando informação e apoio técnico aos destinatários finais.
- *Atração de IDE e de investimento externo à subregião*

- A atração de IDE e de investimento externo à subregião “Terras de Trás-os-Montes” constitui uma das vias para a qualificação dos recursos empresariais.
- A CIM e os Municípios devem ter aqui uma atitude proativa, como referiremos no quadro da agenda da Capacitação da Administração Local e Intermunicipal.
- Neste domínio, importará explorar as possibilidades de articulação entre a CIM Terras de Trás-os-Montes e a CCDR-N, nomeadamente no quadro de atividades que venham a ser desenvolvidas no âmbito do Objetivo Específico RSO1.4. Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo. O mesmo se aplica à articulação com atores transfronteiriços, no quadro de projetos com enquadramento no Objetivo Específico RSO1.4. do POCTEP.
- *Incentivos financeiros à competitividade empresarial*
 - Consideramos aqui o conjunto de incentivos financeiros dirigidos à competitividade empresarial, os quais englobam um espectro muito amplo de instrumentos, já que para além dos incentivos previstos no quadro do PT2030 existem outros apoios ao investimento empresarial em várias componentes do PRR.
 - O PT2030 prevê, no Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2030 (Portaria n.º 103-A/2023, de 12 de abril) , os seguintes Sistemas de Incentivos:
 - a) Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial;
 - b) Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento;
 - c) Sistema de Incentivos de Base Territorial;
 - d) Sistema de Incentivos à Transição Climática e Energética;
 - e) Sistema de Incentivos à Qualificação de Recursos Humanos.
 - No Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial são apoiadas as tipologias Inovação Produtiva e Qualificação e Internacionalização das PME.
 - Para a tipologia Inovação Produtiva, para as regiões menos desenvolvidas NUTS II (Norte, Centro e Alentejo), o financiamento é assegurado (i) pelo PITD, no caso de operações multirregião e de operações individuais com investimento total superior ao limite definido em aviso para apresentação de candidaturas e (ii) pelos programas regionais do continente, no caso das operações realizadas na respetiva NUTS II e com montante de investimento total igual ou inferior ao limite a definir em aviso para apresentação de candidaturas. Em ambos os casos, o enquadramento faz-se no Objetivo Específico RSO 1.3.
 - As tipologias “Qualificação das PME” (inclui o apoio em domínios imateriais de competitividade) e “Internacionalização das PME” (ações imateriais de internacionalização), os projetos individuais e conjuntos são apoiados, para as regiões menos desenvolvidas NUTS II (Norte, Centro e Alentejo) pelo Programa Inovação e Transição Digital (RSO 1.3.).
 - O Sistema de Incentivos de Base Territorial incide sobre investimento de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e expansão ou modernização da sua atividade, contribuindo para a manutenção do emprego e a modernização e resiliência das economias locais, estando previsto no Objetivo Específico RSO 1.3. do Programa Regional do Norte e integrando o Eixo 3 – Ativos Territoriais dos ITI.

- O Sistema de Incentivos à Transição Climática e Energética está previsto no Programa Inovação e Transição Digital, Objetivo Específico RSO 2.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, tipologia Descarbonização do setor industrial e empresarial. O mesmo programa, no Objetivo específico RSO2.2. Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001 [1], incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos, inclui a tipologia Diversificação da produção de energia a partir de fontes de energia renovável, incidindo igualmente no investimento empresarial.
- O PRR tem várias componentes que englobam subvenções ao investimento empresarial:
 - Componente 5 - Capitalização e inovação empresarial, no quadro dos consórcios das Agendas/Alianças mobilizadoras para a inovação empresarial.
 - Componente 11 – Descarbonização da indústria.
 - Componente 14 - Hidrogénio e renováveis.
 - Componente 16 - Empresas 4.0.
- Perante um espectro tão significativo e diversificado de apoios ao investimento empresarial (competitividade, transição climática, transição digital), reafirmamos a necessidade de se promover proativamente o acesso das empresas de Terras de Trás-os-Montes aos incentivos disponíveis.
- *Incentivos fiscais ao Investimento*
 - Engloba os incentivos fiscais ao investimento previstos no Código Fiscal do Investimento.
- *Instrumentos financeiros*
 - Os instrumentos de dívida e de garantia são uma componente particularmente importante, complementares aos incentivos financeiros, sendo a sua oferta assegurada por intermediários financeiros (entidades bancárias e sociedades de garantia mútua), podendo estes intermediários serem financiados a montante pela Componente 5 do PRR (entre outras fontes de financiamento possíveis). Está prevista a possibilidade dos instrumentos de dívida e garantia serem acoplados aos incentivos financeiros do PT2030 para a inovação produtiva.
- *Ações coletivas de qualificação*
 - Promovidas por organizações da envolvente empresarial (nomeadamente Associações Empresariais), incidem sobre um espectro alargado de fatores imateriais da competitividade.
 - O Programa Regional do Norte, no seu Objetivo Específico RSO 1.3., prevê o apoio a este tipo de ações coletivas. No caso de ações coletivas incidindo sobre várias regiões menos desenvolvidas, julgamos que o seu cofinanciamento será assegurado pelo Programa Inovação e Transição Digital, RSO 1.3.
 - No caso das Terras de Trás-os-Montes, para além das empresas serem potencialmente destinatárias finais de ações coletivas promovidas a nível regional ou multiregional, importará impulsionar ações coletivas em domínios como promoção de marcas associadas a produtos endógenos, promoção da atratividade territorial, dos seus recursos e sistemas produtivos ou sustentabilidade energética e ambiental.
- *Ações coletivas de internacionalização*
 - Promovidas por organizações da envolvente empresarial (nomeadamente Associações Empresariais), incidem sobre ações de internacionalização.

- O Programa Regional do Norte, no seu Objetivo Específico RSO 1.3., prevê o apoio a este tipo de ações coletivas. No caso de ações coletivas indindo sobre várias regiões menos desenvolvidas, julgamos que o seu cofinanciamento será assegurado pelo Programa Inovação e Transição Digital, RSO 1.3.
- No caso das Terras de Trás-os-Montes, para além das empresas serem potencialmente destinatárias finais de ações coletivas promovidas a nível regional ou multiregional, importará impulsionar ações coletivas em domínios como promoção internacional do território e de marcas e bens e serviços associados a produtos endógenos, destacando-se aqui a promoção e valorização internacional dos diferentes produtos e destinos turísticos.
- *Criação, expansão e qualificação de Áreas de Acolhimento Empresarial (solo industrial)*
 - Incide em Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) para acolhimento de atividades industriais e outras, visando uma oferta organizada de solo industrial e contribuindo para o ordenamento do território e para a competitividade empresarial.
 - As AAE a criar, a expandir ou a qualificar devem incorporar componentes infraestruturais, de serviços de apoio e de amenidades, compatíveis com um ambiente de negócios de grande qualidade e com os desafios das transições digital e climática. Podem igualmente incorporar uma componente de serviços (edifícios dedicados a serviços de apoio às empresas e a espaços de incubação e de coworking).
 - O Programa Regional do Norte, no seu Objetivo Específico RSO 1.3., prevê a tipologia de Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à competitividade, que engloba projetos de criação, expansão e requalificação de áreas de acolhimento empresarial. Embora não expressamente previsto, consideramos que seria de explorar a possibilidade de, no apoio a esta tipologia, poderem ser acoplados às subvenções instrumentos de dívida e garantia (empréstimos aos promotores, com apoio aos custos das garantias e isenção ou bonificação dos juros).
 - O PRR, na sua Componente 7 – Infraestruturas, previa o apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial, incorporando dimensões associadas às transições digital e climática, não tendo sido selecionado nenhum projeto em Terras de Trás-os-Montes. Consideramos ser de ponderar a abertura de novo procedimento concursal.
 - Os Municípios de Terras de Trás-os-Montes têm em projeto diversos projetos na tipologia AAE:
 - A C.M. de Alfândega da Fé sinaliza a necessidade de expansão da AAE cuja 1ª fase foi apoiada no PT2020.
 - A C.M. de Bragança projeta uma nova AAE, na proximidade do Aeródromo Municipal.
 - A C.M. de Macedo de Cavaleiros tem já elaborado e aprovado o projeto de expansão do Parque Empresarial de Macedo de Cavaleiros, que inclui componentes de eficiência energética e digitais e um edifício de serviços com espaços para incubação e coworking.
 - A C.M. de Miranda do Douro projeta uma nova AAE, a localizar em Palaçoulo ou Duas Igrejas.
 - A C.M. de Mirandela pretende requalificar a AAE atual (associando-lhe também um projeto de Comunidade de Energia Renovável) e projeta uma nova AAE, no nó de Mirandela da A4.

- A C.M. de Vinhais pretende a ampliação da Zona Industrial de Vinhais.
- No quadro do projeto de requalificação do CAICA, identifica-se a relevância de uma componente de AAE para acolhimento de atividades agroindustriais e serviços avançados de apoio.
- *Espaços de acolhimento e de co-working*
 - A rede de espaços de acolhimento para empresas completa-se com uma oferta adequada de espaços para acolhimento de pequenas iniciativas empresariais, nomeadamente em fase de pré-incubação ou de incubação, e de espaços de coworking.
 - O Programa Regional do Norte, no seu Objetivo Específico RSO 1.3., prevê a tipologia de Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à competitividade, na qual inclui o apoio a projetos de qualificação, ampliação ou criação de viveiros de empresas locais, de incubadoras sociais e de espaços de “coworking”.
 - Conforme já referido, existem possibilidades a explorar no sentido de acoplar às AAE existentes este tipo de espaços.
 - Vários Municípios (nomeadamente Alfândega da Fé, Bragança e Vimioso) têm projetos de criação de espaços de incubação e de coworking, recuperando edifícios pré-existentes (p. ex., escolas desativadas).
- *Informação, atendimento e acompanhamento aos investidores*
 - O apoio ao investimento passa pelo envolvimento dos Municípios e da CIM em atividades de informação, atendimento e acompanhamento aos investidores, sendo fortemente desejável articular atividades transversais (p. ex., informação sobre incentivos) com os balcões de atendimento em cada Município. Este tema será abordado na dimensão Capacitação da Administração Local e Intermunicipal.

Tabela B.1.1: Conhecimento, Inovação e Competitividade - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 1.1. Consolidação e Expansão do Sistema de Ciência e Tecnologia e da Infraestrutura de Serviços Tecnológicos	Apoio à formação avançada	PDQI, ESO4.6.
	Apoio a unidades e projetos de C&T	PR Norte, RSO1.1. PR Norte, ESO4.4. PRR C5 - Capitalização e inovação empresarial POCTEP, RSO1.1. Horizonte Europa
	Apoio a organizações de interface e plataformas colaborativas, a projetos de I&D colaborativa e ações coletivas de transferência de tecnologia	PR Norte, RSO1.1. PR Norte, ESO4.4. PRR C5 - Capitalização e inovação empresarial POCTEP, RSO1.1. Horizonte Europa
LA 1.2. I&D Empresarial	Incentivos financeiros à I&D empresarial	PR Norte, RSO1.1. PITD, RSO 1.1. PRR C5 - Capitalização e inovação empresarial

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
	Incentivos fiscais à I&D empresarial	SIFIDE
	Apoio ao emprego científico e tecnológico nas empresas	PR Norte, RSO1.1. PR Norte, ESO4.4.
LA 1.3. Promoção do Empreendedorismo Tecnológico e Qualificado	Programas de empreendedorismo	PR Norte, RSO1.1. PR Norte, RSO 5.1., Eixo 3 POCTEP, RSO1.1. POCTEP, RSO 1.4.
	Instrumentos financeiros	PRR C5 - Capitalização e inovação empresarial, financiando a montante das empresas os intermediários financeiros que operam no segmento de “venture capital”
	Atração de IDE e de investimento externo à subregião	PR Norte, RSO 1.4. POCTEP, RSO 1.4.
LA 1.4. Apoio ao Investimento Empresarial	Incentivos financeiros à competitividade empresarial	PR Norte, RSO 1.3. PR Norte, RSO 5.1., Eixo 3 PITD, RSO 1.3. PITD RSO 2.1. PITD RSO 2.2. PRR C5 – Capitalização e inovação empresarial PRR C11 - Descarbonização da indústria. PRR C14 - Hidrogénio e Renováveis PRR C16 – Empresas 4.0
	Incentivos fiscais ao investimento	Código Fiscal do Investimento
	Instrumentos financeiros	PRR C5 - Capitalização e inovação empresarial, financiando a montante das empresas os intermediários financeiros que operam nos segmentos dos instrumentos de dívida e de garantia
	Ações coletivas de qualificação	PR Norte, RSO1.3. PITD, RSO 1.2. (Digitalização das empresas) PITD, RSO1.3. PRR C16 - Digitalização das empresas POCTEP, RSO1.2. (Digitalização das empresas) POCTEP, RSO1.3.
	Ações coletivas de internacionalização	PR Norte, RSO1.3. PITD, RSO1.3. POCTEP, RSO1.3.
LA 1.5. Infraestruturas de Acolhimento Empresarial	Criação, expansão e qualificação de Áreas de Acolhimento Empresarial (solo industrial)	PR Norte, RSO1.3. PRR C7 – Infraestruturas (componente Áreas de Acolhimento Empresarial)

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 1.6. Rede Intermunicipal de Apoio ao Investimento e a Iniciativas Empreendedoras	Espaços de acolhimento e de co-working	PR Norte, RSO1.3. PR Norte, RSO 5.1., Eixo 3
	Informação, atendimento e acompanhamento aos investidores	PR Norte, RSO1.3. PR Norte, RSO5.1., Eixo 3

B.1.4. Intervensões a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

O Acordo de Parceria define o espectro de abordagens territoriais a considerar no PT2030³. Subsequentemente, no Programa Regional do Norte 2021-2027, na Prioridade: 5A. Norte mais Próximo dos Cidadãos e no Objetivo Específico RSO5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas, define o âmbito das ITI CIM/AMP. O mesmo Programa, no Objetivo Específico RSO5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas, define o âmbito das abordagens territoriais centradas na valorização dos recursos endógenos. Refira-se ainda que, fora do âmbito do PT2030, o PEPAC considera igualmente abordagens territoriais na tipologia DLBC.

Intervenções no Domínio do Conhecimento, Inovação e Competitividade com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Existe um número limitado de tipologias de ações do domínio do conhecimento, inovação e competitividade energia terão enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes. A tabela seguinte procede a uma identificação dessas tipologias.

Tabela B.1.2: Conhecimento, Inovação e Competitividade – Enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Investimentos de base territorial (RSO 1.3.)	<ul style="list-style-type: none"> LA 1.4. Apoio ao Investimento Empresarial - Incentivos financeiros à competitividade empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> O Sistema de Incentivos de Base Territorial incide sobre investimento de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e expansão ou modernização da sua atividade, contribuindo para a manutenção do emprego e a modernização e resiliência das economias locais.
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Viveiros de empresas / Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à competitividade (RSO 1.3.)	<ul style="list-style-type: none"> LA 1.6. Rede Intermunicipal de Apoio ao Investimento e a Iniciativas Empreendedoras - Espaços de acolhimento e de co-working 	<ul style="list-style-type: none"> Oferta adequada de espaços para acolhimento de pequenas iniciativas empresariais, nomeadamente em fase de pré-incubação ou de incubação, e de espaços de coworking. Nas plataformas não tecnológicas de

³ Acordo de Parceria 2021.2027, versão 2.0 (2022), pp. 41 e seguintes.

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
	<ul style="list-style-type: none"> - Informação, atendimento e acompanhamento aos investidores 	<p>apoio à competitividade, poder-se-á considerar o envolvimento dos Municípios e da CIM em atividades de informação, atendimento e acompanhamento aos investidores, sendo fortemente desejável articular atividades transversais (p. ex., informação sobre incentivos) com os balcões de atendimento em cada Município.</p>
<p>Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Ações coletivas para as Associações de base local (RSO 1.3.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 1.4. Apoio ao Investimento Empresarial <ul style="list-style-type: none"> - Ações coletivas de qualificação - Ações coletivas de internacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> • As ações coletivas de qualificação poderão incidir em domínios como promoção de marcas associadas a produtos endógenos, promoção da atratividade territorial, dos seus recursos e sistemas produtivos ou sustentabilidade energética e ambiental. • As ações coletivas de internacionalização poderão incidir em domínios como promoção internacional do território e de marcas e bens e serviços associados a produtos endógenos, destacando-se aqui a promoção e valorização internacional dos diferentes produtos e destinos turísticos.
<p>Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Apoio ao emprego e ao empreendedorismo (ESO 4.1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 1.4. Apoio ao Investimento Empresarial <ul style="list-style-type: none"> - Incentivos financeiros à competitividade empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> • A tipologia Apoio ao emprego e ao empreendedorismo (FSE+), ainda que focada na criação de emprego, traduz-se igualmente no apoio a pequenas iniciativas empresariais.

Intervenções no Domínio do Conhecimento, Inovação e Competitividade com enquadramento potencial em outras Abordagens Territoriais

Várias das tipologias por nós consideradas no domínio do Conhecimento, Inovação e Competitividade, ainda que não incluídas nas tipologias dos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes, poderão ser mobilizadas para a abordagem territorial do tipo PROVERE, prevista no Objetivo Específico 5.2. do Programa Regional do Norte. Destacamos:

- Os incentivos financeiros à competitividade empresarial, seja na vertente Inovação Produtiva seja na vertente Qualificação e Internacionalização das PME, permitirão apoiar o investimento empresarial privado em áreas relacionadas com a futura EEC PROVERE, nomeadamente o investimento em atividades turísticas e em certos segmentos das fileiras agroindustriais. Refira-se ainda a relevância das subtipologias previstas na Componente 16 do PRR- Empresas 4.0, sendo que, p.ex., a digitalização dos modelos de negócio e os canais digitais de comercialização apresentam uma grande relevância para os setores acima mencionados.
- As ações coletivas de qualificação e as ações coletivas de internacionalização serão igualmente relevantes para as atividades que presumivelmente estarão consideradas na EEC PROVERE

(turismo e certos segmentos das fileiras agroindustriais). Estará ainda por esclarecer qual o perímetro exacto das entidades beneficiárias destas tipologias.

- No Objetivo Específico RSO 5.2., do Programa Regional do Norte, menciona-se uma tipologia agregada de “Valorização de recursos endógenos”, sendo que na sua especificação são citadas, entre outras, subtipologias equiparáveis a ações coletivas de qualificação e de internacionalização.

B.2. Turismo, Cultura e Património

B.2.1. Diagnóstico

O Turismo é um setor fundamental para o desenvolvimento territorial da região, tendo por isso sido eleito como uma das prioridades de desenvolvimento estratégico das Terras de Trás-os-Montes. De facto, no diagnóstico realizado aquando do exercício de revisitação e atualização da EIDT, é referido que nos últimos anos, excetuando os períodos de medidas profiláticas de contenção da pandemia COVID-19, quer a oferta de alojamento turístico quer a procura turística observaram boas dinâmicas, em linha com o observado para o país e para a região Norte.

Do lado da oferta, a evolução do número total de estabelecimentos de alojamento turístico, dos estabelecimentos hoteleiros e da capacidade de alojamento seguia um ritmo de crescimento sensivelmente análogo ao observado no país e na Região Norte. Entre 2011 e 2020, o total de estabelecimentos de alojamento turístico passou de 34 para 100, o total de estabelecimentos hoteleiros passou de 12 para 24 e a capacidade de alojamento passou de 2.209 para 3.366 camas. No entanto, como consequência da pandemia, ao compararmos os anos de 2019 e 2020, verifica-se uma descida no número do total de estabelecimentos de alojamento turístico assim como da capacidade de alojamento.

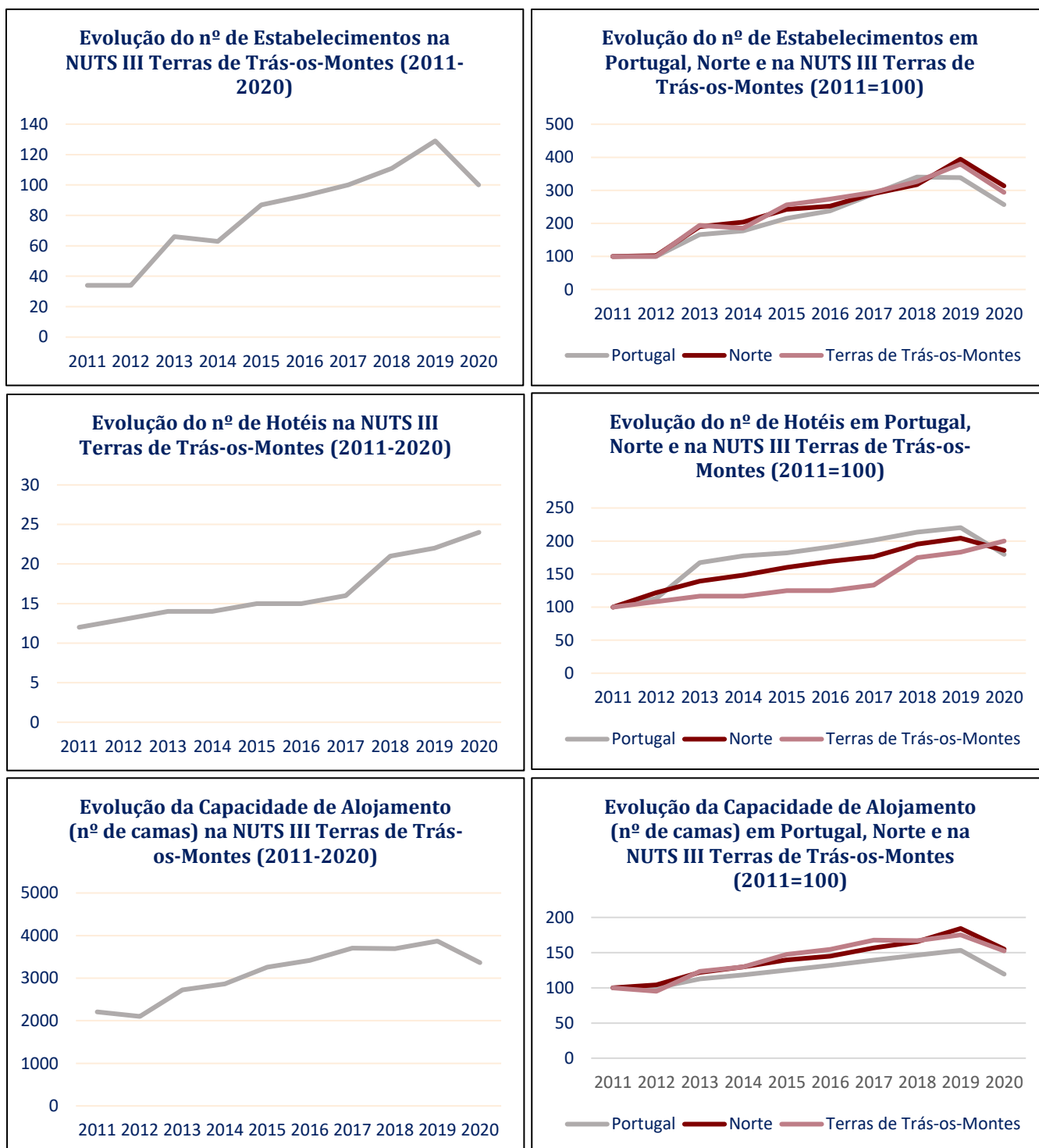
Do lado da procura, a evolução das dormidas é igualmente muito positiva até 2019, ainda que a um ritmo algo inferior ao observado no país e, sobretudo, na Região Norte. No entanto, se considerarmos o último ano com dados disponíveis, a evolução da procura entre 2011 e 2020 é negativa em Terras de Trás-os-Montes assim como em Portugal e na região Norte. Com efeito, entre 2011 e 2019, as dormidas passaram de 152.611 para 248.441 noites, mas caem para 142.272 em 2020 (-42,7%).

Importa salientar que em termos percentuais, entre 2019 e 2020, a descida das dormidas a nível nacional e na Região Norte foi mais acentuada à verificada em Terras de Trás-os-Montes, correspondendo a -63,2% e -59,6%, respetivamente. Por outro lado, tomando como base a informação mais recente a nível nacional e regional, é de crer que em 2022 se terá já verificado uma total recuperação da procura turística, sendo provável que o nível pré-pandemia será até ultrapassado.

Das 142.272 dormidas em 2020, 88,6% eram de residentes em território nacional, enquanto essa quota era de 63% e de 52,7% na Região Norte e em Portugal, respetivamente. Quer isto dizer que a procura turística em Terras de Trás-os-Montes ainda é predominantemente assegurada por residentes em Portugal. Porém, é importante realçar que com as restrições às deslocações impostas entre países devido ao contexto da pandemia, era expectável o número de turistas nacionais ser predominante.

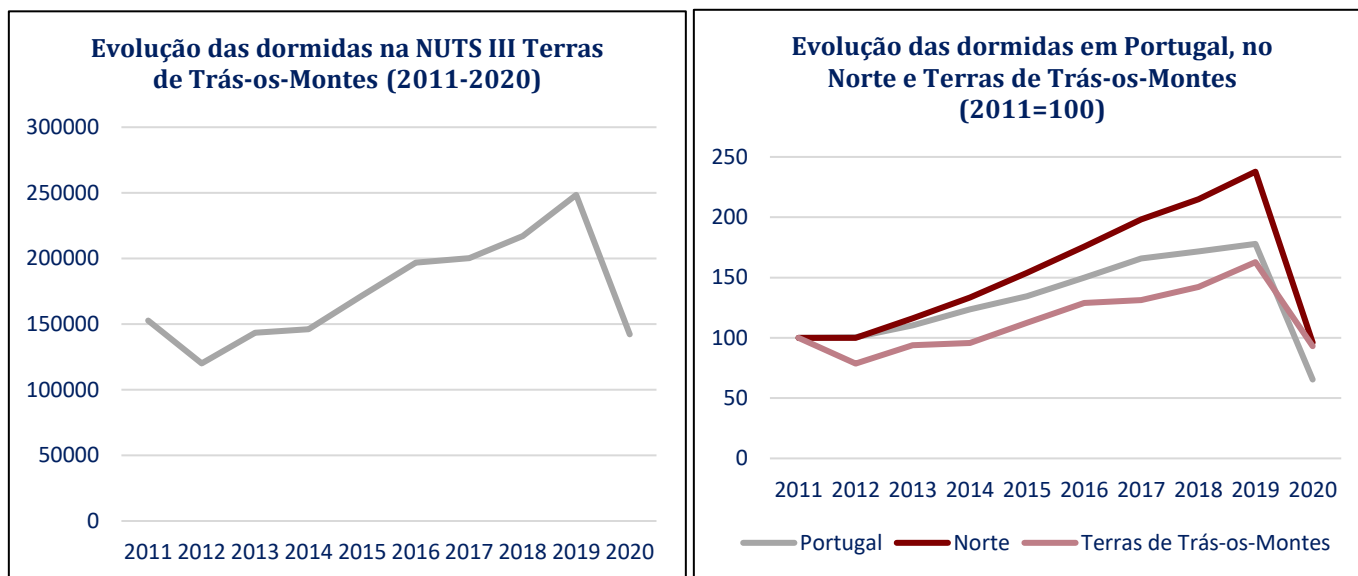
Das 142.272 dormidas verificadas em 2020, 99.320 foram em estabelecimentos hoteleiros (69,8% do total das dormidas), 16.935 em unidades de Alojamento Local (11,9% do total das dormidas) e 26.017 em unidades de Turismo no Espaço Rural e de habitação (18,3% do total das dormidas).

Gráfico B.2.1: Evolução da Oferta de Alojamento Turístico



Fonte: INE

Gráfico B.2.2: Evolução da Procura de Alojamento Turístico (Dormidas)



Fonte: INE

O potencial de crescimento do Turismo em Terras de Trás-os-Montes é assinalável, dada a oferta de um conjunto de segmentos singulares do território, nomeadamente o turismo de natureza (nas suas distintas vertentes) e o turismo em espaço rural mas também o associado ao património histórico e cultural, à gastronomia e vinhos e a eventos. Sendo assim, o território tem um conjunto de desafios importantes para o futuro, designadamente a resposta da oferta privada ao crescimento da procura turística na região, assim como valorizar e preservar os ativos turísticos e recursos endógenos, potenciando ainda as sinergias entre os distintos municípios da CIM Terras de Trás-os-Montes.

Adicionalmente, a Cultura e o Património presentes no território, assumem um peso muito relevante em Terras de Trás-os-Montes, enfatizando a identidade da região assim como catalisando a estruturação da oferta em termos turísticos.

O Plano de Ação para a dimensão Turismo, Cultura e Património compreende um conjunto de ações que visam a afirmação do território das Terras de Trás-os-Montes como um destino turístico de excelência e ambientalmente sustentável, dotado de recursos turísticos naturais, patrimoniais, culturais e gastronómicos apelativos e de elevado valor simbólico, que propiciem a atração de turistas nacionais e internacionais.

Importa referir que as Linhas de Ação incidem em iniciativas de âmbito municipal e intermunicipal, ainda que envolvendo um conjunto mais alargado de entidades de cariz associativo e/ou prosseguindo fins de interesse público.

Quer o quadro de promoção de novo empreendedorismo orientado para a oferta de serviços turísticos diferenciados e respondendo a novas procuras bem como das ações de facilitação e de apoio, com base em incentivos nacionais, mas também modulados a nível do território, ao investimento privado na hotelaria, no alojamento local e rural, na restauração e nos serviços turísticos foram já considerados na dimensão Conhecimento, Inovação e Competitividade deste Plano de Ação.

Tabela B.2.1: Ativos Turísticos em Terras de Trás-os-Montes

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL / TOURING CULTURAL	
Aldeia de Rio Onor (Bragança)	A Aldeia de Rio Onor insere-se no Parque Natural de Montesinho (PNM), tendo em 2017 sido considerada uma das Aldeias Maravilha de Portugal. Esta aldeia comunitária é uma das mais bem preservadas do PNM, com casas típicas serranas em xisto com varandas alpendradas, muito bem recuperadas.
Castelo de Bragança (Bragança)	Localizado no Centro Histórico da cidade de Bragança, este Castelo é um dos mais representativos da arquitetura medieval. É composto por uma Torre de Menagem e por uma muralha dupla. As muralhas são formadas por 15 torres e 3 portas, onde se destacam a Torre da Princesa e a Porta da Vila que acolhe o visitante ao castelo. Está classificado como Monumento Nacional desde 1910.
Cidadela de Bragança (Bragança)	A Cidadela de Bragança é um dos baluartes do Nordeste Transmontano. O pequeno perímetro da Cidadela Brigantina serviu para a defesa da antiga vila medieval. Neste perímetro eram defendidas as pequenas casas da povoação, a Igreja de Santa Maria, o Pelourinho, o Castelo, Torre de Menagem e o único Domus Municipalis Romano existente em Portugal. Este agregado patrimonial confere valor à experiência cultural dos turistas, pelo que a sua visita é indispensável.
Museu Abade de Baçal (Bragança)	O Museu do Abade de Baçal está instalado desde 1915 no edifício do antigo Paço Episcopal. A exposição dá a conhecer a história religiosa, social, política, económica e artística do Nordeste Transmontano e a memória do antigo Paço Episcopal. Este museu é pertencente à Rede de Portuguesa de Museus (RPM).
Ponte Romana Santulhão-Izeda (Bragança e Vimioso)	Criada em meados do século XIII, esta ponte medieval sobre o Rio Sabor possibilitou durante vários séculos a ligação do concelho de Vimioso a terras de Bragança. A ponte fica situada no Rio Sabor, entre Izeda e Santulhão, constituída por cinco arcos: quatro medianos e o do meio que é de maior dimensão.
Caretos de Podence (Macedo de Cavaleiros)	Os Caretos de Podence são um grupo etnográfico oriundo da aldeia de Podence. Representam imagens diabólicas e misteriosas que todos os anos saem à rua nas festividades carnavalescas de Podence. A sua notoriedade tem incrementado exponencialmente. Prova disso é a sua distinção como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO a 12 de dezembro de 2019.
Pauliteiros de Miranda (Miranda do Douro)	Os Pauliteiros de Miranda são um dos símbolos do Nordeste Transmontano. Praticam uma dança guerreira denominada "Dança de paus" que representa marcos históricos locais, acompanhada com os sons da gaita-de-foles, caixa e bombo.
Ruínas do Castelo de Miranda do Douro (Miranda do Douro)	As ruínas do Castelo de Miranda do Douro estão classificadas como Imóvel de Interesse Público desde 1955, tratando-se de um dos ativos históricos mais importantes da região transmontana. Trata-se de uma arquitetura militar, medieval e seiscentista, sendo as suas muralhas protegidas por caminhos de ronda e rasgadas por três portas em arco apontado. Uma das portas, de maiores dimensões, tem uma pintura alusiva à Nossa Senhora do Amparo. Nas muralhas rasgam-se várias seteiras, e acede-se ao caminho de ronda por escadas encravadas nas faces dos muros.
Igreja de Miranda do Douro (Miranda do Douro)	A Igreja de Miranda do Douro, antiga Sé de Miranda do Douro é um templo católico, cuja construção teve início em 1552, tendo sido concluída na última década do século XVI. Esta catedral é o maior templo religioso da região de Trás-os-Montes, sendo classificada como "Monumento Nacional de Portugal" pelo decreto n.º 136 de 23 de junho de 1910.
Museu da Terra de Miranda (Miranda do Douro)	O Museu da Terra de Miranda está situado no centro histórico de Miranda do Douro, instalado na antiga Domus Municipalis da cidade, edifício do século XVII. Fundado em 1982, o museu evoca o tempo longo do planalto mirandês. A visita permite descobrir traços característicos da vida social e cultural de uma região cuja forte identidade, manifesta na presença da língua mirandesa (segunda língua oficial da República Portuguesa desde 1999). Este museu é pertencente à Rede de Portuguesa de Museus (RPM).

Tabela B.2.1: Ativos Turísticos em Terras de Trás-os-Montes (cont.)

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL / TOURING CULTURAL	
Porta de Santo António (Mirandela)	A Porta de Santo António constitui um vestígio do Castelo de Mirandela. A história do castelo remonta ao reinado de D. Dinis, nos finais do século XIII e princípios do século XIV, tendo sido um dos baluartes da região transmontana nessa época. Após o fim das guerras com Castela, face à vitória de Aljubarrota, o castelo entrou em declínio, tendo restado a Porta de Santo António e um pequeno troço de muralha. Esses remanescentes foram classificados como Imóvel de Interesse Público em 1955.
Castelo de Mogadouro (Mogadouro)	O Castelo de Mogadouro é um monumento medieval, que foi erguido entre 1160 e 1165, integrando a primeira linha de defesa do Nordeste de Portugal. Tal se deve ao facto de a região de Miranda do Douro ter sido palco de numerosas batalhas, fruto da fundação da nacionalidade portuguesa, na época da Reconquista Cristã na Península Ibérica. Atualmente, conservam-se apenas dois panos de muralha, a torre de menagem e a torre do relógio. Foi considerado Monumento Nacional (MN) em 1946.
Castelo de Algosó (Vimioso)	Localizado em Vimioso, o Castelo de Algosó é um dos mais importantes baluartes medievais do território transmontano. Construído no século XII, trata-se de um castelo roqueiro de arquitetura militar, com planta retangular, mantendo muralhas com cubelos retilíneos e a torre de menagem quadrangular, de três pisos, com porta de acesso num nível superior. Desde o alto dos seus muros avistam-se a serra de Sanábria, a de Bornes e a de Nogueira. Está classificado como imóvel de interesse público desde 1955.
ESPAÇOS NATURAIS / TURISMO DE NATUREZA / SAÚDE E BEM-ESTAR	
Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica (Todos os concelhos da CIM Terras de Trás-os-Montes)	A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica é a maior de Europa, tendo por slogan “Dois países, dois territórios, um futuro comum”. Abrange municípios da Terra Fria, Terra Quente, Douro Superior e Beira Alta do lado português, e de Zamora e Salamanca, do lado espanhol. Esta Reserva foi reconhecida pela UNESCO em julho de 2015. Este território inclui o Parque Natural de Montesinho no lado português e no lado espanhol o Parque Natural Lago de Sanabria y Alredores; a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (Macedo de Cavaleiros); o Parque Natural do Douro Internacional, no lado português e o Parque Natural de los Arribes del Duero, no lado espanhol.
Parque Natural de Montesinho - PNM (Bragança e Vinhais)	O PNM foi criado em 30 de agosto de 1979, abrangendo uma superfície de 74229 hectares. Neste parque encontram-se aldeias comunitárias como Rio de Onor, Montesinho, Gimonde e Guadramil. Podem ser praticadas atividades relevantes como Percursos Equestres, Passeios de Bicicleta, Trail Running, Cross Country, birdwatching, observação da fauna e flora autóctone e observação das paisagens a partir dos miradouros.
Parque Natural Regional do Vale do Tua (Mirandela e Vila Flor)	O Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT) foi criado em 24 de setembro de 2013, tendo cerca de 25 mil hectares. O PNRVT agrega concelhos de culturas e tradições identitárias, conferindo desta forma uma grande variedade de escolha, por parte de quem o visita, ao nível da geologia, fauna e flora. A sua paisagem é deslumbrante e muito singular, caracterizando-se por serras, planaltos e vales encaixados, designadamente os do Rio Douro, Rio Tua e Rio Tinhela. Em termos de património cultural, para além da inclusão parcial no Alto Douro Vinhateiro - Património da Humanidade, a área do PNRVT possui um vasto conjunto de valores patrimoniais arquitetónicos, arqueológicos e etnográficos.
Geopark Terras de Cavaleiros (Macedo de Cavaleiros)	Reconhecido pelas Redes Europeia e Global de Geoparks da UNESCO em setembro de 2014 e como Geoparque Mundial da UNESCO em novembro de 2015 e integra, quase na sua totalidade, a Rede Natura 2000, estando referenciados 42 geossítios. O Geopark Terras de Cavaleiros possui 24 percursos pedestres e permite atividades como o birdwatching, pedestrianismo, arborismo, BTT, Cross-country, canoagem, kayak ou catamaran.

Tabela B.2.1: Ativos Turísticos em Terras de Trás-os-Montes (cont.)

ESPAÇOS NATURAIS / TURISMO DE NATUREZA / SAÚDE E BEM-ESTAR	
Parque Natural do Douro Internacional (Miranda do Douro e Mogadouro)	O Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) foi criado em 1998, através do Decreto-Regulamentar n.º 8/98, de 11 de maio. O troço fronteiriço do rio Douro, incluindo o seu vale e superfícies planálticas adjacentes prolonga-se para sul através do vale do seu afluente, o rio Águeda, numa extensão de cerca de 120 quilómetros. As suas características geográficas propiciam um conjunto de atividades para os amantes da natureza tais como Pedestrianismo, Birdwatching (destacando-se Abutre-do-Egito), BTT, Cicloturismo, Cross-Country, Sightseeing, kayak, canoa e passeios de barco.
Baixo Sabor (Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro)	Em torno do aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor, foi delimitada uma área que está atualmente integrada na Rede Natura e que obteve o selo de Bio-Região, certificação atribuída pela rede internacional de bio-regiões, com sede em Itália e que integra 40 comunidades em todo o mundo. Paralelamente, foi criada a Associação de Municípios do Baixo Sabor (Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Torre de Moncorvo).
Parque Ibérico Natureza e Aventura de Vimioso (Vimioso)	O Parque Ibérico de Natureza e Aventura de Vimioso (PINTA) localiza-se no concelho de Vimioso, tendo como núcleo central o rio Angueira que fica entre as aldeias de Angueira, São Joanico e Serapicos. Promove um conjunto de atividades tais como Pedestrianismo, através de um Percurso Pedestre onde se observa uma paisagem de grande beleza composta por lameiros, hortas e florestas; Birdwatching, podendo observar algumas das espécies de avifauna mais representativas da CIM-TTM (Garça-Real e Abutre-do-Egito); Observação da flora e Etnobotânica; Identificação e Ecologia de Répteis e Anfíbios; Identificação de Morcegos; Observação e Identificação de Borboletas e Identificação de Cogumelos.
Parque Biológico de Vinhais (Vinhais)	O Parque Biológico de Vinhais (PBV) localiza-se no Viveiro Florestal de Prada, local incluído no Perímetro Florestal da Serra da Coroa. O PBV promove um conjunto de experiências como visitas ao Centro Hípico, Passeios de Burro, percursos pedestres, passeios de bicicleta, atividades na Natureza para escolas e para turistas como observação da fauna e da flora.
Termas de Terronha (Vimioso)	As Termas de Terronha localizam-se no concelho de Vimioso, sobre o vale do Rio Angueira. As propriedades das águas sulfurosas presentes na sua piscina produzem efeitos muito positivos ao nível muscular, esquelético, dermatológico, reumático e respiratório, sendo este o local ideal para tratamentos de patologias respiratórias, reumáticas e músculo-esqueléticas. Além disso, as termas estão inseridas num território com uma beleza natural única que permite o relaxamento pleno dos seus visitantes. Importa realçar que em 2013 foi construído um balneário moderno, dotado de equipamentos inovadores que permitem através das melhores práticas, os benefícios da utilização das águas sulfurosas.
TURISMO DE SOL E PRAIA	
Praia Fluvial da Fraga da Pegada (Macedo de Cavaleiros)	A Praia fluvial da Fraga da Pegada é reconhecida como uma das melhores e mais sustentáveis praias fluviais da Europa, tendo sido galardeada com a Bandeira Azul de forma consecutiva desde 2004. Trata-se de uma praia autenticada como Praia Acessível para indivíduos com mobilidade reduzida. Neste lugar podem ser praticadas atividades diversas como natação e outros desportos náuticos não motorizados como remo, windsurf, canoagem e vela. Na área envolvente é também possível ter experiências diversificadas como escalada, orientação, passeios pedestres, ou simplesmente observar a riqueza da vegetação envolvente bem como a avifauna.
Praia da Ribeira, Albufeira do Azibo (Macedo de Cavaleiros)	A Praia da Ribeira possui uma notoriedade mediática de destaque, tendo sido eleita em 2012 uma das 7 Maravilhas de Portugal. Tal como a Praia Fluvial da Fraga da Pegada, possui Bandeira Azul. A sua água encontra-se por norma acima dos 24º C à superfície, o que a torna atrativa para a prática de atividades náuticas como natação, remo, windsurf, canoagem e vela.

Tabela B.2.1: Ativos Turísticos em Terras de Trás-os-Montes (cont.)

EVENTOS	
Festividades de Inverno em Trás-os-Montes (Todos os concelhos da CIM Terras de Trás-os-Montes)	Com a chegada do Solstício de Inverno, em 21 de dezembro, chegam as celebrações da estação com antigas tradições que se estendem por praticamente toda a região transmontana. Destacam-se festividades como a Festa dos Rapazes, as fogueiras comunitárias e a Festa dos Reis que animam os visitantes e os residentes de Trás-os-Montes. De realçar igualmente as festividades de Carnaval com os Caretos de Podence e manifestações culturais de grande valor simbólico dos Pauliteiros de Miranda.
Feira Internacional do Norte – Norçaça, Norpesca & Norcastanha (Bragança)	A Feira Internacional do Norte – Norçaça, Norpesca & Norcastanha é um dos mais importantes eventos da região de Trás-os-Montes. Dotado de um programa rico e interventivo na valorização do património cinegético e endógeno de Bragança, o afamado certame decorre entre o final de outubro e início de novembro. Destacam-se atividades como as Provas de Santo Huberto, as Provas de Caça Prática, Demonstrações de Pesca, Montaria ao Javali, Largada de Perdizes e Faisões, Convívio de Pesca de Margem, e a Exposição de Fauna Viva de Espécies Cinegéticas. Adicionalmente existe um conjunto de atividades para toda a família, tais como o Passeio Micológico e Demonstrações Gastronómicas.
Bragança, Terra Natal e de Sonhos (Bragança)	O evento Bragança, Terra Natal e de Sonhos, é realizado em pleno centro histórico de Bragança, levando a magia do Natal a todos que por ali passarem, especialmente as crianças. É oferecido um conjunto de atividades tais como a Pista de Gelo, a Casa do Pai Natal, concertos, Comboio de Natal e oficinas de leitura criativa. Enquanto as crianças se divertem, os adultos podem passear calmamente pelo centro histórico e desfrutar da beleza do património com a iluminação de Natal
Festival do Butelo e das Casulas e Carnaval dos Caretos (Bragança)	Este festival decorre durante o fim-de-semana prévio ao Entrudo. Além da feira de fumeiro e produtos regionais, a Praça Camões recebe várias conferências e demonstrações gastronómicas, uma Tasquinha para degustação de fumeiro e outros produtos típicos, animação permanente, leitura de contos infantil e uma exposição de escultura. Este evento está intimamente ligado ao Carnaval dos Caretos, sendo que tradicionalmente estes “assaltam” a Praça Camões para roubar fumeiro a quem lhes nega comida, recriando uma tradição que se cumpria nas aldeias por altura do inverno. No final desse dia, decorre o tradicional desfile pelas ruas da zona histórica, que termina com a tradicional Queima do Diabo, uma figura com sete metros de altura que será simbolicamente colocada em chamas na presença dos Caretos.
Entrudo Chocalheiro (Macedo de Cavaleiros)	O Entrudo Chocalheiro é um dos eventos mais simbólicos do Nordeste Transmontano. Perpetua duas marcas no calendário que são o festejo do encerramento do morticho Inverno (de carácter pagão), e a fase que antecede a sobriedade da Quaresma (de carácter cristão). Os Caretos de Podence têm um papel fundamental neste evento, tendo revitalizado o mesmo, atraindo muitos turistas à pequena aldeia de Podence durante 4 dias.
Feira da Alheira (Mirandela)	A Feira da Alheira é um evento que ocorre todos os anos em meados de março, promovendo esta iguaria transmontana através de degustações e venda do produto, seminários, “Entronização da Confraria da Alheira de Mirandela”, concertos musicais e fogo de artifício.
Festival de Sabores de Azeite Novo (Mirandela)	Visando a promoção do Azeite de Trás-os-Montes, decorre anualmente em meados de janeiro e fevereiro. Neste evento, os turistas poderão degustar este produto que tem Denominação de Origem Protegido, bem como participar em cursos de provas de azeite, visitar lagares de azeite, o Museu da Oliveira e participar em tertúlias.
Feira do Fumeiro (Vinhais)	A Feira do Fumeiro de Vinhais promove um dos melhores produtos regionais de Portugal. Ocorre durante 4 dias no mês de fevereiro. Na “Capital do Fumeiro”, os turistas têm a oportunidade de degustar e adquirir produtos como chouriças de carne, salpicões, alheiras, azedos, butelo, presunto e chouriços doces. Além disso, é promovido um conjunto de atividades com animação musical e piromusical, demonstrações culinárias, concursos e festivais folclóricos.
Rural Castanea - Festa da Castanha (Vinhais)	A Festa da Castanha em Vinhais, já conta com 19 edições, sendo que se realiza em meados de outubro. O evento tem duração de três dias, reunindo as principais empresas ligadas ao setor das castanhas. Promove igualmente outros produtos como vinhos, licores, queijos, azeite e restante gastronomia local.

Tabela B.2.1: Ativos Turísticos em Terras de Trás-os-Montes (cont.)

GASTRONOMIA E VINHOS	
Carne	O nordeste transmontano é dotado de um conjunto de iguarias de carne. Os turistas poderão encontrar na restauração local pratos como a Posta Mirandesa, o Cabrito, o Cordeiro Mirandês, o Cordeiro Bragançano e o Porco Bísaro Transmontano. Para os amantes de pratos associados à Gastronomia Cinegética, existe igualmente uma variedade relevante que inclui o Javali no Pote, Coelho à Caçador, Arroz de Lebre e o Caldo de Perdiz.
Fumeiro	A região Terras de Trás-os-Montes é uma das melhores no que concerne a quantidade e qualidade de enchidos e fumados. O fumeiro ainda é produzido de forma tradicional em pequenas ou médias unidades, preservando a qualidade e o sabor originais. Destacam-se as chouriças de carne, os salpicões, as alheiras, os azedos, o butelo, o presunto e os chouriços doces. A Alheira de Mirandela é enfatizada como um importantíssimo produto regional, tendo em 2011 sido galardoada com o título de umas das 7 Maravilhas da Gastronomia Portuguesa.
Azeite	O Azeite das Terras de Trás-os-Montes é notoriamente reconhecido pela sua qualidade. Tal facto comprova-se pelo conjunto de múltiplas distinções e prémios nacionais e internacionais que este produto tem vindo a conquistar. Trata-se de um azeite de baixa e muito baixa acidez, de cor amarela esverdeada. Possui aroma e sabor a fruto fresco, por vezes amendoado com uma sensação notável de doce, verde, amargo e picante.
Queijo	Os queijos em Terras de Trás-os-Montes são produzidos a partir do leite das ovelhas ou cabras de raças autóctones, destacando-se o Queijo Terrincho e o Queijo de Cabra Transmontana.
Frutos	Nas Terras de Trás-os-Montes encontramos uma oferta relevante de frutos de casca rija (castanhas, nozes, amêndoas) bem como frutos de elevada qualidade (maçã, pêsego, cereja, etc.)
Vinho	Trás-os-Montes constitui uma das Regiões Vinícolas Demarcadas de Portugal, destacando-se duas tipologias de vinhos: Tintos, aromaticamente muito frutados, tendo teores alcoólicos relativamente elevados; e Brancos, com aromas frutados e leves florais, tendo um nível de acidez equilibrado. Podem ser encontrados vinhos de Trás-os-Montes e Douro, premiados nos mais importantes concursos nacionais e internacionais.
Mel	Em Terras de Trás-os-Montes, encontram-se dois tipos de mel de estimada qualidade e com Denominação de Origem Protegida – DOP, sendo esses o Mel da Terra Quente DOP e o Mel do Parque de Montesinho DOP. O Mel do Parque de Montesinho DOP é um mel de flores silvestres produzido pela espécie de abelha Apis melífera ibérica. O seu néctar tem origem na vegetação natural em que predomina a urze, a castanha e o alecrim. O Mel da Terra Quente DOP é um mel produzido pela espécie de abelhas Apis mellífera Iberica normalmente encontrada na zona de Terra Quente, no Nordeste de Portugal. O seu néctar é recolhido da flora mediterrânea, típico desta região montanhosa onde a urze, o eucalipto, a alfazema, a giesta e, especialmente, o rosmaninho dominam a vegetação natural.

Fonte: Pesquisa própria e Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes, CIM-TTM e Raiz, 2014.

B.2.2. Linhas de Ação

O Plano de Ação Turismo, Cultura e Património compreende as seguintes Linhas de Ação:

- LA 2.1. Qualificação da Oferta Turística e Património Natural
- LA 2.2. Qualificação da Oferta Turística e Património Histórico-Cultural
- LA 2.3. Qualificação da Oferta Turística e Produtos Endógenos
- LA 2.4. Acolhimento e Comunicação Turística
- LA 2.5. Promoção Turística das Terras de Trás-os-Montes
- LA 2.6. Turismo Transfronteiriço

- LA 2.7. Valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos
- LA 2.8. Eventos culturais

Após a enumeração das Linhas de Ação para o Plano de Ação Turismo, Cultura e Património, passa a ser descrita a fundamentação da eleição das mesmas.

LA 2.1. Qualificação da Oferta Turística e Património Natural

- Continuidade das ações de valorização e preservação do património natural e, em particular, das áreas protegidas e classificadas, identificando e realizando os investimentos necessários, aprofundando o conhecimento científico sobre as mesmas, o seu potencial turístico, as potencialidades inexploradas e/ou subaproveitadas, a participação em redes nacionais e internacionais (Douro Internacional, Montesinho, Geoparque de Macedo de Cavaleiros, Azibo, Baixo Sabor, Tua).
- Rede de ecopistas; Trilhos pedestres e desportivos; Ecoparques e Eco-resorts; Recursos cinegéticos, nomeadamente ao nível da caça maior (corços, veados, javalis), com uma procura internacional potencialmente elevada, promovendo um novo modelo de gestão das zonas de caça, explorando complementaridades entre as zonas de caça associativas, municipais e das freguesias, incluindo o seu agrupamento, a fim de permitir a mobilização de recursos humanos e técnicos mais qualificados; Pesca Desportiva, incluindo a gestão dos rios truteiros, manutenção dos açudes e repovoamento bem como a valorização turística do Baixo Sabor; Desportos Náuticos, nomeadamente no Azibo e no quadro da valorização turística do Baixo Sabor, onde será possível criar um ecossistema em torno da náutica de recreio e desportiva; Aviação Desportiva, utilizando os Aeródromos de Bragança, de Mogadouro e de Mirandela.
- Suscitar e promover os investimentos necessários à melhoria da navegabilidade no Douro Internacional (Miranda do Douro e Mogadouro), ao nível do corredor e das infraestruturas de apoio.

LA 2.2. Qualificação da Oferta Turística e Património Histórico-Cultural

- Continuidade das ações de valorização e preservação do património histórico e cultural edificado, com identificação e realização das intervenções de requalificação do património.
- Estruturação da rede de ativos museológicos, com o levantamento exaustivo de museus e respetivas valências, apoio à programação museológica e a atividades e exposições, bem como, quando necessário, a intervenções de reabilitação nos museus e espaços envolventes.
- Apoiar programas de investigação focados na valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos de modo a atualizar permanentemente a sua oferta expositiva e de eventos.
- Implementar o projeto da Rede de Fortalezas e Castelos Transfronteiriços e criar uma Rede de Património Religioso e uma Rede de Património de Cultural Imaterial.

LA 2.3. Qualificação da Oferta Turística e Rotas e Produtos Endógenos

- Dar continuidade à Rota da Terra Fria e implementar a Rota da Terra Quente. Quer a Rota da Terra Fria, quer a Rota da Terra Quente (que deve ser implementada), englobando os seus municípios, devem, num conjunto de ações concertadas, promover a região através de um conjunto de rotas de valor simbólico, estando patentes nos seus percursos elementos

patrimoniais naturais, histórico-culturais e gastronómicos, devidamente mapeados nas plataformas online, em mapas físicos e em possíveis aplicações móveis, a criar. O website da Rota da Terra Fria, já criado, assim como o website da Rota da Terra Quente, a criar, devem incluir percursos, trilhos pedestres, informações sobre o vasto património presente nos seus concelhos e restante oferta turística, a destacar os produtos regionais, a gastronomia e alojamento.

- Dar continuidade a Eventos de elevado valor simbólico do território, destacando-se os culturais e os gastronómicos. É fundamental que, nestes eventos, a divulgação de Trás-os-Montes seja feita de forma homogénea, estando implícita a concertação de esforços dos diferentes atores nos municípios constituintes da CIM Terras de Trás-os-Montes.

LA 2.4. Acolhimento e Comunicação Turística

- Melhorar a visibilidade dos produtos turísticos através da disponibilização de suportes comunicacionais, incluindo os digitais, de centros interpretativos, da sinalética, etc.
- Coordenar o trabalho em rede das portas ou pontos de acolhimento já existentes e ponderar a eventual criação de uma empresa de “incoming” intermunicipal ou um serviço desta natureza a funcionar na CIM.
- Desenvolvimento de aplicações móveis para informação e recomendação visual de sítios, rotas, trilhos, áreas protegidas e classificadas, alojamento, gastronomia, eventos, produtos endógenos.

LA 2.5. Promoção Turística das Terras de Trás-os-Montes

- Apoiar, coordenar e dar uma identidade comum nas ações de promoção turística desenvolvidas ao nível municipal. Elaborar um plano de promoção turística coordenado pela CIM, para todo o território, e executar campanhas de marketing turístico, incluindo a utilização dos canais digitais. A promoção turística deve considerar uma visão comum sobre a diferenciação da oferta turística em Terras de Trás-os-Montes, mobilizando os diferentes atores no território, identificando os segmentos prioritários (turismo de natureza nas suas diferentes vertentes), turismo em espaço rural, touring associado ao património histórico e cultural, gastronomia e vinhos, eventos. A eleição destes segmentos é reforçada, aliás, pela interseção entre a prioridade Turismo e as prioridades Desenvolvimento Rural e Ambiente.
- A promoção turística deve assentar na atualização da análise sobre os produtos alvo, os mercados alvo, os canais de comunicação, bem como sobre o quadro institucional adequado.
- Coordenar e contratualizar com as entidades regionais e nacionais as ações de promoção turística das Terras de Trás-os-Montes, visando os mercados nacional, ibérico e outros mercados externos.

LA 2.6. Turismo Transfronteiriço

- Identificação e desenvolvimento de produtos turísticos transfronteiriços através de parcerias além fronteiras entre entidades públicas e privadas, oferecendo experiências integradas, combinando atividades e atrações em ambos os lados da fronteira.
- Desenvolver campanhas promocionais de turismo transfronteiriço, destacando as experiências e atrativos únicos de cada lado da fronteira, envolvendo a criação de materiais promocionais, como brochuras, vídeos e anúncios nas redes sociais e televisão.

LA 2.7. Valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos

- Requalificação da museografia através da revitalização e atualização do design, layout e apresentação dos espaços e exposições nos museus, visando proporcionar uma experiência mais envolvente, educativa e significativa para os visitantes.
- Incorporação de tecnologia nas exposições museológicas, tornando-as mais interativas e envolventes, incluindo o uso de telas sensíveis ao toque, soluções de realidade virtual, realidade aumentada, aplicativos móveis e outras soluções digitais para fornecer informações adicionais, experiências imersivas e acesso a conteúdo multimédia.
- Apoiar programas de investigação focados na valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos de modo a atualizar permanentemente a sua oferta expositiva e de eventos

LA 2.8. Eventos culturais

- Apoio e promoção de eventos culturais na região, com a realização de um mapa cultural anual da região e a conceção / identificação de eventos culturais (adicionais) complementares.

B.2.3. Tipologias de Intervenção

Para as Linhas de Ação retidas, as Tipologias de Intervenção aplicáveis ou desejáveis são as seguintes:

- *Ações de valorização e preservação do património natural*
 - Engloba investimentos infraestruturais e em equipamentos necessários para a conservação dos espaços naturais existentes no território e respetiva valorização para fruição turística. Estes investimentos visam a preservação e valorização dos espaços naturais existentes no território, tornando-os mais acessíveis e adequados para os visitantes, incluindo a criação de trilhos, miradouros, centros de visitantes e de interpretação, bem como a aquisição de equipamentos especializados para a conservação ambiental. Adicionalmente, preconiza-se implementar programas de educação ambiental e de sensibilização à comunidade local, promovendo oportunidades de emprego no setor turístico ligado à natureza.
 - Engloba a promoção de uma oferta diversificada de produtos turísticos visando as tipologias de turismo de natureza soft e turismo de natureza hard, incluindo o apoio a eventos associados. A estruturação desses produtos turísticos abrangerá a identificação e mapeamento dos recursos naturais, bem como a definição de circuitos temáticos e roteiros que explorem esses atributos. Pode incluir programas e pacotes turísticos que ofereçam uma combinação de experiências suaves, como caminhadas interpretativas, observação de fauna e flora, e atividades mais desafiadoras, como canoagem, montanhismo, entre outras atividades desportivas relevantes. Adicionalmente, deve ser dado apoio a eventos associados, como festivais de natureza, corridas de montanha e competições de aventura. Esses eventos proporcionam oportunidades de promoção e divulgação dos destinos, atraindo visitantes interessados nessas atividades específicas.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 4.6. (Produtos turísticos regionais) prevê, entre outras, ações de infraestruturas-chave de suporte à competitividade turística e à valorização de recursos turísticos (qualificação e valorização de recursos naturais e histórico-culturais, criação e qualificação de infraestruturas básicas de suporte à

atividade turística, etc.), ações de eventos-âncora de elevado potencial turístico à escala regional e sub-regional e ações de oferta integrada de serviços nas áreas do ecoturismo e do turismo natureza e promoção de redes de áreas protegidas e classificadas com relevância turística, bem como estratégias territoriais de turismo sustentável.

- O Programa Regional do Norte, no RSO 5.1., Eixo 3 dos ITI CIM, inclui um conjunto de iniciativas associadas à conservação da natureza e da biodiversidade assim como do património natural municipal, mobilizando a tipologia prevista no RSO 2.7., e iniciativas no sentido de serem estruturados produtos turísticos com vista à criação de destinos turísticos de dimensão sub-regional e local.
- Adicionalmente, ainda no Programa Regional do Norte, no RSO 5.2., Valorização de Recursos Endógenos, estão patentes ações de promoção de operações de qualificação e desenvolvimento de infraestruturas ou equipamentos de suporte à valorização de recursos endógenos e património identitário (e.g. sinalética, material promocional, recuperação de património público, espaços expositivos para recursos endógenos e sua apreciação e fruição pelos visitantes, ações de valorização do património material e imaterial, com fortes ligações à história, cultura, arqueologia e geografia, entre outras).
- Na Estratégia Turismo 2027, no eixo “Valorizar o Território e as Comunidades”, umas das linhas de atuação delineadas é no sentido de “potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação”, através de (1) Desenvolvimento do turismo de natureza e em espaço rural através de projetos de valorização económica e de uma gestão ativa do património natural e rural, onde se inclui a rede de nacional áreas protegidas, as reservas da biosfera e os Geoparques reconhecidos pela UNESCO, nomeadamente, no contexto da promoção da marca Natural.PT, (2) Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo de natureza e/ou ao turismo em espaço rural, sinalética e elementos de interpretação turístico-ambiental, (3) Operações de revitalização e dinamização económica de aldeias e centros rurais com vocação turística, nomeadamente em torno de redes temáticas e/ou de recursos endógenos dos territórios, (4) Ações de valorização turística e de promoção dos lagos e águas interiores, rios, albufeiras, nascentes e águas/estâncias termais.

No seguimento, e com potencial aplicação às diferentes tipologias aqui referidas, a Linha +Interior Turismo, criada pelo Despacho Normativo n.º 7/2023, de 17 de maio, tem uma dotação de 20 milhões de euros, destinando-se a entidades públicas, assim como entidades associativas ou fundações, que se proponham desenvolver os projetos que contribuam para o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos respetivos recursos, ativos e agentes, gerando maiores níveis de atratividade turística e promovendo a sua dinamização social e económica. Esta linha é aplicável aos projetos a desenvolver nos Territórios de Baixa Densidade a que se refere o anexo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro, sem prejuízo do disposto no número seguinte. Complementarmente, foi criada uma Linha de Microcrédito Turismo para o Interior, destinada a apoiar financeiramente o desenvolvimento de projetos de investimento promovidos pelas micro e pequenas empresas que contribuam para a melhoria da sua competitividade, para uma adequada e sustentável estruturação da oferta turística e para a qualificação dos territórios, sendo esta linha assegurada por receitas próprias do Turismo de Portugal, I. P.

- Tendo em conta a muito expressiva dotação do território em ativos naturais (Douro Internacional, Parque Natural de Montesinho, Geoparque de Macedo de Cavaleiros, Azibo, Lagos do Sabor, Vale do Tua, diversos maciços montanhosos), são numerosos os projetos municipais de preservação e valorização desses ativos, incidindo sobre

miradouros, trilhos, percursos pedestres, passadiços e ecovias, praias fluviais, estações náuticas, recursos cinegéticos e piscícolas, parques biológicos e locais de observação, centros interpretativos, casas florestais, ecoresorts e turismo em espaço rural.

- *Ações de valorização e preservação do património histórico-cultural*
 - Engloba investimentos infraestruturais e em equipamentos necessários para a conservação do património cultural e histórico na região e respetiva valorização para fruição turística. Esses investimentos abrangem a revitalização de monumentos, museus, sítios arqueológicos e outros locais de importância histórica e cultural, assim como a melhoria da infraestrutura de acesso e preservação desses espaços. Devem ser alocados recursos para o restauro, conservação e manutenção do património, incluindo aquisição de equipamentos especializados e tecnologias para a sua preservação. Além disso, serão promovidas ações de divulgação, educação e sensibilização para valorizar e difundir a história e cultura da região.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 4.6. Produtos turísticos regionais prevê, entre outras, ações de infraestruturas-chave de suporte à competitividade turística e à valorização de recursos turísticos (qualificação e valorização de recursos naturais e histórico-culturais, criação e qualificação de infraestruturas básicas de suporte à atividade turística, etc.), ações e ferramentas de digitalização de conteúdos culturais e patrimoniais e de ofertas turísticas.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO5.1., Eixo 3 dos ITI CIM, prevê iniciativas de valorização cultural e do património (histórico e natural) e da qualificação da oferta para o reforço do papel da cultura e afirmação da identidade assim como a dinamização do património cultural e museológico.
 - O PRR, na componente 4 - Cultura, inclui investimentos em redes culturais, na transição digital (plataformas e conteúdos) e na valorização, modernização e requalificação de equipamentos e Património Cultural, bem como a implementação do Programa Saber Fazer.
 - Ainda no PRR, na componente 4 – Cultura, mais especificamente no “RE-C04-i02.02 | Património Cultural”, estão previstas ações de reabilitação, conservação e restauro de património imóvel e integrado de monumentos e sítios arqueológicos e beneficiação de museus, sendo que serão efetuadas intervenções em património cultural imóvel e integrado classificado distribuído por todo o país.
 - Identifica-se como atividade a reforçar, a ser conduzida pela CIM em coordenação com os Municípios, o mapeamento do património construído (histórico e cultural).
 - No conjunto dos 9 Municípios das Terras de Trás-os-Montes estão identificados projetos de valorização e preservação do património histórico-cultural num espectro alargado de vertentes:
 - Património religioso (nomeadamente reabilitação de igrejas e conventos), incluindo ainda o património material e imaterial associado à cultura sefardita;
 - Património histórico (castelos, vestígios arqueológicos);
 - Centros culturais associados a diferentes espólios e expressões artísticas (nomeadamente artes visuais e música);
 - Museus e outros centros associados a tradições locais (etnografia, caretos de Podence, máscaras, artes e ofícios tradicionais);

- Centros interpretativos associados a especificidades locais (produtos endógenos, adegas antigas, Língua Mirandesa).
- *Desenvolvimento e promoção de rotas turísticas*
 - Ações de criação, desenvolvimento e implementação de rotas turísticas intermunicipais. Essas iniciativas envolvem a identificação e seleção de pontos de interesse patrimonial e produtos locais distintivos, assim como a definição de itinerários que promovam a sua visita e fruição. Na Estratégia Turismo 2027 do Turismo de Portugal, os recursos endógenos são designados como ativos diferenciadores, que constituem a base e a substância da oferta turística, que refletem características intrínsecas e distintivas do território, dotados de reconhecimento turístico internacional e elevado potencial de desenvolvimento no futuro. Devem ser estabelecidas parcerias entre os municípios envolvidos, agentes culturais, produtores locais e outros stakeholders relevantes para a implementação efetiva dessas rotas. Serão desenvolvidos materiais promocionais, como guias turísticos e sinalização adequada ao longo das rotas.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 4.6. Produtos turísticos regionais prevê, entre outras, ações de promoção turística regional, dos seus destinos e dos seus produtos, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, campanhas de marketing e ações informativas e promocionais e rede de centros de informação turística, oferta integrada de serviços nas áreas do ecoturismo e do turismo natureza e promoção de redes de áreas protegidas e classificadas com relevância turística e estratégias territoriais de turismo sustentável.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 5.1., Eixo 3 ITI CIM, prevê iniciativas de valorização cultural e do património (histórico e natural) e da qualificação da oferta para o reforço do papel da cultura e afirmação da identidade e ações de estruturação de produtos turísticos com vista à criação de destinos turísticos de dimensão sub-regional e local.
 - Para além da continuidade da Rota da Terra Fria e da implementação da Rota da Terra Quente, importará articular estas duas rotas estruturantes com projetos mencionados pelos Municípios, tais como uma Rede de Fortalezas e Castelos Transfronteiriços, uma Rede de Património Religioso, uma Rede de Património de Cultural Imaterial e uma Rota do Lobo Ibérico.
- *Comunicação turística*
 - Ações de reforço ao nível dos suportes comunicacionais, de centros interpretativos, da sinalética, etc., incluindo o desenvolvimento de aplicações móveis para informação e recomendação visual de sítios, rotas, trilhos, áreas protegidas e classificadas, alojamento, gastronomia, eventos, produtos endógenos. Serão criados centros interpretativos para enriquecer a experiência dos visitantes, oferecendo informações detalhadas sobre o património natural, cultural e histórico da região. Além disso, serão instalados sistemas de sinalética adequados para orientar os turistas ao longo das rotas e trilhos, bem como em áreas protegidas e classificadas. O desenvolvimento de aplicações móveis permitirá aos visitantes acessar informações atualizadas e recomendações visuais, proporcionando uma experiência interativa e facilitando a descoberta dos atrativos turísticos, alojamento, gastronomia, eventos e produtos locais. Essas ações visam aprimorar a comunicação e a acessibilidade turística na região, proporcionando aos visitantes informações abrangentes e facilitando a sua interação com os recursos turísticos.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 4.6. Produtos turísticos regionais prevê, entre outras, ações de promoção turística regional, dos seus destinos e dos seus produtos,

- quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, campanhas de marketing e ações informativas e promocionais e rede de centros de informação turística, sistemas de sinalização, de informação e de interpretação turística, ações e ferramentas de digitalização de conteúdos culturais e patrimoniais e de ofertas turísticas
- O Programa Regional do Norte, no RSO 5.2., inclui iniciativas de promoção turística e valorização de atividades turísticas.
 - Da auscultação aos Municípios, identifica-se o reforço da sinalética como uma das prioridades, em particular da sinalética associada às rotas e ao turismo de natureza. A outra prioridade incide nos suportes comunicacionais digitais de apoio à visitação.
- *Conceção e implementação de Plano de Marketing Turístico*
 - Criação e implementação de um Plano de Marketing Turístico transversal a todo o território. O plano terá uma abordagem transversal e integrada, englobando diversas estratégias e ações no sentido de maximizar a visibilidade e atratividade do destino. O objetivo passa por aumentar a notoriedade da região, fortalecendo a sua imagem como um destino de qualidade e diversificado e atraindo um fluxo significativo de visitantes durante todo o ano. Serão desenvolvidas campanhas de comunicação eficazes, com foco em diferentes segmentos de público, tanto a nível nacional como internacional.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 4.6. Produtos turísticos regionais prevê, entre outras, ações de promoção turística regional, dos seus destinos e dos seus produtos, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, campanhas de marketing e ações informativas e promocionais e rede de centros de informação turística.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 5.2., inclui iniciativas de promoção turística e valorização de atividades turísticas assim como ações de estratégias de comunicação e animação turística.
 - A CIM das Terras de Trás-os-Montes tem em curso a elaboração de um Plano Estratégico de Marketing Territorial, o qual engloba um Plano de Marketing Turístico. Na sua implementação, importará delimitar as ações a integrar nas abordagens territoriais (ITI CIM e Estratégia Provere) e as ações a desenvolver em coordenação com o nível regional e, nomeadamente, com o Turismo do Porto e Norte de Portugal e a CCDR-N.
 - Será dada continuidade à promoção da marca-chapéu Terras de Trás-os-Montes, a qual abrange igualmente produtos e serviços turísticos.
 - *Desenvolvimento de produtos turísticos transfronteiriços*
 - Organizar uma oferta de produtos turísticos envolvendo atores e territórios das AECTS ZASNET e Douro Douro, visando promover a cooperação entre os territórios envolvidos e desenvolver produtos turísticos conjuntos que explorem as características identitárias dos territórios transfronteiriços.
 - Delinear ações de promoção turística ao nível transfronteiriço.
 - O POCTEP, no OE 5.2. da Prioridade 6, delimita uma área funcional formada por Norte-Castilla y León. Destacamos os espaços naturais protegidos fronteiriços contíguos, sendo esses o "Parque Natural de Montesinho-Reserva Sierra de la Culebra" e "Parque Natural do Douro Internacional-Parque Natural Arribes del Duero". Ao nível do Turismo, o OE 5.2. inclui ações de para catalogar e inventariar recursos turísticos e recuperar edifícios rurais de arquitetura popular e colocá-los ao serviço do setor.
 - Identifica-se o turismo de natureza como o principal foco do turismo transfronteiriço, com envolvimento das AECT ZASNET e Douro-Douro.

- *Ações de valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos*
 - Valorização e renovação do material interpretativo e expositivo presente na rede de ativos museológicos. Será efetuado um levantamento e análise dos recursos existentes, identificando necessidades de atualização e melhoria. Com base nessa avaliação, serão desenvolvidos projetos de renovação do material interpretativo e expositivo, que abrangem desde a atualização de informações até a introdução de tecnologias inovadoras, como painéis interativos, realidade aumentada e multimédia.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 4.6. Produtos turísticos regionais prevê, entre outras, ações e ferramentas de digitalização de conteúdos culturais e patrimoniais e de ofertas turísticas.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 5.1., Eixo 3 ITI CIM, prevê iniciativas de valorização cultural e do património (histórico e natural) e da qualificação da oferta para o reforço do papel da cultura e afirmação da identidade assim como a dinamização do património cultural e museológico.
 - O PRR, na componente 4 - Cultura, inclui investimentos em redes culturais, na transição digital (plataformas e conteúdos) e na valorização, modernização e requalificação de equipamentos e Património Cultural.
- *Apoio a eventos culturais*
 - Apoio a eventos já com edições regulares e a novos eventos de cariz cultural. Esta intervenção tem como objetivo fortalecer a oferta cultural da região, promovendo a participação ativa da comunidade e atraindo visitantes interessados nas manifestações culturais.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 4.6. Produtos turísticos regionais prevê, entre outras, ações de apoio a eventos-âncora de elevado potencial turístico à escala regional e sub-regional.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 5.1., Eixo 3 ITI CIM, prevê iniciativas de valorização cultural e do património (histórico e natural) e da qualificação da oferta para o reforço do papel da cultura e afirmação da identidade.
 - Por fim, no Programa Regional do Norte, RSO 5.2., estão incluídas ações que abarcam estratégias de comunicação e animação.

Tabela B.2.2: Turismo, Cultura e Património - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 2.1. Qualificação da Oferta Turística e Património Natural	• Ações de valorização e preservação do património natural	PR Norte, RSO 4.6. PR Norte, RSO 5.1., Eixo 3 ITI CIM (alíneas viii e ix) PR Norte, RSO5.2 Linha +Interior Turismo
LA 2.2. Qualificação da Oferta Turística e Património Histórico-Cultural	• Ações de valorização e preservação do património histórico-cultural	PR Norte, RSO 4.6. PR Norte, RSO5.1., Eixo 3 ITI CIM (alínea vi e vii) PRR C4 – Cultura Linha +Interior Turismo

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 2.3. Qualificação da Oferta Turística e Rotas e Produtos Endógenos	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e promoção de rotas turísticas 	PR Norte, RSO 4.6. PR Norte, RSO5.1., Eixo 3 ITI CIM (alínea vi e ix) Linha +Interior Turismo
LA 2.4. Acolhimento e Comunicação Turística	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação turística 	PR Norte, RSO 4.6. PR Norte, RSO5.2. Linha +Interior Turismo
LA 2.5. Promoção Turística das Terras de Trás-os-Montes	<ul style="list-style-type: none"> Conceção e implementação de Plano de Marketing Turístico 	PR Norte, RSO 4.6. PR Norte, RSO 5.2.
LA 2.6. Turismo Transfronteiriço	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de produtos turísticos transfronteiriços 	POCTEP, RSO 5.2.
LA 2.7. Valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos	<ul style="list-style-type: none"> Ações de valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos 	PR Norte, RSO 4.6. PR Norte, RSO 5.1., Eixo 3 ITI CIM (alínea vi e vii) PRR C4 – Cultura Linha +Interior Turismo
LA 2.8. Eventos culturais	<ul style="list-style-type: none"> Apoio a eventos culturais 	PR Norte, RSO 4.6. PR Norte, RSO 5.1., Eixo 3 ITI CIM (alínea vi) PR Norte, RSO 5.2. Linha +Interior Turismo

B.2.4. Intervensões a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

Turismo, Cultura e Património remetem para ativos territoriais, pelo que esta dimensão tenderá a ter uma expressão muito relevante nas abordagens territoriais (ITI CIM e Estratégia Provere).

Em sede de operacionalização, será importante delimitar as operações a incluir, respetivamente, nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes (em que a CIM será organismo intermédio), na Estratégia Provere (em que a CIM deverá ser líder, mas sem o estatuto de organismo intermédio) e noutras tipologias fora das abordagens territoriais, com destaque para as incluídas no RSO 4.6. do Programa Regional do Norte, quer no domínio da Cultura quer no domínio dos Produtos Turísticos Regionais, sem esquecer, ainda, outros instrumentos disponíveis na Componente 4 do PRR ou a Linha +Interior Turismo do Turismo de Portugal.

Intervenções no Domínio do Turismo, Cultura e Património com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Existem várias tipologias de ações do domínio do Turismo, Cultura e Património que terão enquadramento potencial nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes. A tabela seguinte procede a uma primeira identificação dessas tipologias, análise que será detalhada no Plano de Ação ITI Terras de Trás-os-Montes 2030.

Tabela B.2.3: Turismo, Cultura e Património – Enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
Eixo 2 – Sistema Urbano Policêntrico Tipologia Reabilitação e regeneração urbanas (RSO 5.1.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 2.2. Qualificação da Oferta Turística e Património Histórico-Cultural - Ações de valorização e preservação do património histórico-cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • A tipologia Reabilitação e regeneração urbanas pode incidir em operações de investimento em ativos físicos que são simultaneamente ativos turísticos.
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Investimentos de base territorial (RSO 1.3.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 2.1. Qualificação da Oferta Turística e Património Natural • LA 2.2. Qualificação da Oferta Turística e Património Histórico-Cultural • LA 2.3. Qualificação da Oferta Turística e Rotas e Produtos Endógenos 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos privados no quadro da qualificação da oferta turística. • Já considerados na dimensão Conhecimento, Inovação e Competitividade.
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Apoio ao emprego e ao empreendedorismo (ESO 4.1.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 2.1. Qualificação da Oferta Turística e Património Natural • LA 2.2. Qualificação da Oferta Turística e Património Histórico-Cultural • LA 2.3. Qualificação da Oferta Turística e Rotas e Produtos Endógenos 	<ul style="list-style-type: none"> • Embora a tipologia esteja centrada na criação de emprego, pode ser mobilizada por investimentos privados no quadro da qualificação da oferta turística. • Já considerados na dimensão Conhecimento, Inovação e Competitividade.
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Valorização cultural e do património (histórico e natural) e da qualificação da oferta para o reforço do papel da cultura e afirmação da identidade (RSO 5.1.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 2.1. Qualificação da Oferta Turística e Património Natural - Ações de valorização e preservação do património natural • LA 2.2. Qualificação da Oferta Turística e Património Histórico-Cultural - Ações de valorização e preservação do património histórico-cultural • LA 2.8. Eventos culturais - Apoio a eventos culturais 	
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Património cultural e museus (RSO 5.1.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 2.2. Qualificação da Oferta Turística e Património Histórico-Cultural - Ações de valorização e preservação do património histórico-cultural • LA 2.7. Valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos - Ações de valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos 	
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Estruturação de produtos turísticos com vista à criação de destinos turísticos de dimensão sub-regional e local (RSO 5.1.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 2.3. Qualificação da Oferta Turística e Rotas e Produtos Endógenos - Desenvolvimento e promoção de rotas turísticas 	

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
	<ul style="list-style-type: none"> • LA 2.5. Promoção Turística das Terras de Trás-os-Montes - Conceção e implementação de Plano de Marketing Turístico 	

Intervenções no Domínio do Turismo, Cultura e Património com enquadramento potencial em outras Abordagens Territoriais

Abarcando o domínio do Turismo, Cultura e Património, fica desde já perspetivada a possibilidade de um conjunto de intervenções previstas poderem igualmente vir a ter enquadramento numa Estratégia Provere.

Com efeito, o Programa Regional do Norte, no Objetivo Específico RSO 5.2., define a tipologia Valorização de Recursos Endógenos, incluindo nela as seguintes subtipologias:

- Promoção de operações de qualificação e desenvolvimento de infraestruturas ou equipamentos de suporte à valorização de recursos endógenos e património identitário (e.g. sinalética, material promocional, recuperação de património público, espaços expositivos para recursos endógenos e sua apreciação e fruição pelos visitantes, ações de valorização do património material e imaterial, com fortes ligações à história, cultura, arqueologia e geografia, etc.);
- Ações de promoção, marketing territorial e valorização de atividades turísticas, artesanais e de desenvolvimento de produtos tradicionais e de qualidade;
- Valorização e promoção de sistemas produtivos locais (contemplando iniciativas conjuntas de promoção e comercialização, de desenvolvimento cooperativo, de mutualização de equipamentos ou de processos de certificação, ou de inovação social e tecnológica);
- Oferta de serviços coletivos de apoio técnico, de promoção conjunta de produtos e serviços locais e acesso aos mercados, envolvendo modelos organizativos e tecnológicos adaptados a estes territórios;
- Operações de qualificação e dinamização de centros rurais ou aldeias emblemáticas;
- Promoção de “smart villages” ou de eco-aldeias;
- Valorização de vocações territoriais de aldeias, contribuindo para a sua afirmação regional, nacional ou internacional, através de iniciativas diferenciadoras e de iniciativas de promoção da criatividade;
- Valorização de equipamentos de suporte ao associativismo de base local;
- Governação, coordenação e dinamização de parcerias;
- Estratégias de comunicação, animação e marketing territorial.

A dimensão Turismo, Cultura e Património será seguramente um elemento central da Estratégia Provere a implementar nas Terras de Trás-os-Montes, no quadro do Objetivo Específico RSO 5.2. do Programa Regional do Norte.

Perspetiva-se que a CIM Terras de Trás-os-Montes será o agente coordenador da parceria a constituir, envolvendo os Municípios e outras instituições de base regional ou local, competindo-lhe identificar o foco temático da Estratégia e liderar a elaboração do Plano de Ação.

Parece-nos consensual que a referida Estratégia Provere se foque na valorização do património histórico-cultural e do património natural bem como na valorização de produtos de elevado valor simbólico (cruzando aqui a dimensão Turismo, Cultura e Património com a dimensão Desenvolvimento Rural). Nessa medida, a Estratégia Provere mobilizará grande parte das tipologias de intervenção acima referenciadas, nomeadamente através de:

- Ações de valorização e preservação do património natural;
- Ações de valorização e preservação do património histórico-cultural;
- Desenvolvimento e promoção de rotas turísticas;
- Comunicação turística;
- Ações de implementação do Plano de Marketing Turístico;
- Ações de valorização e renovação do material interpretativo e expositivo da rede de ativos museológicos;
- Apoio a eventos culturais.

Transversalmente ao Turismo, Cultura e Património e ao Desenvolvimento Rural, a Estratégia Provere incidirá ainda em:

- Promoção de produtos endógenos e da marca-chapéu Terras de Trás-os-Montes;
- Apoio a eventos associados aos produtos endógenos.

Para além da definição dos projetos âncora (incidindo nas tipologias acima referidas), a Estratégia Provere considerará o potencial de arrastamento de outros projetos e atividades complementares, dinamizando para o efeito o acesso a apoios ao investimento privado, com destaque para os Sistemas de Incentivos, em particular o Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial e o Sistema de Incentivos de Base Territorial.

B.3. Desenvolvimento Rural

B.3.1. Diagnóstico

No território de Terras de Trás-os-Montes, o setor primário exhibe um forte relevância, sendo um setor beneficiado pela abundância de recursos naturais e pela diversidade e riqueza de produtos endógenos e de muitos produtos reconhecidos com DOP (Denominação de Origem Protegida) ou IGP (Indicação Geográfica Protegida).

Com base nos dados do Sistema Integrado às Empresas (SCIE) do INE, é possível, ainda que com algumas limitações (nomeadamente a condicionalidade de dados para algumas atividades), atestar a importância que o desenvolvimento rural assume em Terras de Trás-os-Montes e a sua evolução nos últimos anos, atentando a três grupos de atividades: Produção vegetal, produção animal e indústrias relacionadas.

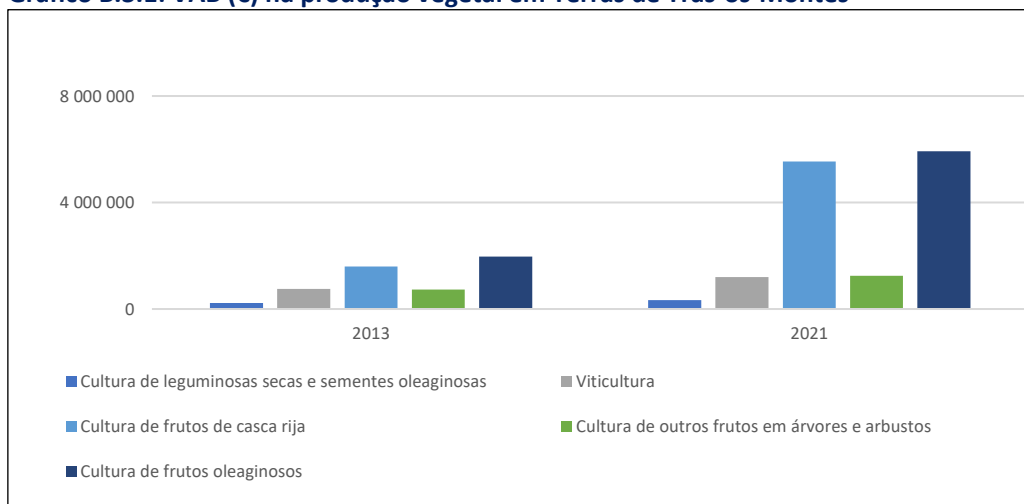
Em 2021, o VAB da Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados (CAE 01) atingiu o montante de 37.245.441 €, representando 8,8% do VAB total de setor empresarial. Para o mesmo ano, o VAB das Indústrias alimentares (CAE 10) atingiu o montante de 26.431.331 €, representando 6,2% do VAB total de setor empresarial em Terras de Trás-os-Montes. Refira-se que, para esse mesmo ano, não estão disponíveis os valores relativos à Indústria das bebidas (CAE 11).

No que toca à produção vegetal, a atividade mais relevante será a de Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos (CAE 0113), mas para a qual não estão disponíveis dados relativos a 2021. Seguem-se a Cultura de frutos oleaginosos (CAE 0126) e a Cultura de frutos de casca rija (CAE 01251). Entre 2013 e 2021, assinala-se a evolução bastante favorável destas duas culturas, observando-se um crescimento médio anual, no caso dos frutos oleaginosos, de 14% na Produção e 15% no VAB e, no caso dos frutos de casca rija, um crescimento médio anual de 17% na produção e no VAB.

De entre as culturas e produtos daqui decorrentes destacam-se, na produção vegetal, a olivicultura, o azeite e subprodutos, os frutos de casca rija (assumindo especial destaque a produção de castanha, nozes e amêndoa), a fruticultura, a horticultura e, ainda, a vitivinicultura.

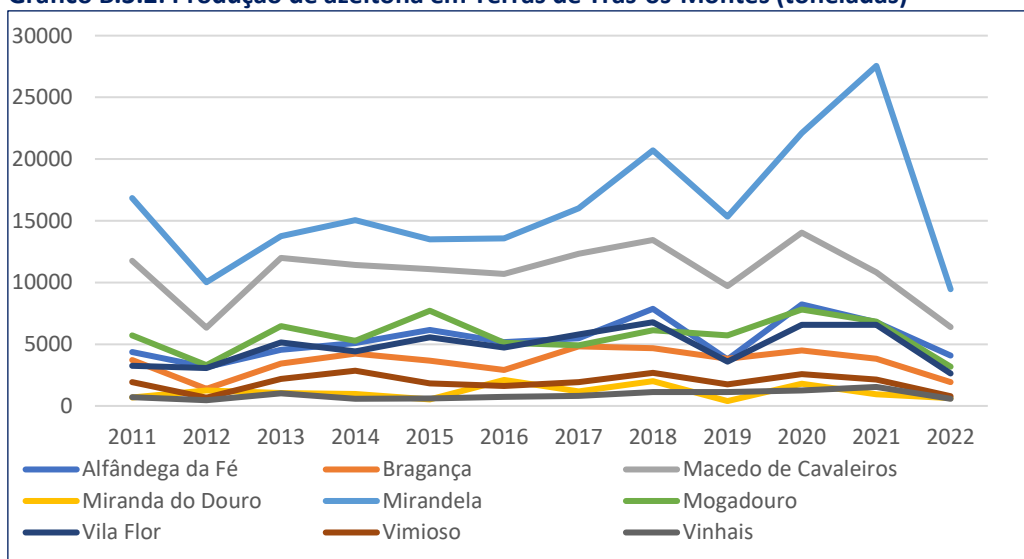
Pelo papel particular que assume, cabe destacar a produção de azeitona, sobretudo nos concelhos de Mirandela e Macedo de Cavaleiros. Os dados do INE, desta feita referentes ao Inquérito anual à produção de azeitona, revelam que 2022 foi um ano de quebra da produção, que fez um total de 29.671 toneladas, depois de em 2021 ter atingido 67.009 toneladas.

Gráfico B.3.1: VAB (€) na produção vegetal em Terras de Trás-os-Montes



Fonte: INE, SCIE.

Gráfico B.3.2: Produção de azeitona em Terras de Trás-os-Montes (toneladas)

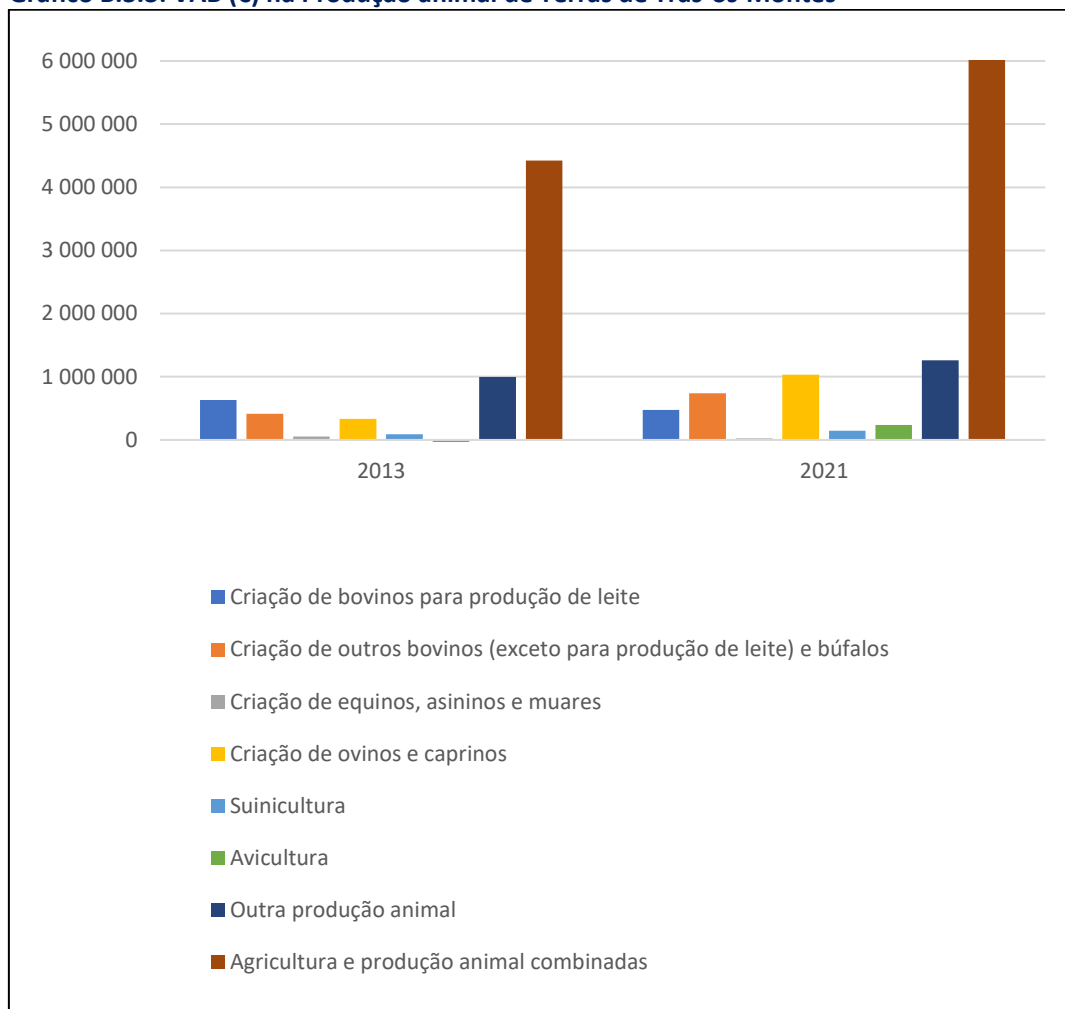


Fonte: INE, Inquérito anual à produção de azeitona.

No caso da produção animal, os dados disponíveis no SCIE do INE mostram a preponderância da Agricultura e produção animal combinadas (CAE 015), sendo ainda relevantes a Outra produção animal (CAE 0149), a Criação de ovinos e caprinos (CAE 0145) e a Criação de bovinos (CAEs 0141 e 0142).

No período compreendido entre 2013 e 2021, registou-se uma evolução bastante favorável da produção de ovinos e caprinos, com um crescimento médio anual de 15% no valor da produção e no VAB.

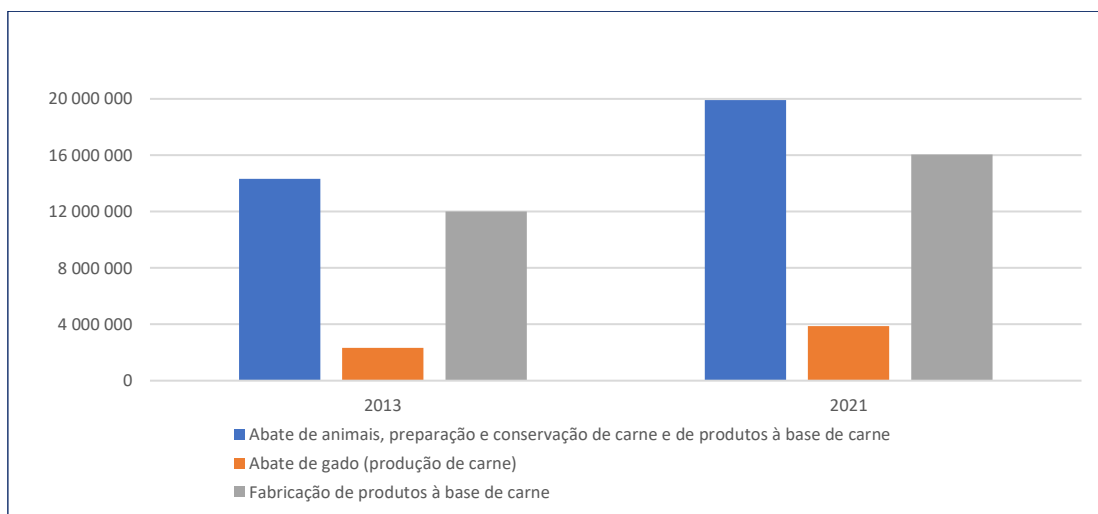
Gráfico B.3.3: VAB (€) na Produção animal de Terras de Trás-os-Montes



Fonte: INE, SCIE.

Considerando a Indústria relacionada com a produção animal, os valores relativos ao VAB denotam a relevância da Fabricação de produtos à base de carne (CAE 1013), atingindo um VAB na casa dos 6 milhões de euros em 2021 e um crescimento anual médio, entre 2013 e 2021, de 7,6% ano.

Gráfico B.3.4: VAB (€) na Indústria relacionada com a produção animal de Terras de Trás-os-Montes



Fonte: INE, SCIE.

A importância do desenvolvimento rural para Terras de Trás-os-Montes é, por fim, corroborada pelos quocientes de localização das diferentes atividades das flieiras da produção vegetal e animal, considerando o seu peso relativo na estrutura setorial da economia, em termos de VAB, e tendo como espaço de referência Portugal. Como se pode observar no quadro seguinte, são várias as atividades nas quais o quociente de localização é manifestamente superior a 1, sinalizando um grau de especialização elevado de Trás-os-Montes nesses casos.

Tabela B.3.1: Terras de Trás-os-Montes, Quocientes de Localização para Atividades Seleccionadas, 2021

CAE	Atividade	QL
01	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	5,56
0121	Viticultura	1,69
01251	Cultura de frutos de casca rija	88,68
0126	Cultura de frutos oleaginosos	13,81
014	Produção animal	3,25
0141	Criação de bovinos para produção de leite	2,12
0142	Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos	13,77
0145	Criação de ovinos e caprinos	20,03
0149	Outra produção animal	13,11
015	Agricultura e produção animal combinadas	7,54
10	Indústrias alimentares	2,75
1011	Abate de gado (produção de carne)	1,36
1013	Fabricação de produtos à base de carne	8,26
10412	Produção de azeite	15,50

$QL = (VAB \text{ setor } i \text{ TTM} / VAB \text{ TTM}) / (VAB \text{ setor } i \text{ PT} / VAB \text{ PT})$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

Em 2021, foi instituída a marca chapéu Trás-os-Montes, gerida pela CIM Trás-os-Montes, enquanto instrumento de estratégia de valorização do território. O intuito da marca é, assim, o de distinguir no mercado, os Produtos Alimentares, Não Alimentares, Artesanato, Serviços e Estabelecimentos aderentes e que, portanto, sejam produzidos, elaborados, transformados, comercializados ou distribuídos no território abrangido pela CIM-TTM. Em 2022, o catálogo de produtos da marca incluía azeites, mel, vinho, pão e pastéis, queijos, carnes e produtos de fumeiro, existindo uma margem de progressão assinalável para que um número maior de produtos adira à marca.

A existência de uma comunidade científica na região especializada no agroalimentar, polarizada no Instituto Politécnico de Bragança, e a disponibilidade de produtos premium/gourmet e de produtos com longo shelf-life são pontos fortes do setor agroalimentar de Terras de Trás-os-Montes e que merecem continuar a ser valorizados e reforçados no âmbito do desenvolvimento regional.

Apesar da evolução favorável de muitos dos aspetos que marcam o Desenvolvimento Rural em Terras de Trás-os-Montes, este defronta-se ainda com desafios decorrentes da forte atomização da produção e da correspondente falta de escala, com uma reduzida competitividade das explorações agropecuárias, da ainda baixa promoção da produção regional, das fragilidades que persistem ao nível dos circuitos de comercialização e distribuição e das infraestruturas e equipamentos de apoio, para além da ainda insuficiente presença de atividades de transformação dos produtos vegetais e animais.

B.3.2. Linhas de Ação

O Plano de Ação Desenvolvimento Rural compreende as seguintes Linhas de Ação:

LA 3.1. Estruturas setoriais e eficiência coletiva

LA 3.2. Infraestruturas de apoio à produção e à transformação

LA 3.3. Empreendedorismo e inovação nas fileiras agroindustriais

LA 3.4. Investimento produtivo de criação, expansão, modernização e qualificação empresariais

LA 3.5. Serviços avançados de apoio à distribuição e à comercialização

LA 3.1. Estruturas setoriais e eficiência coletiva

- Reforço e capacitação das organizações de produtores e associações de organizações de produtores no sentido de minimizar constrangimentos decorrentes da pequena dimensão das explorações na produção animal e vegetal.
- Promoção do envolvimento coletivo dessas organizações de produtores e associações de organizações de produtores no planeamento da produção, no acesso a inputs e na oferta de serviços de armazenamento (frio), normalização, rastreabilidade, embalamento, comercialização e marketing.

LA 3.2. Infraestruturas de apoio à produção e à transformação

- Planeamento e acompanhamento de planos de infraestruturas essenciais à promoção das culturas e produtos regionais, nomeadamente tendo em conta a otimização de recursos naturais necessários para a sua prossecução, nomeadamente os recursos hídricos.
- Coordenação de investimentos infraestruturais, tendo em vista uma melhor qualidade da produção e a obtenção de complementaridades e sinergias decorrentes da existência e

funcionamento dessas infraestruturas, designadamente dos matadouros industriais, por via da requalificação do Matadouro Industrial do Cachão e dos Matadouros de Bragança, Miranda do Douro e Vinhais (e do futuro matadouro de Mogadouro), por forma a atingir melhores condições para o abate, a desmancha e a embalagem de carne de bovinos, suínos e pequenos ruminantes, bem como criar condições para o abate de aves.

LA 3.3. Empreendedorismo e inovação nas fileiras agroindustriais

- Ampliação da atribuição de denominações de origem protegidas (DOP), de indicações geográficas protegidas (IGP) e de especialidades tradicionais garantidas (ETG), ao longo de toda a cadeia de valor dos produtos de origem animal e vegetal, nos termos da regulamentação nacional e europeia.
- Promoção da inovação tecnológica nas fileiras agroindustriais, através do desenvolvimento de plataformas de serviços tecnológicos e técnicos, com o envolvimento do IPB e da UTAD, organizadas num polo em torno do IPB e do Brigantia Ecopark e num polo a criar no âmbito da revitalização do Complexo Agroindustrial do Cachão, com o envolvimento do IPB e da UTAD, bem como num Banco de Genética Animal (e eventual Genética Vegetal associada às pastagens), em Miranda do Douro.
- Promoção da renovação geracional nas fileiras agroindustriais, através de programas de empreendedorismo rural.

LA 3.4. Investimento produtivo de criação, expansão, modernização e qualificação empresariais

- Garantia da continuidade dos apoios financeiros à produção vegetal e animal bem como à transformação a jusante, no quadro dos sistemas de incentivos.
- Reforço da capacitação no âmbito da agricultura digital em prol da adoção das melhores práticas no âmbito da agricultura de precisão, aumentando a produtividade agrícola, designadamente por via da adoção de tecnologias como GPS – Global Positioning Systems, SIG – Sistema de Informação Geográfica, Tecnologias de Aplicação Variada de Inputs (VRT), Monitores de Produção, Sensores Remotos e de Proximidade, Sistemas de Apoio à Condução, etc.

LA 3.5. Serviços avançados de apoio à distribuição e à comercialização

- Melhoria da logística de distribuição (armazenamento, frio, embalagem, transporte e rastreabilidade), seja apoiando o investimento privado seja através de ações coletivas de apoio aos pequenos produtores.
- Melhoria do acesso aos mercados e à internacionalização, seja apoiando as empresas nas suas ações individuais de internacionalização seja através de ações coletivas.
- Dinamização da utilização de canais digitais para a promoção e venda dos produtos regionais, dando continuidade e reforçando iniciativas já desencadeadas no contexto da pandemia COVID19.
- Promoção da adesão dos produtores à marca chapéu “Terras de Trás-os-Montes”.
- Promoção da divulgação de feiras e certames de produtos endógenos e o reforço infraestrutural de espaços expositivos, devidamente dimensionados e qualificados.

- Promoção das cadeias curtas de produtos locais, potenciando a relação direta entre produtores e consumidores, contribuindo para o escoamento da produção local, a preservação e valorização dos produtos e especialidades locais, bem como a mitigação do desperdício alimentar.

B.3.3. Tipologias de Intervenção

Para as Linhas de Ação retidas, as Tipologias de Intervenção aplicáveis ou desejáveis são as seguintes:

- *Ações conjuntas para a promoção de produtos de qualidade*
 - Engloba ações de apoio à criação e reforço de organizações de produtores e associações de organizações de produtores e de outros agrupamentos profissionais, concedendo massa crítica adicional à cadeia de valor agroalimentar na região.
 - O PEPAC, no Eixo C.4.2. e no Eixo C.4.3., abrange, respetivamente, o Apoio à Promoção de Produtos de Qualidade e a Organização da produção, sendo que a segunda inclui a Criação de agrupamentos e organizações de produtores (C.4.3.1.) e Organizações Interprofissionais (C.4.3.2.). De mencionar também que o PEPAC, no Eixo B.1., dedicado ao Programa Nacional para apoio ao setor da fruta e dos produtos hortícolas, prevê apoios para a Promoção, Comercialização e Marketing (B.1.11.), destinados a Organizadores de Produtores (OP).
 - Por sua vez, o Programa Regional do Norte, no RSO 5.2., incidente sobre a valorização de recursos endógenos, inclui, entre outras, iniciativas conducentes à promoção, valorização e desenvolvimento de produtos tradicionais e de qualidade, contemplando medidas conjuntas de promoção e comercialização e de desenvolvimento cooperativo.
 - Por fim, no Programa Regional do Norte, no seu RSO 1.3., estão previstas ações coletivas de apoio à qualificação e à internacionalização passíveis de apoiar algumas iniciativas abrangidas nesta intervenção.
 - Terras de Trás-os-Montes é particularmente rica em produtos ditos endógenos, com inúmeras classificações DOP e IGP, aplicando-se ainda a marca-chapéu Terras de Trás-os-Montes, gerida pela CIM, aos produtos endógenos de origem animal ou vegetal. São também numerosos os eventos associados a estes produtos, alguns deles com grande projeção nacional e transfronteiriça (p. ex., a Feira do Fumeiro em Vinhais).
- *Ações conjuntas para o alargamento da cadeia de valor agroalimentar, a montante e a jusante da produção*
 - Engloba ações de apoio ao acesso a matérias-primas e equipamentos, ao planeamento da produção, à exposição e ao desenvolvimento de serviços de elevado valor acrescentado de logística de distribuição (armazenamento, frio, embalagem, transporte e rastreabilidade), que aumentem a orientação para o mercado e a competitividade da produção.
 - No caso específico do setor da fruta e produtos hortícolas, o PEPAC, no seu Eixo B.1., dedicado ao Programa Nacional para apoio ao setor da fruta e dos produtos hortícolas, destinado a Organizações de Produtores (OP), prevê, entre outras, tipologias de intervenção em matéria de Produção Experimental (B.1.7.), de Comercialização (B.1.10.), que inclui, entre outros, investimento em estruturas de frio para o transporte ou embalagens para transporte interno e em matéria de rastreabilidade e qualidade (B.1.12.), que inclui o apoio à rastreabilidade da produção destinada à comercialização, bem como à monitorização da qualidade do produto e do processo produtivo.

- Por seu turno, o Programa Regional do Norte, no RSO5.2., inclui, entre outras, iniciativas conducentes à oferta de serviços coletivos de apoio técnico, de promoção conjunta de produtos e serviços locais e acesso aos mercados, envolvendo modelos organizativos e tecnológicos adaptados a estes territórios, bem como ações de promoção de operações de qualificação e desenvolvimento de infraestruturas ou equipamentos de suporte à valorização de recursos endógenos, nomeadamente em termos de espaços expositivos.
- *Ações conjuntas de capacitação de cadeias curtas de produtos locais*
 - Engloba ações de otimização de lógica de fileira agroalimentar numa escala regional para contribuir para o escoamento da produção local e para a valorização das culturas e produtos locais, de modo a reduzir o desperdício alimentar e promover uma melhoria dos hábitos alimentares por via do acesso a produtos da época, frescos e de elevada qualidade. Adicionalmente, as cadeias curtas incentivam práticas agrícolas menos intensivas e ambientalmente sustentáveis, através da diminuição da emissão de gases com efeito de estufa associada à redução de custos de armazenamento, refrigeração e consequente transporte dos produtos até aos centros de distribuição. Não menos importante, as cadeias curtas podem também assumir um papel social de relevo ao potenciarem a distribuição de bens alimentares a instituições várias como cantinas escolares, centros de dia, etc.
 - Este tipo de iniciativa poderá integrar o Eixo D do PEPAC, dedicado à Abordagem Territorial Integrada e, mais concretamente, o Eixo D.1., associado ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Em alternativa, poderá integrar uma Estratégia PROVERE (Programa Regional do Norte, RSO 5.2.).
 - A CIM tem conduzido estudos preparatórios para a criação de cadeias curtas de produtos locais, ponderando a criação de um centro de recolha por Município e meios de transporte e distribuição.
- *Investimento em equipamentos infraestruturais coletivos*
 - Engloba o investimento em equipamentos infraestruturais com vista à promoção da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agroalimentares. Consideramos aqui, primordialmente, os regadios. Outras infraestruturas relevantes são os matadouros.
 - O PEPAC, no seu Eixo D.3., incidente sobre Regadios Coletivos Sustentáveis e que contempla o Desenvolvimento do regadio sustentável (Eixo D.3.1) e a Melhoria da sustentabilidade dos regadios existentes (Eixo D.3.2), apoia o desenvolvimento de infraestruturas coletivas relacionadas com o regadio sustentável, nomeadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas nomeadamente acessos, defesa e drenagem, estruturação fundiária, produção de energia por meios renováveis e utilização eficiente da energia. De referir que os açudes e charcas se inserem neste Eixo.
 - No que se refere ao desenvolvimento do regadio sustentável, está em causa o desenvolvimento de infraestruturas coletivas relacionadas com o regadio sustentável, nomeadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas nomeadamente acessos, defesa e drenagem, estruturação fundiária, produção de energia por meios renováveis e utilização eficiente da energia. O objetivo é aumentar o rendimento dos agricultores e a competitividade das explorações agrícolas através do incremento da área irrigada da

Superfície Agrícola Útil de forma sustentada através de infraestruturas desenvolvidas com adequada integração ambiental e paisagística, assegurando a sustentabilidade do conjunto, conformadas com as disposições da política pública aplicável e usando as melhores técnicas e conhecimentos científicos disponíveis.

- Relativamente à melhoria da sustentabilidade dos regadios existentes, esta visa apoiar o desenvolvimento de infraestruturas coletivas relacionadas com o regadio sustentável, nomeadamente através da melhoria da sustentabilidade dos regadios existentes, nas componentes da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas nomeadamente acessos, defesa e drenagem, estruturação fundiária, produção de energia renovável e utilização eficiente da energia.
 - No âmbito do regadio, as Terras de Trás-os-Montes precisarão de dar continuidade aos investimentos realizados no passado, porventura ampliando o número de barragens existentes e, sobretudo, apostando em açudes e pequenas charcas. Mais concretamente, a intervenção passa pela elaboração, implementação e acompanhamento de um Plano de Regadios quer para a Terra Quente quer para a Terra Fria, envolvendo a construção, requalificação e gestão integrada de regadios com o objetivo de dinamizar a produção vegetal e, em particular, os produtos hortícolas e frutícolas. Esse Plano deve incluir o estudo da possibilidade de utilizar a água existente quer no Azibo quer no Baixo Sabor, neste caso alimentando as 4 pequenas barragens já existentes no Vale da Vilariça. Deve também abranger a elaboração e a implementação, numa lógica complementar à já adotada, um Plano para o aproveitamento de açudes e pequenas charcas.
 - Quanto aos matadouros, refira-se a existência de uma rede já bastante alargada (MIC no CAICA, Bragança, Miranda do Douro, Vimioso (sala de desmanche) e Vinhais, bem como um investimento adicional em Mogadouro. Estão identificados, pelos Municípios, alguns investimentos de modernização ou complementares, parecendo desejável uma visão intermunicipal de maior racionalidade e complementaridade entre os diferentes projetos.
 - Outro tipo de infraestruturas prende-se com espaços expositivos de qualidade, de suporte a eventos associados aos produtos das fileiras agroindustriais. O Programa Regional do Norte, no RSO5.2., associado às EEC PROVERE inclui, entre outras, ações de promoção de operações de qualificação e desenvolvimento de infraestruturas ou equipamentos de suporte à valorização de recursos endógenos, nomeadamente em termos de espaços expositivos. Em alternativa, poder-se-á equacionar o investimento em espaços multifuncionais, nomeadamente no quadro de projetos de regeneração urbana.
- *Inovação e partilha conhecimento*
 - Engloba o apoio a iniciativas de empreendedorismo de natureza técnica e tecnológica e de iniciativas de partilha de conhecimento e formação.
 - No PEPAC, o Eixo C.5. é dedicado ao Conhecimento, sendo composto pelos seguintes sub-eixos: Grupos operacionais para a Inovação, Formação e Informação, Aconselhamento, Conhecimento-Agroambiental e Climático, Acompanhamento Técnico Especializado, Intercâmbio de Conhecimento.
 - Engloba igualmente o reforço das infraestruturas tecnológicas com foco nas fileiras agroindustriais, seja em atividades de investigação e desenvolvimento seja em atividades de interface e de prestação de serviços tecnológicos.
 - A este nível, já foram referenciados na dimensão Conhecimento, Tecnologia e Inovação os projetos considerados estruturantes (expansão física, laboratorial e de capacidade de

acolhimento do Brigantia EcoPark; instalação no CAICA de um polo de serviços avançados; Centro de recursos genéticos em Malhadas). Acrescenta-se o Polo de Inovação do MAA, na Quinta do Valongo, com enquadramento na Componente 5 do PRR, RE-C05-i03: Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria [Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30]

- *Investimento em marketing e internacionalização*
 - Engloba o apoio ao investimento tendo em vista a adoção novos de canais de venda, sobretudo os digitais, para promoção e venda de produtos e a entrada em mercados externos.
 - No PRR, na Componente 16. Economia 4.0., podem ser mobilizados instrumentos como Internacionalização via e-commerce, apostando em canais digitais para a comercialização de produtos e serviços.
 - No PITD, no seu RSO 1.3., estão previstos apoios ao investimento empresarial nas dimensões de internacionalização, passíveis de aplicação nesta vertente, respeitadas algumas condicionantes.
- *Programa de apoio à produção vegetal e à manutenção de raças autóctones*
 - Engloba apoios à produção vegetal, valorizando, em particular, setores relevantes no território, como os setores da fruta, dos produtos hortícolas e da vitivinicultura, assim como apoios à preservação de raças autóctones em risco de erosão genética.
 - No PEPAC, o Eixo B.1. dedica-se ao Programa Nacional para apoio ao setor da fruta e dos produtos hortícolas e aplica-se através de Programas Operacionais apresentados por Organizações de Produtores (OP) reconhecidas no âmbito das Frutas e Hortícolas que contemplem as seguintes de tipologias de intervenção: Gestão do solo, Gestão da água, Gestão da energia, Gestão de Resíduos, Proteção das culturas, Instalação e reestruturação, Produção experimental, Formação, Comercialização, Promoção, comunicação e marketing, Rastreabilidade e qualidade, Avaliação e certificação ambiental, Fundos mutualistas, Reposição de potencial produtivo, Retiradas do mercado, Seguros de colheita. O Eixo B.3. dedica-se ao Programa Nacional para apoio ao setor da vitivinicultura e subdivide-se nos seguintes eixos: Destilação de subprodutos da vinificação; Promoção e comunicação nos países terceiros; Seguros de colheitas reestruturação e conversão de vinhas (Biológica); Reestruturação e conversão de vinhas;.
 - Ainda no PEPAC, o Eixo C.1.1.4. incide sobre a Manutenção de Raças autóctones. O Eixo C.1.1.4. visa apoiar a manutenção de raças autóctones em risco de erosão genética através de apoio aos criadores de animais dessas raças, inscritos em Livro Genealógico, em função do nível de ameaça.
 - No Programa Regional do Norte, o RSO 1.3., inclui o apoio a investimento empresarial produtivo (até um montante de investimento de 3 milhões de euros), que é passível, em determinadas circunstâncias, de aplicação nesta intervenção (quando abrangidas pelo âmbito do FEDER). Para projetos da mesma natureza mas investimentos superiores (que ultrapassem 3 milhões de euros), o PITD, no RSO 1.3., prevê também apoio ao investimento empresarial produtivo.
 - A vitivinicultura, a hortofruticultura e as raças autóctones têm grande relevância em Terras de Trás-os-Montes. A título de exemplo, refiram-se a hortofruticultura no Vale da Vilarça e raças autóctones de bovinos (raça mirandesa), de ovinos (churra galega mirandesa, churra da terra quente, churra galega bragançana), de caprinos (preta de montesinho, serrana) e asininos (burro de miranda)

- *Investimento na digitalização da agricultura*
 - Engloba o apoio ao investimento produtivo através de tecnologias associadas à Transição Digital e, em particular, à Agricultura de Precisão, aumentando a produtividade das explorações e reduzindo o impacto ambiental das práticas agrícolas.
 - No PEPAC, o Eixo C.2.1.1 Investimento Produtivo Agrícola – Modernização contribui, entre outros, para o objetivo de reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade das explorações agrícolas, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização. No âmbito deste eixo, tal como no Eixo C.2.2.2., que incide sobre Investimento produtivo Jovens Agricultores, são promovidas as soluções digitais como por exemplo: Equipamentos (novos ou adaptação de existentes) para a monitorização georeferenciada por satélite; a aplicação de água ou fatores de produção com VTR; a condução assistida ou automática por GNSS, o ajuste automático da largura de trabalho (Swath control) e Robotica e drones de auxílio de tarefas agrícolas e pecuárias; e serviços técnicos especializados na agricultura de precisão.
 - No PRR, a Componente 16 Economia 4.0., visa o reforço da digitalização das empresas, podendo apoiar algumas vertentes desta intervenção.
 - No Programa Regional do Norte, o RSO 1.3., inclui o apoio a investimento empresarial produtivo (até um montante de investimento de 3 milhões de euros), que é passível, em determinadas circunstâncias, de aplicação nesta intervenção (FEDER). Para projetos da mesma natureza mas investimentos superiores (que ultrapassem 3 milhões de euros), o PITD, no RSO 1.3., prevê também apoio ao investimento empresarial produtivo.

Tabela B.3.2: Desenvolvimento Rural - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 3.1. Estruturas setoriais e eficiência coletiva	Ações conjuntas para a promoção de produtos de qualidade	PEPAC, Eixos C.4.2. e C.4.3. e B.1.11. PR Norte, RSO5.2
	Ações conjuntas para o alargamento da cadeia de valor agroalimentar, a montante e a jusante da produção	PEPAC, Eixos B.1.7., B.1.10, B.1.12. PR Norte, RSO5.2
LA 3.2. Infraestruturas de apoio à produção e à transformação	Investimento em equipamentos infraestruturais	PEPAC, Eixos D.3. PR Norte, RSO 5.2
LA 3.3. Empreendedorismo e inovação nas fileiras agroindustriais	Inovação e partilha conhecimento	PEPAC, Eixo C.5. PRR, Componente C5
	Investimento na digitalização e modernização da agricultura	PEPAC, Eixos C.2.1.1 e C.2.2.2 PRR, Componente C16. PR Norte, RSO 1.3.
LA 3.4. Investimento produtivo de criação, expansão, modernização e qualificação empresariais	Investimento na digitalização e modernização da agricultura	PEPAC, Eixos C.2.1.1 e C.2.2.2 PRR, Componentes C.16. PR Norte, RSO 1.3. PITD, RSO 1.3.
	Programa de apoio à produção vegetal	PEPAC, Eixos B.1., B.3 e C 1.1.1.4

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
	e à manutenção de raças autóctones	PR Norte, RSO 1.3 PITD, RSO 1.3.
LA 3.5. Serviços avançados de apoio à distribuição e à comercialização	Ações conjuntas de capacitação de cadeias curtas de produtos locais	PEPAC, Eixo D.1.
	Investimento em marketing e internacionalização	PRR, Componente 16. PITD, RSO 1.3.

B.3.4. Intervenções a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

O domínio temático do Desenvolvimento Rural remete para tipologias de intervenção que apenas marginalmente poderão ter enquadramento nos ITI CIM (Programa Regional do Norte, Objetivo Específico RSO5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas), considerando apenas tipologias suportadas pelo FEDER e pelo FSE.

Analogamente, no mesmo Programa e no quadro do Objetivo Específico RSO5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas, algumas das intervenções na dimensão Desenvolvimento Rural poderão integrar uma Estratégia PROVERE.

Com particular relevância para o Desenvolvimento Rural, já fora do âmbito do PT2030, o PEPAC considera abordagens territoriais na tipologia DLBC.

Intervenções no Domínio do Desenvolvimento Rural com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tabela B.3.3: Desenvolvimento Rural – Enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Investimentos de base territorial (RSO 1.3.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 3.3. Empreendedorismo e inovação nas fileiras agroindustriais • LA 3.4. Investimento produtivo de criação, expansão, modernização e qualificação empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos privados no âmbito das fileiras agroindustrias, quando elegíveis no FEDER. • Já considerado na dimensão Conhecimento, Inovação e Competitividade.
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Apoio ao emprego e ao empreendedorismo (ESO 4.1.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 3.3. Empreendedorismo e inovação nas fileiras agroindustriais 	<ul style="list-style-type: none"> • Embora a tipologia esteja centrada na criação de emprego, pode ser mobilizada por investimentos privados no âmbito das fileiras agroindustrias, quando elegíveis no FSE. • Já considerado na dimensão Conhecimento, Inovação e Competitividade.

Intervenções no Domínio do Desenvolvimento Rural com enquadramento potencial em outras Abordagens Territoriais

No âmbito do PEPAC, o Eixo D – Abordagem Territorial Integrada agrega intervenções do 2º pilar da PAC, numa perspetiva territorial e integrada, que visam o desenvolvimento local de base comunitária LEADER, os regadios coletivos sustentáveis e os programas de ação em áreas sensíveis (relativos aos compromissos agroambientais e de clima com acompanhamento técnico), desdobrando-se em três domínios: Domínio D.1 – Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), Domínio D.2 – Programas de Ação em Áreas Sensíveis e Domínio D.3 Regadios Coletivos Sustentáveis.

No tocante ao DLBC, este deve incidir em zonas sub-regionais específicas, ser conduzido por grupos de ação local (GAL) compostos por representantes de interesses socioeconómicos locais, públicos e privados, e ser desenvolvido com base em estratégias integradas. À luz da experiência do DLBC rural relativo ao período de programação 2014-2020, este instrumento de política contribuirá para a promoção do emprego, o crescimento, a igualdade de género, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais através das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que forem aprovadas e as ações planeadas correspondentes para dar resposta às necessidades locais existentes e o apoio possível das potencialidades de desenvolvimento.

No período de programação anterior, referenciamos 3 GAL Rurais com incidência em Freguesias de Municípios das Terras de Trás-os-Montes:

- DESTEQUE, abrangendo Freguesias dos Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor e Carrazeda de Ansiães;
- CORANE, abrangendo Freguesias dos Municípios de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais;
- DOURO SUPERIOR, abrangendo Freguesias dos Municípios de Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Adicionalmente, as Estratégias PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos) também podem integrar ações no domínio do Desenvolvimento Rural.

No quadro dos apoios previstos no Programa Regional do Norte, RSO 5.2., e tal como já referido no domínio do Turismo, Cultura e Património, perspetiva-se que a CIM Terras de Trás-os-Montes será o agente coordenador da parceria a constituir, envolvendo os Municípios e outras instituições de base regional ou local, competindo-lhe identificar o foco temático da Estratégia e liderar a elaboração do Plano de Ação.

A referida estratégia poderá integrar, entre outras, ações de valorização de produtos de elevado valor simbólico (cruzando aqui a dimensão Turismo, Cultura e Património com a dimensão Desenvolvimento Rural), nomeadamente a promoção de produtos endógenos e da marca-chapéu Terras de Trás-os-Montes e o apoio a eventos associados aos produtos endógenos.

B.4. Ambiente e Ecossistemas

B.4.1. Diagnóstico

Conforme foi referido no capítulo de enquadramento geral, o diagnóstico acerca da qualidade ambiental nas Terras de Trás-os-Montes revela uma situação bastante favorável, quando considerada no contexto das NUTS 3 portuguesas. A componente de Qualidade Ambiental do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional apresentava, em 2021, o valor mais elevado no território nacional, atingindo o valor de 112 (média nacional = 100) e confirmando uma evolução positiva que se vem registando nos últimos anos.

Esta avaliação positiva não significa a ausência de problemas e desafios relevantes, especialmente os que são agravados com o processo de mudança climática e sobretudo a dois níveis: a gestão dos recursos hídricos (incluindo o ciclo urbano da água) e a gestão dos incêndios florestais/fogos rurais. Cruzam-se, nestas duas dimensões, diversas áreas de intervenção das políticas públicas: a conservação e valorização dos ecossistemas naturais, a proteção civil e a gestão de riscos, as infraestruturas do ciclo urbano da água e outras de gestão deste recurso (que abordaremos neste plano de ação), bem como com a economia, especialmente a de base rural e a que assenta em recursos do território (que são abordados no domínio temático do desenvolvimento rural).

Há, naturalmente, outros aspetos relevantes na esfera das políticas ambientais, como é o caso da gestão de resíduos ou, de forma mais abrangente, da economia e sociedade circular. Quanto às questões da transição energética e do desenvolvimento urbano sustentável, remete-se para os domínios temáticos da energia e do desenvolvimento urbanor, onde se faz referência ao ambiente urbano, à descarbonização e adaptação das cidade, incluindo na mobilidade.

Biodiversidade, capital natural e desenvolvimento sustentável

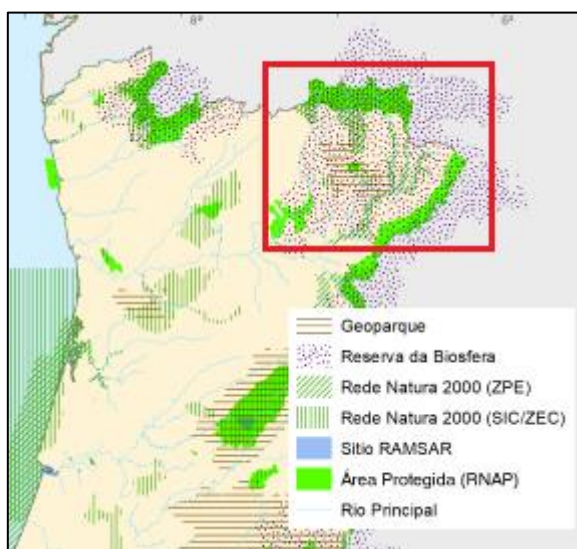
A temática ecossistemas, biodiversidade e capital natural, é para as Terras de Trás-os-Montes muito relevante, sendo um dos seus maiores ativos.

Dados de 2020 do INE demonstram que, relativamente à área de rede Natura 2000, Terras de Trás-os-Montes representa 9,8% do total nacional e ceca de 42,6% do total da Região Norte. Uma análise em termos de proporção de território com superfície Rede Natura 2000 permite perceber que apenas os municípios de Miranda do Douro, Alfandega da Fé e Mirandela estão abaixo das médias regional e nacional. Considerando a superfície absoluta da Rede Natura 2000, Terras de Trás-os-Montes acumula 190.846 hectares (10% da área Natura 2000 total) e cerca de metade da área Natura 2000 na Região Norte. Dados do mesmo ano demonstram que Terras de Trás-os-Montes concentra 16% da superfície total das áreas protegidas (considerando parques naturais de âmbito nacional e regional e paisagens protegidas de âmbito regional) e 52% destas áreas na Região Norte. Considerando a proporção territorial com superfície de áreas protegidas em 2020, conclui-se que Terras de Trás-os-Montes tem 24% da sua superfície total afeta a áreas protegidas, valores mais elevados face à média regional do Norte (12%) e à média nacional (9%). Apenas os municípios de Mirandela e Macedo de Cavaleiros ficam abaixo das médias regional e nacional.

É também muito relevante considerar a Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica, que engloba 12 municípios portugueses, entre os quais os 9 das Terras de Trás-os-Montes, abrangendo o Parque Natural de Montesinho, o Parque Natural do Douro Internacional, a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, para além das Redes Natura 2000. A sua importância reside em várias dimensões,

começando pela preservação de ecossistemas particulares, da paisagem e da biodiversidade (pelas espécies icónicas protegidas de fauna e flora), mas também em termos de preservação de tradições culturais e patrimoniais e mesmo do potencial turístico.

Figura B.4.1: Áreas Protegidas, rede Natura 2000 e Áreas Classificadas ao abrigo de outros compromissos internacionais



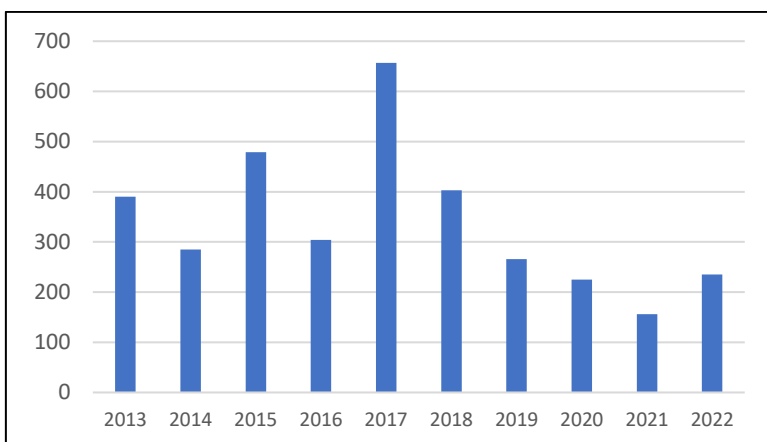
Fonte: ICNF, 2022

Adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos

A adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofes e resiliência são outro tema muito importante para a região, nomeadamente na questão dos fogos florestais. É, por isso, importante perceber qual a disponibilidade de recursos humanos para responder à questão dos fogos rurais. O INE disponibiliza dois indicadores — Pessoal ao serviço como sapadores florestais e Superfície de área florestal que, conjugados, permitem obter a capacidade de cobertura dos sapadores florestais por cada 10 km² de área florestal. Entre 2015 e 2018, verificou-se um aumento de 51% do efetivo de sapadores em Terras de Trás-os-Montes, valor superior à média da região Norte (33%) e da média nacional (38%), com os municípios de Mogadouro (+103,7%) e Bragança (+100,4%) a contribuírem de forma decisiva para o aumento da disponibilidade de sapadores em Terras de Trás-os-Montes.

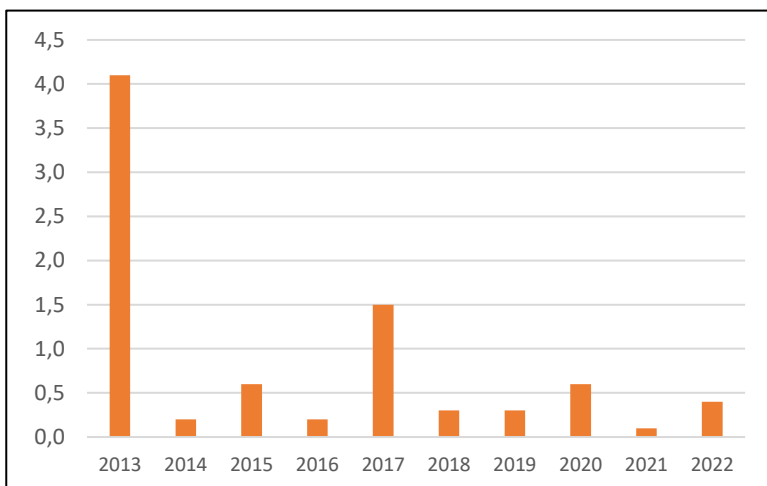
As áreas florestais na NUTS 3 representam 22,4% do total de áreas florestais na Região Norte (e ainda 27,6% da superfície de matos). Nos últimos cinco anos (2018-2022, dados MAI/PORDATA), os fogos rurais afetaram, em média anual, 0,34% da superfície da NUTS 3 (na Região Norte esta proporção foi de 1,08%, mais do triplo). Apenas Vinhais (1,00%) e Alfândega da Fé (0,84%) se aproximam da média regional.

Gráfico B.4.1: N.º de fogos nas florestas, matos ou explorações agrícolas nas TTM



Fonte: PORDATA/MAI

Gráfico B.4.2: Superfície ardida (% do território das TTM)



Fonte: PORDATA/MAI

Os dados da última década (número de ocorrências e proporção da superfície total atingida por fogos rurais) mostram que, salvo situações pontuais (especialmente 2017, nos dois indicadores, ou 2013, em termos de área ardida), há uma tendência para diminuição da incidência deste fenómeno.

Noutra perspetiva, e remetendo para a análise demográfica realizada no capítulo de enquadramento inicial e na secção dedicada ao plano de ação para o desenvolvimento urbano, é muito importante ter presente que a qualidade do ambiente urbano (especialmente ar e água) é muito relevante para uma população envelhecida e sujeita a fenómenos de calor extremos e com grande frequência de incêndios, geradores de poluição atmosférica e GEE.

Atente-se também à questão da artificialização de solos, na maior parte resultante do crescimento urbano. O alargamento das áreas edificadas e urbanizadas acarreta riscos, nomeadamente, na drenagem de águas pluviais que, por sua vez pode dar ocorrência a situações de cheias. Dados da Direção Geral do Território demonstram que, entre 2015 e 2018, a média de artificialização do solo urbano em Terras de Trás-os-Montes aumentou 6% (+2,33 p.p.) — explicada pelo grande acréscimo verificado em Vila Flor

(aumento de 41,4% em 2018 face a 2015) —, enquanto a média nacional cresceu 2%. A artificialização do solo rústico, por sua vez, evoluiu, no mesmo período, apenas cerca de 2% nas TTM.

Uma referência ainda à questão dos passivos ambientais, atendendo a uma situação especialmente penalizadora, a antiga Área Mineira de Portelo (PN Montesinho – Bragança), cuja recuperação ambiental tem alguma urgência.

Gestão de recursos hídricos e ciclo urbano da água

A qualidade das superfícies de água com bom estado / potencial ecológico é um indicador relevante para perceber o potencial de preservação dos ecossistemas e da biodiversidade associada, sendo também essencial para a saúde humana, que delas depende. Assim, dados de 2021, Terras de Trás-os-Montes apresenta 67% das suas massas de água em bom estado (+9,9 p.p. entre 2015 e 2021), acima da média nacional (39%, -2,9 p.p. entre 2015 e 2021) e da média regional (51%, -1,2 p.p. entre 2015 e 2021). Estas discrepâncias entre Terras de Trás-os-Montes, a Região Norte e o país acentuaram-se em 2021, muito graças às grandes melhorias verificadas nos municípios de Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente Vila Flor (+54 p.p. entre 2015 e 2021), Alfândega da Fé (+51,3 p.p. entre 2015 e 2021) e Mirandela (+29,6 p.p. entre 2015 e 2021).

O tema da gestão sustentável da água é de extrema importância, dada a cada vez maior escassez deste recurso e da procura recorrente por parte de vários setores económicos e da sociedade. Dados da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), para 2020, indicam que as perdas reais de água no serviço em alta de Terras de Trás-os-Montes (1,3 m³/km·dia) se encontravam abaixo da média nacional (5,8 m³/km·dia). Relativamente às perdas reais de água verificadas no serviço em baixa, Terras de Trás-os-Montes teve uma performance pior do que a média nacional, sendo os municípios de Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro e Mirandela aqueles que mais contribuíram para estes resultados com perdas na ordem dos 322, 256 e 172 m³/km·dia, respetivamente. Dados da mesma ERSAR / PORDATA (para 2020) indicam taxas de atendimento por serviços do ciclo urbano da água bastante satisfatórios (o abastecimento domiciliário de água serve 96% dos alojamentos, com um mínimo de 90% em Macedo de Cavaleiros – a média nacional era, no mesmo ano, de 96% e a da Região Norte de 94%; 99,4% da água distribuída é segura, sendo a pior situação a de Vila Flor, onde essa proporção era, em 2021, de 97,1% (as médias regional e nacional eram de 99,0%); em 2020, cada habitante consumiu 74,0 metros cúbicos, com grandes variações internas, entre 50,8 em Vinhais e 97,1 em Mogadouro (média da Região Norte de 45,3 e nacional de 63,7); e 91% dos alojamentos eram servidos por sistema de drenagem de águas residuais, sendo os valores em Macedo de Cavaleiros 76%, Vinhais 87% e Bragança 89% os mais baixos (média da Região Norte 81% e nacional 85%).

Apesar deste números favoráveis, por comparação com o contexto regional e nacional, as perspetivas são ameaçadoras: as redes estão envelhecidas, como os valores das perdas dos sistemas de água em baixa revelam, o território extenso e acidentado encarece as intervenções de renovação, construção e interligação das redes e tem aumentado a frequência e gravidade dos períodos de seca. Para uma resposta racional a estes desafios, foi criado grupo de trabalho para estudar as condições para a criação de um sistema de gestão da água nas Terras de Trás-os-Montes. A CIM TTM pretende criar um sistema regional de verticalização da água, ou seja, de gestão de todo o processo, integrando os sistemas em alta e em baixa, tendo já sido alterados os estatutos da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste no sentido desta assegurar a gestão desse sistema; atualmente existe uma disparidade de situações com gestão municipal e das Águas do Norte (que faz a gestão de sistemas em alta, não integrando os municípios de Miranda do Douro e Vimioso). Alguns resultados preliminares desse estudo, incidindo sobre as redes em baixa, incorporam um levantamento atualizado que reflete as propostas dos municípios das Terras de Trás-os-Montes, servindo de base para o plano de ação na próxima década.

Tabela B.4.1: Alguns indicadores ambientais

	Alojamentos servidos por sistemas públicos de abastecimento de água (%)		Alojamentos servidos por sistemas de drenagem de águas residuais (%)		Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por hab. (kg/hab.)	
	2014	2021	2014	2021	2014	2021
Norte	91	95	76	82	64,9	88,4
Terras de Trás-os-Montes	92	96	87	90	20,9	58,5
Alfândega da Fé	x	100	99	x	23,5	52,9
Bragança	94	99	90	90	22,0	58,3
Macedo de Cavaleiros	72	91	x	79	18,6	57,4
Miranda do Douro	100	100	96	96	20,1	35,6
Mirandela	90	x	93	x	26,0	88,2
Mogadouro	100	100	99	98	16,1	31,8
Vila Flor	98	98	100	98	19,5	72,7
Vimioso	95	95	91	94	14,8	37,8
Vinhais	98	100	79	x	15,3	29,9

Fonte: PORDATA

Gestão de resíduos sólidos urbanos e economia circular

Entre 2015 e 2020, verificou-se um aumento na proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente em Terras de Trás-os-Montes (+4 p.p., de 7% para 11%), em linha com a evolução registada na região Norte (+4 p.p., de 14% para 18%), mas ainda atrás da média nacional (+6 p.p., de 15% para 21%).

Dos resíduos urbanos recolhidos não seletivamente, 42% eram encaminhados para aterro em Terras de Trás-os-Montes, em 2020 (+ 4 p.p. face a 2016), 11% eram sujeitos a valorização multimaterial (-1 p.p. face a 2016) e 47% eram organicamente valorizados (-3 p.p. face a 2016). Ao contrário do verificado na Região Norte e no resto do país, não houve valorização energética de resíduos urbanos.

A empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste é responsável pela gestão de resíduos sólidos urbanos (para além dos 9 municípios da CIM TTM, associa ainda 4 municípios da CIM Douro). Foi uma das primeiras sub-regiões, em Portugal, a avançar com uma solução conjunta intermunicipal para o encerramento de lixeiras e tratamento do lixo, com um aterro comum, em Urjais, no concelho de Mirandela (1997) e a criação da empresa Resíduos do Nordeste (2003). A empresa trata anualmente cerca de 55 mil toneladas de lixo (indiferenciado) no aterro, que agora é denominado Parque Ambiental. Para além das receitas resultantes da gestão de resíduos, a empresa gera cerca de meio milhão de euros em energia elétrica e mais de dois milhões a partir do biogás produzido no aterro sanitário.

Para além dos projetos em curso, que se destinam a aumentar a capacidade para a recolha seletiva dos resíduos, incluindo um Centro de Triagem com altos padrões de eficiência energética, foi recentemente concluído um estudo da gestão de biorresíduos, da responsabilidade da Resíduos do Nordeste (o estudo, de 2021, abrange Carrazeda de Ansiães, da NUTS 3 Douro e não integra Mogadouro, que realizou um estudo próprio). Este estudo será a base dos investimentos a realizar na sub-região para cumprimento das metas (fixadas pela União Europeia e previstas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 PERSU 20230) relativas à preparação para a reutilização e à reciclagem de resíduos, bem como as novas obrigações relativas a assegurar a recolha seletiva de biorresíduos, dos resíduos perigosos produzidos nas habitações e dos resíduos têxteis.

Emissão de gases com efeito estufa

Entre 2015 e 2019 registou-se, em Terras de Trás-os-Montes, uma diminuição da emissão de GEE de 17 kt CO₂eq (-3% face a 2015). A nível nacional, entre 2015 e 2019, verificou-se uma redução de 6% (-4.340 kt CO₂eq face a 2015).

Embora, e devido à grande contribuição dos municípios de Mogadouro e Alfundega da Fé para redução de GEE, é importante ressaltar que outros municípios, nomeadamente Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros têm um peso considerável nas emissões globais de GEE (juntos representam 54% das emissões de Terras de Trás-os-Montes), pelo que qualquer estratégia regional de redução de emissões passará, principalmente, por uma concentração de esforços nestes territórios.

Para além da questão territorial, i.e., origem das emissões, é também importante saber quais os principais setores económicos responsáveis por estas emissões. O setor dos transportes rodoviários foi aquele com maior peso, representando 24% das emissões totais em 2015 (145 kt CO₂eq), tendo-se mesmo verificado um aumento de 8% (+11 kt CO₂eq) entre 2015 e 2019. A fechar o pódio, os setores com maior peso nas emissões totais em 2019 de GEE foram o setor pecuário (19%, i.e. 108 kt CO₂eq) e o setor agrícola (17% das emissões, i.e. 95 kt CO₂eq).

Síntese

Algumas das conclusões mais consensuais que resultam do diagnóstico:

- É visível a importância dos domínios ambientais e das suas diversas temáticas para Terras de Trás-os-Montes, como ativo a preservar e a potenciar. A ligação entre a gestão de ecossistemas e áreas protegidas com outras áreas essenciais como a produção agrícola, florestal e agroindustrial, assim como com o turismo, permanecerá um dos pilares de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a região.
- A adaptação às alterações climáticas e, no caso em concreto, com elevada relevância para o ordenamento e gestão integrada do espaço florestal, quer pela ótica de preservação destas áreas (prevenção de incêndios através de uma gestão ativa do território), quer pelo papel da floresta de produção, será uma prioridade. É também importante capacitar e definir claramente as cadeias de comando e ação da proteção civil e da sociedade, em situações de emergência (p.e. catástrofes naturais / eventos meteorológicos extremos: tempestades, cheias, secas, etc.), assegurando que estas têm as condições necessárias, a nível material e infraestrutural, para atuar eficientemente nestas situações. Ainda neste âmbito, a gestão integrada e eficiente de todo o ciclo da água (incluindo o ciclo urbano) é elemento essencial para a atratividade e a sustentabilidade da região.
- A descarbonização da economia e da sociedade, com relevo para as ações de promoção eficaz de eficiência energética nos setores residencial, produtivo e do espaço público (edifícios e iluminação) e para a promoção da mobilidade elétrica, conjugadas com a produção de energia a partir de fontes renováveis e disseminação de comunidades de energia renovável (descentralização da produção e promoção do autoconsumo) serão uma aposta a reforçar, até porque estão disponíveis inúmeros instrumentos de apoio.
- Uma outra dimensão muito a considerar no percurso para a descarbonização da sociedade é capacidade de sequestro e armazenamento a médio e longo prazo de carbono no território. É importante promover uma estratégia agroflorestal que alie exercícios de quantificação de capacidade de “reciclagem” de carbono (através do ciclo natural do carbono) e de armazenamento (stock) às questões de produtividade agroindustrial e viabilidade económica do setor. Esta abordagem permitirá (i) a otimização/redução do consumo energético e emissões associadas, (ii) estimar a capacidade de captura de gases com efeito de estufa (nomeadamente

dióxido de carbono e gás metano), promovendo a importância das indústrias agrícola e florestais neste desígnio e (iii) alinhar uma estratégia/percurso para a descarbonização gradual até à neutralidade carbónica de TTM, em linha com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050) e as ambições europeias nesta matéria (p.e. Fit for 55 — redução de emissões de gases com defeito de estufa pelo menos em 55% até 2030), nomeadamente a criação de mercados voluntários de carbono.

B.4.2. Linhas de Ação

São definidas as seguintes Linhas de Ação:

- LA 4.1. Adaptação às alterações climáticas, prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes
- LA 4.2. Gestão sustentável da água
- LA 4.3. Transição para uma economia e sociedade circular
- LA 4.4. Reforço da proteção da natureza e da biodiversidade e infraestruturas verdes

Conforme foi referido, outras Linhas de Ação conexas com o Ambiente e Ecossistemas são consideradas nos domínios temáticos Energia, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural e Conhecimento, Inovação e Competitividade.

LA 4.1. Adaptação às alterações climáticas, prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes

- Elaborar ou atualizar e implementar o plano intermunicipal e os planos municipais de adaptação e ação climática.
- Aumentar a resiliência e reduzir as vulnerabilidades do território às alterações climáticas, aprofundar o conhecimento e disseminar a informação sobre os efeitos das alterações climáticas e seus impactes no território, nas pessoas e nos diversos setores de atividade.
- Robustecer a ação dos agentes da proteção civil, capacitando e equipando as equipas operacionais, melhorando sistemas de vigilância e prevenção e articulando os sistemas de resposta nas áreas de fronteira através da cooperação transfronteiriça.
- Recuperar passivos ambientais, incluindo ações de ordenamento e reflorestação de áreas aridas e a recuperação ambiental de pedreiras em situação crítica e áreas mineiras abandonadas, com destaque para a antiga Área Mineira de Portelo (PN Montesinho – Bragança).
- Implementar as ações de florestação previstas no Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, privilegiando as espécies florestais resilientes.
- Monitorizar a qualidade do ambiente, criando sistemas de informação ao público e adotando medidas em meios urbanos identificados como áreas críticas em termos de qualidade do ar.

LA 4.2. Gestão sustentável da água

- Gerir os recursos hídricos de forma sustentável, através do reforço do conhecimento sobre as massas de água e a sua qualidade e da reabilitação e valorização da rede hidrográfica, promovendo a minimização de riscos de cheias e inundações e o aumento da resiliência aos efeitos das secas.

- Melhorar os serviços em alta e em baixa do ciclo urbano da água, concretizando os objetivos do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030):
 - reduzindo as perdas reais de água nos sistemas em alta e em baixa;
 - promovendo a agregação dos sistemas para gestão intermunicipal;
 - estimulando processos de reutilização das águas residuais e pluviais;
 - modernizando e descarbonizando as redes.

LA 4.3. Transição para uma economia e sociedade circular

- Assegurar, na gestão dos resíduos em alta, uma maior valorização material, orgânica e energética, com recuperação dos nutrientes, e reduzindo a fração residual assente numa gestão mais eficaz e eficiente com o menor impacto no ambiente
- Gerir os resíduos em baixa aumentando a quantidade de resíduos recolhidos de forma seletiva, promovendo a qualidade dos materiais recolhidos e incentivando a sua reutilização, numa lógica de gestão mais eficaz e eficiente com o menor impacto no ambiente e com vista ao cumprimento das metas europeias e nacionais.
- Promover a transição para uma economia circular - eficiência de recursos:
 - na indústria, aumentando a produtividade e a reintrodução de materiais recuperados nos processos produtivos
 - nas atividades de comércio e serviços, adaptando-as ao paradigma circular, com fomento da conceção de novos modelos de negócio
 - nos setores agroflorestais, recuperando e inovando nos modelos produtivos tradicionais e promovendo a valorização dos resíduos agroindustriais e florestais
 - na sociedade, em especial atuando no metabolismo urbano (através de projetos inovadores de redução do metabolismo económico das Cidades, segundo o modelo de cidades circulares) e na alteração dos padrões de consumo.

LA 4.4. Reforço da proteção da natureza e da biodiversidade e infraestruturas verdes

- Promover a conservação da natureza, da biodiversidade e do património natural atendendo às metas estabelecidas na Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 e na Estratégia Europeia de Biodiversidade para 2030.
- Valorizar os inúmeros ativos naturais do território das Terras de Trás-os-Montes como fatores de atração, desenvolvimento económico, qualidade ambiental e resiliência à crise climática, com especial destaque para a Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica (UNESCO), o Geopark Terras de Cavaleiros (UNESCO), os Parques Naturais de Montesinho e do Douro Internacional, o Parque Natural Regional do Vale do Tua, a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e os Lagos do Sabor.
- Qualificar a qualidade e a paisagem das cidades e vilas através da criação de áreas e corredores verdes urbanos.

B.4.3. Tipologias de Intervenção

Para as Linhas de Ação retidas, as Tipologias de Intervenção aplicáveis ou desejáveis são as seguintes:

- *Recuperação de passivos ambientais (áreas mineiras abandonadas e pedreiras em situação crítica)*
 - Recuperação de passivos ambientais de áreas mineiras abandonadas - estudos, projetos e obras de reabilitação, remediação, recuperação e descontaminação ambiental de áreas mineiras abandonadas e degradadas; revitalização e regeneração de locais contaminados de antigas zonas mineiras; monitorização dos solos e das águas superficiais e subterrâneas, antes, durante e após as obras; reposição de condições de funcionamento e conservação e gestão e prevenção de riscos (e segurança); intervenções de valorização de património industrial mineiro; reabilitação e conservação da natureza e biodiversidade nas áreas intervencionadas.
 - Recuperação ambiental de pedreiras em situação crítica - sinalização, vedação e intervenções de carácter estrutural (estabilização de taludes e/ou escombrelas e reposição de zonas de defesa, etc.); recuperação e requalificação ambiental, repondo ou reproduzindo as condições ecológicas iniciais (antes da sua exploração económica).
 - O financiamento destas intervenções está previsto no quadro do Programa Regional do Norte (RSO 2.7). A promoção da recuperação dos passivos de áreas mineiras abandonadas é dirigida à entidade concessionária, em regime exclusivo, para a remediação ambiental de antigas áreas mineiras – EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. Esta entidade poderá também intervir nas pedreiras, com intervenção a título subsidiário, em caso de incumprimento das medidas de segurança e ambientais da responsabilidade dos exploradores ou dos proprietários.
- *Proteção civil e gestão integrada de riscos*
 - Engloba ações tais como:
 - Meios e sistemas de prevenção, de apoio à decisão e de combate a incêndios rurais (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas manuais e motomanuais, etc.).
 - Equipamentos de proteção individual para bombeiros.
 - Infraestruturas de apoio à força de sapadores bombeiros florestais e às entidades com responsabilidades na prevenção, combate e socorro do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) (parques de máquinas, bases de estacionamento das brigadas, etc.), programas (regional e sub-regionais) de gestão integrada de fogos rurais e projetos-piloto de gestão integrada de fogos rurais.
 - Planos de prevenção e gestão de riscos e intervenções nos domínios da informação, da sensibilização e da capacitação em gestão de crises.
 - Intervenções na rede de infraestruturas para reforço operacional da prevenção e gestão de riscos.
 - Desenvolvimento de manuais de procedimentos, sistemas de informação, vigilância, comunicação e monitorização e cartografia de zonas de risco.
 - Estas tipologias terão apoio do Programa Regional do Norte2030 (RSO2.4 – ITI CIM) e do PRR, na Componente 8 – Florestas, linhas de investimento C08-i01 - Transformação da

Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis, CO8-i03 - Faixas de gestão de combustível – rede primária, CO8-i04 - Meios de prevenção e combate a incêndios rurais (havendo, neste caso, forte complementaridade com o apoio do Programa Regional do Norte), CO8-i05: Programa MAIS Floresta. Pode ainda considerar-se o apoio do PEPAC para atividade agroflorestal diretamente produtiva associada à silvicultura preventiva, incluindo ações de gestão de combustível, apoios ao mosaico agroflorestal e incremento da produtividade e resiliência dos povoamentos florestais. O Fundo Ambiental também poderá apoiar algumas tipologias.

- *Adaptação às alterações climáticas*
 - Engloba ações tais como:
 - Ações para redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima ou a minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações.
 - Planos municipais ou intermunicipais ou regionais de ação climática.
 - Ações previstas em planos ou estratégias locais, intermunicipais ou regionais de adaptação às alterações climáticas.
 - Plataformas e sistemas de informação para monitorização dos efeitos das alterações climáticas.
 - Estudos e iniciativas piloto sobre os impactos das alterações climáticas no território, na sociedade, na saúde e nas atividades económicas ou sobre medidas de adaptação, incluindo os respetivos custos.
 - O financiamento principal deste tipo de operações está no Programa Regional do Norte (RSO2.4), podendo as operações integradas em planos de ação nas áreas urbanas ser enquadrados em ITI CIM), sendo também possível o recurso a financiamentos do Fundo Ambiental.
- *Gestão de recursos hídricos*
 - Engloba ações tais como:
 - Reabilitação e valorização da rede hidrográfica, através da aplicação de soluções técnicas de engenharia natural.
 - Desassoreamento, desobstrução e remoção de material dos cursos de água e de albufeiras e criação de espaços de inundação natural.
 - Implementação de intervenções nas cabeceiras de linhas de água que promovam a retenção da água.
 - Monitorização e sistemas de informação de apoio à decisão (incluindo modelação) e sistemas de informação de apoio à gestão de eventos de cheias e inundações.
 - Estudos sobre as disponibilidades atuais e futuras de água em contexto de alterações climáticas e a segurança e análise do comportamento de barragens.
 - Desenvolvimento de regadios sustentáveis (melhoria ou novos regadios).
 - O financiamento principal deste tipo de operações é o Programa Regional do Norte (RSO2.4).
- *Ciclo urbano da água*

- Em alta: (i) construção e reabilitação de infraestruturas nos sistemas de tratamento para cumprimento de normativos ambientais (Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais); (ii) construção e reabilitação de infraestruturas para assegurar resiliência no abastecimento e saneamento (AA e SAR); (iii) construção e reabilitação de ligações dos sistemas em baixa aos sistemas em alta (AA e AR) e entre sistemas em alta (AA), de modo a assegurar a resiliência dos sistemas perante situações de escassez de água; (iv) reabilitação e construção de infraestruturas para substituição de origens da água e resolução de problemas de qualidade da água com impacto na saúde pública (AA); (v) construção e reabilitação de ligações dos sistemas em baixa aos sistemas em alta (AA e SAR); (vi) sistemas de suporte à gestão, digitalização e otimização do CUA em alta; desassoreamento, desobstrução e remoção de material dos cursos de água e de albufeiras e criação de espaços de inundação natural.

O financiamento destas intervenções está previsto no PR Norte 2030 (RSO2.5).

- Em baixa: (i) operações previstas em planos municipais para abastecimento e saneamento (AA e SAR); (ii) construção e reabilitação de infraestruturas nos sistemas de tratamento para cumprimento do normativo ambiental (AA e SAR); (iii) construção e reabilitação de infraestruturas para assegurar resiliência no abastecimento e saneamento (AA e SAR); (iv) construção e reabilitação de ligações dos sistemas em baixa aos sistemas em alta (AA e AR) e entre sistemas em alta (AA), de modo a assegurar a resiliência dos sistemas perante situações de escassez de água; (v) intervenções para a redução de perdas, suportadas por informação cadastral e operacional que justifique as intervenções (AA); (vi) reabilitação e construção de infraestruturas para substituição de origens da água e resolução de problemas de qualidade da água com impacto na saúde pública (AA); (vii) construção e reabilitação de ligações dos sistemas em baixa aos sistemas em alta (AA e SAR); (viii) sistemas de suporte à gestão, digitalização e otimização do ciclo urbano da água em baixa.

O financiamento destas intervenções está previsto no PR Norte 2030 (RSO2.5 – ITI CIM).

- Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização do ciclo urbano da água: (i) tratamento em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) para produção de Água para Reutilização (ApR) com qualidade adequada para usos não potáveis (SAR); (ii) modernização de equipamentos e tecnologias e criação de mecanismos de automação de modo a aumentar a eficiência operacional (AA e SAR); (iii) investimentos com vista à valorização de subprodutos resultantes dos processos produtivos das infraestruturas de água (ex. valorização de lamas) (AA e SAR); (iv) investimentos na produção própria de energia e no aumento da eficiência energética com vista à descarbonização (AA e SAR); (v) redução das aflúncias indevidas nos sistemas de águas residuais e pluviais, nomeadamente para redução de infiltrações e de ligações clandestinas de águas pluviais às redes de águas residuais; (vi) utilização de origens alternativas de água, incluindo a produção e a disponibilização de águas residuais tratadas, o aproveitamento das águas da chuva (para fins que não o consumo humano de água); (vii) construção e renaturalização de infraestruturas de águas pluviais; (viii) sensibilização e informação dos cidadãos e consumidores para a eficiência hídrica e a necessidade de redução de consumos num contexto de escassez e alterações climáticas.

O financiamento destas intervenções está previsto no PR Norte 2030 (RSO2.5).

- *Gestão de resíduos*

- Campanhas nacionais e/ou suprarregionais de comunicação, sensibilização e informação, dirigidas a audiências vastas, promotoras de alteração de comportamentos em matéria

de resíduos urbanos. Financiamento através do Programa Temático da Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), RSO 2.6.

- Mecanismo nacional de reporte e monitorização, através de uma ferramenta informática única, incluindo o desenvolvimento de um *dashboard* para sistematização dos principais indicadores de desempenho do setor dos resíduos, que permita abranger municípios, sistemas municipais e multimunicipais e outras entidades envolvidas na concretização da estratégia preconizada pelo PERSU 2030. Financiamento através do PACS, RSO 2.6.
- Estudos (exemplos: caracterização dos hábitos de consumo dos portugueses, práticas de prevenção de resíduos e participação na recolha seletiva de resíduos; reforço das medidas de aplicação do princípio do poluidor-pagador no âmbito dos serviços públicos de resíduos, incluindo a recuperação sustentável dos custos dos serviços essenciais de resíduos e aplicação de sistemas de tarifário tipo PAYT, SAYT ou RAYT). Financiamento através do PACS, RSO 2.6.
- Investimentos em alta: (i) reconversão dos equipamentos de tratamento mecânico e tratamento mecânico e biológico para tratamento dedicado de resíduos recolhidos seletivamente; (ii) construção e ampliação de infraestruturas de valorização de resíduos orgânicos com vista à compostagem ou digestão anaeróbia para recuperação de biogás e de nutrientes; (iii) reconversão das estações de triagem e modernização das infraestruturas existentes com vista a maior recuperação de recicláveis e redução da fração residual, designadamente nas unidades de TM/TMB, nos centros de triagem, nas unidades de incineração; (iv) construção e equipamentos para a preparação e expedição do composto para colocação no mercado (v) mineração de aterros sanitários para recuperação de valorizáveis e operações para encerramento e valorização ambiental de aterros sanitários; (vi) sistemas de suporte à gestão, digitalização e otimização de resíduos. Financiamento através do Programa Regional do Norte, RSO 2.6.
- Investimentos em baixa: (i) equipamentos (contentorização e veículos) para a criação de redes de recolha seletiva de biorresíduos; (ii) equipamentos de separação e reciclagem na origem dos biorresíduos (compostagem doméstica e comunitária); (iii) equipamentos (contentorização e veículos) para recolha diferenciada de proximidade e porta-a-porta (e.g. biorresíduos, embalagens, papel, cartão, vidro, têxteis, resíduos domésticos perigosos, etc.); (iv) sistemas tarifários do tipo “pay-as-you-throw” (PAYT), “save-as-you-throw” (SAYT) ou “receive-as-youthrow” (RAYT); (v) sistemas de otimização das operações de recolha (circuitos e frequências de recolha, logística de apoio, utilização de tecnologias de monitorização de equipamentos e dos utilizadores, equipamentos e sistemas de suporte à gestão, etc.), digitalização dos serviços de resíduos e tecnologias de informação e comunicação; (vi) reforço e requalificação da rede de ecocentros (e.g. transformação em centros de reparação, de reutilização, de preparação para reutilização, etc.) (vii) compostagem caseira ou comunitária associada a redes de hortas urbanas ou periurbanas (onde se promova a prática da compostagem, o uso de compostos orgânicos e a produção local); (viii) estudos e planos municipais e intermunicipais de economia circular. Financiamento através do Programa Regional do Norte 2030, RSO 2.6, ITI CIM.
- Economia circular: (i) projetos de empresas, de forma individual ou em copromoção (consórcios e redes de empresas e de entidades do sistema científico e tecnológico), visando a promoção da economia circular e, assim, de processos produtivos regenerativos, através de ações como: reconversão de resíduos em novos materiais, produtos de maior valor acrescentado (“upcycling”) e produtos de menor qualidade e funcionalidade reduzida (“downcycling”); desenvolvimento de novos processos e de novos produtos suportados nos princípios da conceção eficiente e sustentável

(“ecodesign”); embalagens mais sustentáveis, produção de embalagens reutilizáveis e de embalagens com materiais reciclados ou com materiais com maior potencial de reciclagem; diagnóstico da eficiência material, de avaliação das cadeias de fornecimento e de possíveis simbioses industriais, bem como de promoção e implementação das soluções resultantes; conceção de novos modelos de negócio assentes em lógicas “product-as-a-service”, na reutilização de materiais ou em economia de partilha; projetos de comércio eletrónico inovadores no que respeita à otimização da logística e à redução e reutilização da embalagem; (ii) melhorar a conformidade com a legislação e a política ambiental da UE, bem como usar o potencial da economia verde para a competitividade e a criação de emprego, tendo em consideração a dimensão regional. Financiamento através do Programa Regional do Norte (RSO 2.6), do Fundo Ambiental e do PRR (Componente 12).

- *Conservação da natureza, biodiversidade e património natural*
 - Engloba ações tais como:
 - Recuperação e proteção de habitats naturais e de espécies ameaçadas em estado de conservação desfavorável.
 - Recuperação e proteção de espécies e habitats previstos em Planos de Ação e Conservação, Planos de Gestão de Zonas Especiais de Conservação e Livros Vermelhos.
 - Recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactos severos.
 - Conservação e valorização de geossítios e monumentos naturais.
 - Prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras.
 - Criação de infraestruturas verdes para a promoção da conectividade ecológica e de infraestruturas verdes urbanas para a promoção da biodiversidade nas cidades.
 - Intervenções de adaptação às alterações climáticas em áreas relevantes para a biodiversidade.
 - Conteúdos e ações de promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural português.
 - Valorização de zonas estuarinas numa lógica de integração das frentes de água, refuncionalizando áreas de transição obsoletas (vazios urbanos) e componentes do sistema ecológico com novos usos em equilíbrio com a natureza.
 - Reforço da rede de parques, infraestruturas verdes e unidades de paisagem, valorizando a diversidade de espaços de reencontro com a natureza e abrindo novos habitats e nichos ecológicos.
 - Planos de conservação da natureza, da biodiversidade e da paisagem, incluindo a qualificação da gestão e valorização das áreas protegidas e classificadas e respetivos territórios contíguos.
 - Criação e dinamização de novos espaços de conservação da natureza (e.g. novas espaços formais, reforço da Rede Europeia de Rewilding).
 - O financiamento destas intervenções está previsto no âmbito do Programa Regional do Norte (RSO 2.7). O PEPAC (FEADER) prevê apoios a medidas agroambientais e silvo-ambientais e a ecorregimes para a recuperação e manutenção de valores naturais protegidos e o aumento da produtividade e resiliência dos povoamentos florestais e a

valorização ambiental nas explorações agrícolas e agroflorestais, complementando o PR Norte 2030, que apoia medidas de proteção e conservação da natureza e restauro de ecossistemas não associadas diretamente à atividade agrícola e florestal. No PRR (C08-i01.01 Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis) está previsto o apoio a Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem nos territórios delimitados como vulneráveis e a constituição de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem.

- *Monitorização do ar e do ruído*
 - Engloba ações tais como:
 - Intervenções previstas no Plano Nacional de Controlo de Poluição Atmosférica, Estratégia Nacional de Ruído Ambiente, Plano Nacional para o Radão e Programa Nacional de Gestão do Combustível Irrradiado e dos Resíduos Radioativos.
 - Estudos sobre os efeitos na saúde de poluentes atmosféricos e do ruído ambiente e a exposição das populações às radiações ionizantes (natural e artificial) e desenvolvimento de guias de apoio aos utilizadores.
 - Intervenções em meios urbanos identificados como áreas críticas em termos de qualidade do ar (zonas de emissões reduzidas, promoção da mobilidade suave, redução das emissões dos navios acostados, etc.).
 - Melhoria da rede de estações de monitorização radiológica do ar e dos principais recursos hídricos.
 - Sistemas de deteção de matérias radioativas ou nucleares em instalações de diferentes setores (produção e transformação de metais, resíduos, portos e interfaces de mercadorias, etc.).
 - Cadastro de zonas de perigosidade.
 - O financiamento destas intervenções está previsto no âmbito do Programa Regional do Norte, RSO 2.7.

De uma forma geral, e abrangendo uma grande diversidade de tipologias, deve considerar-se também o financiamento através de candidaturas:

- Ao Programa europeu LIFE, onde são apoiadas abordagens inovadoras em 4 sub-programas: "Natureza e biodiversidade", "Economia circular e qualidade de vida", "Mitigação e Adaptação às alterações climáticas" e "Transição para energias limpas".
- Ao POCTEP- Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha 2030; pode apoiar projetos de adaptação à mudança climática (Prioridade 3 - RSO 2.4) e de proteção da biodiversidade em espaços naturais e rurais (Prioridade 4 - RSO2.7).
- Aos EEA Grants, no âmbito da cooperação de Portugal com a Islândia, Liechtenstein e Noruega, que apoia projetos nos domínios do ambiente (promoção da economia circular – plásticos e construção; descarbonização da sociedade – adaptação às alterações climáticas a nível local e soluções tecnológicas de baixo carbono e de mitigação às alterações climáticas em cidades; e ainda à gestão e sustentabilidade nas Reservas da Biosfera – UNESCO, uma das quais, a Meseta Ibérica, integra os Parques Naturais de Montesinho e do Douro Internacional, o Parque Natural Regional do Vale do Tua e a Paisagem Protegida Albufeira do Azibo.

Tabela B.4.2: Ambiente e Ecossistemas - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 4.1. Adaptação às alterações climáticas, prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes.	Recuperação de passivos ambientais (áreas mineiras abandonadas e pedreiras em situação crítica)	PR Norte, RSO 2.7.
	Proteção civil e gestão integrada de riscos	PR Norte, RSO2.4 – ITI CIM. PRR, C08-i01 / i03 / i04 / i05. PEPAC Fundo Ambiental
	Adaptação às alterações climáticas	PR Norte, RSO2.4; no caso de intervenções dirigidas às cidades, o investimento pode ser enquadrado nos ITI CIM. Fundo Ambiental POCTEP, Prioridade 3, RSO 2.4.
	Monitorização do ar e do ruído	PR Norte 2030, RSO 2.7.
LA 4.2. Gestão sustentável da água.	Gestão de recursos hídricos	PR Norte, RSO2.4. PEPAC, Eixo D3.
	Ciclo urbano da água	PR Norte, RSO 2.5, sendo os investimentos dos sistemas em baixa enquadrados nos ITI CIM.
LA 4.3. Transição para uma economia e sociedade circular.	Campanhas de comunicação, mecanismo de reporte e monitorização e estudos	PACS, RSO 2.6.
	Investimentos na gestão de resíduos (alta e baixa)	PR Norte, RSO 2.6, sendo os investimentos em baixa enquadrados nos ITI CIM.
	Economia circular	PR Norte, RSO 2.6. Fundo Ambiental PRR, CO12
LA 4.4. Reforço da proteção da natureza e da biodiversidade e infraestruturas verdes.	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	PR Norte 2030, RSO 2 PEPAC PRR, C08-i01.01 POCTEP, Prioridade 4, RSO2.7.
Para todas as linhas de ação e diversas tipologias		LIFE EEA Grants

B.4.4. Intervenções a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

O domínio temático Ambiente e Ecossistemas apresenta tipologias relevantes com enquadramento nos ITI CIM, podendo ainda estar presente noutras abordagens territoriais (ITI Redes Urbanas e Estratégias PROVERE).

Intervenções no Domínio do Ambiente e Ecossistemas com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

A tabela seguinte resume as tipologias com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes.

Tabela B.4.3: Ambiente e Ecossistemas – Enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
Eixo 1 – Serviços de interesse geral Tipologia Proteção civil e gestão integrada de riscos.	• LA 4.1. Adaptação às alterações climáticas, prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes	Os investimentos em eficiência energética na administração local são considerados no domínio Energia. O ITI CIM foca-se na tipologia “proteção civil”, e, mais especificamente, nas medidas de proteção contra incêndios florestais. Deve atender-se à complementaridade de intervenção de âmbito municipal com o nacional.
Eixo 1 – Serviços de interesse geral Tipologia Ciclo urbano da água – abastecimento em baixa.	• LA 4.2. Gestão sustentável da água	O ciclo urbano da água (em baixa e num modelo verticalizado) é uma das principais áreas de investimento referida pelos municípios da TTM, com grande enfoque na questão das perdas nas redes e de algumas aldeias ainda sem serviços da água adequados.
Eixo 1 – Serviços de interesse geral Tipologia Investimentos em baixa na gestão de resíduos.	• LA 4.3. Transição para uma economia e sociedade circular	A intervenção no âmbito do ITI está a cargo da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste.

Intervenções no Domínio do Ambiente e Ecossistemas com enquadramento potencial em outras Abordagens Territoriais

Algumas operações neste domínio podem ser enquadradas em duas outras Abordagens Integradas:

- **ITI Redes Urbanas**, prevendo-se que um dos eixos de intervenção seja o das *alterações climáticas e descarbonização* – promoção de lógicas interurbanas de redes com vista à otimização das infraestruturas ambientais e de conectividade ecológica (e.g. corredores verdes), que promovam a acessibilidade e a mobilidade sustentável com capacidade de reduzir a pegada carbónica dos usos individuais de viaturas, com relevância para a articulação entre os modos suaves.
- Estratégia de Eficiência Coletiva **PROVERE** (RSO 5.2 no PR Norte 2030), que visa assegurar a valorização económica de recursos endógenos através de projetos âncora com capacidade de arrastamento de outros projetos e atividades complementares, a partir, entre outros, do aproveitamento de recursos naturais para aplicações de maior valor acrescentado.

B.5. Energia

B.5.1. Diagnóstico

As Terras de Trás-os-Montes apresentam uma grande relevância na geração de energia proveniente de fontes renováveis, devido à capacidade instalada de barragens hidroelétricas e ao potencial de geração de energia solar e eólica, neste último caso devido ao facto do território ser um excelente corredor de vento.

Dados disponibilizados pela DGEG e pela REN indicam que, em 2021, a produção de potência instalada em Terras de Trás-os-Montes ascendia a 1.335 MW, representando a capacidade hídrica 60% (788 MW), a capacidade hídrica+térmica 31% (403 MW) e as eólicas + fotovoltaicas 9% (118 MW). Embora seja altamente positivo que bem mais de metade da capacidade de geração de eletricidade seja de origem renovável hídrica, a fatia desta gerada por eólica e solar é ainda reduzida (mesmo que traduza ~2% da capacidade de geração eólica + solar a nível nacional). Existe uma elevada margem de progressão no investimento em mais parques eólicos e no solar, por forma a aumentar o peso destas tecnologias no parque electroprodutor de Terras de Trás-os-Montes.

Tabela B.5.1: Produção de Eletricidade (GWh) e Potência Instalada (MW), 2021

Produção (GWh)

Tecnologia	TTM	Portugal	% TTM em PT
↳ Hídrica (Bragança + Miranda do Douro + Vinhais)	1.893	11.607	16%
↳ Hídrica + térmica (Mirandela + Mogadouro)	972	-	-
↳ Eólica + fotovoltaica (Macedo de Cavaleiros + Mogadouro)	283	14.650	2%

Potência Instalada (MW)

Tecnologia	TTM	Portugal	% TTM em PT
↳ Hídrica (Bragança + Miranda do Douro + Vinhais)	815	7.222	11%
↳ Hídrica + térmica (Mirandela + Mogadouro)	403	-	-
↳ Eólica + fotovoltaica (Macedo de Cavaleiros + Mogadouro)	118	6.755	2%

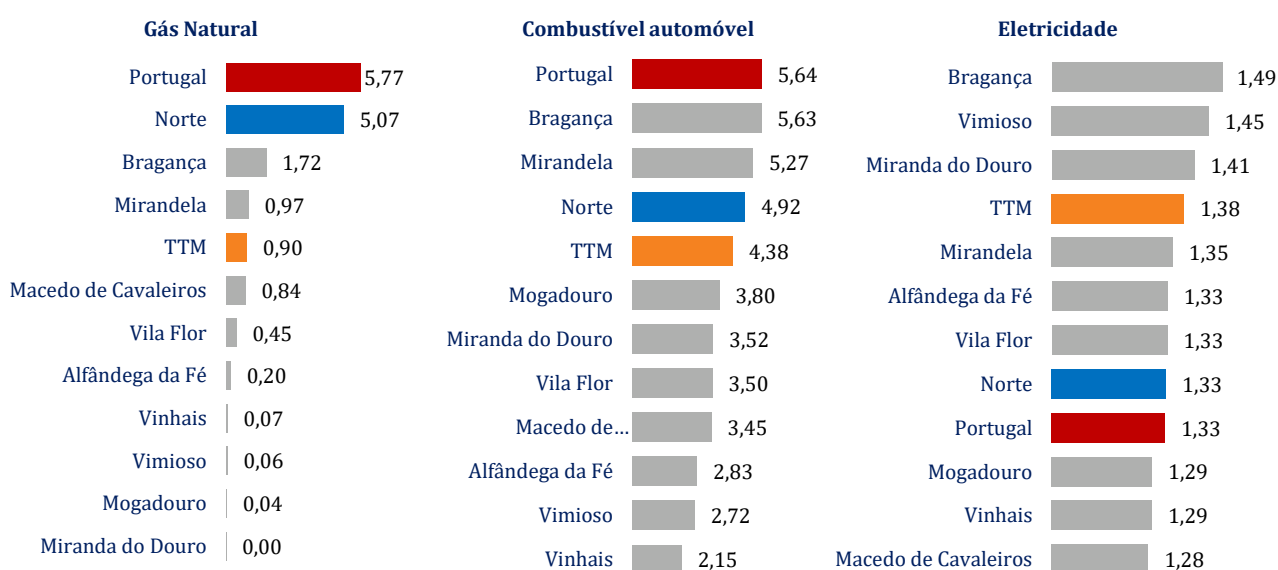
Fonte: DGEG, REN

Em termos de procura (consumo) de energia per capita, analisaram-se 3 indicadores diferentes, para as fontes energéticas, (i) gás natural, (ii) combustível automóvel (como proxy para consumo de derivados do petróleo) e (iii) eletricidade, em 2020:

- Relativamente ao consumo de gás natural per capita, a média do consumo em Terras de Trás-os-Montes (aproximadamente 1 MWh/hab.) situa-se muito abaixo do consumo nacional médio (~6 MWh/hab.) e do consumo médio da Região Norte (~5 MWh/hab.). Isto evidencia um menor peso de setores industriais consumidores de gás natural bem como o facto do território ter ficado algo à margem dos investimentos associados à rede de distribuição de gás natural.

- Quanto ao combustível automóvel consumido em 2020, o consumo médio per capita em Terras de Trás-os-Montes (~4 MWh/hab.) situava-se algo abaixo da média da Região Norte (~5 MWh/hab.) e da média nacional (~6 MWh/hab.).
- Considerando o consumo de eletricidade per capita em 2020, verifica-se que, contrariamente ocorrido com a procura pelos produtos de origem fóssil (gás natural e combustíveis derivados do petróleo), as Terras de Trás-os-Montes apresentam um consumo médio per capita (~1,4 MWh/hab.) ligeiramente superior aos consumos médios da Região Norte e nacional (ambos ~1,3 MWh/hab.).

Gráfico B.5.1: Consumo de Energia per capita, 2020



Fonte: Pordata, INE

De salientar que o domínio da Energia se insere numa das grandes prioridades estratégicas das Terras de Trás-os-Montes (O Eixo Prioritário dedicado ao Ambiente), tendo a CIM e os Municípios um importante papel na promoção da eficiência energética e na promoção das energias renováveis e da sua utilização nos diferentes segmentos utilizadores (residencial, administração pública, atividades económicas, transportes).

B.5.2. Linhas de Ação

São definidas as seguintes Linhas de Ação:

- LA 5.1. Promover e acompanhar a produção de energia renovável (grandes infraestruturas e parques)
- LA 5.2. Promover a produção e utilização de energias renováveis através de sistemas desconcentrados
- LA 5.3. Promover a mobilidade elétrica
- LA 5.4. Eficiência energética

LA 5.1. Promover e acompanhar a produção de energia renovável (grandes infraestruturas e parques de produção) e a gestão inteligente da energia

- Continuar a promover a imagem do território como grande produtor de energia a partir de fontes renováveis (hídrica, eólica e solar).
- Continuar a articular com as empresas concessionárias das barragens hidroelétricas as compensações ambientais devidas aos Municípios ou às suas Associações.
- Incentivar a produção de energia a partir de fontes renováveis, através de investimentos privados em unidades de produção, nomeadamente parques eólicos.
- Explorar as oportunidades decorrentes da Estratégia do Hidrogénio.
- Acompanhar e promover sistemas de gestão inteligente da energia.

LA 5.2. Promover a produção e utilização de energias renováveis através de sistemas desconcentrados

- Promover a produção e utilização de energias renováveis através de sistemas desconcentrados de produção (nomeadamente fotovoltaico) e de armazenamento (baterias) nos edifícios e equipamentos públicos, nas empresas e no setor residencial.
- Promover Comunidades de Energia Renovável.

LA 5.3. Promover a mobilidade elétrica

- Promover a mobilidade elétrica, com a criação de postos de carregamentos rápidos, lentos e muito lentos, respondendo a diferentes necessidades de veículos ligeiros e pesados, nos centros urbanos e ao longo da A4 e do IC5, mobilizando a iniciativa privada.

LA 5.4. Eficiência energética

- Promover a eficiência energética no setor empresarial e a descarbonização da economia, nomeadamente através da eletrificação dos consumos.
- Promover a eficiência energética nos edifícios e equipamentos públicos, nomeadamente nos edifícios e equipamentos do perímetro da Administração Local, incluindo a iluminação pública.
- Promover a eficiência energética no setor residencial.

B.5.3. Tipologias de Intervenção

Para as Linhas de Ação retidas, as Tipologias de Intervenção aplicáveis ou desejáveis são as seguintes:

- *Infraestruturas e sistemas de produção de energia renovável*
 - Relativamente às barragens hidroelétricas, o investimento é de origem privada (empresas concessionárias), não estando disponíveis apoios públicos, pelo que não se considera nenhuma subtipologia de ação. Importará sobretudo manter e aprofundar as interações com as empresas concessionárias, no que respeita às compensações

ambientais devidas aos Municípios ou às suas Associações, bem como com a Administração Central, no que respeita aos impostos devidos aos Municípios.

- Situação análoga é a existente para os parques eólicos, podendo aqui a CIM e os Municípios terem proatividade na atração e acompanhamento do investimento privado bem como intervindo, no caso dos Municípios, nos licenciamentos que são da sua competência.
- A este propósito, assinala-se que o PRR, na sua Componente 14. Hidrogénio e Renováveis, prevê ações visando a simplificação do Quadro Jurídico e Regulamentar Aplicável aos Projetos de Energias Renováveis, incluindo, entre outros aspetos, (i) consolidar o quadro jurídico e regulamentar aplicável ao licenciamento elétrico e ambiental de projetos de energias renováveis e de armazenamento, (ii) regulamentar o licenciamento municipal de projetos de energias renováveis e armazenamento, (iii) disponibilizar um calendário transparente de atribuição de nova capacidade, com especial ênfase nas áreas resultantes do Programa Setorial “Go-To Areas renováveis”, (iv) capacitar 500 dirigentes e técnicos das entidades da Administração Pública central, regional e local nos procedimentos de licenciamento de projetos de energias renováveis.

Prevê igualmente, nessa mesma Componente 14, uma linha de investimento dedicada ao desenvolvimento de uma *one-stop-shop* digital para o licenciamento e acompanhamento de projetos de energias renováveis.

- Relativamente aos Gases Renováveis, o PRR, na sua Componente 14. Hidrogénio e Renováveis, prevê o apoio ao investimento na produção de gases renováveis, como o hidrogénio ou o biometano, exclusivamente a partir de fontes de energia renovável, dirigido à produção centralizada de projetos de maior dimensão e elevada maturidade tecnológica, promovidos por entidades públicas ou privadas produtoras de hidrogénio verde ou biometano (setor privado, Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), municípios e setor empresarial do Estado).
- No âmbito do apoio à produção de Gases Renováveis inclui-se ainda a reforma do Quadro Regulatório para a Gestão do Hidrogénio Renovável, bem como a promoção de Mecanismos para o Desenvolvimento do Biometano, que tem por objetivo promover e dinamizar a produção e o consumo deste gás renovável.
- *Gestão inteligente de redes de energia*
 - Engloba ações referentes ao fomento do armazenamento, melhor gestão e digitalização das redes de energia. Neste contexto, será possível reduzir a intensidade energética das cidades, assumindo respostas diferenciadas de gestão da procura, redução do consumo e promoção da eficiência energética dos distintos agentes urbanos e, em particular, dos setores público, empresarial e residencial, assim como dos subsistemas de iluminação, mobilidade, gestão da água e de resíduos, incluindo a integração e a utilização de fontes de energia renovável, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono e a redução da pegada carbónica dos sistemas urbanos.
 - O Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade inclui o apoio às redes de energia inteligentes, no seu RSO2.3. Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes fora da RTE-E (FC). Considera o apoio a projetos de (i) promoção de sistemas de armazenamento de energia, através de soluções tecnológicas, incluindo criação de zonas piloto para testes de novas tecnologias, e promoção da integração dos referidos sistemas na rede, e (ii) medidas, soluções tecnológicas, instrumentos, processos e equipamentos para otimização, integração, gestão e digitalização das redes de energia e do sistema electroprodutor.

- *Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, no setor empresarial*
 - As intervenções relativas à eficiência energética englobam a melhoria das componentes passivas da envolvente de edifícios (isolamento térmico das paredes, das coberturas, dos pavimentos e/ou dos envidraçados) a melhoria das componentes ativas de edifícios (sistemas de climatização para aquecimento e/ou arrefecimento e de aquecimento de águas sanitárias (bombas de calor, sistemas solares térmicos, caldeiras e recuperadores a biomassa, etc.), a substituição de janelas e portas ineficientes por outras mais eficientes e sistemas de ventilação e iluminação natural, sistemas de climatização (aquecimento, arrefecimento ou ventilação) e sistemas de gestão inteligente da energia. No caso da indústria, englobam ainda a substituição de equipamentos por outros mais eficientes. Em regra, aparecem associadas à produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, nomeadamente através da instalação de painéis fotovoltaico.
 - Nos caso do setor empresarial, as medidas de apoio à eficiência energética e à produção de energia renovável para autoconsumo estão presentes em vários programas, podendo até verificar-se algumas sobreposições.
 - Nos apoios ao investimento empresarial produtivo, seja no quadro do Programa Inovação e Transição Digital seja no quadro do Programa Regional do Norte são elegíveis componentes associadas à eficiência energética e à produção de energia renovável para autoconsumo.
 - O Programa Inovação e Transição Digital, no RSO2.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, inclui igualmente tipologias de descarbonização do setor industrial e empresarial e de diversificação da produção de energia a partir de fontes de energia renovável.
 - O PRR, na Componente 11. Descarbonização da Indústria, considera o apoio a processos e tecnologias de baixo carbono na indústria, a adoção de medidas de eficiência energética na indústria e a incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia (incluindo a incorporação de hidrogénio e de gases renováveis na indústria).
 - O PRR, na Componente 5. Capitalização e Inovação Empresarial, engloba o apoio a Agendas/ Alianças Verdes para a Inovação Empresarial, nas quais inclui o domínio da Energia e, na Adenda de 26 de maio de 2023, cria uma nova linha de investimento dedicada ao Desenvolvimento da Indústria Verde, visando reforçar a capacidade de produção de tecnologias direcionadas para a promoção da descarbonização, incluindo na área da energia renovável e da eficiência energética.
 - Ainda, o PRR, na sua Componente 13. Eficiência Energética em Edifícios, considera a eficiência energética em edifícios de serviços.
- *Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, nos edifícios da administração pública central*
 - Analogamente ao tipo de intervenções de eficiência energética e de produção de energia de origem renovável para autoconsumo referidas para o setor empresarial, o PRR, na sua Componente 13. Eficiência Energética em Edifícios, considera a eficiência energética em edifícios da administração pública central.
- *Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, nos edifícios da administração local*

- Analogamente ao tipo de intervenções de eficiência energética e de produção de energia de origem renovável para autoconsumo acima referidas, o Programa Regional do Norte, no seu RSO 2.1., foca-se no apoio à eficiência energética na administração regional e local. O perímetro considerado engloba a Administração Local propriamente dita, mas também as empresas municipais (e, julgamos, intermunicipais), as IPSS e a habitação social. Esta tipologia é elegível para o Eixo 1 dos ITI CIM.
- *Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, no setor residencial*
 - Analogamente ao tipo de intervenções de eficiência energética e de produção de energia de origem renovável para autoconsumo acima referidas, o PRR, na sua Componente 13. Eficiência Energética em Edifícios, engloba a eficiência energética em edifícios residenciais.
- *Comunidades de energia renovável*
 - As comunidaes de energia renovável (CER), permitem que os consumidores se encontrem numa relação de vizinhança próxima, ou seja, numa relação de proximidade física, podendo organizar-se coletivamente e realizar entre si autoconsumo coletivo ou estabelecer uma comunidade de energia. Podem ser criadas no quadro de condomínios, áreas urbanas/bairros, parques empresariais, unidades agrícolas, unidades industriais, freguesias, e municípios, cujas infraestruturas estejam numa relação de vizinhança e proximidade do projeto de energia.
 - O Programa Regional do Norte, no seu RSO2.2., foca-se no apoio às comunidades de energia renovável, englobando nessa tipologia (i) projetos, estudos, auditorias ou planos de negócios de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia renovável; (ii) sistemas de armazenamento de energia associados a projetos de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia renovável; (iii) “software” ou plataformas de gestão inteligente para otimizar fluxos energéticos em projetos de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia renovável; (iv) projetos inovadores para testar novas soluções, abordagens ou modelos de negócio aplicados ao autoconsumo coletivo e às comunidades de energia renovável tendo em vista a criação de redes inteligentes; (v) investigação, desenvolvimento e transferência de tecnologia para otimização das soluções técnicas necessárias aos projetos de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia renovável; (vi) produção em pequena escala de eletricidade com base em energias renováveis através de projetos de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia renovável. Esta tipologia é elegível para o Eixo 2 dos ITI CIM, embora restrita à AMP e aos centros urbanos regionais e centros urbanos estruturantes (PROT-Norte).
- *Promover o alargamento da Rede de Carregamento de Veículos Elétricos*
 - A mobilidade elétrica pressupõe uma boa rede de postos de carregamentos rápidos, lentos e muito lentos, respondendo a diferentes necessidades de veículos ligeiros e pesados.
 - Nas Terras de Trás-os-Montes, este alargamento deve privilegiar os centros urbanos e os corredores da A4 e do IC5.
 - Este tipo de investimento é realizado, em princípio, por entidades privadas. Não obstante, a tipologia é referida na Componente 7 do PRR, Infraestruturas, onde se refere a necessidade de supressão das falhas de mercado nos territórios de baixa densidade.
- *Descarbonização dos Transportes Públicos*

- Nas Terras de Trás-os-Montes, a descarbonização dos transportes públicos tem a ver com a renovação e descarbonização das frotas de transportes públicos rodoviários, reduzindo a dependência de combustíveis de origem fóssil, através do apoio aos operadores.
- O PRR, na sua Componente 15. Mobilidade Sustentável, tem uma linha de investimento de apoio à Descarbonização dos Transportes Públicos, envolvendo o lançamento de um programa de apoio à aquisição de frotas de transportes públicos limpos (autocarros) e respetivos postos de carregamento/abastecimento. Esta medida estava inicialmente restrita aos serviços de transporte público nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sendo que agora, na Adenda de 26 de maio de 2023, se alarga este apoio ao restante território nacional.

Tabela B.5.2: Energia - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 5.1. Promover e acompanhar a produção de energia renovável (grandes infraestruturas e parques de produção) e a gestão inteligente da energia	Infraestruturas e sistemas de produção de energia renovável (barragens hidroelétricas e parques eólicos)	PRR, Componente 14 (apoio público para a simplificação do Quadro Jurídico e Regulamentar Aplicável aos Projetos de Energias Renováveis e para uma one-stop-shop digital para o licenciamento e acompanhamento de projetos de energias renováveis).
	Infraestruturas e sistemas de produção de energia renovável (hidrogénio e gases renováveis)	PRR, Componente 14.
	Gestão inteligente de redes de energia	PACS, RSO 2.3
LA 5.2. Promover a produção e utilização de energias renováveis através de sistemas desconcentrados	Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, no setor empresarial	PITD, RSO 1.3 PITD, RSO 2.1 PR Norte, RSO 1.3 PRR, Componente 5 PRR, Componente 11 (Indústria) PRR, Componente 13 (Serviços) POCTEP, RSO 2.1 POCTEP, RSO 2.2
	Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, nos edifícios da administração pública central	PRR, Componente 13
	Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, nos edifícios da administração local	PR Norte, RSO 2.1
	Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, no setor residencial	PRR, Componente 13
	Comunidades de energia renovável	PR Norte, RSO 2.2
	LA 5.3. Promover a mobilidade elétrica	Promover o alargamento da Rede de

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
	Carregamento de Veículos Elétricos	eventuais falhas de mercado decorrentes de insuficiente investimento privado em territórios de baixa densidade)
	Descarbonização dos Transportes Públicos	PRR, Componente 15
LA 5.4. Eficiência energética	Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, no setor empresarial	PITD, RSO 1.3 PITD, RSO 2.1 PR Norte, RSO 1.3 PRR, Componente 5 PRR, Componente 11 (Indústria) PRR, Componente 13 (Serviços) POCTEP, RSO 2.1 POCTEP, RSO 2.2
	Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, nos edifícios da administração pública central	PRR, Componente 13
	Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, nos edifícios da administração local	PR Norte, RSO 2.1
	Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, no setor residencial	PRR, Componente 13
	Comunidades de energia renovável	PR Norte, RSO 2.2

B.5.4. Intervensões a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

O domínio temático Energia tem enquadramento nos ITI CIM, podendo ainda ser considerado no quadro de um futuro ITI Redes Urbanas.

Intervenções no Domínio da Energia com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

A tabela seguinte sistematiza as tipologias de ações do domínio da energia que terão enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes, análise que será detalhada no Plano de Ação ITI Terras de Trás-os-Montes 2030.

Tabela B.5.3: Energia – Enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
<p>Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral Tipologia Eficiência Energética na Administração Local (RSO 2.1.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 5.2. Promover a produção e utilização de energias renováveis através de sistemas desconcentrados e LA 5.4. Eficiência energética - Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, nos edifícios da administração local 	<ul style="list-style-type: none"> • Engloba a eficiência energética e a descarbonização dos consumos de energia nos edifícios da Administração Local, de habitação social e das IPSS, incluindo a produção de energias renováveis. • Importa definir o perímetro de intervenção em edifícios e equipamentos da Administração Local, que, salvo melhor opinião, deverá incluir edifícios e equipamentos municipais mas também de empresas municipais e intermunicipais (p. ex., ETAs e ETARs, piscinas e equipamentos desportivos, etc.). • Os municípios de Terras de Trás-os-Montes identificam necessidades alargadas neste domínio (edifícios administrativos, escolas, instalações desportivas, ETAs e ETARs, iluminação pública), sendo ainda relevante o apoio a empresas intermunicipais (Resíduos do Nordeste, Agroindustrial do Nordeste).
<p>Eixo 2 - Sistema Urbano Policêntrico Tipologia Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável (RSO 2.2.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 5.2. Promover a produção e utilização de energias renováveis através de sistemas desconcentrados e LA 5.4. Eficiência energética - Comunidades de Energia Renovável 	<ul style="list-style-type: none"> • São elegíveis a AMP e os centros urbanos regionais e centros urbanos estruturantes (PROT Norte). • No caso de Terras de Trás-os-Montes, consideram-se os Municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. • Existem vários projetos programados de CER para Áreas de Acolhimento Empresarial.
<p>Eixo 2 - Sistema Urbano Policêntrico Tipologia Mobilidade Sustentável (RSO 2.8.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 5.3. Promover a mobilidade elétrica - Promover o alargamento da Rede de Carregamento de Veículos Elétricos - Descarbonização dos Transportes Públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Engloba, entre outros, planos de descarbonização no contexto da mobilidade sustentável e transportes inteligentes. • São elegíveis a AMP e os centros urbanos regionais e centros urbanos estruturantes (PROT Norte).
<p>Eixo 2 - Sistema Urbano Policêntrico Tipologia Reabilitação e Regeneração Urbanas (RSO 5.1.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 5.2. Promover a produção e utilização de energias renováveis através de sistemas desconcentrados e LA 5.4. Eficiência energética - Eficiência energética e produção de energia de origem renovável, em regime de autoconsumo, nos edifícios da administração local 	<ul style="list-style-type: none"> • A tipologia Reabilitação e Regeneração Urbanas pode ter uma componente de eficiência energética, sendo pois complementar da tipologia Eficiência Energética na Administração Local, ainda que possa incidir igualmente em edifícios da Administração Central.

Intervenções no Domínio da Energia com enquadramento potencial em outras Abordagens Territoriais

Abarcando o domínio da energia, fica, ainda, em aberto a possibilidade de algumas das intervenções previstas poderem igualmente vir a ter enquadramento num **ITI Redes Urbanas**, envolvendo outras NUT III em que, a exemplo de Terras de Trás-os-Montes, as temáticas do ambiente, da descarbonização e da gestão inteligente da energia constituam prioridades e elementos diferenciadores das suas estratégias de desenvolvimento territorial.

B.6. Conetividades e Acessibilidades

B.6.1. Diagnóstico

A partir do diagnóstico realizado no exercício de revisão e atualização da EIDT Terras de Trás-os-Montes, sintetizamos o ponto de situação e as necessidades das Terras de Trás-os-Montes em matéria de conetividades e acessibilidades.

Centralidade da conetividade digital

A adequada conetividade digital é um requisito básico para os desafios da transição digital no território, seja ao nível dos serviços públicos de âmbito nacional e local seja ao nível do setor empresarial. Mais globalmente, a conetividade digital é central para a inversão do declínio demográfico, contribuindo para a fixação e atração de população para o território.

Apesar de alguns progressos na infraestrutura de cobertura digital do território (entre outros aspetos, rede de fibra ótica que liga todos os Municípios da Terra Quente, edifícios e equipamentos municipais, e ao IPB; linha dedicada, assegurada por um operador privado, para os Municípios da Terra Fria; reforço do Datacenter da AMTQT, em Mirandela; Datacenter do IPB), permanecem zonas brancas e cinzentas em termos de acesso às redes.

Rede rodoviária fundamental

A rede rodoviária fundamental verificou uma evolução da maior relevância com a finalização da A4, do IP2 de Macedo de Cavaleiros (nó A4) para sul e com a construção do IC5 entre Alijó (Pópulo) e Miranda do Douro (Duas Igrejas), o que veio permitir uma redução significativa dos tempos de acesso ao litoral e ao sul, bem como posicionar as Terras de Trás-os-Montes como porta de conexão com os corredores europeus rodoviários.

Permanecem estrangulamentos na conexão com a rede rodoviária principal de Espanha, a norte com a A-52, com a necessidade de ligação de qualidade entre Bragança e Puebla de Sanabria, e a leste, com a ligação Quintanilha – Zamora (A11), que deveria ter perfil de autoestrada, e com a melhoria da ligação do IC5 (Duas Igrejas) à fronteira com Espanha.

Rede rodoviária regional / intermunicipal

De acordo com os estudos existentes⁴, quanto à rede rodoviária regional / intermunicipal, “a região transmontana apresenta ainda níveis de desempenho baixos face aos valores de referência das zonas mais ‘litorais’ do País, tanto em termos de densidade da rede como de acessibilidade infraestrutural, constituindo um constrangimento à competitividade e à coesão económica e social da região”⁵.

Em particular, assinala-se que Vimioso e Vinhais não possuem qualquer km de rede fundamental. Segundo vários critérios, identificam-se conexões insatisfatórias entre Bragança e Vinhais, Bragança e Vimioso, Bragança e Mogadouro, Macedo de Cavaleiros e Vinhais, Macedo de Cavaleiros e Mogadouro, Macedo de Cavaleiros e Vimioso.

⁴ Ver, em particular, Ricardo Bento, 2019, “Relatório da Mobilidade Interna do Território da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes”, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

⁵ Ricardo Bento, 2019.

Rede ferroviária

Quanto à infraestrutura ferroviária, apenas a linha do Tua mantém-se em condições de vir a retomar a exploração, entre Brunheda-Mirandela e Mirandela-Carvalhais, passando a ter uma vocação mista (mobilidade turística e quotidiana), integrada na solução rodo-fluvial-ferroviária que decorreu da albufeira criada pelo Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua. A linha do Sabor (Pocinho / linha do Douro até Duas Igrejas) está desativada.

Esta situação coloca em cima da mesa a necessidade de se materializar a inserção das Terras de Trás-os-Montes na rede ferroviária nacional. O Plano Ferroviário Nacional prevê, ainda que sem calendarização, a Linha de Trás-os-Montes, ao longo do eixo Porto / Vila Real / Bragança, sendo ainda de equacionar a ligação internacional da mesma à rede ferroviária espanhola, via Bragança / Zamora ou Bragança / Miranda do Douro / Zamora. A Linha de Trás-os-Montes deverá ser competitiva face à ligação rodoviária e ter uma vocação mista (passageiros e mercadorias).

Ligações aéreas

Existe apenas uma linha aérea regular, operada pela Sevenair em regime de concessão atribuída pelo Estado Português, ligando Bragança, Vila Real, Viseu, Cascais e Portimão.

Permanece em aberto o projeto de transformar o Aeródromo Municipal de Bragança, vindo a conferir-lhe características de aeroporto regional, com uma melhoria significativa das condições operacionais em termos de pista de voo, plataforma e terminal, por forma a permitir a operação de aeronaves do tipo C (capacidade na casa dos 150 passageiros), sendo que atualmente apenas podem operar aeronaves até ao tipo B, e um incremento do número de operações / voos.

B.6.2. Linhas de Ação

São definidas as seguintes Linhas de Ação:

- LA 6.1. Cobertura digital do território, eliminando zonas brancas e cinzentas
- LA 6.2. Resolução de lacunas e estrangulamentos na rede rodoviária fundamental
- LA 6.3. Melhoria da rede rodoviária regional / intermunicipal
- LA 6.4. Projetar a inserção do território na rede ferroviária nacional e europeia
- LA 6.5. Aeroporto Regional de Trás-os-Montes
- LA 6.6. Plataforma logística

LA 6.1. Cobertura digital do território, eliminando zonas brancas e cinzentas

- Promoção de melhor conectividade digital, melhorando o nível dos serviços de comunicação fixos (banda larga) e móveis (5G), assegurando a cobertura das áreas rurais e de fronteira e promovendo uma integração mais transparente das redes portuguesa e espanhola, otimizando a utilização complementar ou em comum das infraestruturas. Implica, nomeadamente, desenvolver as ações necessárias, junto das entidades competentes, para que todo o território da CIM tenha acessibilidade digital 5G, eliminando zonas branca e cinzentas.

LA 6.2. Resolução de lacunas e estrangulamentos na rede rodoviária fundamental

- Resolver os estrangulamentos na conexão com a rede rodoviária principal de Espanha, com os investimentos na rede rodoviária principal que permitam a melhoria da ligação para Norte do IP2, de Bragança a Puebla de Sanábria, do IC5 (Duas Igrejas) à fronteira com Espanha e a ligação Macedo de Cavaleiros – Vinhais - Godinha (Galiza), com a requalificação e extensão da N 316.
- Ainda no quadro das conexões com a rede rodoviária principal de Espanha, mas fora do território nacional, acompanhar proativamente o projeto de ligação Quintanilha – Zamora (A11), que deveria ter perfil de auto-estrada. Note-se que as ligações a Puebla de Sanabria e a Zamora colocariam a região com acesso rápido à rede ferroviária de alta velocidade espanhola, bem como beneficiariam o acesso ao aeródromo de Bragança.
- A Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço Portugal-Espanha (setembro de 2020) inclui como ligações prioritárias a ligação do IP2 entre Bragança e Puebla de Sanabria, a autoestrada Douro A11, ligação entre Zamora e a A4/E82 (Quintanilha) e a ligação IC5 Miranda do Douro – Zamora por Sayago.
- Ainda no quadro das conexões com a rede rodoviária fundamental de Portugal, mas fora do território das Terras de Trás-os-Montes, acompanhar proativamente e coordenar com a CIM do Douro a construção do troço do IP2 entre Pocinho e Junqueira, substituindo a N 102 e considerando as variantes construídas com a conclusão das barragens do Pocinho e do Baixo Sabor, e a importância em repensar a travessia do Douro no Pocinho.

LA 6.3. Melhoria da rede rodoviária regional / intermunicipal

- Melhorar a densidade e a acessibilidade da rede rodoviária regional / intermunicipal, com défices vários fora dos corredores da A4 e do IC5.
- Neste domínio, identificamos como necessários investimentos de rectificação / requalificação nas ligações Bragança – Vimioso - Miranda do Douro (N218), Bragança – Vinhais (N103), Bragança – Mogadouro (N217) e Macedo de Cavaleiros – Mogadouro (N216).
- Ainda no domínio da densificação da rede regional, criar um nó de ligação do IC5 a Palaçoulo (Miranda do Douro).

LA 6.4. Projetar a inserção do território na rede ferroviária nacional e europeia

- No quadro da elaboração / reformulação do Plano Ferroviário Nacional, promover o estudo, em coordenação com as autoridades competentes, de um corredor ferroviário que assegure uma boa ligação de Vila Real e de Bragança ao Porto e à rede de Espanha.
- De notar que o Plano Ferroviário Nacional (PFN), na sua versão atual, já assume o objetivo de levar a ferrovia a todas as capitais de distrito bem como as ligações transfronteiriças ibéricas e a integração na rede transeuropeia. O PFN refere que para se atingir o objetivo de 40% de quota modal da ferrovia no transporte de mercadorias, é provável que, a prazo, as linhas transfronteiriças existentes não sejam suficientes. Nesse sentido, acrescenta-se que a nova Linha de Trás-os-Montes cumpre uma função de ligação de passageiros a duas capitais de distrito, Vila Real e Bragança, atualmente sem serviço ferroviário, e que esta linha poderá ser um novo corredor internacional de mercadorias que permita suplementar a capacidade da Linha da Beira Alta e da Linha do Minho na ligação do Centro e Norte do país a Espanha e à Europa.

- Tendo em conta a extinção da Linha do Sabor, que ligava o Pocinho a Duas Igrejas, considera-se ser de ponderar que a futura Linha de Trás-os-Montes se prolongue de Bragança até Miranda do Douro, assegurando-se aí a ligação à rede ferroviária espanhola.
- Criar as condições necessárias para a retoma da exploração da Linha do Tua, entre Brunheda-Mirandela e Mirandela-Carvalhais, com a vocação mista já definida (mobilidade turística e quotidiana), integrada na solução rodo-fluvial-ferroviária que decorreu da albufeira criada pelo Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua.

LA 6.5. Aeroporto Regional de Trás-os-Montes

- Concretizar o projeto de transformação do Aeródromo Municipal de Bragança em Aeroporto Regional, através dos investimentos em matéria de condições operacionais (pista de voo, plataforma e terminal), por forma a permitir a operação de aeronaves do tipo C.
- Subsequentemente, a concretização do projeto irá permitir dinamizar ligações aéreas mais eficazes e atrativas para os segmentos turístico e de negócios, bem como para o transporte de mercadorias. Este projeto poderá vir a ser uma âncora importante para captar fluxos turísticos de mercados emissores como a França ou a Alemanha (englobando-se aqui também a procura associada às comunidades portuguesas nesses países) mas também para apoio às atividades empresariais, na medida em que permita ligação a um ou dois hubs relevantes para ligações internacionais (fluxos de passageiros e de mercadorias). É, assim, um projeto com um elevado potencial estruturante para as Terras de Trás-os-Montes.
- Adicionalmente, outras atividades podem ser associadas ao Aeroporto Regional, nomeadamente a manutenção aeronáutica e a formação de pilotos (esta última já em funcionamento, para pequenas aeronaves de 2 a 4 lugares).

LA 6.6. Plataforma logística

- Criação de uma Plataforma Logística no corredor da A4, de apoio ao transporte rodoviário e aéreo de mercadorias e, no futuro, ao transporte ferroviário.

B.6.3. Tipologias de Intervenção

Para as Linhas de Ação retidas, as Tipologias de Intervenção aplicáveis ou desejáveis são as seguintes:

- *Redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada*
 - O Governo definiu o lançamento de concursos públicos para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de capacidade muito elevada em 'áreas brancas', ou seja, onde não há Internet, até ao final do primeiro trimestre de 2023.
 - Por sua vez, o Programa Regional do Norte prevê, no seu Objetivo Específico RSO1.5. Reforçar a conectividade digital, o apoio à instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (Gigabit), especificando o âmbito como sendo o de infraestruturas digitais de banda larga (fixa e móvel) seguras, eficientes e sustentáveis, prioritariamente em territórios de baixa densidade populacional, do interior ou rurais, instalando redes de comunicações eletrónicas de elevada capacidade (Gigabit) nos territórios não cobertos pelo mercado de telecomunicações (e.g. zonas brancas), onde estas operações comerciais não são

rentáveis, procurando, assim, suprir através de investimento público, nas componentes grossista e (parte) retalhista, a oferta de serviços não coberta pelas obrigações decorrentes do leilão 5G.

- *Investimentos na rede rodoviária nacional e regional*
 - Quer os investimentos referidos nas conexões rodoviárias com Espanha quer os investimentos relativos à rede intraregional abrangem, em regra, a rede de Estradas Nacionais ou Regionais, sendo pois da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal.
 - O Plano de Recuperação e Resiliência, na sua Componente 7 – Infraestruturas, incorpora uma linha de investimento para Missing links e Aumento de capacidade da Rede (rodoviária), não prevendo à partida nenhum investimento em Terras de Trás-os-Montes, o que deveria ser reconsiderado. Consideramos que o acesso a Vimioso constitui um caso evidente de *missing link*, pelo que a rectificação da N218 entre Bragança e Vimioso deveria ser uma prioridade.
 - Nessa mesma componente do PRR, prevê-se uma linha de investimento para ligações transfronteiriças, estando identificados dois projetos em Terras de Trás-os-Montes: EN103 Vinhais / Bragança (variantes) e Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria. Consideramos dever ser de acrescentar a ligação Vinhais – Godinha (Galiza).

De notar que o Acordo de Parceria exclui, nos diferentes programas abrangidos, os investimentos em infraestrutura rodoviária, mas considera um conjunto de exceções. Uma dessas exceções considera infraestruturas rodoviárias locais nas regiões menos desenvolvidas, se toda a sua extensão se situar a menos de 20 Km da fronteira Portugal-Espanha, medidos em linha reta, e se forem auxiliares, limitadas em extensão e tenham como principal objetivo, a promoção da mobilidade local transfronteiriça. Estas infraestruturas rodoviárias poderão ser financiadas no âmbito do OP 5 (no caso da Região Norte, no Objetivo Específico RSO 5.1., com enquadramento nos ITI CIM, Eixo 3).

- *Investimentos na rede ferroviária*
 - No período de abrangência do corrente período de programação, o Plano Ferroviário Nacional deverá especificar o projeto relativo à Linha de Trás-os-Montes, propondo-se que se analise complementarmente a sua extensão a Miranda do Douro.
 - O Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade, no seu Objetivo Específico Objetivo RSO3.1. Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal, prevê investimentos na ferrovia, incluindo Estudos.
- *Investimentos na infraestrutura aeroportuária*
 - O Plano Diretor do Aeroporto Regional de Trás-os-Montes especifica os investimentos necessários para a concretização do projeto, independentemente de vir a ser necessária uma revisão do montante de investimento e a definição do modelo de negócio. A Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes considera o projeto estruturante para a região, sendo necessário discutir com o Governo a inclusão deste projeto nos programas de investimento nacionais.
- *Investimentos em plataformas logísticas*
 - O investimento numa plataforma logística pode seguir uma diversidade de modelos e de condições de financiamento (agentes públicos tais como municípios ou empresas públicas e agentes privados. No caso do corredor da A4 em Terras de Trás-os-Montes, importará considerar as condições atuais de transporte rodoviário e projetar as

condições futuras que surgirão com um corredor ferroviário e com a expansão da infraestrutura aeroportuária.

- A Rede Nacional de Plataformas Logísticas, definida em meados da década de 2000, previa, entre outras, uma tipologia de plataforma logística transfronteiriça, não havendo referência a qualquer projeto a localizar no atual território de Terras de Trás-os-Montes.

Tabela B.6.1: Conetividades e Acessibilidades - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 6.1. Cobertura digital do território, eliminando zonas brancas e cinzentas	Redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada	PR Norte, RSO 1.5
LA 6.2. Resolução de lacunas e estrangulamentos na rede rodoviária fundamental	Investimentos na rede rodoviária nacional e regional	Infraestruturas de Portugal PRR, Componente 7
LA 6.3. Melhoria da rede rodoviária regional / intermunicipal	Investimentos na rede rodoviária nacional e regional	Infraestruturas de Portugal PRR, Componente 7
LA 6.4. Projetar a inserção do território na rede ferroviária nacional e europeia	Investimentos na rede ferroviária	(Considera-se que no período de abrangência do corrente período de programação, o Plano Ferroviário Nacional deve especificar o projeto relativo à Linha de Trás-os-Montes e o seu modelo de financiamento) PACS, RSO 3.1
LA 6.5. Aeroporto Regional de Trás-os-Montes	Investimentos na infraestrutura aeroportuária	(A determinar, em função da atualização do Plano Diretor do Aeroporto Regional de Trá-os-Montes e da definição do modelo de negócio)
LA 6.6. Plataforma logística	Investimentos em plataformas logísticas	(Necessidade de estudo prévio para determinar as características da plataforma logística a criar e, subsequentemente, o modelo de funcionamento)

B.6.3. Intervenções a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

No domínio das conetividades e acessibilidades, as tipologias de intervenção acima referenciadas não têm enquadramento nas abordagens territoriais.

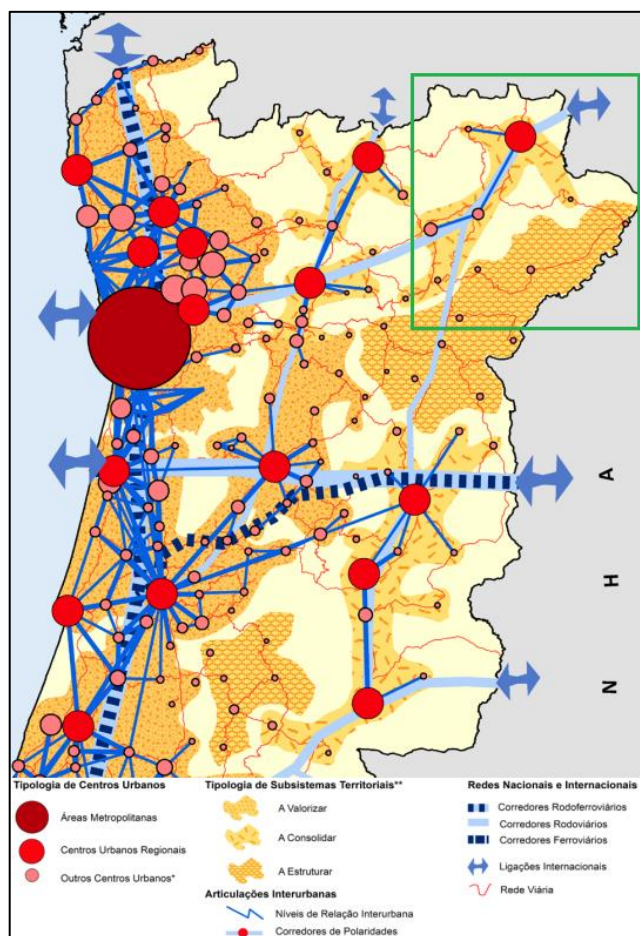
B.7. Desenvolvimento Urbano

B.7.1. Diagnóstico

O sistema urbano das Terras de Trás os Montes apresenta um padrão muito claro, com concentração da população em núcleos populacionais de dimensão e características funcionais distintas – das cidades às aldeias. A população a residir fora destes núcleos, num modelo disperso, é residual, o que não significa que, dada a pequena dimensão da maioria dos núcleos, que vêm registando um processo contínuo de perda demográfica, não exista população isolada.

De acordo com os Censos 2021, 54% dos residentes (58,5 mil pessoas) concentravam-se em núcleos de dimensão inferior a 2 mil habitantes, contrastando com as médias nacional e da Região Norte, onde esta proporção não chega a 40%. Em 4 municípios (Alfândega da Fé, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais), a totalidade da população concentra-se em lugares desta dimensão, ou seja, mesmo as sedes de concelho não atingem os 2 mil habitantes (situação que, em 2011, apenas ocorria em Vimioso).

Figura B.7.1: Sistema Urbano – modelo territorial do PNPOT



Fonte: DGT/PNPOT

As maiores cidades (Bragança, com cerca de 23 mil habitantes) e Mirandela (com pouco mais de 11 mil) representam 30% do total da população, o que também está abaixo da média nacional e regional, onde este peso está acima de 40%. Macedo de Cavaleiros, com cerca de 8,5 mil habitantes, é o único núcleo urbano na dimensão dos 5-10 mil habitantes. Estas 3 cidades, que se localizam ao longo do corredor da A4, constituem a espinha dorsal urbana que estrutura o território, sendo Bragança um dos Centros Urbanos Regionais do sistema urbano policêntrico preconizado pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2018).

Mirandela e Macedo de Cavaleiros são referidos na estratégia regional Norte 2030 (e no Programa Regional do Norte 2021-2027) como centros urbanos estruturantes. No modelo territorial proposto para a Região do Norte, no quadro dos trabalhos de elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território (CCDR Norte, março de 2023: *PROT Norte- Opções Estratégicas de Base Territorial – Proposta*), refere-se que o eixo urbano Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros será a base da polarização do território oriental do Norte, potenciando um maior equilíbrio territorial, que se configura estratégico em matéria de coesão territorial.

A definição de um plano de ação que permita responder a este objetivo assenta em duas escalas:

- A interurbana, dependente, sobretudo, de linhas de intervenção nos domínios da conectividade e das acessibilidades, permitindo consolidar um sistema em que a relação entre centros urbanos, aos diversos níveis, e entre os polos urbanos e o território rural, contribuam para construir um território coeso. Esta perspetiva da interação urbana e urbano-rural, naturalmente, depende também de fluxos e relações de natureza económica e social – as principais cidades são portas de e para o exterior, são centros de consumo e centros prestadores de serviços. Trata-se de uma escala abordada noutros domínios temáticos deste plano de ação, incluindo a conectividade e acessibilidades, os serviços de interesse geral, o desenvolvimento rural. Não deixaremos, no entanto, de incluir, nesta secção, uma referência à cooperação entre as cidades das TTM com cidades de outras regiões.
- A intraurbana, relacionada com a qualidade, a competitividade e a coesão social nas cidades. É, sobretudo, esta perspetiva que abordaremos nesta secção, atendendo a três domínios que são determinantes no quadro da EIDT Terras de Trás-os-Montes e do Acordo de Parceria Portugal 2030: A habitação, a reabilitação e qualificação urbana e a mobilidade urbana sustentável.

Habitação e reabilitação urbana

A par da qualidade dos serviços de interesse geral (na dimensão física ou imaterial), da qualidade do habitat e do emprego, a habitação é essencial para a atratividade do território e das cidades, seja na perspetiva da atração, seja na da fixação de novos residentes.

Os Censos 2021 e as estatísticas demográficas do INE descrevem as Terras de Trás-os-Montes como uma região em que a população residente (107 mil habitantes em 2021) diminuiu na ordem de 1% ao ano, mas com um saldo migratório positivo. Entre 2020 e 2022, a região perdeu 3.744 habitantes por excesso de óbitos face aos nascimentos, mas ganhou 1.958 novos habitantes, por imigração. Este fenómeno de compensação parcial concentra-se em Bragança (42% destes imigrantes), Mirandela (16%) e Macedo de Cavaleiros (13%), favorecendo a diferenciação entre os nós principais do sistema urbano e a rede de centros complementares (basicamente, as restantes sedes de concelho). Independentemente da sua intensidade, o fenómeno é geral: todos os municípios têm saldo migratório positivo e todos têm saldo natural negativo (excetuando o caso de Bragança que, em 2022, tem um saldo positivo que, ainda assim, não compensa as perdas de anos anteriores) (fonte: INE/PORDATA).

Mas, se a demografia descreve esta evolução da população, também mostra outro fenómeno: a diminuição da dimensão média dos agregados familiares: de 2,4 pessoas por família em 2011, com máximo em Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela (2,5) e mínimo em Vimioso

(2,3) para 2,3 pessoas em 2021 (máximo de 2,3 nos municípios referidos e ainda Vila Flor e mínimo de 2,1 em Vimioso). Para comparação: no Continente a dimensão média dos agregados é de 2,4 pessoas e na Região do Norte é de 2,6. Embora estes números não signifiquem que o número de agregados aumentou na última década (na realidade, diminuiu cerca de 3%, para 45.486 agregados, à exceção do concelho de Bragança, em que aumentou 3,3%), esta evolução contrasta com a perda de mais de 15% dos residentes no mesmo período.

Ao mesmo tempo, assistiu-se ao aumento relativo e absoluto dos agregados de mais pequena dimensão: o número de agregados com uma pessoa isolada cresceu 14% na década (e o de idosos isolados cresceu 13%) e o de agregados com 2 pessoas aumentou 3%.

Neste quadro de evolução demográfica, qual a evolução do parque habitacional?

Tabela B.7.1: Alojamentos e famílias (2001-2011-2021)

	Alojamentos familiares clássicos (n.º)			Famílias (n.º)		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Terras de Trás-os-Montes	78 555	84 617	87 111	46 926	46 878	45 486
Alfândega da Fé	3 619	3 851	3 873	2 172	2 024	1 846
Bragança	21 606	24 755	25 698	12 740	13 835	14 297
Macedo de Cavaleiros	10 181	11 658	11 778	6 302	6 263	6 108
Miranda do Douro	5 114	5 511	5 738	3 122	3 055	2 801
Mirandela	14 071	14 846	15 394	9 198	9 309	8 897
Mogadouro	7 646	7 182	7 324	4 194	3 939	3 625
Vila Flor	5 005	5 210	5 330	2 956	2 722	2 586
Vimioso	4 512	4 619	4 765	2 083	1 962	1 898
Vinhais	6 801	6 985	7 211	4 159	3 769	3 428

Fonte: INE/Censos

Do ponto de vista quantitativo, e contrastando com a evolução da procura potencial (número de famílias), o número de edifícios residenciais aumentou 1,9% entre 2011 e 2021 (para 70.764) e o número de fogos cresceu 2,9% (para 87.111). Apenas 52,1% destes fogos estão ocupados em residência habitual (diminuição de 3 pp em relação a 2011, em linha com a diminuição dos agregados familiares residentes). Mais de uma em cada três habitações (36,3%) são de uso sazonal (mostrando o peso que a emigração assume nas TTM – a média da Região do Norte é de 16,9%) e 11,5% estão vagas – para venda, arrendamento ou devolutas (um valor próximo da média regional, que é de 10,3%). Fica, portanto, a imagem de um parque habitacional com folga para reabilitação e colocação no mercado, suportando uma estratégia de captação de novos residentes ou adaptando as tipologias e funcionalidades aos requisitos da procura em transformação.

A análise qualitativa revela alguns problemas, mas a situação geral é boa. Apenas 3,1% destes edifícios foram construídos na última década (valor igual é média no Continente; a média da Região do Norte é de 3,7%; nas TTM destaca-se Bragança, com 3,5%), mas o estado de conservação do parque está em linha com o panorama da Região do Norte– o Censo 2021 regista apenas 40 habitações improvisadas (barracas ou construções rudimentares, o que é uma diminuição de 27,3% face a 2011) e 86% dos edifícios não necessitam de reparações ou necessitam apenas de ligeiras intervenções (a melhor situação é a de Miranda do Douro, em que 90% dos edifícios estão em bom estado). Por outro lado, se apenas 5% dos edifícios estão muito degradados (tal como na média regional), em Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Vila Flor esta proporção ascende a 7%. Mais preocupante é a evolução deste número registada entre 2011 e 2022: o número de edifícios muito degradados aumentou 28% nas Terras de Trás-os-Montes (e apenas

7% na Região do Norte), com máximos em Mirandela e Vinhais, em que quase duplicou. Apenas Alfândega da Fé teve uma evolução em sentido inverso (menos 59% de edifícios degradados), acompanhada de Vila Flor e Bragança, com evolução negativa, mas abaixo da média. O número de habitações sobrelotadas é de 7% (máximos de 8,1% em Bragança e 8,0% em Vila Flor).

As principais respostas públicas a esta tendência têm sido de 2 tipos:

- A atribuição de benefícios fiscais à reabilitação urbana, designadamente através da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana. Há 17 ARU definidas nas Terras de Trás-os-Montes (apenas Vinhais e Mogadouro não recorrem ainda a este instrumento; na generalidade dos casos, as ARU abrangem zonas históricas/centrais dos principais núcleos urbanos, à exceção de Vimioso, que optou por definir 6 ARU em vários aglomerados; há vários processos de delimitação de ARU em curso);
- investimento na reabilitação e requalificação de espaços urbanos e edifícios públicos (mais recentemente no âmbito dos PEDU e PARU), num processo que transformou visivelmente a qualidade e o ambiente urbanos, do ponto de vista do conforto e segurança, da dotação em serviços coletivos e da paisagem.

Estes modelos de intervenção pressupõem uma perspetiva integrada e dinamizadora do investimento privado. No entanto, o mercado e os proprietários não revelam uma resposta muito visível. Por exemplo, se atendermos aos números de execução do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) até final de 2022, das 440 operações aprovadas, apenas 3 se localizam nas Terras de Trás-os-Montes (2 em Bragança – um deles para alojamento local - e 1 em Mirandela), num total de investimento de 1,013 milhões de euros, que é menos de 0,1% do total nacional e menos de 0,2% do valor na Região do Norte.

Voltando à análise dos dados censitários, em 2021, 81,9% das habitações eram ocupadas pelo proprietário e 18,1% estavam arrendadas ou subarrendadas. O regime de propriedade é bastante marcado, contrastando com a média nacional e regional (cerca de 70% dos fogos ocupados pelo proprietário).

Os valores de arrendamento são moderados, quando comparados com o quadro nacional e regional: nas Terras de Trás-os-Montes, 93,3% das rendas mensais registadas no Censo 2021 são inferiores a 400 euros (em Bragança a proporção é menor, 89,1%; na Região do Norte 79,2%; e no Continente 70,4%). No entanto, os preços do mercado estão a subir a um ritmo superior ao dos rendimentos das famílias. Nas Terras de Trás-os-Montes, no período de 5 anos entre 2017 e 2022, o valor da avaliação bancária por metro quadrado subiu de 605 para 813 euros (de 871 para 1.411 na média do Continente e de 763 para 1.187 na Região do Norte). É um aumento de 34%, com destaque para Bragança, onde foi de 43%. No mesmo período, o aumento do valor mediano por metro quadrado das rendas de novos contratos de arrendamento foi de 10% (mas foi de 26% em Bragança).

Este foco nos principais aglomerados urbanos não deve fazer esquecer que uma parte significativa da população reside em aglomerados pequenos, alguns mesmo muito pequenos, dispersos no território e de matriz rural (aldeias). Seja por razões associadas à cultura local, aos modos produtivos e à paisagem tradicional, seja pelas vantagens que pode ter do ponto de vista da preservação do território, promovendo o seu uso produtivo e de fruição e impedindo a degradação de ecossistemas e o agravamento de riscos associados às alterações climáticas e ao abandono, este modelo é um ativo da região, embora comporte desafios de resposta difícil. Garantir qualidade de vida capaz de fixar aqui residentes é uma opção com custos acrescidos – prestação de serviços básicos, acessibilidade física e digital, oportunidades profissionais ou de empreendedorismo, habitação de qualidade, etc.

Ficam, assim, estabelecidas algumas tendências relevantes para a definição de uma estratégia sub-regional (e estratégias municipais) nos domínios da habitação e reabilitação urbana:

- Diminuição do número de residentes e de agregados familiares, parcialmente compensadas pela chegada de imigrantes, o que configura uma procura com necessidades distintas dos residentes habituais, designadamente um mercado de arrendamento mais eficiente;
- Diminuição da dimensão dos agregados, com crescimento efetivo dos agregados unifamiliares; induzindo pressão de procura nas tipologias de menor dimensão;
- Envelhecimento da população e aumento do número de residentes idosos a viver isolados, colocando desafios ao nível da acessibilidade e adequação das habitações, bem como do acesso a serviços de interesse geral;
- Degradação do parque edificado e resposta ainda insuficiente dos instrumentos para estímulo à reabilitação urbana (ou à penalização dos proprietários de imóveis devolutos), cujo número permitiria uma resposta de primeira linha na oferta por via do mercado;
- Aumento dos custos de aquisição e de arrendamento, a par de uma perda de poder de compra das famílias residentes, o que dificulta o acesso a habitação adequada, em especial a famílias jovens e imigrantes.

Os desafios centrais para as políticas municipais e intermunicipal são os seguintes:

- Dinamização de uma oferta de alojamento adaptada (na tipologia, custo e funcionalidade) aos diversos segmentos da procura, incluindo os emergentes e os estratégicos, e à reconfiguração demográfica, recorrendo a uma combinatória de intervenção direta pública e dos agentes do mercado (proprietários, investidores e movimentos cooperativo e associativo);
- Apoio aos residentes que vivem em situação habitacional indigna ou com dificuldade no acesso a uma habitação adequada por razões económicas, executando as diversas Estratégias Locais de Habitação e apostando noutros instrumentos de política local, designadamente nos apoios ao arrendamento e promoção de habitação acessível;
- Continuidade no processo de requalificação urbana e territorial, abrangendo de forma mais significativa os proprietários e investidores no processo, apostando na qualidade urbana como fator de atração e fixação de novos residentes, de projeção de uma imagem distintiva do território e de adaptação às alterações climáticas;
- Extensão da aposta da qualidade aos núcleos rurais, entendendo-os também como potenciais locais de residência, através de projetos inovadores de ligação aos territórios e atividades agro-florestais e de prestação de serviços de interesse geral aos residentes.

Mobilidade

Tal como em todo o território nacional, a mobilidade das pessoas assenta no uso do automóvel ligeiro. A exploração dos dados censitários mostra que, em 2021, 75% dos residentes empregados das Terras de Trás-os-Montes usavam o automóvel nas suas deslocações diárias (eram 71% em 2011). A média nacional também subiu, de 68% para 73%. Note-se que, em parte, este crescimento se deve às restrições na época da pandemia Covid 19, pelo que a tendência pode ter sido influenciada no sentido do uso do transporte motorizado individual, mas os grandes números mostram uma realidade muito marcada.

Mais evidente ainda é o baixo nível de uso do transporte coletivo: apenas 2%, contra 12% na média nacional. Outros modos mecânicos, incluindo a bicicleta e o motociclo, são, nesta região, muito pouco representativos nas deslocações diárias casa-trabalho.

Em sentido contrário, as deslocações pedonais são muito representativas, 22% em 2021 (25% em 2011), colocando esta sub-região entre aquelas com maior presença deste modo ativo de mobilidade (a média nacional é de 13%).

Este cenário de baixo recurso ao transporte coletivo e presença significativa da mobilidade pedonal é favorecido pela estrutura urbana que já referimos atrás: a extensão territorial e a existência de inúmeros aglomerados, associada à qualidade das rodovias, especialmente as municipais, dificulta a oferta eficiente de transporte coletivo; e a pequena dimensão dos aglomerados (excetuando alguns de maior dimensão, como Bragança e Mirandela) promovem a proximidade entre local de residência e de trabalho, permitindo a muitos trabalhadores (e estudantes) deslocarem-se a pé.

Tabela B.7.2: Deslocações pendulares casa - trabalho/escola (2021)

	Duração média das deslocações (min)		Tipo de transporte utilizado (% no território)			
	Transporte Individual	Transporte coletivo	A pé	Autocarro	Automóvel	Outros
Norte	17,10	33,91	15%	11%	69%	5%
Terras de Trás-os-Montes	14,58	27,48	24%	7%	68%	1%
Alfândega da Fé	15,55	28,85	25%	7%	67%	1%
Bragança	13,43	27,52	21%	4%	74%	1%
Macedo de Cavaleiros	15,80	27,08	26%	9%	63%	1%
Miranda do Douro	14,75	21,81	26%	9%	65%	1%
Mirandela	14,35	30,98	25%	7%	67%	1%
Mogadouro	15,76	26,38	26%	9%	65%	1%
Vila Flor	15,05	23,64	24%	13%	62%	1%
Vimioso	16,99	28,29	33%	9%	57%	1%
Vinhais	18,07	29,37	26%	11%	62%	2%

Fonte: INE – Censos 2021

Atente-se nos dados referentes à duração média dos movimentos casa-trabalho em 2021, que confirmam que esta proximidade também se reflete nos restantes meios de transporte. As Terras de Trás-os-Montes são a NUTS3 portuguesa com o valor mais reduzido (12,7 minutos, face a 17,5 minutos na Região do Norte e 20,7 minutos na média nacional). Nas Terras de Trás-os-Montes, o valor mais baixo é o de Miranda do Douro (12,1 minutos) e o mais elevado o de Vinhais (14,5 minutos).

Este contexto é favorecedor da aposta num modelo de mobilidade sustentável, que pode ser muito importante para reforçar os vetores de competitividade urbana que referimos (projeção de uma imagem distintiva do território e adaptação às alterações climáticas) e contribuir, a par de intervenções noutros domínios, para a atração e fixação de novos residentes e para elevar os padrões de qualidade de vida.

Além desta dimensão intraurbana da mobilidade, a dimensão interurbana (seja na ligação adequada entre todos os nós do sistema territorial das Terras de Trás-os-Montes, seja na conexão da região com o exterior) é também decisiva para esta região.

O Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Terras de Trás-os-Montes (PAMUS 2014-2021) é, a par dos PAMUS integrados nos PEDU de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança e do Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes (2019) o referencial estratégico e operativo para esta aposta.

Do seu diagnóstico de base destaca-se uma análise dos movimentos pendulares (baseada nos Censos de 2011), revelando que 45% da população residente realiza movimentos pendulares diários casa-trabalho ou casa-escola, mostrando que o eixo Bragança-Mirandela-Macedo de Cavaleiros gera movimentos mútuos relativamente intensos (que se prolongam para o Douro / Vila Real). Também são significativos os fluxos no eixo Vinhais-Bragança-Vimioso e Mirandela-Vila Flor (e daqui para o Douro / Carraceda de Ansiães).

Os principais polos geradores de deslocações pendulares são os equipamentos e serviços públicos, especialmente o Hospital de Bragança e alguns equipamentos educativos (os de maior dimensão em Mirandela e Bragança, onde se destaca o Instituto Politécnico), realçando-se ainda alguns estabelecimentos e zonas empresariais.

A região não é servida por transporte ferroviário (a ligação do Metro de Mirandela, entre Carvalhais e o Cachão, foi interrompida em 2018), sendo os serviços de transporte público assegurados por transporte rodoviário. O Plano de Mobilidade do Vale do Tua, que prevê a prestação de um serviço regular de passageiros entre a Linha do Douro (Tua) e o Cachão, combinando transporte rodoviário e fluvial, ligando a partir desse ponto à linha do Metro de Mirandela (a reativar) está num impasse. Os transportes coletivos são, assim, exclusivamente rodoviários.

No caso das ligações de média e longa distância para o exterior da região destacam-se alguns serviços Expresso, que servem uma procura mais ocasional ou de menor frequência. Para o transporte mais regular e diário, de ligação interna ou com territórios envolventes, que podemos designar por interurbanos, importa referir que a CIM TTM é a Autoridade Intermunicipal de Transportes, que aprovou, em 2019, um Plano Operacional de Transportes Públicos. Este Plano sustentou o processo de contratualização dos serviços de transporte coletivo na região (ao abrigo da Lei 52/2015), cuja concessão será válida por 5 anos. A entrada em funcionamento, prevista para o início de março de 2023, foi adiada para julho de 2023, a pedido da empresa concessionária.

À escala urbana, apenas existem transportes de âmbito urbano-municipal em Bragança, operando 4 linhas de carácter urbano e 13 linhas rurais, que servem toda a faixa ocidental do concelho, de norte a sul; e em Mirandela, com duas linhas de autocarro urbanas e a linha de Metro, que liga Carvalhais (a norte da cidade) e o Complexo do Cachão (a sul). Este serviço é atualmente assegurado por uma combinação de autocarro e táxi, já que o Metro está inativo.

Estas redes apoiam-se num sistema de interfaces urbanas. Em Bragança, na antiga estação ferroviária, no centro da cidade, com boa acessibilidade e condições de estacionamento automóvel e para bicicletas. Mirandela dispõe de uma interface intermodal (rodo-ferroviária, com integração da linha de Metro), funcionando em boas condições, embora com carência de espaço de estacionamento automóvel. Está em conclusão a construção da Central de Camionagem de Macedo de Cavaleiros, que também integra articulação com modos suaves (projeto Bicity, um percurso pedonal e ciclável abrangendo o centro da cidade e os núcleos envolventes). À exceção de Vimioso e Vinhais, que não dispõem de estações convencionais (mas apenas espaços de paragem e estacionamento de autocarros), todas as restantes sedes de concelho são servidas por infraestruturas deste tipo.

Em geral, e de acordo com o diagnóstico do PAMUS, a informação aos utentes (em especial nas paragens fora destas estações) é muito deficiente ou mesmo inexistente. Acresce ainda que o estado de conservação e conforto é, em muitos casos, bastante deficiente, justificando-se um mapeamento, diagnóstico e intervenção.

No que respeita aos modos suaves (ou ativos), assistiu-se a um significativo investimento municipal, nos últimos anos. Alguns exemplos são o já referido projeto Bicity, em Macedo de Cavaleiros, ou o serviço de bicicletas de uso público em Bragança. Pode igualmente incluir-se neste campo o grande número de intervenções de requalificação do espaço público nos aglomerados urbanos, requalificando e criando passeios, colocando sinalética e resolvendo muitos conflitos entre a circulação pedonal e a circulação automóvel. No entanto, este tipo de situações continua a ser muito frequente e justifica que esta continue a ser uma prioridade da política de mobilidade e de desenvolvimento urbano, até porque, como vimos, as deslocações pedonais são muito significativas. Quanto à mobilidade ciclável, e atendendo à baixa representatividade deste modo nas deslocações pendulares, pode considerar-se que há, ainda, um campo de ação muito amplo, sobretudo nas maiores cidades.

B.7.2. Linhas de Ação

São definidas as seguintes Linhas de Ação:

- LA 7.1. Reabilitação e qualificação do habitat urbano.
- LA 7.2. Habitação para todos.
- LA 7.3. Promoção da mobilidade sustentável e dos transportes coletivos
- LA 7.4. Cidades inteligentes.

LA 7.1. Reabilitação e qualificação do habitat urbano.

- Promoção da qualidade e atratividade do meio urbano através de projetos públicos e em parceria público-privada que combinem princípios de sustentabilidade, de estética e de inclusão, em linha com a iniciativa “New European Bauhaus”, tendo em vista encontrar respostas acessíveis, inclusivas, sustentáveis e atraentes para os desafios climáticos (incluindo a transição energética nas cidades).
- Delimitação de novas áreas de reabilitação urbana e avaliação das existentes, definindo Operações de Reabilitação Urbana que integrem incentivos e benefícios fiscais à reabilitação do edificado e intervenções públicas de requalificação do espaço público.

LA 7.2. Habitação para todos.

- Execução dos programas de intervenção previstos nas Estratégias Locais de Habitação, focados nas necessidades dos segmentos da população que vivem em condições de indignidade habitacional e carência económica, incluindo as respostas públicas (do Estado/IHRU e municipais) e os apoios aos residentes em habitação própria.
- Criação imediata ou revisão de instrumentos locais de apoio à habitação de âmbito mais alargado, abrangendo outras segmentos da população, em linha com as medidas do pacote Mais Habitação.
- Consolidação do quadro de planeamento em matéria de habitação, designadamente:
 - i. articulando os diagnósticos, os objetivos e os instrumentos à escala supra/intermunicipal, assumindo que as respostas às necessidades e desafios podem ser encaradas de forma complementar em todo o território, enquadradas numa política intermunicipal de habitação (art.º 20.º da Lei de Bases da Habitação).
 - ii. revendo as Estratégias Locais de Habitação, atualizando a sua abrangência (i) ao nível do seu quadro de destinatários, numa lógica prospetiva e não apenas de resposta a problemas sociais (atração e fixação de novos residentes, apoio às classes médias sem acesso a habitação por via do mercado e a grande preponderância de residentes-proprietários); (ii) atendendo às alterações do quadro demográfico regional, como o envelhecimento e a diminuição da dimensão média dos agregados familiares e (iii) alargando os instrumentos específicos para a habitação, habitat e política de solo, adaptando-os às linhas previstas no Programa Nacional de Habitação e no pacote +Habitação;

- iii. Elaborando as Cartas Municipais de Habitação, instrumento previsto na Lei da Bases da Habitação que promove a integração da política de habitação e habitat com a política de solos e os Instrumentos de Gestão do Território, em especial o PDM.

LA 7.3. Promoção da mobilidade sustentável e do transporte coletivo

- Promoção da mobilidade ativa (pedonal e ciclável) no meio urbano e na relação urbano-rural, através da criação de vias dedicadas ou adaptação dos arruamentos e espaços urbanos, das estradas e dos caminhos rurais, da criação de estruturas de interface entre meios motorizados e suaves e da concessão de incentivos locais aos modos suaves (cf. Estratégias Nacionais para a Mobilidade Ativa Pedonal (2022) e Ciclável (em preparação)).
- Aposta numa maior eficiência das cadeias logísticas locais de abastecimento e distribuição e de transporte de mercadorias, fomentando a adoção de tecnologias e de fontes energéticas mais sustentáveis e eficientes.
- Descarbonização dos transportes motorizados, através da renovação do parque de viaturas municipais, da transição energética no transporte coletivo e da expansão da rede de postos de carregamento elétrico para automóveis.
- Implementação do Plano Operacional de Transportes Públicos nas Terras de Trás -os-Montes, incluindo:
 - A monitorização da concessão da rede de transportes coletivos e a sua articulação com transportes urbanos, transporte escolar, transporte a pedido/flexível e o sistema de mobilidade suave.
 - Implementação de uma rede digital de monitorização de transporte público (GPS), incluindo a informação em tempo real para os utentes.
 - Conclusão e qualificação dos centros coordenadores de transportes, melhorando a sua funcionalidade, conforto, integração no meio urbano e serviços de informação aos utentes.
- Desenvolvimento de sistemas locais de transporte flexível ou a pedido, articulada com a prestação de serviços de interesse geral, nas áreas em que a rede pública de transporte coletivo regular não garanta uma resposta adequada.
- Melhoria dos serviços de transporte coletivo urbano em Bragança e Mirandela, articulando-os com transportes à escala sub-regional e carreiras Expresso, garantindo serviço frequente aos principais polos geradores-atratores de tráfego (públicos e económicos) e qualificando as paragens, com melhor informação e segurança dos utentes e integração no espaço público.
- Concretização do Plano de Mobilidade do Vale do Tua, assegurando a ligação regular entre Mirandela – Cachão – Foz Tua (ferrovia + transporte fluvial).
- Coordenação com as autoridades espanholas da melhoria da rede de transportes públicos transfronteiriços com a Galiza (província de Ourense) e com Castela e Leão (Províncias de Zamora e Salamanca).

LA 7.4. Cidades inteligentes.

- Implementação de modelos inovadores de gestão urbana, através da disponibilização de serviços digitais aos cidadãos e de iniciativas de gestão inteligente dos sistemas e serviços, incluindo soluções facilitadoras da articulação urbano-rural.

B.7.3. Tipologias de Intervenção

Para as Linhas de Ação adotadas, as Tipologias de Intervenção aplicáveis ou desejáveis são as seguintes:

- *Reabilitação, regeneração e qualificação urbana*
 - Valorização ambiental e paisagística de corredores verdes em contexto urbano ou outras intervenções que promovam a mitigação e adaptação climática, com financiamento possível no quadro do Programa Regional do Norte (RSO2.7)/ ITI CIM (RSO5.1).
 - Reabilitação e regeneração urbanas, com enfoque nos desafios associados à atração de população para os centros urbanos, à provisão de espaços inclusivos, seguros e acessíveis, que potenciem a mobilidade intra e interurbana e prosseguindo, também, objetivos de eficiência energética. Para os Centros Urbanos Regionais – Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros, o financiamento disponível será concedido no quadro do Programa Regional do Norte, ITI CIM, Eixo 2. Para os restantes centros urbanos, as operações de qualificação do espaço público ou refuncionalização de equipamentos (Programa Regional do Norte, Eixo 3 do ITI CIM) enquadram os investimentos. O Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) pode ser uma fonte de financiamento complementar.
 - Incentivos e benefícios fiscais à reabilitação urbana. No quadro do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana está previsto um conjunto de incentivos e benefícios, de natureza fiscal ou outra, destinados a fomentar a reabilitação urbana. Favorecem, especialmente, operações (privadas) de reabilitação inseridas em Áreas de Reabilitação Urbana, mas também, de uma forma mais geral, edifícios com mais de 30 anos. Para projetos (públicos e privados) de reabilitação urbana, foi criado (e vai manter-se em vigor, com financiamento do Programas Regionais do PT2030) o IFRRU 2020.

Da auscultação aos Municípios, resulta uma elevada prioridade a atribuir a operações de reabilitação, regeneração e qualificação urbana.

- Foi manifestada pela quase totalidade Municípios a intenção de investir em equipamentos de tipo “multiusos”, que, de uma forma geral, integram operações mais abrangentes de reabilitação urbana.
 - Também foram frequentemente identificadas intervenções no património integrado nos centros históricos (património histórico e religioso, zonas envolventes, iluminação cénica, etc.)
 - Com alguma frequência, foram identificados investimentos ao nível das entradas das cidades e de eixos urbanos estruturantes (passeios, iluminação, zonas de estacionamento, etc.)
 - Foram referidas necessidades de reabilitação de jardins, mercados, instalações desportivas, património religioso fora dos centros históricos, centros culturais.
- *Energia: eficiência energética, autoconsumo e comunidades de energia renovável*
 - Estas tipologias são abordadas no domínio temático Energia. Ao nível da política urbana, contribuem para acelerar a transição energética e climática nas cidades, fomentando consumos responsáveis, a autossuficiência energética e a redução das emissões de GEE.
 - As intervenções neste domínio são apoiadas pelo PR Norte (ITI CIM, RSO2.1, RSO2.2; ITI Redes Urbanas), bem como pelo PRR (Componente 13 - Eficiência Energética em Edifícios).

- *Habitação em regime de apoio social, acessível e de custos controlados*
 - Apoios no quadro do Objetivo 1 da Nova Geração de Políticas de Habitação (dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e não têm capacidade financeira para as ultrapassar). Estes apoios podem assumir diversas modalidades, sendo as principais as que:
 - i. respondem às carências identificadas nas Estratégias Locais de Habitação e se enquadram no Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação,. Até 2026, o apoio concedido pelo Programa 1.º Direito (financiado pelo Orçamento de Estado) integra uma componente de financiamento do PRR (Investimento RE-C02-i01). O PR Norte2030 prevê também apoio a este tipo de operação (RSO 5.1, Eixo1 do ITI CIM).
 - ii. respondem a necessidades de alojamento urgente (no âmbito do Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente) e com enquadramento na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (Investimento RE-C02-i02 do PRR).
 - Apoios no quadro do Objetivo 2 da Nova Geração de Políticas de Habitação, designadamente:
 - i. Promoção da oferta para Arrendamento Acessível através do Programa de Apoio ao Arrendamento e Programas Municipais compatíveis (que combinam incentivos fiscais aos proprietários-senhórios e, em alguns casos, subsídios aos inquilinos) e de outras medidas previstas no pacote +Habitação para promoção da oferta privada (cedência de imóveis públicos através de Contratos de Desenvolvimento para Habitação, linha de financiamento gerida pelo Banco Português de Fomento e lançamento da nova geração de cooperativas de habitação).
 - ii. Subsídios públicos (Programas Porta 65 Jovem, Porta 65 Mais e subsídios municipais ao arrendamento).
 - iii. Disponibilização de património habitacional público para arrendamento acessível (incluindo a criação do FNRE - Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado e uma linha de apoio do PRR (Investimento RE-C02-i05 - Parque público de habitação a custos acessíveis). O PR Norte2030 prevê também apoio a este tipo de operação (RSO 5.1, Eixo1 do ITI CIM).
 - Alojamento estudantil a custos acessíveis
 - i. Criação de estruturas residenciais para estudantes do ensino superior (com financiamento possível através do PRR - Investimento RE-C02-i06) e secundário-profissional, atendendo à presença de instituições de Ensino Superior que atraem estudantes do exterior e à estratégia de funcionamento articulado da oferta de ensino profissional nas Terras de Trás-os-Montes (está aprovado financiamento PRR para novas residências em Mirandela e Bragança; a CM Macedo de Cavaleiros tem também um projeto em carteira).
 - ii. Incentivos ao mercado para o arrendamento acessível a estudantes, através do Programa de Apoio ao Arrendamento ou programas municipais compatíveis, combinados com subsídios aos estudantes em alojamento arrendado.
- *Planeamento da habitação*
 - Criação de uma política intermunicipal de habitação.
 - Revisão das Estratégias Locais de Habitação, articuladas pela política intermunicipal (que podem ser financiadas através do Programa 1.º Direito / PRR (Investimento RE-C02-i01).

- Elaboração das Cartas Municipais de Habitação.
- *Mobilidade sustentável*
 - Implementação de planos logísticos urbanos sustentáveis para a melhoria da funcionalidade e da habitabilidade das áreas urbanas (soluções multimodais de zero emissões, novas cadeias logísticas baseadas na partilha de dados e integração de operações, etc.) e promoção da utilização de modos não poluentes de distribuição, incluindo centros de micrologística e sistemas de restrição e controlo das cargas e descargas nos centros urbanos (Zonas de Carga de Emissões Zero) [PR Norte 2030, RSO2.8, Eixo 2 dos ITI].
 - Promoção dos modos de transporte ativos (reforço de infraestruturas cicláveis, qualificação e construção de ciclovias, etc.) e de comportamentos eficientes (e.g. espaços de circulação flexíveis com níveis de acessibilidade plena, incluindo zonas de emissões nulas) e ações de suporte à mobilidade pedonal e à melhoria da acessibilidade, nomeadamente dos utilizadores mais vulneráveis, incluindo a criação de zonas sem trânsito e/ou zonas de zero emissões [PR Norte 2030, RSO2.8, Eixo 2 dos ITI].
 - Adoção de sistemas de gestão da circulação e de estacionamento [PR Norte 2030, RSO2.8, Eixo 2 dos ITI].
 - Capacitação dos atores territoriais para o desenvolvimento de ações nas áreas da mobilidade sustentável (e.g. planeamento e gestão dos transportes, bilhética integrada ou intermodalidade e interfaces modais) [PR Norte 2030, RSO2.8, Eixo 2 dos ITI].
 - Elaboração e execução de planos de descarbonização no contexto da mobilidade sustentável e transportes inteligentes [PR Norte 2030, RSO2.8, Eixo 2 dos ITI].
 - Descarbonização da frota automóvel (rede de carregamento de veículos elétricos) [PRR, Investimento RE-CO7-i00].
- *Transporte público*
 - Descarbonização dos transportes públicos [PRR, Investimento TC-C15-i05].
 - Modernização e adaptação de vias de circulação (corredores BUS, sistemas semaforicos, etc.) para prioridade ao transporte coletivo e público [PR Norte 2030, RSO2.8, Eixo 2 dos ITI].
 - Qualificação de interfaces e paragens de transportes públicos, para reforço da intermodalidade e da conectividade entre modos de transporte, incluindo articulação com a mobilidade suave e ativa (modos ciclável e pedonal) e a construção de parques de estacionamento associados a interfaces modais e ao incentivo à utilização do transporte público e da mobilidade partilhada [PR Norte 2030, RSO2.8, Eixo 2 dos ITI].
 - Criação de plataformas integradas de informação que promovam soluções “smart mobility”, designadamente portais de informação com horários, oferta e tarifário de transportes públicos, bem como sobre outras ofertas de mobilidade, e sistemas de informação em tempo real sobre a oferta de transporte público [PR Norte 2030, RSO1.2 e RSO2.8, Eixo 2 dos ITI].
 - Execução de acessos rodoviários locais a plataformas multimodais de passageiros que cumpram os critérios de multimodalidade referidos no Acordo de Parceria [PR Norte 2030, RSO2.8, Eixo 2 dos ITI].
 - Planeamento e implementação de sistemas de transporte flexível e a pedido alinhada com a provisão de serviços de interesse geral, incluindo frota elétrica [PR Norte 2030, RSO5.1, Eixo 1 dos ITI].

▪ *Cidades digitais*

- A transição digital é um eixo de intervenção fundamental na estratégia europeia para a próxima década, materializando-se no apoio a projetos de disponibilização de serviços públicos digitais simples, inclusivos e seguros. Este tipo de projetos é muito importante para a consolidação de um modelo territorial em que as cidades/vilas assumem grande centralidade e não é possível, de forma eficiente, distribuir estruturas físicas de proximidade em todo o território. Um exemplo, relacionado com outros domínios (mobilidade e prestação de serviços de interesse geral) será o desenvolvimento de uma plataforma digital para gestão do transporte a pedido na região. O PRR (Componente C19 - Administração Pública Mais Eficiente) e o Norte 2030/ITI CIM (RSO 1.2 - Digitalização da administração local) são os principais mecanismos de financiamento.
- Cidades digitais, com implementação de soluções inteligentes de gestão dos serviços urbanos e fortalecimento da cidadania (*smart cities*), que devem ser prioritariamente dirigidas aos desafios da antecipação das alterações climáticas (metabolismo urbano circular, informação e prevenção de fenómenos graves, qualidade do ar e da água, redução do desperdício, gestão da mobilidade) e à atração e integração de imigrantes. Para além de financiamento no âmbito do PT2030 (OP1 e OP5 – cidades digitais, no PR Norte 2030), acresce agora o financiamento previsto na reprogramação do PRR, destinada a Territórios Inteligentes, e o programa European Urban Initiative. O instrumento ITI Redes Urbanas (também previsto no quadro do PR Norte 2030) poderá ser uma oportunidade para projetos de cooperação interurbana neste domínio.

Tabela B.7.3: Desenvolvimento Urbano - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 7.1. Reabilitação e qualificação do habitat urbano	Reabilitação, regeneração e qualificação urbana	PR Norte, ITI CIM, Eixos 2 e 3 IFRRU2020
	Autoconsumo e comunidades de energia renovável	PR Norte, ITI CIM, Eixo 2 PR Norte, ITI Redes Urbanas
	Eficiência energética nas cidades	PR Norte, ITI CIM, Eixo 1. PRR, C13, Investimento TC-C13-i01/02/03
LA 7.2. Habitação para todos	Habitação em regime de apoio social	Programa 1.º Direito e Programa Porta de Entrada (Orçamento de Estado) PRR, C2, Investimento RE-C02-i01 PRR, C2, Investimento RE-C02-i02 PR Norte, ITI CIM, Eixo 1
	Habitação acessível e de custos controlados	Programas nacionais: Programa de Apoio ao Arrendamento e programas municipais compatíveis; Porta 65 Jovem e Porta 65 +; Contratos de Desenvolvimento para a Habitação; Linha de Financiamento Banco de Fomento; FNRE - Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado. PRR, C2, Investimento RE-C02-i05 PR Norte, ITI CIM, Eixo1

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
	Alojamento estudantil a custos acessíveis	PRR, C2, Investimento RE-C02-i06 Programa de Apoio ao Arrendamento
	Planeamento da habitação	Programa 1.º Direito / PRR C2, Investimento RE-C02-i01
LA 7.3. Promoção da mobilidade sustentável e do transporte coletivo	Planos logísticos urbanos	PR Norte, ITI CIM, Eixo 2
	Promoção de modos ativos	PR Norte, ITI CIM, Eixo 2
	Sistemas de gestão da circulação e de estacionamento	PR Norte, ITI CIM, Eixo 2
	Capacitação dos atores territoriais	PR Norte, ITI CIM, Eixo 2
	Planos de descarbonização no contexto da mobilidade sustentável e transportes inteligentes	PR Norte, ITI CIM, Eixo 2 PT2030 / PR Norte, ITI Redes Urbanas
	Descarbonização da frota automóvel (rede de carregamento de veículos elétricos)	PRR, C7, Investimento RE-C07-i00
	Descarbonização dos transportes públicos	PRR, C15, Investimento TC-C15-i05
	Modernização e adaptação de vias de circulação	PR Norte, ITI CIM, Eixo 2
	Qualificação de interfaces e paragens de transportes públicos	PR Norte, ITI CIM, Eixo 2
	Plataformas integradas de informação	PR Norte, ITI CIM, Eixos 1 e 2
	Sistemas de transporte flexível e a pedido	PR Norte, ITI CIM, Eixo 1
LA 7.4. Cidades Inteligentes	Cidades digitais	PR Norte, ITI CIM, Eixo 1 PRR, C19, Investimento TD-C19-i08 PR Norte, ITI Redes Urbanas Programa European Urban Initiative

B.7.4. Intervensões a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

O domínio temático Desenvolvimento Urbano tem um amplo enquadramento nas tipologias previstas para os ITI CIM. Acresce a possibilidade de igualmente vir a integrar uma eventual ITI Redes Urbanas.

Intervenções no Domínio do Desenvolvimento Urbano com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

A tabela seguinte elenca as tipologias com enquadramento potencial nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes.

Tabela B.7.4: Desenvolvimento Urbano – Enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral Tipologia Digitalização da administração local	<ul style="list-style-type: none"> • LA 7.3 Promoção da mobilidade sustentável e do transporte coletivo • LA 7.4. Cidades Inteligentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recurso às TIC e a serviços digitais centrados nas pessoas e interoperáveis para melhoria da informação em tempo real aos cidadãos.
Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral Tipologia Eficiência energética na administração local	<ul style="list-style-type: none"> • LA 7.1. Reabilitação e qualificação do habitat urbano 	<ul style="list-style-type: none"> • O PR Norte2030 prevê a possibilidade de intervenção em edifícios da administração pública local, IPSS e habitação social • Cf. plano de ação para a Energia
Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral Tipologia habitação social e a custos acessíveis	<ul style="list-style-type: none"> • LA 7.2. Habitação para todos. 	<ul style="list-style-type: none"> • De uma forma geral, os municípios assinalam a dificuldade em envolver os proprietários no processo de reabilitação do parque habitacional.
Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral Tipologia Mobilidade a pedido/transporte flexível (alinhada com a provisão de SIG).	<ul style="list-style-type: none"> • LA 7.3 Promoção da mobilidade sustentável e do transporte coletivo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Já existem projetos em funcionamento no território.
Eixo 2 – Sistema Urbano Policêntrico Tipologia Reabilitação e regeneração urbanas	<ul style="list-style-type: none"> • LA 7.1. Reabilitação e qualificação do habitat urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas em Centros Urbanos regionais ou estruturantes (Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela) • Na perspetiva dos municípios, trata-se de uma área de investimento muito relevante. Potencial de articulação com investimento privado na reabilitação.
Eixo 2 – Sistema Urbano Policêntrico Tipologia Autoconsumo e comunidades de energia renováveis	<ul style="list-style-type: none"> • LA 7.1. Reabilitação e qualificação do habitat urbano 	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas em Centros Urbanos regionais ou estruturantes (Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela)
Eixo 2 – Sistema Urbano Policêntrico Tipologia Mobilidade sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • LA 7.3 Promoção da mobilidade sustentável e do transporte coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Planos logísticos urbanos; Promoção de modos ativos; Sistemas de gestão da circulação e de estacionamento; Capacitação dos atores territoriais; Planos de descarbonização no contexto da mobilidade sustentável e transportes inteligentes. • Quaisquer investimentos em equipamentos de transporte devem incluir a referência de que não serão movidos a combustíveis fósseis. • Apenas em Centros Urbanos regionais ou estruturantes (Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela) e respetivas áreas funcionais
Eixo 3 – Ativos Territoriais Tipologia Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação	<ul style="list-style-type: none"> • LA 7.1. Reabilitação e qualificação do habitat urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas para centros urbanos complementares

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão		

Intervenções no Domínio do Desenvolvimento Urbano com enquadramento potencial em outras Abordagens Territoriais

No domínio abrangente do Desenvolvimento Urbano perspetiva-se a possibilidade de intervenções enquadradas nos ITI Redes Urbanas, de âmbito intra-regional (apenas cidades da Região do Norte) ou inter-regional (redes de cidades de várias NUTS 2). Para além das temáticas já referidas noutros planos de ação (ambiente, descarbonização e gestão inteligente da energia), pode ainda referir-se as tipologias relacionadas com as cidades digitais.

B.8. Educação e Formação

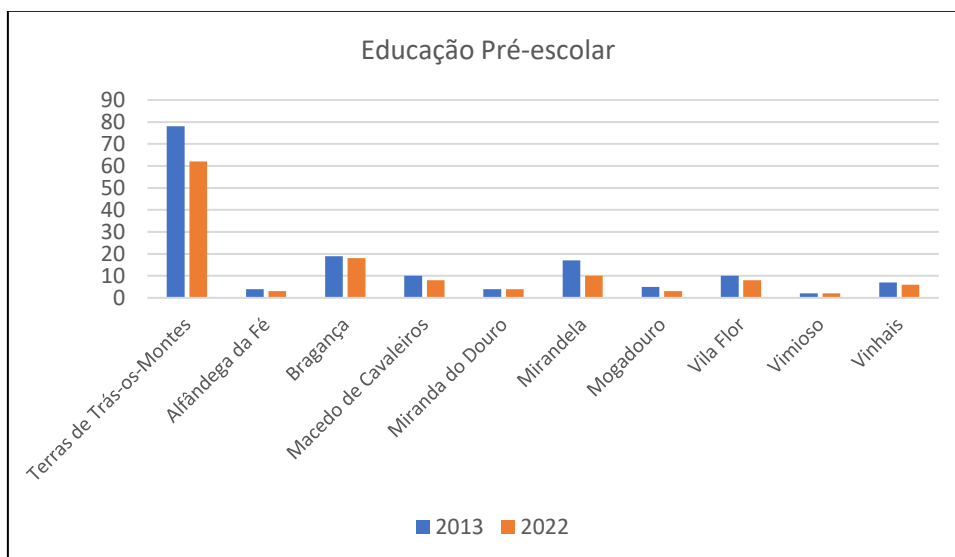
B.8.1. Diagnóstico

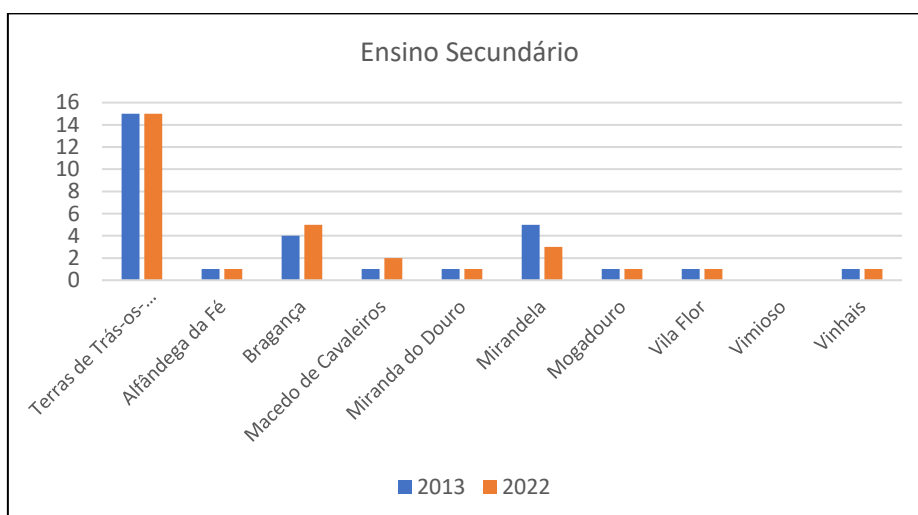
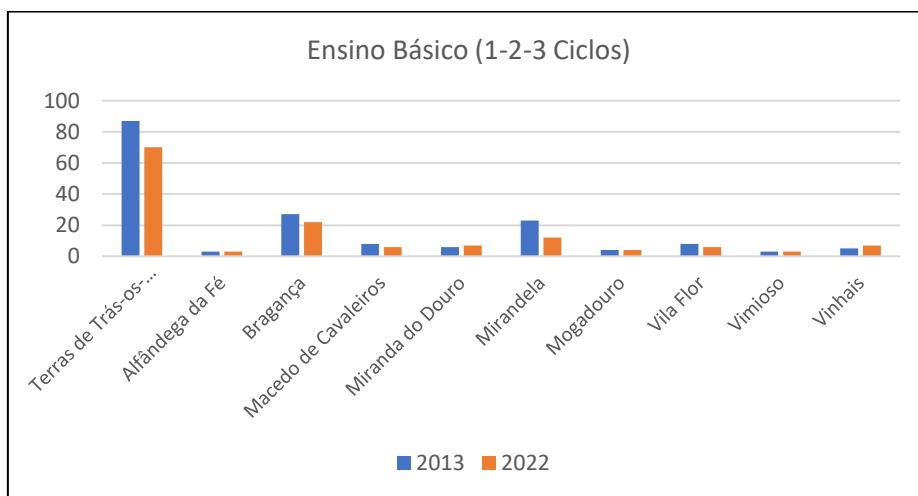
Terras de Trás-os-Montes partilham, de modo agravado, com outras regiões interiores do país, a problemática dos recursos humanos no seu sentido mais geral. Os cenários de rarefação demográfica disponíveis apontam para que a sub-região enfrente, brevemente, dificuldades de realimentação da força de trabalho, geradas pela diminuição do crescimento natural e o seu efeito sobre os escalões etários que representam essa realimentação da força de trabalho (apenas em Bragança e Mirandela, a população jovem com menos de 25 anos não representa menos de 20% dos residentes).

A configuração da rede de equipamentos escolares reflete essa evolução, assitindo-se, nos últimos anos, a um processo de racionalização, com concentração dos equipamentos nos principais aglomerados, a par da sua modernização e adaptação às novas exigências do ensino, mas também com alteração dos padrões de uso: maior necessidade de espaços e valências complementares, maior recurso ao transporte escolar. Entre 2013 e 2022, o número total de escolas baixou de 180 para 147.

Apenas no nível Secundário não houve diminuição, sendo de referir que o concelho de Vimioso continua a não estar equipado com uma Escola Secundária.

Gráfico B.8.1: Rede de equipamentos escolares nas TTM





Fonte: PORDATA

A evolução da população escolar (matriculada e diplomada) nos diferentes tipos e graus de ensino projetam igualmente essa dificuldade. No período de entre 2011/2012 e 2020/2021 registam-se perdas de alunos em todos os ciclos de estudos e níveis de ensino, sendo mais significativa nos anos do ensino básico (entre o 1.º e o 9.º ano), o que justifica que a continuidade das medidas de política de combate ao insucesso e abandono escolar não se limite à redução das metas percentuais, mas inclua objetivos de recuperação da massa de jovens que possam concluir esses graus de ensino e incrementar a procura do 1.º emprego.

Numa sub-região com necessidades de alterar o seu paradigma produtivo e de progredir na cadeia de valor dos recursos endógenos diferenciadores da sub-região, é compreensível que, para além da necessidade de assegurar a realimentação da força de trabalho, haja a necessidade de, em cenário de escassez, ajustar a formação de qualificações à procura de competências que essa alteração de paradigma produtivo implica. Tais exigências, observam-se sem que possa ser beliscado o princípio de assegurar aos jovens da sub-região condições de formação que os habilite a gerir a navegação profissional das suas vidas em contexto de economia global.

A fixação de recursos humanos a partir da capacidade de formação revelada pela sub-região e a atração de jovens e ativos para compensar eventuais insuficiências emergem como objetivos estratégicos transversais a todo o território.

A dimensão e alcance desses objetivos só são alcançáveis numa lógica de coordenação intermunicipal (pelo facto da cooperação de recursos exigir essa coordenação). Exemplo desta visão intermunicipal e da procura de soluções para a diversificação e melhoria da qualidade da oferta formativa profissionalizante de nível secundário no território é o projeto piloto das “Turmas partilhadas” iniciado no ano letivo 2021/2022, que permitiu através do modelo de “partilha” que os alunos possam frequentar a componente sociocultural na escola do seu concelho e as áreas técnica e científica do curso do interesse numa outra escola da sub-região. O projeto permitiu alargar a oferta de cursos profissionais, nomeadamente a alunos de Vimioso, concelho onde não há oferta de ensino secundário. Como é compreensível, a garantia de resposta a este princípio implica um conjunto de medidas para assegurar a mobilidade de jovens, dada a debilidade da rede de transportes escolares, e, sobretudo, para racionalizar a oferta de cursos em função das prioridades de desenvolvimento estabelecidas para a sub-região.

Em matéria de sucesso escolar e redução dos níveis de retenção, são visíveis os progressos alcançados⁶, embora estes resultados obtidos não coloquem a subregião em condições favoráveis de convergência com a Região Norte e o país, mantendo-se sistematicamente numa posição relativa desfavorável. As melhorias registadas decorrem, entre outros fatores, da conjugação das medidas integradas no PNPSE do ME e do PIICIE de que permitiu o desenvolvimento de projetos municipais e intermunicipal de combate ao insucesso escolar.

Neste âmbito, assume particular importância o ensino profissional, pois representa um instrumento eficaz de combate ao insucesso e abandono escolar precoce, na medida em que a forma de organização modular conjugada com uma abordagem pedagógica mais prática e próxima do contexto profissional da formação tendem, em condições de bom funcionamento, a aumentar a motivação e envolvimento dos alunos que revelam menor apetência para o modelo mais escolarizado.

É visível o caminho que o ensino profissional tem vindo a fazer na sub-região, envolvendo uma percentagem relevante de jovens. Cerca de 40,4% de jovens matriculados em cursos de dupla certificação registada oficialmente (INE) em 2020/21⁷, particularmente expressiva no concelho de Mirandela, embora não se possa ignorar as assinaladas consequências da retração demográfica, que tendem a repercutir-se na massa crítica de jovens que frequentam este tipo de cursos. Não espanta, por isso, que Bragança e Mirandela assumam a maior representação de cursos e turmas registada na sub-região, defrontando-se, por vezes, a sub-região com problemas de constituição de turmas com cumprimento de critérios mínimos. No ano letivo 2020/21, a rede de escolas que ministra Cursos Profissionais, nas TTM é constituída por 13 Escolas da rede do Ministério da Educação (ME), sendo 3 Escolas Secundárias, 5 Escolas Básicas e Secundárias (EBS), 1 Escola Pública Profissional (EP), 4 Escolas Profissionais Privadas (EPB), a funcionarem em 7 concelhos que compõem a CIM de TTM.

⁶ Quebra de 3,8 pp na taxa de retenção e desistência do ensino básico entre 2015-16 e 2020-21 (3,5%) e quebra de 10,9 pp na taxa de retenção e desistência do ensino secundário no mesmo período (8,6%).

⁷ Poderá não corresponder integralmente à efetiva representação destes cursos em TTM, podendo ser superior, eventualmente próxima da região Norte, (41,8%).

Tabela B.8.1: Taxa de retenção e desistência no ensino básico e secundário

Ano Letivo	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário	
	2015/2016	2020/2021	2015/2016	2020/2021	2015/2016	2020/2021	2015/2016	2020/2021
Norte	2,8	1,2	4,9	1,8	8,9	2,4	13,3	5,7
Terras de Trás-os-Montes	4,6	2,7	7,2	2,8	10,7	4,9	19,2	8,6
Alfândega da Fé	2,3	0,0	1,6	2,1	12,6	4,7	23,7	4,6
Bragança	3,9	2,6	6,3	1,6	8,2	3,3	18,5	8,9
Macedo de Cavaleiros	3,5	2,1	9,1	0,5	9,0	10,4	15,6	8,1
Miranda do Douro	1,1	0,0	4,8	0,0	13,1	0,7	22,0	6,2
Mirandela	6,4	2,8	8,0	6,3	7,9	6,3	19,3	8,2
Mogadouro	2,7	0,6	6,7	1,9	19,2	2,7	18,1	10,7
Vila Flor	7,5	6,8	9,0	0,0	20,4	2,9	20,3	9,4
Vimioso	5,0	0,0	10,0	2,2	8,1	1,7	-	-
Vinhais	7,4	8,3	9,0	8,1	18,7	6,9	29,00	29,0

Fonte: PORDATA

Observa-se um aumento progressivo dos alunos oriundos de vias profissionalizantes no acesso ao ensino superior, nomeadamente via CTeSP, também resultante das novas regras de acesso para os diplomados de modalidades de dupla certificação, com vagas e provas distintas dos alunos que acedem pela via geral de ensino. Além disso, também se regista um crescimento do número de cursos CTeSP disponíveis tanto no IPB, como na UTAD, o que poderá ser um fator positivo para a atração de mais alunos para o território das TTM.

É muito relevante criar condições para uma adequada articulação dos percursos educativos implicando cursos de nível 2, 4 e 5, circunstância que pode influenciar favoravelmente a formação de uma procura social consistente para com estas modalidades de educação-formação. Aliás, existe um valioso espaço de oportunidade para que o processo de inovação pedagógica no âmbito do ensino profissional possa ser alimentado por conhecimento a partir da área das ciências da educação, TIC e e-learning do IPB e que os TeSP possam também constituir um percurso de prolongamento da trajetória educativa dos cursos profissionais (a oferta do IPB é, nesta matéria, ampla e fortemente diversificada).

Noutro plano, parece importante dar nota dos resultados positivos alcançados por iniciativas institucionais de atração de jovens à sub-região, seja no âmbito da política levada a cabo pelo IPB de atração de alunos estrangeiros, seja através de iniciativas de atração por concurso público de investigadores para centros de investigação e de transferência de conhecimento em torno do CIMO – IPB que revelou uma procura elevada face às expectativas iniciais.

Emerge, ainda, uma outra conclusão que radica na necessidade de assegurar na sub-região condições eficazes de gestão de mão-de-obra para suportar a atração de investimento, capacidade de gestão essa que está muito lá da gestão tradicional e que exige, pelo contrário, formas operativas e expeditas de formação e de complementos de formação à medida da natureza e necessidades dos investimentos que se pretende atrair.

B.8.2. Linhas de Ação

São definidas as seguintes Linhas de Ação:

- LA 8.1. Reforço da oferta de ensino superior e criação de condições para a fixação de alunos.
- LA 8.2. Melhorar a concertação, organização e racionalização da oferta de ensino e formação profissional.
- LA 8.3. Racionalização e modernização da rede de infraestruturas escolares.
- LA 8.4. Aprofundamento e replicação de boas práticas no combate ao abandono e insucesso escolar e na promoção do sucesso escolar.

LA 8.1. Reforço da oferta de ensino superior e criação de condições para a fixação de alunos

- Alargamento do espectro da oferta formativa de nível superior no território, nomeadamente na área da saúde, serviços sociais, comunicação e multimédia e hotelaria.
- Desenvolver oferta de formações de curta duração.
- Alargamento da oferta de residências para estudantes.
- Desenvolvimento de projetos piloto de fixação de alunos estrangeiros no IPB.

LA 8.2. Melhorar a concertação, organização e racionalização da oferta de ensino e formação profissional

- Racionalização e reorganização da rede de oferta de cursos profissionais com um maior envolvimento dos empresários locais, na definição das prioridades de oferta mais ajustadas às necessidades do território, das famílias e dos jovens, bem como atendendo a possibilidades de partilha de recursos e de mobilidade de alunos
- Criação de centro de recursos a partir do potencial de conhecimento existente no IPB para apoio metodológico, pedagógico e tecnológico à oferta da rede de Cursos Profissionais.
- Reforço da cooperação entre a CIM e o IIEFP através da criação de um sistema de informação para a formação profissional.
- Promoção de estágios profissionais, através do reforço de cooperação com o IIEFP, na administração pública, empresas e associações.
- Promoção da criação do próprio emprego e do emprego em micro e pequenas empresas através da divulgação dos instrumentos disponíveis e da mobilização das associações empresariais e de desenvolvimento local.

LA 8.3. Racionalização e modernização da rede de infraestruturas escolares

- Garantir a modernização e manutenção da rede de infraestruturas escolares do pré-escolar, 1º e 2º ciclos do ensino básico.
- Assegurar de descentralização de competências nas infraestruturas escolares de nível secundário.
- Promover o acesso universal do ensino pré-escolar.
- Avaliar a criação de Ensino Secundário em Vimioso.

- Promover a transição digital na educação.

LA 8.4. Aprofundamento e replicação de boas práticas no combate ao abandono e insucesso escolar e na promoção do sucesso escolar

- Continuar a desenvolver estratégias de combate ao abandono e insucesso escolar tendo em consideração a experiência e os resultados do PIICIE.
- Promover projetos/ações de promoção do sucesso escolar ajustados à realidade do território e que promovam a coesão social.
- Coordenar as ações desenvolvidas neste âmbito com ações dinamizadas pelo município, fora da escola, de promoção do desporto, aprendizagem de línguas, artes e tecnologias digitais.

B.8.3. Tipologias de Intervenção

Para as Linhas de Ação retidas, as Tipologias de Intervenção aplicáveis ou desejáveis são as seguintes:

- *Apoios a Infraestruturas de Ensino Superior*
 - A criação, ampliação ou modernização de infraestruturas e equipamentos de ensino superior para assegurar diversificação da oferta e reforço da formação contínua e da pós-graduada (formação ao longo da vida e qualificação da população ativa mais escolarizada sem formação superior ou com formação superior desatualizada e/ou em áreas mais excedentárias);
 - Reforço e atualização de instalações, infraestruturas e equipamentos para que as instituições de ensino superior realizem as mudanças necessárias ao processo de digitalização ou transformação digital;
 - Construção e qualificação de infraestruturas e aquisição de equipamentos destinados a cursos superiores de curta duração e a programas que permitam assegurar qualificações procuradas pelo mercado de trabalho e competências necessárias para a vida (e não só para o prosseguimento dos estudos).
 - Paralelamente, a Componente 6 do PRR através do investimento Impulso Jovem STEAM prevê intervenções de modernização de infraestruturas e equipamentos, permitindo o aumento de capacidade e a introdução de práticas pedagógicas inovadoras.
- *Oferta de residências para estudantes*
 - No âmbito da Componente 2 do PRR está previsto o financiamento à construção, adaptação e recuperação de residências para estudantes, dando prioridade a projetos de reabilitação de edifícios do Estado, de instituições do ensino superior e de municípios, para o alargamento do número de camas disponíveis m alojamento estudantil/ unidade residencial. Nesta tipologia, o PRR está já a financiar a construção de um novo edifício com 200 novas camas em Bragança e a construção de um novo edifício com 120 novas camas em Mirandela.
- *Apoios à Formação Superior*
 - No âmbito do PR Norte 2030, prevê-se o apoio a Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e a cursos superiores de curta duração, nomeadamente integrando componentes de formação geral e científica, de formação técnica e de formação em contexto de

trabalho, envolvendo interlocução com os empregadores regionais e locais, públicos e privados, e resposta às necessidades do mercado de trabalho assim identificadas e privilegiando domínios prioritários regionais de especialização inteligente e o apoio a cursos TeSP e outros cursos superiores de curta duração associados, nomeadamente ao apoio a estratégias de eficiência coletiva ou à territorialização da estratégia regional de especialização inteligente.

- Complementarmente, a Componente 6 do PRR através do investimento Impulso Jovem STEAM pretende apoiar estudantes em cursos de ensino superior em áreas de ciência, tecnologia, engenharia, artes/ humanidades e matemática até ao segundo trimestre de 2025.
- O PDQI, através do ESO 4.6., financia formação avançada, isto é, doutoramentos, desenvolvidos em unidades de I&D e instituições de ensino superior, sempre que possível em articulação com empresas e outras entidades não académicas, mantendo o alinhamento com a EREI e ENEI.
- *Ações de apoio ao emprego e empreendedorismo*
 - Neste âmbito, o PR Norte 2030 prevê o apoio a jovens para a criação do próprio emprego através da criação de empresas ou ao emprego em empresas existentes que criem novos postos de trabalho, especialmente em territórios de baixa densidade (por exemplo, + CO3SO Emprego nas suas diferentes modalidades), bem como o apoio à capacitação institucional de entidades territoriais de suporte à dinamização do emprego e do empreendedorismo, como ações de suporte técnico aos beneficiários.
 - Complementarmente, a Componente 6 do PRR prevê o investimento RE-C06-i02 (i02: Compromisso Emprego Sustentável) para promover a criação de postos de trabalho através do apoio direto à contratação no valor de pelo menos 12 vezes o valor do IAS (5.265,72 €). O apoio será majorado em 25% no caso de contratação de jovens até 35 anos.
- *Ações de concertação, organização e racionalização da oferta formativa*
 - Neste âmbito, podem ser desenvolvida a concertação da rede de ensino profissional a dinamizar nas Terras de Trás-os-Montes, através da metodologia do sistema de antecipação das necessidades de qualificações. A metodologia prevê o envolvimento de empresários, para se aferirem as necessidades territoriais em termos de emprego, as famílias e jovens, para a identificação das preferências destes atores, e as escolas para aferir a capacidade de desenvolver a oferta formativa.
 - A par destas questões, a Componente 6 do PRR (Investimento RE-C06-i01) prevê a modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional, visando: reequipar e robustecer a infraestrutura tecnológica dos estabelecimentos educativos com oferta de ensino profissional através da aquisição de equipamentos; dotar as oficinas das escolas e dos centros de formação profissional da rede do IEFP de equipamentos essenciais à prática educativa e formativa; ajustar e requalificar os espaços físicos das escolas e centros de formação profissional da rede do IEFP às exigências dos diferentes cursos; criar, instalar e requalificar centros e polos da rede de formação setorial da rede do IEFP, de base protocolar, em setores estratégicos e emergentes e de gestão direta, para reforçar a cobertura e diminuir desequilíbrios e lacunas territoriais. No território das TTM existem já CTE aprovados – CTE de informática no agrupamento de escolas de Mirandela e CTE de informática na Escola Profissional Jean Piaget (delegação Macedo de Cavaleiros).

- O PDQI, através do ESO 4.6. prevê o financiamento de cursos profissionais para o aprofundamento de uma oferta formativa em áreas estratégicas (ex: STEAM) e a mobilização de recursos tecnológicos, em articulação com o investimento do PRR na modernização desta oferta. Financia, igualmente, cursos de aprendizagem sobretudo dirigida a NEET e a pessoas em situação de desemprego.
- No âmbito do ESO 4.7 do PDQI está previsto o financiamento de formações modulares, Cursos de Especialização Tecnológica, Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC que se tratam de ofertas mais dirigidas a adultos. Pode ainda referir-se a ação sistema de antecipação e adequação de competências para o emprego que pretende-se, contribuir para a dinamização de uma oferta de formação profissional contínua relevante, de suporte à aprendizagem ao longo da vida, dando resposta atempada às alterações socioeconómicas, às necessidades do mundo do trabalho e dos empregadores.
- Por fim, o PDQI prevê, no ESO 4.8., o apoio a cursos de educação e formação de jovens (CEF), que visam assegurar a inclusão de todos no percurso escolar e a igualdade efetiva de oportunidades, bem como a Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), modalidade de dupla certificação que permite a melhoria das competências de base dos adultos com baixos níveis de qualificação ou fortemente desajustadas.
- *Ações de reabilitação e/ou modernização de infraestruturas escolares*
 - No âmbito do PR Norte 2030, está previsto o financiamento de estruturas de ensino pré-escolar e de cuidados infantis, bem como infraestruturas de ensino primário e secundário ao abrigo da contratualização a efetuar com a CIM, através do RSO 5.1.
- *Ações de promoção de inovação educativa e pedagógica, Desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, Modernização do sistema educativo*
 - No âmbito da componente C20 – Escola digital - do PRR, está previsto o financiamento de ações que criem condições para a inovação educativa e pedagógica através do desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, da sua integração transversal nas diferentes áreas curriculares e da modernização do sistema educativo português.
- *Ações de combate ao insucesso e abandono escolar e de promoção do sucesso escolar*
 - O PR Norte 20230, no âmbito do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar prevê o financiamento de ações para:
 - Reforço do acompanhamento próximo e personalizado das crianças e dos jovens, assegurando respostas em áreas como: dispositivos de alerta e intervenção precoce, promoção da saúde e do bem-estar físico e psíquico, respostas técnicas a problemas da fala e da linguagem, desenvolvimento das competências pessoais e sociais, orientação escolar e vocacional;
 - Promoção de ações específicas de desenvolvimento curricular;
 - Desenvolvimento das competências digitais nas escolas
 - Envolvimento das famílias na vida escolar e aconselhamento parental;
 - Estabelecimento de pontes com o mundo do trabalho;
 - Promoção de instrumentos de planeamento municipal e intermunicipal, como cartas educativas intermunicipais;

- Capacitação dos técnicos que realizam os projetos, bem como de outros elementos da comunidade educativa, para reforço de redes locais e transferência de conhecimento;
- Coordenação geral, monitorização e avaliação das medidas de promoção do sucesso escolar e de prevenção do abandono escolar;
- Complementarmente, o PRR na Componente 6 através do investimento Impulso Jovem STEAM pretende alargar a Rede de Clubes/Centros Ciência Viva, que poderá contribuir, igualmente, para a promoção do sucesso escolar. A título de exemplo, pode referir-se que já está a ser apoiada a Escola Ciência Viva em Bragança e o Clube de Ciência Viva na Escola Básica e Secundária de Vila Flor. O PDQI, pelo ESO 4.6., prevê o financiamento de medidas de promoção da Cultura Científica que contempla o ensino experimental das ciências no ensino básico, secundário e profissional, a organização de campanhas de divulgação científica dirigidas ao público em geral e a criação de uma Rede Nacional de Centros e Quintas Ciência Viva, espaços interativos de divulgação científica.
- Neste âmbito, ainda se pode considerar o reforço dos serviços de psicologia e orientação (SPO), apoiado através do ESO 4.6. do PDQI, fundamental para o diagnóstico das dificuldades que afetam a aprendizagem, para a identificação das causas do insucesso escolar, nomeadamente a promoção de uma adequada orientação escolar e profissional. Este reforço é fundamental para aumentar a qualidade do apoio psicopedagógico aos alunos e da orientação escolar e vocacional dos jovens.

Tabela B.8.2: Educação e Formação - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 8.1. Reforço da oferta de ensino superior e criação de condições para a fixação de alunos	Infraestruturas de ensino superior	PR Norte, RSO4.2. PRR, Componente 6 (Impulso Jovem Steam)
	Apoios à formação superior – TeSP e cursos superiores de curta duração	PR Norte, RSO4.6.
	Apoios à formação superior em áreas de ciência, tecnologia, engenharia, artes/ humanidades e matemática	PRR, Componente 6 (Impulso Jovem Steam) PDQI, ESO 4.6.
	Residências para estudantes	PRR, Componente 2 (Alojamento Estudantil a custos acessíveis)
LA 8.2. Melhorar a concertação, organização e racionalização da oferta de ensino e formação profissional	Desenvolvimento da metodologia SANQ	Possivelmente PR Norte, ESO 4.11
	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional	PRR, Componente 6 (Investimento RE-C06-i01) PDQI, ESO 4.6., 4.7. e 4.8.
	Apoios ao emprego e empreendedorismo	PR Norte, RSO4.1.
LA 8.3. Racionalização e modernização da rede de infraestruturas escolares	Infraestruturas de ensino pré-escolar e de cuidados infantis	PR Norte, RSO5.1
	Infraestruturas de ensino primário e secundário	PR Norte, RSO5.1
	Promoção da transição digital na rede escolar	PRR, Componente 20 (Escola digital)

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 8.4. Aprofundamento e replicação de boas práticas no combate ao abandono e insucesso escolar e na promoção do sucesso escolar	Reforço do acompanhamento próximo e personalizado das crianças e dos jovens, assegurando respostas em áreas como: dispositivos de alerta e intervenção precoce, promoção da saúde e do bem-estar físico e psíquico, respostas técnicas a problemas da fala e da linguagem, desenvolvimento das competências pessoais e sociais, orientação escolar e vocacional	PR Norte, ESO 4.11 PDQI, ESO 4.6.
	Promoção de ações específicas de desenvolvimento curricular	PR Norte, ESO 4.11
	Desenvolvimento das competências digitais nas escolas	PR Norte, ESO 4.11
	Envolvimento das famílias na vida escolar e aconselhamento parental;	PR Norte, ESO 4.11
	Estabelecimento de pontes com o mundo do trabalho	PR Norte, ESO 4.11 PDQI, ESO 4.7.
	Promoção de instrumentos de planeamento municipal e intermunicipal, como cartas educativas intermunicipais	PR Norte, ESO 4.11
	Capacitação dos técnicos que realizam os projetos, bem como de outros elementos da comunidade educativa, para reforço de redes locais e transferência de conhecimento	PR Norte, ESO 4.11
	Coordenação geral, monitorização e avaliação das medidas de promoção do sucesso escolar e de prevenção do abandono escolar	PR Norte, ESO 4.11
	Rede de Clubes/Centros Ciência Viva	PRR, Componente 6 (Impulso Jovens Steam) PDQI, ESO 4.6.

B.8.4. Intervenções a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

Intervenções no Domínio da Educação e Formação com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Existem tipologias de ações do domínio da Educação e Formação que terão enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes. A tabela seguinte procede à identificação dessas tipologias.

Tabela B.8.3: Educação e Formação – Enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral, Tipologia Infraestruturas de Educação (RSO 5.1.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 8.3. Racionalização e modernização da rede de infraestruturas escolares 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclui reabilitação/modernização de infraestruturas pré-escolar, 1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário • Vários municípios revelam algumas necessidades de prosseguir com este tipo de investimentos, nomeadamente devido à necessidade de responder a cuidados de primeira infância (pré-escolar e 1º ciclo) • Vários municípios reportam necessidade de investimento nas escolas 2º e 3º ciclos e ensino secundário
Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral, Tipologia Igualdade de acesso a serviços de educação (ESO 4.11.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 8.4. Aprofundamento e replicação de boas práticas no combate ao abandono e insucesso escolar e na promoção do sucesso escolar • LA 8.2. Melhorar a concertação, organização e racionalização da oferta de ensino e formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Engloba a prossecução de objetivos do combate ao insucesso escolar e promoção do sucesso - PIPSE • Os municípios avaliam de forma muito positiva os projetos desenvolvidos anteriormente, pelo que consideram imprescindível dar continuidade a algumas das ações desenvolvidas, nomeadamente ao nível das equipas multidisciplinares (relação escola-família), AEC e acompanhamento parental. • Alguns municípios reportam a importância dos cursos profissionais, nomeadamente em articulação com os CTE aprovados.
Eixo 3 -Ativos Territoriais Tipologia Apoio ao emprego e ao empreendedorismo (ESO 4.1.)	<ul style="list-style-type: none"> • LA 8.2. Melhorar a concertação, organização e racionalização da oferta de ensino e formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Engloba a criação do próprio emprego • Há municípios que revelam a necessidade de criação de estruturas de apoio às dinâmicas de empreendedorismo

B.9. Saúde e Respostas Sociais

B.9.1. Diagnóstico

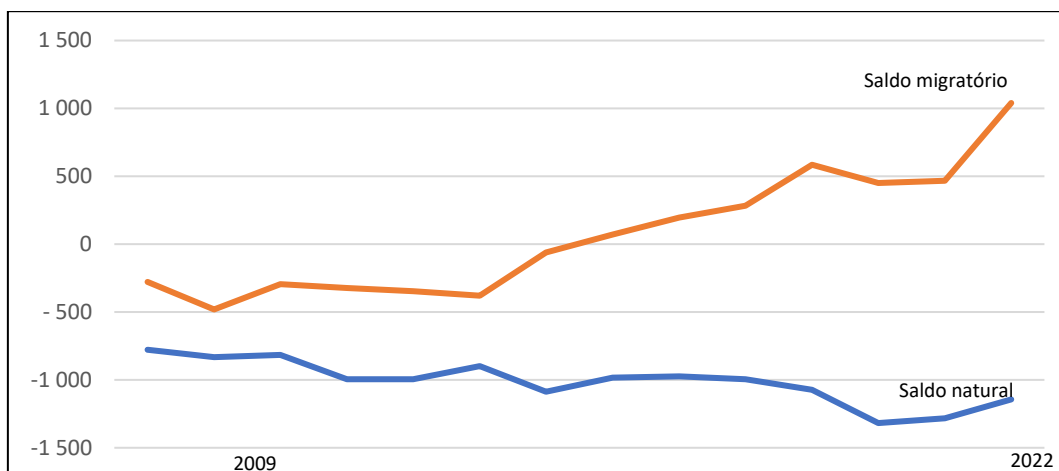
Há um elemento de diagnóstico que realça a importância de uma política pública robusta no domínio da Saúde e Respostas Sociais: as dinâmicas demográficas e de povoamento. A sub-região das Terras de Trás-os-Montes é, simultaneamente:

- Uma área envelhecida, com uma população a exigir respostas específicas e de cada vez mais exigentes ao nível da saúde e dos serviços de proximidade de natureza social para idosos.
- Uma área de povoamento rarefeito e disperso por uma grande extensão territorial, o que acarreta novos desafios sociais (p. ex., o isolamento dos residentes) e dificuldades na resposta a partir do modelo mais tradicional de prestação, baseados em equipamentos e serviços neles instalados, ainda que complementados com recurso a unidades móveis e serviços em plataforma digital.
- Uma área que apresenta, há muitos anos, sinais de incapacidade de atração de novos residentes e de retenção da população ativa, em particular das camadas mais jovens, sendo que os serviços de saúde e ação social dirigidos às famílias e aos jovens (incluindo a educação e soluções que facilitem a conciliação entre a vida profissional e familiar) são essenciais para criar condições de vida atrativas.

A população residente em Terras de Trás-os-Montes perfazia 107.272 habitantes em 2021, o correspondente a apenas cerca de 3% da população residente na Região do Norte. Regista-se uma perda de população na ordem dos 8% na década 2011-2021 e de 16% desde o início do século XXI. A perda foi generalizada, em todos os municípios – mesmo em Bragança, que vinha resistindo ao declínio demográfico, com crescimento no período 1991-2011. Esse movimento de concentração relativa na maior cidade da NUTS 3 parece ter-se atenuado.

Esta dinâmica regressiva deve-se essencialmente ao movimento natural da população (o saldo nascimentos-óbitos). O saldo natural em Terras de Trás-os-Montes foi sendo negativo ao longo do período 2011-2020, não existindo qualquer município a inverter este comportamento. Desde 2020 regista-se, no entanto, uma ligeira recuperação.

Gráfico B.9.1: Saldo natural e saldo migratório (2009-2022)



Fonte: PORDATA/INE

Já no que respeita à capacidade de atração da sub-região, salienta-se o facto de este território ter passado a exibir saldos migratórios (calculados com base na diferença entre as pessoas que emigram e as que imigram do e para o território) positivos a partir de 2017, tal como ocorreu no país e na Região Norte. O comportamento positivo nestes quatro anos ocorreu em todos os municípios, com exceção de Vinhais, em 2017 e 2018, de Mogadouro e Mirandela, em 2017. Em 2021, 3,3% dos residentes (3.540 pessoas) eram estrangeiros com estatuto legal de residente (com o máximo em Bragança, 5,9%, correspondentes a 2.059 pessoas. Para comparação, na Região do Norte este indicador era, nesse ano, de 2,8% e no Continente de 6,9%.

O envelhecimento da população, processo contínuo que é especialmente grave em Terras de Trás-os-Montes, é bem demonstrado por alguns indicadores referentes a 2021:

- Índice de envelhecimento de 359 idosos por cada 100 jovens (com extremos em Vinhais e Vimioso, onde supera os 600), o segundo mais elevado do país (a seguir ao do Alto Tâmega).
- Índice de longevidade (pessoas com 75 e mais anos por 100 idosos) de 53,2%, para uma média na Região do Norte de 46,5%.
- Índice de dependência de idosos de 59,5 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa, com valores mais elevados em Vinhais (90,3), Vimioso (89,4), Miranda do Douro (73,9) e Alfândega da Fé (70,2). A média regional (Norte) é de 34,7 e do Continente de 37,3.

Quanto aos agregados familiares, regista-se o processo de diminuição da sua dimensão média: 2,7 pessoas em 2001, 2,4 em 2011 e 2,3 em 2021. O valor mínimo regista-se em Vimioso (2,1 pessoas por família), sendo que na maioria dos municípios o valor registado está alinhado com a média de 2,3 pessoas.

Das cerca de 45 mil famílias residentes na sub-região 2021, mais de 12 mil eram unipessoais (27,2% do total, acima dos 21% da Região do Norte e dos 24,9% do Continente), sendo que, em Vimioso, esta proporção era de 34,5% e apenas Bragança, Mirandela e Vila Flor estavam claramente abaixo da média). Entre estas famílias contavam-se 7.412 unipessoais com 65 ou mais anos – ou seja, idosos vivendo isolados.

Em resumo, os agregados familiares são, em média, cada vez mais pequenos, mais envelhecidos e há um número significativo de agregados constituídos apenas por uma pessoa, mais de metade das quais são idosos.

Ilustrando outro aspeto que evidenciámos, o da dispersão e rarefação da população pelo território, atente-se à densidade populacional média na sub-região: 19,3 hab./km² (em 2022), que podemos comparar com a média da Região do Norte (acima dos 170 hab/km²), os 45,5 hab/km² da vizinha NUTS 3 Douro: Trata-se de um padrão muito comum nas NUTS 3 mais interiores (especialmente no Centro e Alentejo), mostrando um território extenso e populacionalmente debilitado, com custos acrescidos ao nível da mobilidade: com 5.544 km², esta é a 5.ª NUTS 3 mais extensa do país e também a 5.ª com menor densidade populacional.

Este quadro demográfico relaciona-se com as problemáticas específicas nos domínios da saúde e da ação social.

Os municípios das Terras de Trás-os-Montes são servidos pela Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSNE), que integra três Unidades Hospitalares (Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela) e 14 Centros de Saúde (11 em todos os municípios das TTM, e ainda em Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo, já fora da NUTS 3) que servem a população do distrito de Bragança. A ULSNE é uma entidade pública empresarial de capitais exclusivamente detidos pelo Estado. Na área clínica atua ao nível dos Cuidados de Saúde Primários, Cuidados Hospitalares, Urgência, Emergência e Cuidados Intensivos, Cuidados Paliativos e Saúde Pública.

A oferta hospitalar é ainda complementada pelo setor privado, com o Hospital Terra Quente, em Mirandela, em funcionamento desde 2012, e pelo recente Hospital Privado de Bragança.

Tabela B.9.1: Alguns indicadores de serviços de saúde (2021)

	Hospitais SNS	Centros de Saúde	Habitantes por médico	Farmácias e postos farmacêuticos móveis
Terras de Trás-os-Montes	3	11	257,0	35
Alfândega da Fé		1	478,7	2
Bragança	1	2	177,3	9
Macedo de Cavaleiros	1	1	302,7	4
Miranda do Douro		1	403,4	2
Mirandela	1	2	212,0	7
Mogadouro		1	464,0	3
Vila Flor		1	759,8	2
Vimioso		1	519,1	3
Vinhais		1	512,7	3

Fonte: PORDATA/INE/ULSNE

Os níveis de cobertura por profissionais são algo penalizadores e assinalam-se, sobretudo, as disparidades internas à NUTS 3 (dados de 2021). Em termos de médicos, a situação (257 hab/médico) é bastante mais desfavorável do que a média nacional (175) e regional (174), mas está a melhorar, já que este índice era de 439 em 2010 e de 337 em 2015. Já o rácio de habitantes por enfermeiro (89 em TTM) é melhor do que as médias nacional (131) e regional (128), e também tem tendência positiva, embora isso se deva à situação específica de alguns municípios. De uma forma geral, Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros apresentam rácios mais favoráveis de pessoal de saúde ao serviço, havendo, por outro lado, alguns municípios com valores muito abaixo da média das Terras de Trás-os-Montes, sendo Vila Flor e Vinhais os casos mais extremos.

Na auscultação realizada aos Municípios, no âmbito deste plano de ação, a falta de pessoal de saúde foi, a par da falta de investimento na rede de cuidados de saúde primários, apontada como uma deficiência com algum significado.

Globalmente, verificam-se ainda carências significativas ao nível dos cuidados médicos em ambiente hospitalar, nomeadamente em especialidades tais como cardiologia, oftalmologia, ginecologia, pneumologia ou urgência pediátrica, refletindo-se em tempos de espera muito longos para consultas, exames e cirurgias. O eclodir da pandemia COVID-19 veio igualmente sinalizar a insuficiente capacidade de internamento em cuidados intensivos. Mesmo após o fim do período pandémico com confinamento, têm estado a ser evidenciadas limitações ao nível do Serviço Nacional de Saúde, em particular nos serviços de urgência em determinadas especialidades.

A pandemia veio, aliás, evidenciar alguns dos principais desafios que esta sub-região enfrenta, com diversos problemas do sistema de assistência aos mais frágeis, designadamente na área social e da saúde, seja na ótica preventiva, seja na da resposta a necessidades correntes ou de emergência.

Tabela B.9.2: Alunos indicadores de serviços e proteção social

	Beneficiários do RMG e RSI (% da pop. residente)	Pensionistas (CGA e SS)	Respostas Sociais para Idosos (n.º) *	Respostas Sociais Infância e Juventude (n.º) **
Norte	2,9	1 168 650	-	-
Terras de Trás-os-Montes	2,8	43 409	184	
Alfândega da Fé	4,5	2 006	11	1
Bragança	2,0	12 670	52	26
Macedo de Cavaleiros	3,7	5 625	15	6
Miranda do Douro	2,2	2 810	17	2
Mirandela	3,0	8 409	24	12
Mogadouro	3,7	3 647	14	3
Vila Flor	2,0	2 363	18	3
Vimioso	2,0	1 847	17	1
Vinhais	3,8	4 032	16	2

* Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e ERPI

** Centro de Acolhimento Temporário, Centro de Atividades de Tempos Livres, Intervenção Precoce, Lar de Infância e Juventude e Creche.

Fonte: PORDATA (2022), exceto * e **: Carta Social de Alto Trás-os-Montes (2007).

Entre outros aspetos, ficou clara a necessidade de criar respostas alternativas ao atual modelo de estruturas residenciais para idosos, que manifestou muito sérias dificuldades na resposta à crise sanitária, apesar do esforço de investimento em centros de apoio a idosos (incluindo centros de dia, lares-residências, etc.), creches ou unidades de apoio à pessoa com deficiência que está em curso com financiamento no âmbito do Programa Norte 2020 ou linhas de financiamento nacionais.

A articulação das intervenções municipais (ou melhor, da intervenção das diversas Redes Sociais municipais, que integram os parceiros pertinentes em cada território), tanto ao nível do planeamento das redes, dos projetos sociais, dos modelos inovadores de intervenção ou da capacitação institucional, necessita da dinamização de uma Plataforma Supraconcelhia (substituindo a anterior plataforma de Alto Trás-os-Montes, que também abrangia os municípios do Alto Tâmega). Trata-se de uma instância de âmbito territorial que funciona como um espaço privilegiado de debate e análise dos problemas sociais dos concelhos que a compõem, articulando as estratégias e ações desenvolvidas pelas Redes Sociais municipais.

Finalmente, o contexto fortemente inflacionista gerado pela guerra na Ucrânia, e a consequente perda de rendimento real observada em 2022-2023, vem igualmente conferir uma maior prioridade ao reforço do sistema de proteção social.

Esta constatação, muito expressiva em todos os territórios de baixa densidade, incluindo nas Terras de Trás-os-Montes, vem reforçar as necessidades de investimento nas infraestruturas de saúde (rede hospitalar, centros de saúde, unidades de cuidados continuados) e de proteção social (em especial para idosos) como uma prioridade para o novo período de programação 2030.

B.9.2. Linhas de Ação

O domínio temático Saúde e Respostas Sociais será concretizado através das seguintes Linhas de Ação:

- LA 9.1. Reforço e qualificação da oferta de serviços de saúde
- LA 9.2. Promoção da coordenação e da inovação nas políticas sociais e de saúde
- LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais
- LA 9.4. Promoção da igualdade de género no trabalho e a conciliação entre a vida pessoal e profissional

LA 9.1. Reforço e qualificação da oferta de serviços de saúde

- Supressão das carências em termos de valências disponíveis e de instalações e equipamentos nas 3 unidades do Centro Hospitalar do Nordeste (Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela).
- Qualificação e reforço dos serviços prestados pelos Centros de Saúde e Extensões.
- Reforço e qualificação da rede de Cuidados Continuados Integrados, suprimindo as carências que se observam (nomeadamente para doentes com transtornos mentais).
- Reforço e qualificação da rede de Cuidados Paliativos.
- Criação de Equipas Comunitárias de Saúde Mental para adultos, infância e adolescência.
- Atração e fixação de médicos e outros profissionais de saúde (incentivos)
- Criação de incentivos para a atração e fixação dos profissionais e seus agregados familiares

LA 9.2. Promoção da coordenação e da inovação nas políticas sociais e de saúde

- Capacitação das Redes Sociais Municipais e consolidação da respetiva Plataforma Supraconcelhia das Terras de Trás-os-Montes.
- Exploração do potencial de inovação dos projetos desenvolvidos nas Terras de Trás-os-Montes inseridos no Programa Portugal Inovação Social, com especial destaque para os que se dirigem aos desafios do envelhecimento ativo.
- Capacitação técnica e humana dos Centros e Extensões de Saúde e dos utentes para a utilização de soluções de monitorização e atendimento por meios digitais a pessoas idosas e isoladas.
- Organização de uma rede eficiente de unidades móveis de saúde.
- Dinamização de projetos de valorização da cultura como fator de integração social.

- Promoção de políticas locais de integração multicultural, designadamente no âmbito dos Planos Municipais de Integração de Migrantes.
- Integração de serviços de saúde e de assistência social às populações isoladas, especialmente idosos e pessoas com deficiência, através da criação de equipas mistas. Refira-se que, a este nível, a generalidade dos Municípios atribuem uma elevada prioridade à criação ou reforço de serviços de apoio ao domicílio e à população isolada, quer através de formas remotas de acompanhamento (por via digital, comunicação personalizada e através de dispositivos de monitorização) quer através de unidades móveis com equipas multidisciplinares.

LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais

- Promoção de iniciativas municipais dirigidas aos jovens, facilitando o acesso a atividades desportivas, culturais, de aprendizagem de línguas e de utilização de tecnologias digitais, para além da escola.
- Criação de Centros de Dia de cariz intergeracional.
- Qualificação dos lares de idosos municipais e do terceiro setor.
- Criação de uma rede eficiente de serviços de apoio à mobilidade dos cidadãos para acesso a serviços de saúde e sociais.

LA 9.4. Promoção da igualdade de género no trabalho e a conciliação entre a vida pessoal e profissional.

- Reforço dos serviços e apoios à conciliação entre trabalho e vida familiar (apoio às famílias, serviços para a infância, estímulos à flexibilidade de horários laborais).
- Capacitação profissional e pessoal de mulheres em profissões marcadas por elevados níveis de informalidade e precaridade, como o serviço doméstico, de limpeza e auxiliares nos setores social, da saúde e educação.

B.9.3. Tipologias de Intervenção

Algumas das principais Tipologias de Intervenção que permitirão implementar as diversas linhas de ação são as seguintes:

- *Serviços de interesse geral para a saúde e ação social*
 - Equipamentos sociais;
 - Equipamentos desportivos para reforço da coesão social.

São áreas em que o financiamento relevante resulta do Programa Regional do Norte, através dos ITI CIM (RSO5.1), e do PRR (Investimento RE-C03-i01 - i01: Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais).

No caso do Programa Regional do Norte, os apoios para equipamentos sociais (municipais ou de IPSS) dirigem-se exclusivamente a estruturas que não promovam a institucionalização dos utentes. A este respeito, veja-se a nota mais adiante, acerca da adequação do Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente ao território das Terras de Trás-os-Montes. No PRR, as linhas de apoio têm menos condicionantes, incluindo a construção, reabilitação ou

reconversão de creches, estrutura residenciais para pessoas idosas, centros de dia, serviços de apoio domiciliário, centros de atividades e capacitação para a inclusão e residências autónomas.

Quanto aos equipamentos desportivos, o apoio do Programa Regional do Norte destina-se apenas a pequenas intervenções de requalificação e modernização, desde que essas intervenções se destinem ao reforço da coesão social.

- Centros de Atendimento (CNAIM)/estruturas de acompanhamento e apoio especializado a migrantes.

Investimentos articulados com as medidas previstas nos Planos Municipais de Integração de Migrantes, incluindo apoio à criação e funcionamento de estruturas e respostas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado, que assegurem o acesso a informação em diferentes línguas e suportes a migrantes, nomeadamente através de parcerias com a sociedade civil.

No caso específico dos migrantes, o FAMI assegura financiamento para a continuidade de medidas de emergência e de integração.

- Reforço das infraestruturas de saúde e melhoria da prestação dos serviços de saúde, incluindo o aumento da capacidade de resposta da rede de serviços de saúde (hospitais e centros de saúde) aos novos desafios epidemiológicos, demográficos, energético-ambientais e digitais.
- Capacitação, sensibilização e informação aos cidadãos sobre estilos de vida saudáveis, benefícios da atividade física, envelhecimento ativo e saudável ou prevenção de doenças.

As tipologias de ação consistem na criação, ampliação e adaptação de infraestruturas, promovendo, simultaneamente, a transição dos cuidados institucionais para cuidados centrados na família e de proximidade, incluindo o recurso às tecnologias de informação e comunicação (telemedicina, etc.) e a intervenção em unidades de internamento mais antigas, com enfermarias com número elevado de camas, para adaptação aos padrões e exigências atuais na prestação de cuidados de saúde (e.g. número de camas, casas de banho, climatização).

Prevê-se, também, a aquisição de equipamentos de tecnologia avançada e de eventuais adaptações necessárias à sua instalação, permitindo a modernização tecnológica de diagnóstico e de terapêutica altamente especializada, bem como a aquisição e instalação de equipamentos, digitalização ou transformação digital e domínios de apoio.

Para além do Orçamento de Estado e orçamentos municipais, o financiamento dos investimentos em equipamentos e serviços de saúde é repartido entre o PRR (Investimento 6 da Componente C1) e o Programa Regional do Norte (RSO 4.5 para os Hospitais e RSO 5.1, no quadro dos ITI CIM, para os cuidados de saúde primários – Centros de Saúde).

- *Acesso a serviços de qualidade e modelos inovadores*
 - Promoção do envelhecimento ativo, estilo de vida saudável e Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente (MAVI).
 - Abordagens integradas e territorializadas para promoção da inclusão (Contratos Locais de Desenvolvimento Social e Programa Escolhas).
 - Disponibilização de serviços de mobilidade a pedido e transporte flexível para acesso a serviços sociais e de saúde.

Incluem-se medidas de:

- Promoção de oportunidades para a saúde, maior acesso a serviços, nomeadamente soluções de apoio especializado pessoal e direto e à distância, e.g. teleassistência, linha de atendimento, manutenção da qualidade de vida independente com autonomia, nomeadamente preparando a transição para a reforma e dinamizando uma maior integração das pessoas mais idosas em situação de vulnerabilidade social;
- Aprofundamento e alargamento do MAVI, que passa pela disponibilização de assistência pessoal a pessoas com deficiência e incapacidade para a realização de atividades em diversos contextos (formação, educação, trabalho e lazer) que não conseguem realizar sozinhas, permitindo maior autonomia. Serviço de base comunitária, orientado para as pessoas no seu contexto de vida e que contribui para a sua não institucionalização;
- Ações de integração social, a igualdade de oportunidades na educação e emprego, combate à discriminação, participação cívica e o reforço da coesão social, destinando-se a todas as crianças e jovens de contextos com vulnerabilidade sócio económica, estruturado em 3 áreas estratégicas: Educação, Inclusão digital, Formação e Qualificação; Emprego; Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania (Programa Escolhas);
- Apoio a unidades móveis ou balcões de inclusão, especialmente em territórios de baixa densidade, com vista à promoção do acesso ou provisão de serviços coletivos de proximidade para pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, idosos e respetivos familiares;
- Criação de serviços de transporte flexíveis e a pedido, destinados a apoiar a mobilidade dos cidadãos para acesso aos serviços.

O Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente, embora preconizado no Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (adiante, Programa Pessoas2030) e em articulação com o impedimento de financiamento de estruturas de apoio social que promovam a institucionalização dos utentes, deve ser devidamente contextualizado na sub-região de Terras de Trás-os-Montes. De facto, atendendo às características do território e ao padrão demográfico disperso por inúmeros aglomerados rurais, distantes e onde residem idosos isolados, será difícil garantir recursos para os serviços de base comunitária necessários. Este modelo deve, por isso, ser devidamente adaptado, sob pena de ser ineficaz.

O Programa Pessoas2030 será uma fonte de financiamento muito importante para estas tipologias de ação, em articulação com a intervenção do Programa Regional do Norte, em particular com os programas intermunicipais de combate ao insucesso escolar, projetos de inovação social, unidades móveis e ainda com o reforço das redes de equipamentos sociais (todas estas tipologias previstas para contratualização em ITI CIM).

O PRR é outra fonte de financiamento relevante: Reforma Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa e Saudável, C1; Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, C3 ; Acessibilidades 360º e Plataforma +Acesso,C3; Reforma Estratégia Nacional para a Inclusão das PCDI, C3; Nova geração de equipamentos e respostas sociais, C3.

- *Inclusão de pessoas em risco ou em situação de exclusão social*
 - Capacitação para a inclusão de grupos vulneráveis, desenvolvendo competências de natureza pessoal e social básicas, que se assumem como críticas para a (re)inserção social e profissional.
 - Capacitação de agentes e operadores da economia social.

Estas medidas incluem respostas integradas de proximidade territorial que mobilizem parcerias locais, dirigidas a NEET em situação de vulnerabilidade, para desenvolvimento de projetos, nomeadamente de aquisição de competências transversais, diagnóstico de necessidades e definição de projetos de vida.

Outras são dirigidas a ONG e agentes do setor social e solidário com recurso a diferentes modalidades de formação, incluindo formação-ação, respondendo a necessidades específicas e concretas do setor, tal como qualidade e eficiência na gestão e implementação de ferramentas como gestão do risco, conflito de interesses, contratação pública, aumento da qualidade do apoio prestado à população que servem, através da formação dos seus recursos humanos.

O financiamento destas operações está previsto no Programa Pessoas2030 (ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos) e no Programa Regional do Norte – ITI CIM (ESO4.8 - Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis e RSO5.1 – Serviços de interesse geral) - designadamente cultura para todos; apoios a pessoas em situação de sem abrigo; inovação social, projetos inovadores de âmbito territorial / de âmbito social (e.g. o apoio a mediadores municipais para integração da população imigrantes e cigana), promoção de longevidade; apoio à não institucionalização e vida autónoma na comunidade para pessoas com deficiência e incapacidade, incluindo transição entre a escolaridade e vida ativa, serviços de atendimento e provisão de produtos de apoio e mobilidade va pedido para provisão de SIG.

No caso das principais cidades (centros urbanos regionais ou estruturantes), a tipologia do RSO5.1 - reabilitação e regeneração urbanas, com enfoque na provisão de espaços inclusivos e acessíveis poderá também ser considerada como potenciadora de inclusão social.

O PRR (com o “Incentivo Adultos”, projetos locais promotores de qualificações de nível B1/B2/B3, C6; o “Plano nacional de alojamento urgente e temporário”, C2; a Nova Geração de Equipamentos e Respostas, C3) e o FAMI (continuidade de medidas de emergência de integração, designadamente aprendizagem de Língua Portuguesa e medidas de apoio à integração no mercado de trabalho) são outros instrumentos de financiamento para estas tipologias de projetos.

- *Promoção da igualdade de género e conciliação entre trabalho e vida familiar*
 - Medidas de conciliação e igualdade de género nas entidades empregadoras, ao nível da promoção de estruturas e serviços de apoio à família.
 - Acesso a serviços de interesse geral para as famílias e a infância (saúde, creches, cuidadores).
 - Capacitação profissional e pessoal de mulheres em profissões marcados por elevados níveis de informalidade e precaridade, como o serviço doméstico, de limpeza e auxiliares nos setores social, da saúde e educação.

Algumas destas medidas poderão ser a realização de formações curtas e mediante a atribuição de bolsas, tendo em vista a qualificação e integração profissional das destinatárias ou a melhoria da sua situação no emprego, podendo envolver as respetivas entidades empregadoras. O Programa Pessoas2030, no âmbito do seu Objetivo Específico ESO4.3 financia este tipo de ações. O PRR, que prevê a Reforma “Combate à desigualdade entre homens e mulheres”, financia operações no âmbito C 6 – Qualificações e Competências (RE r18); Investimento “Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais” e C 3 – Respostas Sociais (RE-C03-i01). Os ITI CIM, financiados pelo Programa Regional do Norte, poderão

apoiar a criação de serviços para a infância (OE5.1), projetos de participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis (ESO4.8) e de igualdade de acesso a serviços de educação (ESO4.11). O financiamento de projetos de empreendedorismo social também poderão ser orientados para a criação de serviços focados nestes objetivos (ESO4.1, ITI CIM).

Tabela B.9.3: Saúde e Respostas Sociais - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 9.1. Reforço e qualificação da oferta de serviços de saúde	Criação, ampliação e adaptação de equipamentos de saúde	PR Norte 2030 – RSO4.5 (hospitais) PR Norte 2030 – RSO5.1 (cuidados de saúde primários - centros de saúde) PRR (Investimento 6 da Componente C1)
	Modernização tecnológica nos serviços de saúde	
	Capacitação, sensibilização e informação aos cidadãos	
LA 9.2. Promoção da coordenação e da inovação nas políticas sociais e de saúde	Capacitação e cooperação	PR Norte2030/ITI CIM: ESO4.4 - Competências e qualificações na administração local e: ESO4.8 - Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis Programa Pessoas2030 – CLDS e Escolhas PRR - Plataforma +Acesso,C3; Reforma Estratégia Nacional para a Inclusão das PCDI, C3
	Inovação social	PR Norte2030/ITI CIM: ESO4.8 - Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis Programa Pessoas2030 – CLDS e Escolhas
	Integração multicultural	PR Norte2030/ITI CIM: ESO4.8 - Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis Pessoas2030 – CLDS e Escolhas FAMI
LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais	Serviços de interesse geral para a ação social	PR Norte2030 /ITI CIM – RSO5.1 PRR - RE-C03-i01 - i01: Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais
	Qualidade e diversificação dos serviços	PRR - : Reforma Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa e Saudável,C1; Acessibilidades 360o e Plataforma +Acesso,C3; Reforma Estratégia Nacional para a Inclusão das PCDI, C3 PR Norte2030/ITI CIM – RSO5.1 e ESO4.8 – inclusão social ativa, inovação social
	Modelos inovadores de provisão	PR Norte2030/ITI CIM – RSO5.1 e ESO4.8 - combate ao insucesso

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
		escolar, projetos de inovação social, unidades móveis, cultura para todos
	Inclusão de pessoas em risco	Pessoas2030 (ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa). PR Norte2030 – ITI CIM (ESO4.8 - Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis). PRR - “Incentivo Adultos”, “Plano nacional de alojamento urgente e temporário” FAMI
	Reforço da acessibilidade aos serviços	PR Norte2030/ITI CIM – RSO5.1 - mobilidade a pedido/transporte flexível (alinhada com a provisão de SIG)
LA 9.4. Promoção da igualdade de género no trabalho e a conciliação entre a vida pessoal e profissional	Conciliação de vida profissional e familiar	Pessoas2030 - ESO4.3 PRR - Reforma “Combate à desigualdade entre homens e mulheres”; C 6 – Qualificações e Competências (RE r18); Investimento “Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais” e C 3 – Respostas Sociais (RE-C03-i01) PR Norte2030/ITI CIM – RSO5.1 (SIG); ESO4.8 (participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis); ESO4.11 (igualdade de acesso a serviços de educação); empreendedorismo social (ESO4.1).
	Acesso a serviços de interesse geral (infância, saúde)	
	Organização flexível do trabalho	
	Capacitação profissional e pessoal de mulheres em profissões marcadas por elevados níveis de informalidade e precaridade	

B.9.4. Intervensões a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

A abordagem territorial prevista no Acordo de Parceria com relevância para o domínio temático Saúde e Respostas Sociais é a dos ITI CIM, aplicando-se o previsto no Programa Regional do Norte.

Intervenções no Domínio da Saúde e Respostas Sociais com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

A tabela seguinte procede a uma primeira identificação dessas tipologias do Programa Regional do Norte, enquadradas nos RSO 5.1. (Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo), ESO 4.8. (Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis) e ESO4.11. (Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade).

Tabela B.9.3: Saúde e Respostas Sociais – Enquadramento no ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
<p>Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral</p> <p>Tipologia Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis (ESO 4.8.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 9.2. Promoção da coordenação e a inovação nas políticas sociais e de saúde <ul style="list-style-type: none"> - Inovação social - Integração multicultural • LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de pessoas em risco 	<ul style="list-style-type: none"> • É muito relevante a capacidade de articulação no seio das Redes e Plataforma Social. Os Planos de Ação da Plataforma Supraconcelhias da Rede Social e os Planos de Desenvolvimento Social (CLAS) devem ser atualizados e servir de base à seleção das operações. • Prevê apoio a pessoas sem-abrigo, promoção da longevidade e vida autónoma de idosos, promoção da cultura e da atividade física enquanto indutoras de inclusão e a promoção da empregabilidade.
<p>Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral</p> <p>Tipologia Igualdade de acesso a serviços de educação (ESO 4.11.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 9.2. Promoção da coordenação e a inovação nas políticas sociais e de saúde <ul style="list-style-type: none"> - Inovação social - Integração multicultural - Capacitação e cooperação • LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de pessoas em risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Este aspeto é tratado mais detalhadamente na secção referente aos serviços de educação e formação.
<p>Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral</p> <p>Tipologia Unidades móveis ou balcões de inclusão (ESO 4.11.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais <ul style="list-style-type: none"> - Qualidade e diversificação dos serviços - Modelos inovadores de provisão 	<ul style="list-style-type: none"> • Prevê o financiamento de unidades móveis ou balcões de inclusão, especialmente em territórios de baixa densidade, com vista à promoção do acesso ou provisão de serviços coletivos de proximidade para pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, idosos e respetivos familiares.
<p>Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral</p> <p>Tipologia Infraestruturas de cuidados de saúde primários (RSO 5.1.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 9.1. Reforço e qualificação da oferta de serviços de saúde <ul style="list-style-type: none"> - Criação, ampliação e adaptação de equipamentos de saúde - Modernização tecnológica nos serviços de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Atender à articulação de financiamentos do PRR.
<p>Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral</p> <p>Tipologia Equipamentos sociais, excluindo os que promovam a institucionalização dos utentes (RSO 5.1.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais <ul style="list-style-type: none"> - Serviços de interesse geral para a ação social - Qualidade e diversificação dos serviços - Inclusão de pessoas em risco - Conciliação de vida profissional e familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos que não promovam a institucionalização dos utentes.
<p>Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 9.3. Aumento da abrangência e da 	

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
Tipologia Pequenas intervenções no domínio da requalificação e modernização de equipamentos desportivos para reforço da coesão social (RSO 5.1.)	<p>qualidade das respostas sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de pessoas em risco 	
<p>Eixo 3 – Ativos Territoriais</p> <p>Tipologia Apoio ao emprego e ao empreendedorismo (ESO 4.1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de pessoas em risco • LA 9.4. Promoção da igualdade de género no trabalho e a conciliação entre a vida pessoal e profissional <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação profissional e pessoal de mulheres em profissões marcadas por elevados níveis de informalidade e precaridade 	<ul style="list-style-type: none"> • Os incentivos FSE+ podem ser dirigidos a (a) pessoas desempregadas que criem o próprio emprego; (b) empresas que empreguem desempregados; (c) trabalhadores que se desloquem para áreas de baixa densidade; (d) entidades territoriais de suporte à dinamização do emprego e do empreendedorismo, para sua capacitação
<p>Eixo 3 – Ativos Territoriais</p> <p>Tipologia Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão (RSO 5.1.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • LA 9.3. Aumento da abrangência e da qualidade das respostas sociais <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de pessoas em risco 	

B.10. Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal

B.10.1. Diagnóstico

As configurações espaciais de várias dimensões dos serviços de interesse geral, do desenvolvimento urbano, do ambiente, da economia, do turismo e do desenvolvimento rural apontam para a progressiva valorização da dimensão territorial enquanto matriz integradora das políticas setoriais.

A Lei-quadro da transferência de competências para a Administração Local (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) vem reforçar a importância das esferas municipal e intermunicipal no âmbito da organização e gestão dos serviços públicos, estabelecendo o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, em consagração do princípio da subsidiariedade e numa lógica de descentralização administrativa como base da Reforma do Estado. Subsequentemente, têm sido publicados diplomas de âmbito setorial que concretizam a transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado.

O espectro de transferência efetiva ou futura de novas competências para os Municípios é alargado, abrangendo as áreas de educação, ação social, saúde, cultura, proteção civil, património, habitação, áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária, praias marítimas, fluviais e lacustres, informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas, transportes e vias de comunicação, estruturas de atendimento ao cidadão, justiça, policiamento de proximidade, estacionamento público, proteção e saúde animal, segurança dos alimentos, modalidades afins de jogos de fortuna e azar.

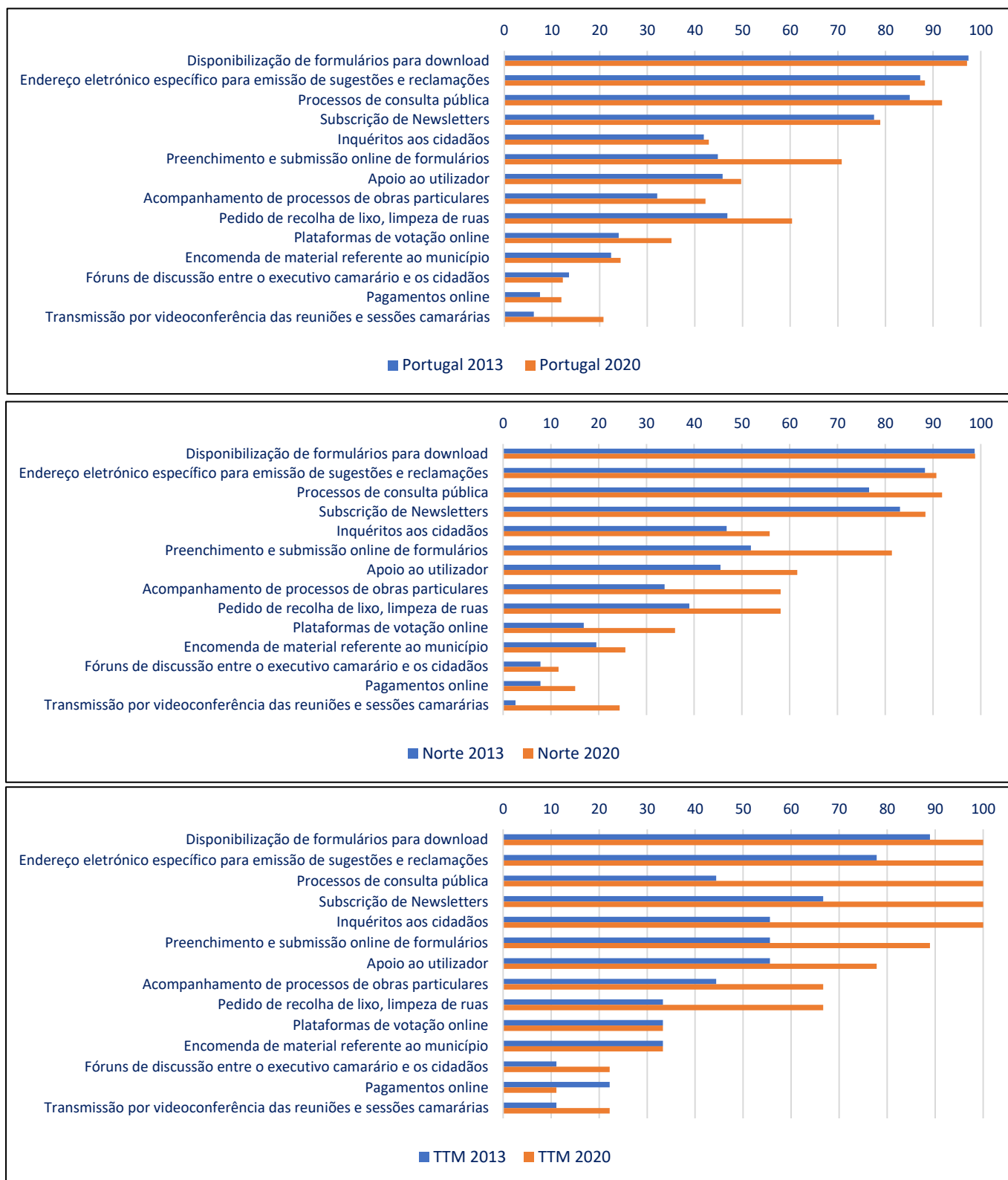
Por outro lado, as Comunidades Intermunicipais poderão exercer algumas destas novas competências com o acordo prévio de todos os municípios que as integram, em domínios como os da educação, ensino e formação profissional, ação social, saúde, proteção civil, justiça, promoção turística, gestão de fundos europeus, programas de captação de investimento, acrescentando-as às suas competências atuais (ou alargando o âmbito das competências já exercidas).

Neste contexto, na dimensão Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, consideramos essencialmente as ações transversais ao exercício das competências respetivas, uma vez que as ações específicas para cada domínio específico já foram consideradas anteriormente. Pontualmente, faremos referência a situações específicas ao nível intermunicipal, visando o reforço da coerência organizacional deste nível de organização.

De referir que ao nível dos serviços públicos das Câmaras Municipais, a informação disponível aponta para que Terras de Trás-os-Montes esteja em linha com os níveis de digitalização nacionais e regionais, verificando-se uma evolução bastante positiva de 2013 para 2020.

De assinalar, ainda, que no anterior período de programação foram alicerçados os investimentos na região que permitiram aumentar a proximidade entre os cidadãos e a administração local, bem como reorganizar o modo como as autarquias locais gerem internamente os serviços e aplicações alojados no Centro de Dados da CIM TTM.

Gráfico B.10.1: Proporção de Câmaras Municipais com presença na Internet (%) por Tipo de funcionalidade disponibilizada



Fonte: INE e DGEEC

B.10.2. Linhas de Ação

São definidas as seguintes Linhas de Ação:

- LA 10.1. Transformação digital da administração local
- LA 10.2. Competências e qualificações na administração local
- LA 10.3. Espaços e soluções de mobilidade para acesso aos serviços públicos digitais
- LA 10.4. Capacitação da CIM e das plataformas intermunicipais de fins específicos
- LA 10.5. Marketing Territorial
- LA 10.6. Cooperação Transfronteiriça

LA 10.1. Transformação digital da administração local

- Aprofundar a transformação digital dos serviços públicos da administração local, não apenas em termos de governo eletrónico e serviços online mas também na gestão e organização dos serviços e infraestruturas, com sistemas interoperáveis.
- Implementar um conjunto de soluções que garantam a redundância na ligação à internet em todos os municípios integrantes da CIM TTM. Em consequência, torna-se necessário adequar as atuais infraestruturas municipais e de centro de dados da CIM TTM, por forma a garantir a cibersegurança necessária com novas soluções de segurança perimétrica de dados, sistemas de gestão de rede atualizados, soluções de processamento de dados em Cloud privada e de virtualização de servidores e de postos de trabalho, bem como garantir a redundância de dados com sistemas de backups integrais dos dados de todos os municípios.
- No que concerne aos sistemas aplicativos municipais, importa assegurar um conjunto de novos serviços digitais que permitam assegurar a gestão das competências assimiladas pelos municípios, permitindo a utilização desses serviços por forma a facilitar e otimizar as operações quotidianas das organizações, nomeadamente na área social, educacional e na gestão do território e dos sistemas de informação geográfica e Building Information Modeling - BIM. Importa ainda implementar um conjunto de soluções relacionadas com o direto contacto e apoio ao cidadão municipal (WebSites municipais), aplicando os novos conceitos de machine learning e inteligência artificial para que o município possa interagir com os temas municipais e integrar com estes sistemas a informação resultante dos indicadores de gestão associados a plataformas Smart, melhorando a compreensão dos municípios através de conteúdos multimédia.

LA 10.2. Competências e qualificações na administração local

- Promover a qualificação dos trabalhadores da administração local, através de ações de formação, nomeadamente na área das tecnologias digitais e nas áreas temáticas dos processos em curso relativos à transferência de competências da Administração Central para a Administração Local.

LA 10.3. Espaços e soluções de mobilidade para acesso aos serviços públicos digitais

- Reforçar a infraestrutura de Lojas e Espaços de Cidadão, incluindo os Espaços de Cidadão Móveis, disponibilizando o acesso a serviços municipais, da Administração Central e outros, em todo o território (com destaque para as aldeias e a população mais isolada).

- Criar núcleos, humana e tecnicamente apetrechados, de intermediação de serviços tendentes a melhorar a literacia digital e o acesso a essas facilidades por parte da população (com destaque para a população mais envelhecida).

LA 10.4. Capacitação da CIM e das plataformas intermunicipais de fins específicos

- Reforço da capacitação da CIM Terras de Trás-os-Montes e robustecimento técnico e humano da sua equipa residente, tendo em conta as suas competências atuais e o eventual alargamento ou redesenho das mesmas.
- Quanto às competências atuais da CIM e tendo como referencial as ações que vem desenvolvendo, refira-se, de forma não exaustiva:
 - O seu estatuto de Autoridades de Transportes, competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica.
 - O seu estatuto de Organismo Intermédio para a gestão dos Investimentos Territoriais Integrados.
 - A sua intervenção enquanto entidade promotora de ações de marketing territorial e de promoção turística.
 - A sua intervenção enquanto entidade coordenadora ou líder da Estratégia Provere.
 - A sua intervenção enquanto entidade gestora da marca-chapéu Terras de Trás-os-Montes.
 - A sua intervenção em matéria de racionalização da oferta de cursos profissionais e de reorganização da rede de oferta de ensino profissional.
 - A sua intervenção em matéria de proteção civil, por forma a que os meios de proteção civil sejam geridos de forma partilhada e integrada no espaço da CIM.
- Quanto ao alargamento ou redesenho das competências da CIM, no quadro dos processos de transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, sendo que, por decisão dos Municípios, algumas novas competências poderão ser transferidas para a CIM, importará desenvolver um estudo aprofundado por domínios de políticas públicas, visando a análise de viabilidade e de vantagens/inconvenientes associados à integração e gestão partilhada de serviços intermunicipais e municipais.
- No domínio da Energia, central para os desafios da transição climática e com um espectro alargado de instrumentos de apoio já descritos anteriormente, importará dotar a AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes de um robustecimento técnico e humano compatível com a amplitude dos desafios e das oportunidades existentes. A AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes, é uma associação sem fins lucrativos, de direito privado, que tem como objetivo estudar e aplicar soluções que permitam um uso racional da energia na região de Trás-os-Montes. Encontra-se sediada em Mirandela, mantendo como seus associados os Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.
- No domínio do Ambiente, dar continuidade às atividades prosseguidas pela Resíduos do Nordeste, EIM, e, eventualmente, alargar o âmbito da sua intervenção, tendo em conta os novos desafios em matéria de economia circular.
- Ponderar a possibilidade da AIN – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, atualmente responsável pela gestão do Complexo Agroindustrial do Cachão (CAICA), alargar o seu universo de associados,

atualmente centrado nos Municípios de Mirandela e Vila Flor, a outros Municípios (ou mesmo a outras entidades), no quadro da revitalização do CAICA, da assunção do cariz subregional deste processo e, em termos mais amplos, da racionalização da intervenção dos Municípios no domínio do Desenvolvimento Rural e das fileiras agroindustriais.

LA 10.5. Marketing Territorial

- Elaborar e conduzir de forma persistente uma campanha de marketing territorial Terras de Trás-os-Montes, sendo a CIM a plataforma adequada para essa intervenção, mas coordenando com os Municípios, o IPB, as associações empresariais, etc.
- Para além da promoção turística, já considerada no domínio temático Turismo, Cultura e Património, as ações de marketing territorial devem visar promover a imagem e a atratividade do território junto de investidores bem como realçar os traços identitários do território junto da população residente.
- Ponderar a criação de uma Agência de Investimento de âmbito intermunicipal, eventualmente a funcionar no quadro de competências da CIM Terras de Trás-os-Montes, visando ações de informação e promoção, acolhimento e *after care* junto dos investidores, em coordenação com os Municípios e os seus balcões de atendimento.
- Prosseguir a promoção da marca chapéu “Terras de Trás-os-Montes”, gerida pela CIM de Terras de Trás-os-Montes.

LA 10.6. Cooperação Transfronteiriça

- Implementar, ao nível local (CIM Terras de Trás-os-Montes, Províncias de Ourense, Zamora e Salamanca) as dimensões que constam da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT), acordada na Cimeira Ibérica da Guarda (outubro 2020), nomeadamente, criação da figura do trabalhador transfronteiriço, serviços de saúde partilhados, mobilidade facilitada, proteção florestal, património cultural comum, ensino das línguas, etc.).
- No quadro da acima referida Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT), promover o ensino do português nos territórios transfronteiriços da Galiza e de Castela e Leão e implementar um projeto para o ensino do castelhano em Terras de Trás-os-Montes.
- Promover a cooperação transfronteiriça nas áreas de especialização das Terras de Trás-os-Montes (Turismo, Desenvolvimento Rural, Ambiente e, transversalmente, Conhecimento, Inovação e Competitividade).
- Aprofundar a cooperação no quadro dos AECT ZASNET e Duero Douro.

B.10.3. Tipologias de Intervenção

Nos diferentes domínios temáticos que constam deste Plano de Ação existem inúmeras tipologias de intervenção, já referidas, que contribuem para a capacitação e modernização da Administração Local e Intermunicipal, na medida em que Municípios (e Freguesias), empresas municipais e intermunicipais, bem com a CIM, poderão ser promotores / beneficiários de operações nesses domínios temáticos.

Consideramos aqui, para as Linhas de Ação retidas, ações transversais ao exercício das competências respetivas.

- *Digitalização da administração local*
 - Engloba investimentos em equipamentos, em programas informáticos e na reorganização dos serviços, por forma a garantir a transformação digital dos serviços públicos da administração local, não apenas em termos de governo eletrónico e serviços online mas também na gestão e organização dos serviços e infraestruturas, com sistemas interoperáveis.
 - Destaca-se a relevância dos investimentos em cibersegurança.
 - À luz dos instrumentos de apoio disponíveis, importará clarificar o perímetro das organizações a apoiar, que, em nossa opinião, deverá abranger as autarquias locais (Municípios e Freguesias), as empresas municipais e intermunicipais, bem como a CIM.
 - O Programa Regional do Norte, no RSO 1.2., prevê o apoio à digitalização da administração local, tipologia integrada nos ITI, Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral.
 - O PRR, na Componente 19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança, inclui várias tipologias de investimento orientadas para os serviços da Administração Central, que importará articular com as ações ao nível da Administração Local, tendo em conta o processo de transferência de competências em curso e as desejáveis sinergias e interoperabilidade entre sistemas.
 - O PRR, nessa mesma C19, passou a incluir a tipologia de investimento TD-C19-i08 - Territórios Inteligentes, visando suportar a implementação de uma política de Territórios Inteligentes, de forma coordenada entre os diversos atores a nível horizontal, dada a transversalidade setorial dos vários domínios Smart City, mas também vertical, cobrindo o panorama local, nacional e dimensão internacional. A coordenação da implementação dos projetos será da responsabilidade da Agência para a Modernização Administrativa, coadjuvada pela Estrutura de Missão Portugal Digital e pelo INCoDE.2030, em parceria com entidades públicas, privadas e associativas com missão relevante no território. O investimento é orientado para a Administração Pública Central, Administração Regional e Local.
 - A CIM Terras de Trás-os-Montes tem em curso um levantamento das necessidades em matéria de digitalização da administração local, incluindo as necessidades de formação.
 - Generalizadamente, todos os Municípios identificam necessidades de investimento em equipamentos (parque informático, redes e servidores), na desmaterialização de processos, na cibersegurança, na interoperabilidade de sistemas, nos canais digitais de comunicação.
- *Competências e qualificações na administração local*
 - Engloba ações de qualificação dos trabalhadores da administração local, através de ações de formação na área das tecnologias digitais.
 - Engloba ações de qualificação dos trabalhadores da administração local, através de ações de formação nas áreas temáticas dos processos em curso relativos à transferência de competências da Administração Central para a Administração Local.
 - O Programa Regional do Norte, no ESO 4.4., prevê, entre outros, o apoio às competências e qualificações na administração local, tipologia integrada nos ITI, Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral.
 - O PRR, na Componente 19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança, inclui a tipologia de investimento TD-C19-i07 - Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro,

englobando diferentes intervenções que, em princípio, também abrangerão os trabalhadores da Administração Local.

- *Lojas de Cidadão, Espaços de Cidadão e Espaços de Cidadão Móveis*
 - Engloba os investimentos complementares que se revelem necessários para reforçar a rede já existente, com especial destaque para os investimentos que garantam uma mais fácil acessibilidade (proximidade e apoio de mediação) à população mais isolada e de menor literacia digital.
 - O Programa Regional do Norte, no Objetivo Específico RSO 1.2., prevê a tipologia prevê o apoio à digitalização da administração local, tipologia integrada nos ITI, Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral. Nesta tipologia são referidos, entre outros, os espaços ou soluções de mobilidade que permitam aos utentes aceder aos serviços públicos eletrónicos de forma mediada.
 - O PRR, na Componente 19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança, na tipologia de investimento TD-C19-i01, Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal, apoia a expansão da rede de Lojas de Cidadão, de Espaços Cidadão e de Espaços de Cidadão Móveis, aumentando a cobertura territorial e chegando a quem não possa ou não consiga aceder aos serviços digitais.
 - A rede existente em Terras de Trás-os-Montes apresenta uma boa cobertura (nomeadamente já existem 9 Espaços do Cidadão Móveis, suportados por viaturas elétricas).
- *Ações de capacitação da CIM*
 - As ações de capacitação da CIM Terras de Trás-os-Montes passam pelo robustecimento técnico e humano da sua equipa residente, tendo em conta as suas competências atuais e o eventual alargamento ou redesenho das mesmas.
 - Tendo em conta a pequenez das transferências anuais provenientes do Orçamento de Estado, nos termos no artigo 69.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação (participação das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais nos impostos do Estado), o financiamento e a capacitação das CIM / AM passam em grande parte por projetos em que essas entidades aprecem como promotoras / beneficiárias.
 - A CIM Terras de Trás-os-Montes terá acesso a ações de Assitência Técnica, enquadradas no Programa Regional do Norte (Prioridade 7A. Assitência Técnica) e, complementarmente, no Programa de Assitência Técnica (PAT).
- *Ações de capacitação de plataformas intermunicipais de fins específicos*
 - A capacitação de plataformas intermunicipais de fins específicos passa pelo robustecimento técnico e humano das suas equipas residentes, bem como por projetos de investimento relacionados com as atividades desenvolvidas.
 - As fontes de financiamento são variáveis, podendo incluir transferências provenientes dos Municípios, receitas próprias e por projetos em que essas entidades aprecem como promotoras / beneficiárias.
 - No caso específico do domínio da Energia, relembrando-se que a Agência de Energia de Trás-os-Montes tem personalidade jurídica, sendo participada pelos 9 Municípios, refira-se que:

- O Programa Regional do Norte, no RSO2.1., prevê o apoio à capacitação de atores territoriais para o desenvolvimento de ações de sensibilização, informação e planeamento associadas à eficiência energética e transição climática.
- O PRR, na Componente 13 – Eficiência Energética em Edifícios, passou a considerar o desenvolvimento e implementação de um modelo de Espaço Cidadão Energia, que consubstancia uma estrutura de apoio à escala local, tendo como objetivo principal disponibilizar um veículo de proximidade destinado ao empoderamento dos cidadãos para a efetiva implementação de medidas de eficiência energética e energias renováveis.

O desenvolvimento e implementação do modelo de Espaço Cidadão Energia será coordenado pela ADENE, em conjunto com as Agências de Energia locais, com a Associação Nacional de Municípios (ANMP), com a ANAFRE e com os principais promotores e intervenientes dos projetos piloto identificados.
- *Ações de marketing territorial*
 - Engloba a elaboração de um novo Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes e a implementação das ações promocionais subsequentes, no quadro de uma estratégia de posicionamento e imagem das Terras de Trás-os-Montes e de um plano de comunicação, visando vários públicos-alvo (institucionais, investidores, visitantes, residentes). Uma componente de promoção turística, já considerada no domínio temático Turismo, Cultura e Património pode estar incluída ou ser autonomizada.
 - Programa Regional do Norte, no RSO 5.1., ITI CIM, Eixo 3 – Ativos Territoriais, engloba subtipologias que configuram ações de marketing territorial (em particular, estruturação de produtos turísticos com vista à criação de destinos turísticos de dimensão sub-regional e local). O mesmo Programa, no RSO 5.2., engloba, entre outras, ações do tipo promoção, marketing territorial e valorização de atividades turísticas, artesanais e de desenvolvimento de produtos tradicionais e de qualidade, valorização de vocações territoriais de aldeias, contribuindo para a sua afirmação regional, nacional ou internacional, estratégias de comunicação, animação e marketing territorial.
- *Promoção e gestão da marca chapéu “Terras de Trás-os-Montes”*
 - Em continuidade com a criação da marca chapéu “Terras de Trás-os-Montes” e do respetivo selo, publicados em Diário da República, 2ª Série, Nº 14, Regulamento Nº 77/2021, de 21 de janeiro, sendo a marca detida pela CIM das Terras de Trás-os-Montes, implementar ações de promoção da marca e promover a sua utilização no espectro de produtos e serviços visados, preservando os critérios que assegurem esta iniciativa como identificador de marca de qualidade da região.
 - Programa Regional do Norte, no RSO 5.2., engloba o apoio a ações de promoção, marketing territorial e valorização de atividades turísticas, artesanais e de desenvolvimento de produtos tradicionais e de qualidade, inserindo-se aqui plenamente a promoção e gestão da marca chapéu “Terras de Trás-os-Montes”.
- *Cooperação Transfronteiriça*
 - As ações de cooperação transfronteiriça abarcam potencialmente todos os domínios temáticos do Plano de Ação EIDT Terras de Trás-os-Montes 2030.
 - Tal como já referido, um conjunto de dimensões a considerar são as que decorrem da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT), acordada na Cimeira Ibérica da Guarda (outubro 2020), nomeadamente, criação da figura do trabalhador transfronteiriço, serviços de saúde partilhados, mobilidade facilitada, proteção florestal, património cultural comum, ensino das línguas, etc.).

- Outras ações relevantes são as que se relacionam diretamente com as áreas de especialização das Terras de Trás-os-Montes (Turismo, Desenvolvimento Rural, Ambiente e, transversalmente, Conhecimento, Inovação e Competitividade).
- Para além da centralidade do papel das AECT com intervenção em Terras de Trás-os-Montes (ZASNET e Duero-Douro), considera-se relevante uma maior proatividade da CIM e dos Municípios, a fim de serem suscitados projetos de cooperação transfronteiriça mais focados nas sub-regiões de contacto.
- O Interreg VI-A Spain-Portugal (POCTEP) será o Programa que concentra as oportunidades de cofinanciamento das ações de cooperação transfronteiriça, considerando 2 das 6 áreas geográficas de cooperação nele definidas (Galícia – Norte de Portugal e Norte de Portugal – Castilla y León).

Tabela B.10.1: Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal - Tipologias de Intervenção

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
LA 10.1. Transformação digital da administração local	Digitalização da administração local	PR Norte, RSO 1.2. e RSO 5.1. Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral PRR, C 19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança
LA 10.2. Competências e qualificações na administração local	Competências e qualificações na administração local	PR Norte, ESO 4.4. e RSO 5.1. Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral PRR, C 19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança
LA 10.3. Espaços e soluções de mobilidade para acesso aos serviços públicos digitais	Lojas de Cidadão, Espaços de Cidadão e Espaços de Cidadão Móveis	PR Norte, RSO 1.2. e RSO 5.1. Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral PRR, C19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança
LA 10.4. Capacitação da CIM e das plataformas intermunicipais de fins específicos	Ações de capacitação da CIM	Orçamento de Estado Transferências dos Municípios Assistência Técnica, enquadrada no Programa Regional do Norte (Prioridade 7A. Assistência Técnica) e, complementarmente, no Programa de Assistência Técnica (PAT). Operações em que a CIM seja promotora / beneficiária
	Ações de capacitação de plataformas intermunicipais de fins específicos	PR Norte, RSO 2.1. (Energia) PRR, C14 (Espaços Cidadão Energia) Transferências dos Municípios Operações em que as entidades sejam promotoras / beneficiárias
LA 10.5. Marketing territorial	Ações de marketing territorial	PR Norte RSO 5.1., ITI CIM, Eixo 3 – Ativos Territoriais PR Norte RSO 5.2.

Linha de Ação	Tipologia de Intervenção	Cofinanciamento Público
	Promoção e gestão da marca chapéu "Terras de Trás-os-Montes"	PR Norte RSO 5.2.
LA 10.6. Cooperação transfronteiriça	Tipologias em todas as dimensões temáticas	Interreg VI-A Spain-Portugal (POCTEP)

B.10.4. Intervenções a Enquadrar nas Abordagens Territoriais

No espectro de abordagens territoriais consideradas no PT2030, a dimensão Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal tem várias tipologias que se enquadram nos ITI CIM previstos no Programa Regional do Norte 2021-2027, Objetivo Específico RSO5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas. Outras tipologias de intervenção terão enquadramento nas Estratégias PROVERE, previstas no Programa Regional do Norte 2021-2027, Objetivo Específico RSO5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas, em que se define o âmbito das abordagens territoriais centradas na valorização dos recursos endógenos.

Intervenções no Domínio da Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal com enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Existem tipologias de ações relevantes, no domínio da Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal que terão enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes. A tabela seguinte procede a uma primeira identificação dessas tipologias, análise que será detalhada no Plano de Ação ITI Terras de Trás-os-Montes 2030.

Tabela B.10.2: Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal – Enquadramento nos ITI CIM Terras de Trás-os-Montes

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral Tipologia Digitalização da administração local (RSO 1.2.)	LA 10.1. Transformação digital da administração local - Digitalização da administração local LA 10.3. Espaços e soluções de mobilidade para acesso aos serviços públicos digitais - Lojas de Cidadão, Espaços de Cidadão e Espaços de Cidadão Móveis	<ul style="list-style-type: none"> • importará clarificar o perímetro das organizações a apoiar, que, em nossa opinião, deverá abranger as autarquias locais (Municípios e Freguesias), as empresas municipais e intermunicipais, bem como a CIM. • Importará articular com tipologias previstas no PRR, C19.
Eixo 1 – Serviços de Interesse Geral Tipologia Competências e qualificações na administração local (ESO 4.4.)	LA 10.2. Competências e qualificações na administração local - Competências e qualificações na administração local	<ul style="list-style-type: none"> • importará clarificar o perímetro das organizações a apoiar, que, em nossa opinião, deverá abranger as autarquias locais (Municípios e Freguesias), as empresas municipais e intermunicipais, bem como a CIM. • Importará articular com tipologias

Tipologia de Intervenção ITI CIM	Articulação com as Linhas de Ação da Estratégia	Observações
		previstas no PRR, C19.
Eixo 3 – Ativos Territoriais Subtipologias que configuram ações de marketing territorial (RSO 5.1.)	LA 10.5. Marketing territorial - Ações de marketing territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação de produtos turísticos com vista à criação de destinos turísticos de dimensão sub-regional e local

Intervenções no Domínio da Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal com enquadramento potencial em outras Abordagens Territoriais

Nas Estratégias PROVERE, previstas no Programa Regional do Norte, Objetivo Específico 5.2., estão incluídas várias ações de marketing territorial, entre outras, ações do tipo promoção, marketing territorial e valorização de atividades turísticas, artesanais e de desenvolvimento de produtos tradicionais e de qualidade, valorização de vocações territoriais de aldeias, contribuindo para a sua afirmação regional, nacional ou internacional, estratégias de comunicação, animação e marketing territorial.

Terá igualmente enquadramento neste objetivo específico e nas tipologias de ações previstas a promoção e gestão da marca chapéu “Terras de Trás-os-Montes”.

Entidades Consultadas

CIM Terras de Trás-os-Montes

Município de Alfândega da Fé

Município de Bragança

Município de Macedo de Cavaleiros

Município de Miranda do Douro

Município de Mirandela

Município de Mogadouro

Município de Vila Flor

Município de Vimioso

Município de Vinhais

Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua

AIN – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A.

Associação de Municípios do Baixo Sabor

Associação de Municípios do Douro Superior

Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente – DESTEQUE

CorANE – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina

Instituto Politécnico de Bragança

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

ZASNET – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial

Documentos de Referência

Documentos Programáticos

Acordo de Parceria 2021.2027, versão 2.0 (2022), aprovado a 12 de julho de 2022.

Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço, República Portuguesa Coesão Territorial Valorização do Interior e Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico, setembro 2020.

Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030. Agência Nacional de Inovação, 2021, aprovada pelo Governo da República em junho de 2022.

Estudo de Revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Terras de Trás-os-Montes 2014-2020 face ao Quadro de Programação 2021-2027, CIM Terras de Trás-os-Montes e Sigma Team Consulting, janeiro de 2021, atualizado em novembro 2022.

Interreg (Interreg VI-A) Spain-Portugal (POCTEP), aprovado em 22 de agosto de 2022.

Norte 2030 - Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia, CCDRN, aprovado pelo Conselho Regional do Norte em 16 de dezembro de 2020, versão publicada em 30 de dezembro de 2020.

PEPAC – Plano Estratégico da Política Agrícola Comum em Portugal, para o período 2023 a 2027, aprovado em 31 de agosto de 2022.

Programa Demografia, Qualificações e Inclusão, aprovado em 15 de dezembro de 2022.

Programa Inovação e Transição Digital, aprovado em 15 de dezembro de 2022.

Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade, aprovado em 15 de dezembro de 2022.

Programa Regional do Norte 2021-2027, aprovado em 15 de dezembro de 2022.

PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro, Ministério do Planeamento, abril 2021.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro. Estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021 -2027.

Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2020, de 13 de novembro. Aprova a Estratégia Portugal 2030.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2020, de 14 de dezembro. Aprova o Programa de Expansão de Projetos de Amplitude Nacional para o Desenvolvimento do Interior e o Programa de Dotação Operacional de Territórios e Apoio à Revalorização.

Outros Documentos

Amêndoa – Estudo de Produção e Comercialização nas Terras de Trás-os-Montes, Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos para a CIM TTM, sem data.

Estratégia de Internacionalização e Abordagem a Mercados Prioritários para os Recursos Endógenos e Produtos Turísticos das Terras de Trás-os-Montes - R1. Avaliação da capacidade produtiva e identificação dos produtos endógenos turísticos da sub-região com potencial de internacionalização, realizado pela Sociedade Portuguesa de Inovação para a CIM TTM, agosto 2018.

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Terras de Trás-os-Montes, CIM TTM, 2014.

Estudo Base de Suporte ao Plano de Ação para a Valorização da Educação e Formação de Jovens, Quaternaire Portugal, 2021.

Estudo para a Definição de Linhas de Ação para a Promoção do Sucesso Escolar, Quaternaire Portugal, em curso.

Estudo da Gestão de Biorresíduos do Nordeste, Resíduos do Nordeste EIM SA, julho de 2021.

Estudo de Mobilidade e Transportes da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, realizado por UTAD e UMinho para a CIM TTM, junho 2015.

Estudo de Valorização do Potencial Cinegético e Piscícola do Território da CIM – TM, realizado por Erena para a CIM TTM, outubro 2014.

Estudo sobre a Oferta e Procura de Carnes de Suínos, Caprinos e Ovinos, realizado pela Nielsen para a CIM TTM, maio 2019.

INE, informação estatística vária.

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes, CIM TTM, com o apoio técnico de Capgemini, junho 2015.

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, documento aprovado pelas AG dos programas financiadores, agosto 2015.

Plano de Ação da Rede Viária Municipal, realizado por Gestluz Consultores / X-Scapes, para a CIM TTM, junho 2015.

Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Terras de Trás-os-Montes, realizado por Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), com o apoio de Transportes, Inovação e Sistemas (TIS), para a CIM TTM, março de 2016.

Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal, República Portuguesa, Economia e Transição Digital, março de 2020.

Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes, CIM TTM, com apoio de Raiz, Consultoria de Marketing e Gestão, Lda, junho 2015.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes para o Período 2014-2020, CIM TTM, com o apoio técnico de Capgemini, dezembro 2014.

Plano Estratégico para o Complexo Agroindustrial do Cachão, realizado por Quaternaire Portugal para a CIM TTM, 2020.

Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) da CIM Terras de Trás-os-Montes, realizado por Quaternaire Portugal para a CIM TTM, 2017.

Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes - Fase III – Proposta de Rede. TIS.pt, setembro de 2019.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - Primeira Revisão (Lei n.º 99/2019).

PROT Norte- Opções Estratégicas de Base Territorial – Proposta, CCDR Norte, março de 2023.

Relatório da Mobilidade Interna do Território da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, Ricardo Bento, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2019.

Relatório da Situação e Potencialidades Turísticas da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, com foco para Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança, Xerardo Pereira, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2019.

Sistema em baixa de Águas do Nordeste, Águas de Portugal SA, maio de 2023.